



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

Alex Medeiros Kornalewski

VIOLÊNCIA ENTRÓPICA INFORMACIONAL: relatos autorais de homicídio e a problemática do acesso à informação.

Rio de Janeiro
2020

Alex Medeiros Kornalewski

VIOLÊNCIA ENTRÓPICA INFORMACIONAL: relatos autorais de homicídio e a problemática do acesso à informação.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social na linha de pesquisa Memória, Subjetividade e Criação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do Título de Doutor em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias
Coorientador: Prof. Dr. Octave Debary

Rio de Janeiro
2020

K846d Kornalewski, Alex Medeiros

Violência entrópica informacional: relatos autorais de homicídio e a problemática do acesso à informação. – Rio de Janeiro, 2020.

223f. : Il. ; 30cm.

Orientador: Francisco Ramos de Farias

Coorientador: Octave Debary

Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

1. Memória – Aspectos sociais. 2. Violência. 3. Acesso à informação. 4. Crime. I. Francisco Ramos de Farias (Orient.). II. Octave Debary (Coorient.). III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. IV. Título.

CDD: 303.6

CDU: 316.3:536:001.343.9

Alex Medeiros Kornalewski

VIOLÊNCIA ENTRÓPICA INFORMACIONAL: relatos autorais de homicídio e a problemática do acesso à informação.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória Social na linha de pesquisa Memória, subjetividade e criação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do Título de Doutor em Memória Social.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias - UNIRIO
Orientador

Prof. Dr. Octave Debary - UNIRIO
Coorientador

Prof^ª. Dr^ª. Evelyn Goyannes Dill Orrico - UNIRIO

Prof^ª. Dr^ª. Simone Weitzel - UNIRIO

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Scaffo – UERJ

Prof. Dr. José Paulo de Moraes Souza – SEAP

Tese aprovada em: ___ / _____ / 2020

Aos meus avós: em memória daqueles que amo e sempre me guiam desde vivos até o post-mortem.

A minha Elizabeth: eterna companheira cujo carinho, respeito, amor e dedicação torna minha vida cada vez mais virtuosa e potente.

A minha Beatriz: meu duplo cuja mão se ergue, cuja força se levante, cujo amor cresce em tal reciprocidade com o meu ser.

A minha essência: por trilhar os caminhos do conhecimento e almejar hodiernamente o cálice da sabedoria.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa, que me deu suporte e força para desenvolver meus estudos.

Ao Francisco Ramos de Farias, pela amizade, que surgiu e me acompanha antes mesmo da minha entrada no Programa de Pós Graduação em Memória Social, pelo força e entusiasmo nas diversas necessidades de busca de informação, auxílio em minhas dúvidas, conversas e reflexões agradáveis. A amizade envolve uma reciprocidade ímpar.

À minha Elizabeth, pela força, paciência, compreensão e amor, sempre constantes desde os meus primeiros questionamentos, até o presente momento. Que esse caminho siga para muito mais longe.

À minha Beatriz, pela paciência, amor, reflexões, trocas diversas e força por compreender que as diversas lutas que enfrentei, e ainda virão mais, sempre são vencidas e que nada é ou será em vão.

Aos amigos Jose Mauro de Oliveira Braz, Carlos Emílio Ibarra Monteiro, Fernanda Santos Curcio, Daniele Achilles e demais colegas que me acompanharam na Pós-Graduação desde o mestrado até agora no término do doutorado, por suas contribuições, questionamentos, dúvidas, incitações, conversas sobre temas complexos ou mesmo engraçados, ajudas e união sempre agradável. Que essas amizades não se percam nas areias do tempo.

A todas que contribuíram para o bom funcionamento das instituições de ensino superior. Aos funcionários da limpeza, aos seguranças, aos técnico-administrativos, entre outros que apoiam essa instituição com sua energia, ânimo e préstimo constante.

Aos professores, especificamente a categoria em si, que permite uma constante evolução de si e dos alunos, em uma relação dialógica e promissora. Lhes dedico todas as odes possíveis, pois além de profissionais, são pessoas ao qual nunca imaginei, que sua meritória função, poderia ser alvo de duras críticas, ofensas e ataques. A esses atuais “inimigos públicos” do próprio Estado ao qual servem, desejo todas as honras.

Aos alunos que me acompanharam em todas as atividades até então, desde alunos da graduação, extensão iniciação científica e afins, especificamente as alunas Valéria Bernini Peron e a Ludmila Ribeiro, cujo acompanhamento por um tempo maior nas atividades de pesquisa e orientação, propiciou uma reciprocidade evolutiva, além da minha felicidade por observar suas evoluções e o despertar de suas respectivas ambições acadêmicas.

“Não existe na natureza sistema que possa percorrer um ciclo de operações e voltar ao seu estado inicial sem acrescentar entropia ao mundo exterior” (PRIGOGINE, 1999, p. 74).

Resumo

KORNALEWSKI, Alex Medeiros. **Violência entrópica informacional**: relatos autorais de homicídio e a problemática do acesso à informação. Rio de Janeiro, RJ, 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A presente tese discorre sobre o entrelaçamento dos aspectos concernentes a violência, a memória e da informação, tendo como objeto de estudo uma tipologia documental singular: os relatos autorais de pessoas presas que praticaram o crime de homicídio. Aplica-se a metodologia de triangulação, no qual se pretende utilizar a seguinte tríade de ferramentas: análise de conteúdo, etnografia de arquivo e o estudo de usuários. Essas ferramentas serão empregadas no objeto de estudo fruto de um projeto de pesquisa intitulado *O ato criminoso como modalidade de gozo: subjetividade perversa e ato perverso*, coordenado por Francisco Ramos de Farias e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1995 e finalizado em 1999. Este projeto dispõe de um arquivo com entrevistas feitas com mais de 56 presos, sendo que em alguns casos foram realizadas mais de uma entrevista com cada um. O arquivo foi construído a partir da pesquisa de campo empreendida no presídio Hélio Gomes e na Penitenciária Milton Dias Moreira do Complexo Prisional da Rua Frei Caneca do Estado do Rio de Janeiro. O emprego das ferramentas metodológicas aplicada ao arquivo citado nos desvela uma rede de interconexões microfísicas, no qual se pode observar mais do que o crime cometido por aquele que narra o seu ato, mas também uma miríade de violências que se perpetuam em um processo que age antes do sujeito adentrar a prisão, durante a sua estada neste ambiente prisional e depois que o mesmo torna-se um egresso do sistema. Logo, verifica-se a existência de uma máquina no qual não apenas o sujeito, mas diversos atores e instituições constituem, legitima, perpetuam e, por conseguinte, circula, de forma voluntária ou involuntária, a desinformação, a ausência e os equívocos sobre as questões da violência e do crime na sociedade. Destarte, é mister uma visão crítica sobre a problemática do acesso à informação com o intuito de prover um protocolo de acesso à informação desta tipologia documental, haja vista que os relatos apresentam possibilidades para a construção de políticas públicas afirmativas (educação, saúde, segurança, higiene), monitoramento do cumprimento da Lei de Execução Penal e ou revisão das políticas de encarceramento.

Palavras-chave: Violência. Entropia. Relatos autorais. Acesso à informação. Triangulação.

Abstract

KORNALEWSKI, Alex Medeiros. **Violência entrópica informacional**: relatos autorais de homicídio e a problemática do acesso à informação. Rio de Janeiro, RJ, 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The present thesis deals with the intertwining of aspects related to violence, memory and information, with the object of study being a singular documentary typology: the authorial narrative of prisoners who committed the crime of homicide. The triangulation methodology is applied, in which it is intended to use the following triad of tools: content analysis, ethnography of archive and the study of users. These tools will be used in the study object coming of a research project entitled The criminal act as a modality of enjoyment: perverse subjectivity and perverse act, coordinated by Francisco Ramos de Farias and financed by the National Council of Scientific and Technological Development (CNPq), in 1995 and completed in 1999. This project has a archive with interviews made with more than 56 prisoners, and in some cases more than one interview was conducted with each one. The archive was constructed from the field research undertaken at the Hélio Gomes prison and at the Milton Dias Moreira Penitentiary of the Prison Complex at Rua Frei Caneca in the State of Rio de Janeiro. The use of the methodological tools applied to the cited archive reveals to us a network of microphysical interconnections, in which one can observe more than the crime committed by the one who narrates his act, but also a myriad of violences perpetuated in a process that acts before the subject enters the prison, during his stay in this prison environment and after that he becomes an egress from the system. Therefore, there is a machine in which not only the subject, but several actors and institutions constitute, legitimize, perpetuate and therefore circulate, voluntarily or involuntarily, misinformation, absence and misconception about the issues of violence and crime in society. Therefore, it is necessary to have a critical view on the issue of access to information in order to provide a protocol for access to information of this documentary typology, given that this support and its contents present possibilities for the construction of affirmative public policies (education, health, safety, hygiene), monitoring compliance with the Criminal Enforcement Act, or reviewing incarceration policies.

Keywords: Violence. Entropy. Authorial narrative. Access to information. Triangulation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Construção elíptica da memória	40
Figura 2	Propedêutica da pesquisa sobre violência	47
Figura 3	Presos circulam com celulares livremente	59
Figura 4	Estrutura da violência entrópica	89
Figura 5	Fórmula representativa da violência entrópica	90
Figura 6	Protocolo sobre acesso à informação para pessoas presas ou egressas do sistema prisional	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Categorias essenciais sobre violência disponíveis para o início da análise de conteúdo.	113
Tabela 2	Legenda dos critérios adotados na análise de conteúdo.	118
Tabela 3	Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A.	119
Tabela 4	Análise de conteúdo do segundo relato autoral de A.	121
Tabela 5	Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de A.	123
Tabela 6	Análise de conteúdo do quarto relato autoral de A.	124
Tabela 7	Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de J. C.	125
Tabela 8	Análise de conteúdo do segundo relato autoral de J. C.	127
Tabela 9	Análise de conteúdo do relato autoral de R.	129
Tabela 10	Análise de conteúdo do relato autoral de A. S. O.	131
Tabela 11	Análise de conteúdo do relato autoral de E. L.	132
Tabela 12	Análise de conteúdo do relato autoral de P. A.	133
Tabela 13	Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de C. S.	134
Tabela 14	Análise de conteúdo do segundo relato autoral de C. S.	136
Tabela 15	Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de C. S.	139
Tabela 16	Análise de conteúdo do quarto relato autoral de C. S.	141
Tabela 17	Análise de conteúdo do quinto relato autoral de C. S.	143
Tabela 18	Análise de conteúdo do sexto relato autoral de C. S.	144
Tabela 19	Análise de conteúdo do relato autoral de C. R.	145
Tabela 20	Análise de conteúdo do relato autoral de C. A. F.	156
Tabela 21	Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de E. M. S.	158
Tabela 22	Análise de conteúdo do segundo relato autoral de E. M. S.	160
Tabela 23	Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de E. M. S.	163
Tabela 24	Análise de conteúdo do quarto relato autoral de E. M. S.	165
Tabela 25	Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de N. P. S.	166
Tabela 26	Análise de conteúdo do segundo relato autoral de N. P. S.	168
Tabela 27	Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de N. P. S.	170
Tabela 28	Análise de conteúdo do quarto relato autoral de N. P. S.	172
Tabela 29	Análise de conteúdo do quinto relato autoral de N. P. S.	174
Tabela 30	Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A. S.	175
Tabela 31	Análise de conteúdo do segundo relato autoral de A. S.	178
Tabela 32	Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de A. S.	179
Tabela 33	Análise de conteúdo do quarto relato autoral de A. S.	181
Tabela 34	Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de S. S.	181
Tabela 35	Análise de conteúdo do segundo relato autoral de S. S.	182
Tabela 36	Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de S. S.	184
Tabela 37	Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A. C. S.	185
Tabela 38	Análise de conteúdo do segundo relato autoral de A. C. S.	187

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	VIOLÊNCIA ENTRÓPICA	37
2.1	Reflexões acerca da pesquisa com a violência: construções e efeitos da memória no ordenamento social	38
2.2	Violência institucional	52
2.3	Estrutura entrópica e o processo de qualificação da pessoa criminosa	70
2.4	Trabalho útil perdido? Violência entrópica e os efeitos de suas estruturas dissipativas	90
2.5	Violência entrópica informacional: investigações sobre os efeitos das restrições informacionais à luz das pessoas presas ou egressas do sistema prisional	97
3	RELATOS AUTORAIS DE PESSOAS QUE PRATICARAM HOMICÍDIO	107
3.1	Relatos autorais que apresentam índices elevados dos fatores de violência de viés pessoal	117
3.2	Relatos autorais que apresentam índices elevados dos fatores de violência de viés social	156
3.3	Protocolo de acesso à informação aos relatos autorais das pessoas presas ou egressas do sistema prisional	192
4	CONSIDERAÇÕES	199
	REFERÊNCIAS	205
	ANEXO 1 – REGISTRO DO ARQUIVO <i>O ATO CRIMINOSO COMO MODALIDADE DE GOZO: SUBJETIVIDADE PERVERSA E ATO PERVERSO</i> PELA BIBLIOTECA NACIONAL	215

1 INTRODUÇÃO

A violência não é um campo recente de discussões, principalmente no tocante aos diversos efeitos da mesma na humanidade, ou mesmo a violência no âmbito da natureza. A violência, como uma temática ampla e atemporal, adquiriu o status de algo disponível para ser disseminado de forma massiva, por meio das tecnologias de comunicação e informação e os instrumentos usuais da comunicação de massa, como jornais, internet, redes sociais, *smartphones* meios televisivos e afins. Essa disseminação em larga escala na sociedade torna visível uma perspectiva de poder no qual cada cidadão apresenta meios diversos ao alcance de suas respectivas mãos, independente de sua situação financeira ou expertise quanto ao uso dessas tecnologias. Todavia, esses instrumentos constroem constantemente ramificações para disseminar conteúdos diversos, dentre os quais as inúmeras nuances de violência, o que proporciona cada vez mais um enfraquecimento processual das redes de comunicação e informação (BAUDRILLARD, 1992).

Na mesma linha de raciocínio do autor supracitado, esses conteúdos são fragmentados, dispersos, disseminados em uma esfera superficial, no qual a viabilidade de transparência, esclarecimento, ou pelo menos, a construção de um senso crítico do que chega a cada cidadão é negada constantemente por uma enxurrada cada vez maior de informação, no qual os sistemas sociais (Estado, mídias, grupos e afins) se utilizam, de forma voluntária ou involuntária, apenas de uma partícula do que faz parte da essência do que é a informação: a sua instantaneidade.

Assim sendo, a priori, podemos dizer que a possibilidade de acesso à informação se dá para todos aqueles que almejam se informar. Mas alguns questionamentos são pertinentes: será que toda informação disponível, de fato é acessível? Caso não, quais são as limitações, voluntárias ou involuntárias, existentes para o acesso salutar à informação? Quais são os efeitos da disseminação explosiva de informação, especificamente, sobre as questões pertinentes a violência? Cabe situarmos essa relação da violência e da informação com vistas à construção de uma propedêutica crítica acerca do que se entende sobre o acesso à informação.

Diante das interrogações que surgiram mesmo antes de adentrar na escrita da pesquisa, três pontos foram cruciais para eu de fato me sentir convidado a refletir, investigar e caminhar para dentro das possibilidades, dúvidas, acertos e refutações passíveis em todo empreendimento científico: primeiro, questionar porque o acesso à informação sobre os

aspectos inerentes a violência são velados?; segundo, compreender o que justifica o processo de morosidade, fragmentação e o velamento das informações sobre as pessoas presas, suas experiências de vida e as políticas públicas que lhes concernem? Terceiro, quais são os efeitos dessa violência e o que pode ser feito para provermos o acesso à informação a partir da memória de vida dessas pessoas?

Diante dessas motivações, dois pontos se manifestam como norteadores da justificativa dessa pesquisa: primeiro, evitar que os relatos de homicídio, enquanto uma tipologia documental singular, se transformem em restos não circulantes, pois é vital prover o acesso, permitir que essas narrativas circulem “para encontrar-lhes um novo uso, um novo proprietário” (BENELLI et al., 2017, tradução nossa). Segundo, prover a possibilidade de que essa tipologia documental seja utilizada para tomadas de decisão, revisão, construção e monitoramento de políticas públicas pertinentes as necessidades sociais das pessoas presas e, por conseguinte, das pessoas egressas.

Ao nos enveredarmos nas trilhas conceituais sobre a violência, três pontos devem ser discutidos e aprofundados. Primeiro, ratificar que a violência faz parte da essência humana (DODOUN, 1998), haja vista que o plano da violência implica em uma elaboração, estruturação de algo, o que difere das ocorrências instintivas localizadas na natureza. Segundo, é a distinção entre crime e violência, pois todo crime tem, em sua essência, atos de violência – tal como registra as leis penais, porém nem toda violência se constitui como crime. Muitas das atitudes, falas e gestos podem ser violentas (ofensas verbais, divergências de tratamento no ambiente de trabalho, casa, escola; sarcasmos, gestos ofensivos com as mãos) e demais exemplos que não constam como crimes na maioria das culturas. Ou seja, em muitos casos, um sorriso, um silêncio ou o simples fato de “não fazer nada é a coisa mais violenta que temos a fazer” (ZIZEK, 2014, 169). Em aditamento, muitas violências, inclusive no que diz respeito à prática de homicídio, além de não serem consideradas crimes, são legitimadas por uma determinada cultura ou constituição. Em exemplo, podemos citar a pena de morte, adotada por países como Estados Unidos, Irã, China, Coreia do Norte; a possibilidade de revogação dos direitos humanos no caso de guerra, tal como consta no artigo 5º, inciso XLVII da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor desde 1988; o artigo 55º e 56º do Código Penal Militar brasileiro, que prevê a morte por fuzilamento; os ritos culturais de determinados países como a Índia, no qual a mulher, cujo marido morreu, só é vista como um ser de honra se praticar o *Sati*, prática centenária hindu, em que a mulher, comumente vestida de noiva, comete o suicídio ao se atirar em uma pira funerária. Logo,

refletir sobre a violência, e seu diálogo com os aspectos do crime e do homicídio, implica em um aprofundamento com o intuito de dirimir equívocos e discursos reducionistas, especificamente quando se discute o homicídio enquadrando-o unicamente na categoria de uma violência que resulta em crime, o que implica em um velamento dos homicídios praticados legalmente pelo Estado ou por implicações culturais.

Terceiro, deve-se analisar o entrelaçamento do conceito de violência com a dúplici dimensão da ordem e do caos. Essa relação se dá de uma forma cíclica no qual podemos afirmar que “a violência gera o caos e a ordem gera violência” (SOFSKY, 2006, p. 8, tradução nossa). Dentro dessa reflexão, se faz necessário três ponderações: primeiro, investigar e compreender a ação da violência no viés de seus efeitos construtivos do que se denomina caos. Segundo, destrinchar o conceito de ordem implica em elucidar os princípios norteadores que fazem resultar a violência. Terceiro, elucidar a relação não conflituosa entre ordem e caos é o princípio para entendermos a sistemática que envolve a violência e sua manutenção no corpo social. Logo, a violência é uma teia complexa e densa na qual devemos nos aventurar com cautela, em termos conceituais, antes de averiguarmos seus efeitos práticos.

A violência adquiriu espaço no âmbito das ciências promovendo pesquisas nas múltiplas áreas de saber. Em consequência, uma vasta categorização surge para suprir a necessidade de delimitar e aprofundar os estudos sobre a temática citada. Em exemplo, podemos citar a violência interpessoal (homicídio, agressões físicas, verbais); violência cultural (discriminação e preconceito, por exemplo, de homossexuais, pessoas com deficiência, pessoas com transtornos mentais, migrantes, moradores de favelas, seguidores de determinada crença religiosa, gostos musicais); violência intrafamiliar, ou domésticas (mulheres, idosos e crianças), assédio moral (ocorrências comumente associadas ao ambiente de trabalho) entre outras tipologias que discutem a violência para além da perspectiva reducionista do ato físico (TOLEDO; SABROZA, 2013).

As categorizações citadas fazem parte de um pequeno enquadramento, contudo, ampliam o olhar para o que pode ser visto como violência, sem necessariamente serem enquadradas no âmbito criminal, ou quando o são, tornam-se potenciais violências veladas, em decorrência da morosidade do aparelho jurídico e demais fatores que impedem o exercício do direito humano. Para tal, citemos um exemplo hipotético: quando um sujeito comete o ato de homicídio, essa informação costuma ser veiculada em diversas plataformas e mídias a partir de um enfoque único do que é a violência: o ato de uma pessoa tirar a vida de outra. O

desgaste da instantaneidade da informação, não permite ao leitor, ouvinte, telespectador elucubrar sobre as nuances da violência que se entrelaçam no ato de matar. Não se deve generalizar, mas em muitos dos casos de homicídio, a multiplicidade de violências aflige o ser humano de forma que contribui para construir uma pessoa que não seja apenas vítima, mas também o algoz, transformando-a em um paradoxo da violência, no qual a mesma que sofre com a violência, também pode ser aquela que a pratica, dito de outra forma, “a violência originária é fundadora do homem” (FARIAS, 2012, p. 110).

Essa concepção de violência originária, advém dos mitos, relatos que se perpetuam desde as eras primevas: “no início era o verbo” (princípio criador descrito no Gênesis, primeiro livro da Bíblia), a morte de Abel por Caim, as narrativas dos homens das cavernas, os diversos escritos dos povos que exerceram sua dominação sobre outros. Ao mesmo tempo em que esses relatos demonstram os efeitos da violência por intermédio dos mitos e registros, também evocam a potência da criação, ao explicitar a formação de cidades, interdições ou uma conjuntura que permite a formação de novos laços sociais (FARIAS, 2012). Verifica-se que a violência corrobora para com a lógica estruturante e estruturada, no que diz respeito à formação do *homo violens*, pois é algo que se mostra na gênese da humanidade, ao mesmo tempo em que demonstra a existência de uma estrutura que viabiliza a manutenção da violência. Em suma, podemos dizer que a violência estrutural é aquela que fundamenta, estrutura, sendo algo que deve ser vista com neutralidade, haja vista que é uma força que abriga em seu teor tanto o viés negativo como também o positivo.

Essa premissa advém inicialmente da obra de Nietzsche em 1988, intitulada Genealogia da Moral. Nessa obra, o autor reforça que o ser humano, desde os tempos em que não havia o registro da escrita, ou seja, o período ágrafo, precisa lembrar como fazer para satisfazer suas necessidades básicas: fome, sede, se proteger. O esquecimento das técnicas de sobrevivência implicava na sua morte, seja por fome, sede ou por morte causada por causas externas como ataque de animais ferozes, genocídio e afins (NIETZSCHE, 1998). Logo, a violência, oriunda do esquecimento, proporcionava inúmeros tormentos e mortes ao ser humano (BARRENECHEA, 2005). Assim sendo, o ser humano passa a empregar o uso da memória para fins preventivos, em prol de não se tornar vítima da violência, pois tal como Nietzsche (1998, p. 50, grifo do autor) ressalta: “talvez nada exista de mais inquietante na pré-história do homem do que a sua *mnemotécnica*”.

Todavia, uma ação impetrada por uma pessoa, cuja premissa são as aflições causadas por outras violências, é definida como uma violência reativa, ou seja, uma violência

ocasionada por uma memória de algo elementar, no qual as práticas e discursos são justificadas, por exemplo, pela lógica da pureza racial, expurgação de pecados, correção moral, prazer, entre outros motivos, que permitem ao agente justificar sua “prática da violência como necessária” (FARIAS, 2012, p. 115).

Podemos verificar uma relação conceitual e, por conseguinte, uma transformação que perpassa a violência estrutural e corrobora a violência reativa, a partir do exemplo de crime de homicídio. A pessoa que, na ausência do Estado e seus instrumentos de acesso à educação, saúde, habitação, segurança, bens culturais, sociais, é submetida ao estado de impotência, no qual a mesma pode nutrir uma memória subterrânea dessa ausência que lhe aflige – por que não dizer um estado de violência estrutural? – torna um ser humano um potencial ator da prática de violência reativa, no caso o ato de homicídio, visto como uma ação necessária (VIANNA; FARIAS, 2015). Em suma, a memória, a priori necessária para a proteção do ser humano, mostra-se como um estopim justificável à violência reativa do mesmo.

A noção de crime, especificamente do homicídio, incita uma gama de reflexões sobre a mortalha de violências que cerca o praticante, o ato e a vítima. Um campo composto de pessoas, grupos e instituições moldam essa arquitetura, cuja máquina profere por meio de instrumentos e ampla disseminação a seguinte sentença: punir, afastar da sociedade, e por que não isolar? Em síntese, constrói-se a lógica da separação dos ditos anormais daqueles que são, sob questionáveis critérios, normais. O conceito de anormalidade é discutido por Foucault em sua obra intitulada *Os anormais*, um compilado de suas aulas ministradas no Collège de France entre 1974 e 1975. Por intermédio de uma historiografia, Foucault demonstra que a normatização advém da passagem da cultura de exclusão dos leprosos, no qual se exercia as práticas de exclusão, rejeição e mesmo “marginalização”, entre o século XVII e início do século XVIII, para a lógica da inclusão dos pestíferos, em que se exerce uma avaliação sem cessar de “cada indivíduo, para saber se está conforme a regra, à norma de saúde que é definida” (FOUCAULT, 2010, p. 40).

A lógica da exclusão de pessoas de uma esfera social para incluí-las em outra esfera, vigora até os dias de hoje, visto que a alocação em um hospital, convento, prisão, escola e afins, designa-se a partir de um discurso fundado e legitimado, por procedimentos que visam à norma, ou seja, de “um princípio de qualificação e um princípio de correção” (FOUCAULT, 2010, p. 43). Em exemplo, a pessoa é alocada em um hospital devido a sua enfermidade, sendo este ambiente o local ideal, com base em uma série de protocolos, pessoas e instituições à reabilitação da sua saúde; o convento pode abrigar aquele que almeja, ou se depara distante

da fé, sendo o local ideal para corrigir os possíveis desvios praticados na rubrica do pecado, segundo as escrituras sagradas; na prisão se designa pessoas que estão em desalinho com as leis, sendo o viés discursivo o de correção e adequação segundo as normas da sociedade. Nos casos citados, as instituições possuem qualidades que julgam adequadas para que o ser humano, outrora em desavença com as regras, enquadrado na categoria de anormal segundo determinados preceitos sociais, possa então ser corrigido e direcionado para um estado de normalidade. Em aditamento, podemos dizer que as pessoas presas perpassam primeiro pelo caminho de exclusão, seguido de uma inclusão controlada, disciplinada, portanto, esse procedimento inviabiliza discussões no qual os encarcerados são apresentados como pessoas que se encontram fora do corpo social (tal como se apresenta no imaginário e discursos rasos proferidos por meio de mídias de massa, comunicação informal, etc.), associiais (portanto passíveis de “ressocialização”), mas sim, que são corpos submetidos ao processo de segregação.

Nessas condições, o ser humano torna-se um objeto que incomoda, uma espécie de “sujeira” – noção que varia em diversas dimensões culturais – mas que “representa uma ‘desordem’ na ordenação, na classificação de uma sociedade” (DEBARY, 2016, p. 4, tradução nossa). Precisamente, o corpo que se afasta da lógica da ordem e da pureza precisa ser, em uma política de higienização do meio social, expurgado, livrando-se de toda pessoa a partir da premissa de que se deve, ou temos a obrigação de se desfazer, sendo esta pessoa, portanto, considerado como dejetos (DEBARY, 2016; BENELLI et al., 2017).

Assim, o método que se apresenta adequado para exercer esse controle minucioso, em prol de tornar dócil e útil, os corpos considerados indisciplinados, é o isolamento, ou seja, é o acondicionamento dos corpos em um “local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (FOUCAULT, 2011, p. 137). O conceito de disciplina pode ser entendido como: “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT 2011, p. 133). Dentro da arquitetura disciplinar, o autor cita três dimensões cruciais para o implemento da disciplina e, por conseguinte, para o funcionamento dessa estrutura segregacionista: espaço, tempo e vigilância.

O espaço é a primeira dimensão vista pela prisão, que precisa alocar o ser humano considerado indisciplinado. Para tal, esta instituição insere “os corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório [...] fechado, esquadrinhado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige”

(MACHADO, 1979, p. XVIII). Logo, os encarcerados são ordenados de uma forma que a prisão os transforme em pessoas “docilizadas”, portanto, qualquer pessoa que faz parte da equipe dirigente torna-se apta a “impor disciplina a qualquer pessoa da classe dos internados.” (GOFFMAN, E., 2015, p. 45).

O tempo é a segunda dimensão e aplica o processo de sujeição aos presos que passam a ter o corpo controlado em praticamente todos os momentos, a partir dos atos, gestos e os objetos que os mesmos utilizam, o que propicia o surgimento dos “processos de regularização temporal” (FOUCAULT, 2011, p. 144). A rotina torna-se o elemento chave, haja vista que fortifica uma cultura específica as condições da pessoa presa: hora de acordar, hora de arrumar – dentro do possível, por causa da superlotação – suas celas, hora da revista feita pela equipe dirigente, hora do confere, que por sua vez possuem a hora do café, do banho de sol, da visita, da recontagem na volta para as celas. Essa sistematização da rotina das pessoas encarceradas, corrobora à penetração do controle temporal nos corpos, permitindo a manutenção do poder (FOUCAULT, 2011).

Para além das duas dimensões citadas (espaço e tempo), é mister discorrer sobre a terceira dimensão que constitui a arquitetura disciplinar: a vigilância. Esse viés é ressaltado por Foucault (2011, p. 164) que afirma: “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”. Logo, temos uma tríade a constituir a dimensão da vigilância.

A primeira subdivisão do procedimento de vigilância é o emprego do olhar hierárquico, sendo este acionado de forma muito simples: primeiro, no caso das prisões, todas as atividades são exercidas dentro dos muros; segundo, as atividades são desenvolvidas por um grupo de pessoas encarceradas, observadas por uma equipe de dirigentes, sendo que todas exercem suas funções da mesma forma em conjunto (GOFFMAN, E., 2015). A priori, o espaço e o tempo meticulosamente fragmentado, não são empregados para exercer o controle apenas de uma ou duas pessoas e sim de um grupo, no caso de encarcerados que, por sua vez, são observados por um grupo de profissionais da instituição prisional.

Todavia os olhares se cruzam, pois os próprios encarcerados vigiam entre si, tornando uma pessoa visível não apenas para a prisão e sua equipe dirigente, mas também para outros encarcerados, que podem exercer algum tipo de força, por exemplo, proferindo humilhações, ordens a(o) companheira(o) de cela ou mesmo para contatos com pessoas que se encontram

fora do ambiente prisional. Em adição, podemos citar o caso dos “faxinas”¹, ou aqueles apelidados dessa forma por exercerem atividades dentro do ambiente prisional, o que lhes permite circular de forma mais livre, ao mesmo tempo em que promove uma espécie de tautomeria², pois da mesma forma que os “faxinas” podem agir como grandes torres de vigilâncias para a equipe dirigente ou mesmo para os encarcerados, os mesmos também são observados pelos grupos citados, uma vez que a desconfiança sobre os “faxinas” é natural dentro das prisões. Em suma, tem-se um processo que implica no equilíbrio e na dinamicidade dos olhares no ambiente prisional. Assim sendo, é correto afirmar que a vigilância é permanente, é potencialmente ilimitada, pois penetra em todos os lugares e está presente em toda a extensão do espaço, o que nos permite elencar a vigilância como um instrumento essencial de controle (MACHADO, 1979).

A segunda subdivisão é a sanção normalizadora. Essa categoria não seria aplicada meramente com o intuito de repressão, expiação da pessoa, mas sim para o desenvolvimento e manutenção do processo de normalização, isto é, comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar, excluir e, por conseguinte, incluir em uma determinada cultura e disciplina cujo controle completo dos corpos torna-se possível (FOUCAULT, 2011). As sanções normalizadoras permitem o controle a partir do momento em que “fragiliza” o aparato cultural que acompanha o ser humano, tais como seus costumes, contatos, preceitos morais, espaço entre outros, ao mesmo tempo em que o mesmo é introduzido em um novo ambiente, com nuances culturais diferentes das que o corpo pertencia. Todavia, o ato de incluir a pessoa em uma nova cultura por intermédio das ferramentas de sanções normalizadoras, não necessariamente corrobora para um processo de aculturação, seguido de um adentrar em um novo ambiente cultural, pois os efeitos das sanções podem, e muitas vezes o são, potencializadores de situações já experienciados, por exemplo, antes de sua estada no ambiente prisional. Sabe-se que a política do Estado Penal, em detrimento do Estado de Bem Estar Social, é uma característica de governos neoliberais que se utilizam do braço da

¹ “Faxinas” são pessoas encarceradas avaliadas por bom comportamento, sem ocorrências na instituição prisional em razão do que são indicadas para determinadas atividades internas de manutenção da unidade.

² Em termos etimológicos, tautomeria se origina do latim e *tautos* significa “dois de si mesmo” e *meros* “partes”. Em síntese, o que ocorre em um processo de tautomeria é uma dupla ligação, por exemplo, entre carbono-oxigênio, no qual se estabelece um equilíbrio dinâmico. Em analogia, o processo de tautomeria na presente tese versa sobre a relação do faxina com a noção de “observador”, no qual a pessoa presa exercer a função de observador ao mesmo tempo em que é observado, o que mantém o equilíbrio da cultura prisional e sua rede de instrumentos disciplinares..

punição, e das sanções disciplinares, antes, durante e mesmo depois que a pessoa sai da prisão, tornando-o ao mesmo tempo pessoa egressa e estigmatizada (WACQUANT, 2007).

A terceira subdivisão inerente ao processo de vigilância denomina-se exame. Foucault (2011, p. 177) nos apresenta a seguinte premissa: o exame exerce a “sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam”. O exame dos corpos nos permite discorrer sobre dois pontos: primeiro, a questão da individualidade, pois os corpos são incluídos em um campo documental, no qual tudo que remete à pessoa é registrado. Segundo, é o fato de cada pessoa ser observada como um “caso”, tendo em vista os vastos métodos que são aplicados para o exercício da descrição e análise, por exemplo, do aluno, soldado, encarcerado e afins, com o intuito de prover à manutenção do saber permanente, além de corroborar com a “descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si” (FOUCAULT, 2011, p. 182).

Em ressalva, podemos verificar um paradoxo quando focalizamos o sistema prisional a partir da lógica conceitual do exame: a instituição criada para exercer a disciplina em determinados grupos, colocando-os em espaço fechado, aplicando a gestão do tempo, além de exercer um controle cirúrgico por intermédio do exame; também é, ao mesmo tempo, a instituição que constrói arquivos sobre cada pessoa controlada, além de utilizá-los como um caso, a potencializar o controle da própria instituição sobre os corpos. Logo, a prisão que disciplina também é a mesma que propicia singularidades, tais como: táticas de adaptação e ou transposição das regras prisionais (questões pertinentes a limpeza, alimentação, entrada de itens não permitidos, flexibilidade de movimentação no espaço prisional etc.).

Ao embrenharmos na densa malha conceitual sobre a violência e sua estruturação, exemplificada pelo exercício da disciplina pelas instituições nos corpos que a mesma exerce o controle, podemos verificar algumas marcas: as instituições aplicam tipologias diversas de violências que se ramificam, ao mesmo tempo em que promovem articulações de múltiplos procedimentos que atuam sobre a pessoa, além de prover a própria atualização dos seus métodos de controle (FOUCAULT, 1979).

No que diz respeito ao campo documental, a disciplina – vista como uma potência que envolve a violência em sua pluralidade – permite a constante manutenção de um arquivo, cujo equilíbrio entre as concepções de usabilidade e acessibilidade, são entendidas como um produto construído no entremeio das relações de forças e o emprego de energia, no qual prevalece os interesses daqueles que detém o poder (LE GOFF, 2012).

Diante de alguns apontamentos sobre a questão da violência e suas aplicações por intermédio de aspectos sociais e institucionais, podemos verificar que a essência dessas ações nos corpos se destina, em certa medida, a incrementar a distribuição desigual da precariedade, que por si só, já é inerente à vida, porém corrobora em construir, dilatar e prover a manutenção da condição precária das pessoas, seja as que se encontram nos ambientes prisionais ou demais segmentos sociais (BUTLER, 2015).

A autora supracitada, apresenta uma distinção dos conceitos de vida precária e condição precária que vale apresentarmos: a precariedade é um aspecto apreendido naquilo que é inerente à dimensão de vida, enquanto que a condição precária “designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciadas às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2015, p. 46).

As exposições sugerem uma deficiência intencional por parte do Estado que age na manutenção da condição de precariedade, por exemplo, nos casos de desrespeito, omissão, negação dos direitos humanos constantemente relatados por pessoas encarceradas, que cumprem suas penas em um ambiente sem higiene, sem material de limpeza, com alimentos parcos e muitas das vezes nocivos, sem que a instituição promova, apesar de prever em lei, as condições de assistência material, saúde, jurídica, educacional, social, religiosa e afins, direitos que também deveriam se estender às pessoas egressas do sistema prisional, tal como declara a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, a qual institui a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

Cabe-nos pensar para além das condições de precariedade construídas e legitimadas pelo Estado junto a um corpo que por si só já é apreendido como um ser precário, e englobar também as demais implicações que ocorrem de forma intencional ou não intencional, por parte de outros segmentos sociais e profissionais, categoriais que, por inúmeras questões éticas, políticas, jurídicas e afins, também podem contribuir com essa engrenagem de violências, em que a superprodução desses profissionais – com visão ou estruturas parcas de atuação – lacunas jurídicas, desinformação entre outros dispositivos “de comunicação, de memória, de armazenamento, de produção e de destruição [...] têm de antemão a garantia de já não servirem” (BAUDRILLARD, 1992, p. 39). Se toda essa engrenagem existe e não, ao menos a priori, para aquilo que se declara, é mister analisar então quais são as necessidades que as mantém em funcionamento, pois o que se desenha é outro viés, no qual o papel de determinadas instituições - e aqui dissertamos em *lato sensu*, para além do conceito de prisão

– é o fato de que essa máquina, que se utiliza de diversas instituições, ferramentas disciplinares, pessoas, grupos e afins, promove uma aplicação da violência que se destina a determinados seres humanos, em benefício de outros, o que nos incita a discorrer sobre a importância da informação, não como um dispositivo que remete a um acontecimento – tal como se observa nas aplicações das mídias, discursos proferidos pelas mídias de massa – mas sim, pensar na própria informação como acontecimento, viés reflexivo necessário para entender e desvelar os objetivos reais dos dispositivos de violência (BAUDRILLARD, 1992).

Os vastos dispositivos, ou ferramentas utilizadas para promover, de forma implícita ou explícita, fenômenos violentos, podem ser analisados sob a ótica da entropia, no qual a sua produção é concebida como “a soma dos efeitos dos fenômenos irreversíveis” (PRIGOGINE, 1999, p. 79). Diante desta sintética afirmação, podemos tratar de alguns aspectos: primeiro, o fato de que os efeitos são calculáveis, ou seja, entram em um campo de cálculo quantitativo, o que nos permite chegar a determinados parâmetros. Segundo, os fenômenos por serem irreversíveis, implicam em uma duração que não se reestabelece para o ponto zero, dito de outra forma, os inúmeros procedimentos, ou fenômenos, que, por sua vez, ocasionam efeitos de violência – como é o caso, por exemplo, das táticas disciplinares impostas aos corpos na prisão – não podem ser resgatados, tal como se fosse acessível voltar ao passado para modificar os efeitos do mesmo no futuro. Em suma, os fenômenos são fixos em termos temporais e propiciam ações no porvir.

Essa noção de entropia se aplica não apenas no campo da Física, sua área primeva de conhecimento, como também em qualquer área que verse – mesmo que de forma análoga – a questão da energia, força e os efeitos dessa aplicação. Contudo, a noção de irreversibilidade nos implica a dissertar sobre a noção de memória, dentro de uma perspectiva da duração, conceito este que demonstra a relação da memória com a entropia. Bergson (2009, p. 5) fundamenta esta relação ao dizer que: “Toda ação é uma invasão ao futuro. Reter o que já não é, antecipar o que ainda não é”. O mesmo ressalta que essa funcionalidade remete à consciência, sendo esta a essência do que se entende por memória (BERGSON, 2009). Logo, há uma sinonímia entre o termo consciência e memória, sendo o processo de duração da memória vista como algo indivisível, pois passado, presente e futuro fazem parte de um mesmo movimento, no qual o que já não é, quer dizer, os fenômenos antecipam o que ainda será, e nos permite inferir que essa condição constante, indivisa e irreversível remete ao processo de entropia, pois a mesma age como um parâmetro de compreensão do que será

perpetuado e qual o seu grau de ordenamento ou dispersão. Em suma, a entropia se mostra pertinente para a discussão do campo da violência e a condição de construção da memória.

A entropia também se faz presente, no que diz respeito a sua relação com as implicações conceituais da informação. Varela (2007, p. 44) afirma que a informação é: “um fenômeno construído socialmente, em seus diferentes níveis e ambientes; [pois] ela existe onde existe cultura”. Essa premissa nos impele a pesquisar sobre esse fenômeno, visto como algo irreversível, pois não se pode reverter o resultado de uma informação como se a mesma não tivesse sido comunicada, transmitida, bem como os efeitos oriundos da própria informação, ou mesmo da desinformação, tal como será discutido, em termos conceituais, sobre o processo de produção da entropia.

A informação e suas variáveis, especificamente as implicações inerentes ao acesso, são vastas, ainda mais quando pensamos na informação que versa sobre as nuances da violência e suas perpetuações por meio dos corpos ou mesmo da trama social.

Esse é um dos pontos no qual podemos apontar uma relação de vínculo da informação com a memória, pois o corpo, ou esfera social, não possui em sua essência a simples ação de armazenamento de lembranças, mas sim a potência da escolha, que evoca uma “consciência distinta graças à eficácia real que lhe confere” (BERGSON, 2010, p. 209). Essa relação da memória com a informação, na qual os processos de escolha de uma pessoa, grupo, sociedade são perpetuados e, por conseguinte, servem a um determinado fim (informam) em detrimento de outras opções que são delegadas ao esquecimento, que por sua vez ocorre por intermédio de um processo entrópico, permite a ebulição de variáveis irreversíveis cujos efeitos se solidificam cada vez mais ao ponto de constituir uma rede sistemática de violências.

Em exemplo, muitos corpos – encarcerados, profissionais atuantes no espaço prisional e grupos externos ao ambiente intramuros – tornam-se “cegos” no caso dos efeitos que impedem o acesso à informação sobre a problemática da violência. Portanto, a questão motivadora da pesquisa envolve o porquê do acesso à informação sobre os aspectos inerentes a violência serem tão velados ou transmitidos de forma parcial, superficial? Por que, especificamente o conteúdo de que trata das pessoas presas, suas experiências de vida e as políticas públicas que envolvem essa categoria são tratados de forma morosa, fragmentada, ou mesmo velada, pelas instituições que os possui sob sua tutela ou como campo de estudos? Em aditamento, quais são as implicações dessa violência estatal, pode-se dizer de caráter estrutural, e os possíveis efeitos ao provermos o acesso à informação das experiências de vida, relações interpessoais, institucionais, a partir das memórias de pessoas encarceradas?

Ao adentrarmos no campo científico sobre o acesso aberto da produção acadêmica, pode-se verificar o quão recente são as discussões sobre a própria questão do acesso à informação, tal como podemos ver na Declaração de Budapeste (2002), Declaração de Berlim (2003) e a Declaração de Bethesda (2003), as quais foram cruciais para o desenvolvimento de políticas públicas quanto a democratização da ciência, por intermédio da publicação dos artigos científicos e demais dados de pesquisa em repositórios digitais e outras plataformas. Assim, iniciou-se uma alternativa para a ciência dar visibilidade para além do espaço já consolidado pela via dourada, ou seja, as revistas científicas, que além de possuírem um custo elevado, ainda empregam a política de tornar a informação científica fechada por um determinado período de tempo, para um determinado público (pesquisadores, professores, docentes, auxiliares de pesquisa e afins).

Em 2005, o Brasil passa a fazer parte dessa discussão a partir do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, inaugurado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A partir desse movimento, o Brasil passa a implementar os chamados repositórios, com o intuito de guardar, preservar e, principalmente, garantir o “livre acesso, via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição” (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 9).

Diante do exposto, podemos verificar o surgimento de inúmeros repositórios que seguem o disposto nas declarações e manifesto citado. Todavia, muitas dificuldades se apresentam, principalmente se considerarmos a problemática do acesso aberto aos dados de pesquisa – processos administrativos, acervo mobiliário de instituições públicas, recursos humanos, convênios, portarias –, ainda mais se esses dados apresentam um conteúdo que retrata inúmeras questões no que diz respeito a violência, crime e, por conseguinte, se a fonte que propiciou a construção destes dados forem pessoas que estão em conflito com a lei, portanto, encarceradas.

Enquanto nas outras tipologias de dados ocorrem determinadas restrições de acesso, no caso dos dados de pessoas presas, inúmeras implicações de ordem social, de segurança pública, de política institucional, de estrutura econômica e mesmo pessoal tornam o acesso a esses dados de pesquisa complexo e, por vezes, obscuro. Logo, temos mais três problemáticas para o acesso à informação que diz respeito especificamente a uma tipologia documental que versa sobre a dúplice violência e crime, no qual o autor da fonte é a própria pessoa que praticou o ato ilícito. Os dados de pesquisa, seu conteúdo e o autor, apresentam uma singularidade muito delicada para se trabalhar na mesma esfera que demais dados de pesquisa

produzidos pelo campo acadêmico, o que nos faz ressaltar como questão norteadora do trabalho, a problemática do acesso à informação sobre a violência, pelo ponto de vista do encarcerado, especificamente os que cometeram o homicídio, em prol de observar os efeitos, a priori, negativos e positivos de prover o acesso a esta tipologia documental.

Destarte, o objetivo geral da presente tese, é discorrer sobre a constituição, disseminação e os efeitos da violência de forma a prover um protocolo de acesso à informação que construído a partir das narrativas de pessoas presas e as demandas, com suas especificidades, das unidades prisionais. A violência é compreendida como uma mortalha a penetrar e se perpetuar por intermédio das inúmeras camadas do corpo social, de forma a constituir e a legitimar um viés informacional, por vezes repleto de equívocos, erros, desinformação, ausências ou mesmo inequidades informacionais. Nessa estrutura, a ilusão informacional e a potência informacional interagem em perfeito equilíbrio, ou em graus diversos de entropia, que pode ocorrer de forma intencional ou não intencional por aqueles que se relacionam com a temática da violência. Para tal, utilizamos os relatos autorais de pessoas em conflito com a lei e, por conseguinte, que estão sob a tutela do Estado, nas instituições prisionais. A motivação primeira é o intuito de evitar que os objetos se transformem em restos não circulantes, pois se verifica o quão essencial é colocá-los em “circulação, para encontrar-lhes um novo uso, um novo proprietário” (BENELLI et al., 2017, p. 10, tradução nossa).

Dois recortes foram utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa. O primeiro é a escolha do arquivo, no qual recorreremos ao dossiê do pesquisador Francisco Ramos de Farias construído a partir do projeto de pesquisa intitulado *O ato criminoso como modalidade de gozo: subjetividade perversa e ato perverso*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A escolha desse projeto se dá pelos seguintes aspectos: situação, pois o projeto se encontra finalizado, haja vista que ocorreu entre os anos de 1995 a 1999, o que agiliza o processo de pesquisa, pois as 56 entrevistas, no qual o recorte adotado foi o de pessoas que praticaram o homicídio, sendo 14 pessoas selecionadas de um total de 26, sob o critério de narrativas que contemplem toda gama de violência que cercam as pessoas desprovidas de suporte do Estado ou mesmo familiar, transcritas de encarcerados que praticaram crimes diversos, já estão disponíveis para o presente trabalho; geográfico, haja vista que os relatos foram construídos em situação de campo no Presídio Hélio Gomes e na Penitenciária Milton Dias Moreira do Complexo Prisional da Rua Frei

Caneca³ do Estado do Rio de Janeiro, sendo ambas caracterizadas como instituições que se destinam ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado ou encarcerados provisórios e condenados que estejam em regime fechado, porém sujeitos ao regime disciplinar diferenciado (BRASIL, 1984); ética, como a pesquisa discute a partir do conteúdo inerente aos relatos autorais, cabe-nos ressaltar alguns pontos: não houve necessidade de registrar o estudo atual junto ao comitê de ética, tendo em vista que o projeto já foi finalizado; pelo fato de que as pessoas presas não foram identificadas e o dossiê consultado também já se encontra registrado pelo pesquisador na seção de direitos autorais da Fundação Biblioteca Nacional, sob o número: 757.783, livro: 1.469, folha: 274. Avigora-se que o dossiê também apresenta anuência do autor para ser consultado e utilizado na presente pesquisa, respeitando-se os direitos morais e patrimoniais, além de estabelecer a citação e indicação de origem da obra, tal como preza o artigo 46º, inciso III da Lei que versa sobre os direitos autorais (BRASIL, 1998).

O segundo recorte é a escolha dos relatos, pois se priorizou a análise das narrativas que apresentam o crime de homicídio, haja vista que é a ocorrência que mais se apresenta no registro dos encarcerados entrevistados. Além disso, esses relatos serão analisados por um viés multi-institucional e, por conseguinte, multissocial, de forma a dar visibilidade não apenas ao crime, mas também as várias relações inerentes ao ser humano, no qual se inclui as esferas sociais e as instituições que o mesmo relata como experiências oriundas do período anterior, presente ou mesmo após a estada na prisão, pois muitos apesar de estarem encarcerados, também foram pessoas egressas do sistema prisional, portanto, reincidentes. Apesar das implicações conceituais sobre o estigma dos encarcerados ser pertinente à pesquisa, o foco principal do trabalho se dará no viés humanístico e suas subjetividades, pois se entende que “o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada por seus semelhantes” (MINAYO, 2016, p. 20).

O marco teórico que dá suporte ao desenvolvimento do trabalho passa pelos conceitos de prisão e anormalidade, definido por Foucault (1979, 2003, 2011, 2010); precariedade, vulnerabilidade e enquadramento por Butler (2015); virtualidade por Bergson (2010); a noção de acontecimento, ou processo, da informação por Baudrillard (1992); entropia por Prigogine (1999, 2002); informação como um fenômeno social por Varela (2007); violência subjetiva

³ Esse Complexo Prisional, o mais antigo do Brasil e da América Latina, foi implodido no dia 13 de março de 2010. Em seu lugar, foi erguido um grande conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida.

por Zizek (2014); homicídio, violência estrutural, violência reativa por Farias (2010, 2012); a relação triádica entre violência, ordem e caos por Sofsky (2006) e a noção de resto, dejetos e reciclagem por Debary (2016) e Benelli et al. (2017).

Aplicamos o procedimento de triangulação metodológica, no qual utilizamos a seguinte tríade de instrumentos: análise de conteúdo, etnografia de arquivo e o estudo de usuários. É mister uma pequena explicação quanto a diferença entre a triangulação de métodos e triangulação metodológica. A primeira, implica em ferramentas que serão utilizadas de forma triangular com o intuito de cobrir um determinado enquadramento daquilo que se pretende estudar, utilizando-se, por exemplo, de entrevista, de questionários e da observação direta. Autores, como Minayo (2005) apresentam esse modelo como sendo uma atividade de cooperação realizada em oito etapas⁴. Neste caso, ocorre uma junção de instrumentos de coleta que podem pertencer a determinada metodologia, tal como estudo de usuários, grupo focal entre outros. No caso da triangulação metodológica, a prioridade não cai em ferramentas que pertencem à determinada metodologia, mas sim ao conjunto de metodologias consideradas essenciais para ampliar o enquadramento do que se pretende pesquisar, além de propiciar, de forma real ou potencial, um aprofundamento daquilo que se pesquisa, haja vista que a simples junção de métodos pertinentes a determinada metodologia talvez não fosse o suficiente para conhecer o campo. Por isso, a triangulação metodológica será combinada com as afecções do próprio pesquisador, no caso o autor da presente tese, pois se constata que a produção de conhecimento não é pautada apenas na experiência, mas em determinações – também podemos dizer uma espécie de verdade – que norteia e abre possibilidades à pesquisa, sendo esta uma particularidade tão somente do sujeito pesquisador (FARIAS, 1996).

Além do processo de triangulação metodológica, é mister uma explicação de cada instrumento metodológico que foi utilizada. Primeiro, dissertamos sobre a metodologia de análise de conteúdo. Bardin (2016, p. 48) define-a como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores”. Esse trecho apresenta o viés oriundo das preocupações

⁴ “Didaticamente, pode-se desdobrá-la em oito passos: formulação do objeto ou da pergunta referencial que vai guiar todo o processo e planejamento geral da avaliação; elaboração dos indicadores; a escolha da bibliografia de referência e das fontes de informação; construção dos instrumentos para a coleta primária e secundária das informações; organização e a realização do trabalho de campo; análise das informações coletadas; elaboração do informe final; entrega, devolução e discussão com todos os atores interessados na avaliação, visando a implementação de mudanças.” (MINAYO, 2005, p. 36-37).

metodológicas quantitativas, no qual “a busca da cientificidade e da objetividade [...] atribuía um alcance meramente descritivo” (SILVA; GOBBY; SIMÃO, 2004, p. 74). Em síntese, este método de análise surgido em meados de 1915 com o intuito de promover pesquisas que dessem conta das minúcias inerentes, em sua maioria nos formatos textuais e orais, ainda não se mostrava com a flexibilidade necessária. Em meados dos anos 1950 e início dos anos 1960, a análise do discurso demonstra novas provocações, de forma a revisar a aplicabilidade da metodologia que passa a estudar os indicadores, em termos quantitativos ou não, em prol da “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 2016, p. 48). Essa ferramenta se entrelaça com as afecções oriundas da pessoa que pesquisa uma determinada temática, pois a mesma pode ter suas inferências confirmadas, ou não, pela aplicação da análise de conteúdo. Assim sendo, a análise de conteúdo, aplicada no arquivo que contém as narrativas de encarcerados, presta-se para dois pontos: superar as incertezas, pois pode refutar, ou validar, a leitura feita pelo pesquisador; além de promover o enriquecimento da leitura, no qual um olhar, mesmo que capacitado para a temática abordada, pode adquirir o “esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não possuíamos a compreensão.” (BARDIN, 2016, p. 35). Em aditamento, as inferências, em consonância com o emprego da análise de conteúdo, podem redarguir a dois problemas: primeiro, quais são as causas que motivaram a construção dessa mensagem? Segundo, quais são as consequências que a mensagem poderá provocar? (BARDIN, 2016).

Verifica-se uma limitação no uso dessa metodologia: o fato de que a mesma pode refutar as inferências feitas, a priori, pelo(a) pesquisador(a). Em parte, essa possibilidade de lacuna é salutar pois demonstra o funcionamento adequado da metodologia que não é usada apenas para ressaltar aquilo que o pessoa gostaria de ver, mas sim, desterrar as nuances informacionais que, muitas das vezes, o(a) pesquisador(a) não imaginaria encontrar. Todavia, a mesma ferramenta pode evocar um quantitativo informacional com o qual o(a) pesquisador(a), ao ter suas premissas refutadas, deverá recomençar o seu percurso, muitas das vezes do início. No caso específico desta pesquisa a possível lacuna citada não se aplica, pois como a problemática é a constituição de um protocolo de acesso salutar à informação proveniente desses relatos e não a mera discussão do conteúdo em si, permite a ocorrência de qualquer resultado oriundo da aplicação metodológica da análise de conteúdo, com possíveis afirmações, ou refutações, haja vista que trará uma luz sobre a importância de se discutir sobre o acesso a essa tipologia documental.

A análise de conteúdo é uma ferramenta que nos auxilia no ato de ser afetado pelo o que o arquivo pode, ou não, ter a nos dizer, pois “supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada.” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160). Logo, por ser uma metodologia que possibilita, mas não tem por função, respaldar um determinado estudo, é aplicável em projetos cujo interesse do(a) pesquisador(a) seja o de perscrutar, investigar, em prol de novas possibilidades de construções a partir dos dados encontrados, além de viabilizar a construção do senso crítico por parte do(a) pesquisador(a) e do objeto pesquisado.

No que diz respeito a segunda ferramenta metodológica, vamos explicitar os pontos que implicam no uso da etnografia de arquivo para a presente pesquisa. O método etnográfico implica na pesquisa de campo, é multifatorial – pois se utiliza de diversas técnicas para a coleta de dados, sendo qualitativo ou quantitativo, em prol de triangular uma conclusão, é indutivo, dialógico e holístico (ANGROSINO, 2009). O campo aqui toma duas abordagens de observação: para o primeiro viés, é essencial as afecções por parte do(a) pesquisador(a) ao adentrar o espaço prisional, local no qual estão as pessoas que fazem parte da pesquisa. Uma miríade de apontamentos são consideradas, tais como: os detalhes do espaço, modo de vida dos presos, seus relatos, acontecimentos, imprevistos, rotina prisional, ou seja, as observações *in loco*, ou as afecções, que surgem neste ambiente prisional, sem contudo utilizar a própria fala das pessoas presas, haja vista que já existe um arquivo a ser analisado na presente pesquisa e, por conseguinte, não há necessidade de solicitar um registro junto ao comitê de ética, pois o foco não será entrevistar ou mesmo utilizar os relatos feitos pelos encarcerados nestas visitas. Essa perspectiva é possível graças ao projeto de extensão intitulado *Universidade e prisão: um diálogo crítico e dialético*, no qual atuei como participante e pesquisador nos anos 2017 e 2018. A proposta dessa extensão universitária é o desenvolvimento de atividades junto a uma equipe multidisciplinar e a população carcerária do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. O projeto desenvolve atividades de grupo de estudos e pesquisas sobre a privação e restrição de liberdade; curso de capacitação com os assistentes sociais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e trabalho socioeducativo junto aos encarcerados da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira e o Instituto Penal Benjamin de Morais Filho. É nesse espaço de aprendizagem, observação e interação, que muitos pontos surgem e afetam o olhar do pesquisador, que passa a se reconfigurar constantemente dentro da temática ao qual estudo.

O segundo viés, é o campo “remoto”, ou seja, a pesquisa feita com o arquivo de relatos dos encarcerados, pois o campo no qual o(a) pesquisador(a) adentra não é apenas o campo físico, com pessoas vivas e próximas fisicamente de quem ali tenta apreender alguma coisa com fins acadêmicos, sociais, egóicos e afins, pois para afirmar, confirmar ou recordar uma lembrança, não há necessidade da presença material e sensível da pessoa (HALBWACHS, 2003). Essa citação nos remete ao passeio que o mesmo autor nos relata em sua ida à Londres. Sua visita ao Westminster, evoca a informação que o seu amigo historiador havia lhe dito; no momento em que passava pela ponte, o autor se lembra do efeito de perspectiva que o seu amigo pintor lhe disse; muitas edificações como a Catedral de Saint Paul, a Mansion House e afins, remetiam a Halbwachs os romances de Dickens, lidos na infância. Em suma, o acesso, mesmo que remoto, permite-nos adotar o ponto de vista do pesquisador e do seu objeto (no caso a narrativas de pessoas encarceradas), nos faz perscrutar as várias nuances do grupo estudado – tal como se fizessemos parte do grupo – permitindo-nos continuar “a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho” (HALBWACHS, 2003, p. 31).

Para além da questão do campo, a etnografia de arquivo também é, em sua maioria, não reativa. Não há influência, e possíveis construções equivocadas ou mesmo errôneas, por parte do(a) pesquisador(a) nas respostas das pessoas, haja vista que não há uma interação direta com as pessoas que contribuíram com suas narrativas para o arquivo estudado. A metodologia tem um custo baixo, pois neste caso, basta o acesso em mãos do arquivo que foi fornecido pelo próprio pesquisador. A etnografia de arquivo também é importante quando se quer estudar as transformações, ou não, além de comportamentos ao longo do tempo. Em aditamento, essa ferramenta metodológica também é crucial para estudar assuntos que possam ser considerados difíceis ou delicados demais para serem diretamente observados ou questionados (ANGROSINO, 2009). O último ponto é muito pertinente, pois discutir sobre a questão da violência e a construção de um protocolo de acesso à informação dos dados de pesquisa, neste caso narrativas de pessoas presas, envolve inúmeras questões jurídicas, de segurança (seja dos encarcerados, do pesquisador), além de dar visibilidade a uma cultura, a priori, não tão acessível pelo público em geral, ou mesmo por pesquisadores que abordam a temática da violência ou segurança pública, por exemplo.

Todavia, Angrosino (2009) afirma que a etnografia de arquivo também possui algumas possíveis limitações: primeiro, o fato de que os dados jamais são inócuos (quem realizou a

coleta? Com quais propósitos? O que pode ter sido omitido, intencionalmente ou não, no processo de coleta? O que pode ter sido evocado, ou ressaltado, na construção de dados em situação de campo, seja por parte do(a) pesquisador(a) ou mesmo do campo que o mesmo estudou?). Quanto as duas primeiras interrogações não são problemas que se aplicam a presente pesquisa, pois o pesquisador que realizou a coleta, no caso as entrevistas e transcrições da mesma, é o mesmo que atua na condição de orientador dessa tese, o que viabiliza a constante comunicação e esclarecimentos sobre a proposta desse arquivo de relatos. Segundo o projeto *O ato criminoso como modalidade de gozo: subjetividade perversa e ato perverso*, que consta como registrado no Escritório de Direitos Autorais, da Fundação Biblioteca Nacional, esse dossiê que compõe as transcrições dos relatos das pessoas presas, a pesquisa tinha por objetivo investigar como o ser humano dispõe de sua subjetividade no ato criminoso, ou seja, detectar como a pessoa presa se imagina na posição de quem crê haver uma vulnerabilidade na vítima, além de fornecer materialidade ao discurso para então poder refletir sobre esses atos numa relação social (FARIAS, 2018). Quanto a terceira questão, das omissões, se enxergarmos em *lato sensu*, toda e qualquer tipologia documental e não apenas uma determinada metodologia pode apresentar lacunas que ocorrem de forma voluntária ou involuntária, dito de outra forma, a inocuidade não é uma característica de uma lembrança ou documento, haja vista que são construções que se destinam ao porvir (GONDAR, 2016). Entretanto, cabe-nos ressaltar o quão préstimo é trabalharmos não apenas com um arquivo, mas ao mesmo tempo com o próprio autor que construiu esse acervo de memórias, pois a possibilidade de dirimir equívocos, bem como preencher as possíveis lacunas e omissões do arquivo se faz no decorrer da própria pesquisa e dos percalços que a mesma pode apresentar. Quanto a quarta questão, a deficiência do que pode ter sido evocado, ou ressaltado, seja pelo(a) pesquisador(a) ou mesmo pelas insurgências do campo, a etnografia de arquivo pode não necessariamente responder a este questionamento, porém aqui cabe reforçar o quão importante será aplicarmos a metodologia de análise de conteúdo, o que demonstra a importância de ambas as ferramentas trabalharem juntas, preenchendo as deficiências ou problemas que uma ou outra metodologia pode não dar conta sozinha.

Eis que apresentamos a terceira ferramenta metodológica que fará parte do processo de triangulação: o estudo de usuários. Surgiu na Inglaterra no século XX, sendo utilizada como um método de estudo científico e social em termos de sua aplicabilidade (FIGUEIREDO, 1983). Contudo, seu viés era puramente quantitativo, o que implica-nos mostrar brevemente a transição histórica com o intuito de justificar a empregabilidade dessa metodologia na

presente pesquisa. Nos anos 1970, o estudo de usuários preocupava-se com o modo pelo qual o usuário obtinha e usava a informação. Nos anos 1980, surge os questionamentos sobre o processo de automação, em prol da construção de serviços e sistemas de informação. Todavia, é a partir dos anos 1990 que a transição do modelo quantitativo para o modelo qualitativo se torna visível, momento em que os pesquisadores do comportamento observaram que as pesquisas com os métodos quantitativos não lograram quanto a identificação das necessidades individuais de informação, nem contribuíram para a implementação de sistemas, ou protocolos adequados de acesso à informação desses usuários (BAPTISTA; CUNHA, 2007).

É com base nessa nova preocupação com o sujeito e as implicações quanto ao acesso à informação que se torna crucial os estudos de usuários, pois enquanto as metodologias anteriores têm por foco analisar o arquivo, a metodologia do estudo de usuários trás à luz a necessidade da informação e não o documento, além de levar em conta o ambiente social no qual a temática da dita tipologia documental versa, de forma a promover discussões sobre a problemática social com o qual os usuários estarão envolvidos por intermédio do acesso desses relatos (FIGUEIREDO, 1983).

Vale ressaltar que o estudo de usuários entra como um instrumento que possibilita reflexões a cerca das demandas das pessoas presas e as questões inerentes ao ambiente prisional. A etnografia de arquivo, somado ao processo de análise de conteúdo, são basilares para evidenciar esses dados, pois a dificuldade e os entraves comuns ao acesso e construção de pesquisa nas prisões interferem no tempo hábil de execução do estudo tão necessário as próprias pessoas que contribuem, com suas narrativas, para a presente pesquisa.

Os métodos mais usuais de se promover o estudo dos usuários, são: questionários, entrevistas ou observação. Porém, outros procedimentos podem ser utilizados desde que o foco seja analisar os usuários reais ou potenciais de informação. Para a presente pesquisa, foi elaborado um questionário semiestruturado, no qual questões objetivas sobre a tipologia documental discutida são apresentadas e na parte aberta, pretende-se coletar dados que versam sobre os pontos positivos, desafios e necessidades, reais ou potenciais, dos usuários (FIGUEIREDO, 1983). A partir desse modelo construído a partir de aportes documentais e narrativas das pessoas citadas, o protocolo adquire corpo com a construção de categorias que servem como indicadores gerais a ser pesquisado nas unidades prisionais de acordo com suas particularidades.

É congruente que a metodologia em questão também se utilize da coleta de dados com os usuários por intermédio de encontros com determinados grupos (docentes, pesquisadores,

discentes de graduação, mestrado, doutorado e afins) que estabeleçam alguma relação com os estudos da violência, seja por afiliação em laboratórios de pesquisa, textos publicados ou atividades técnicas. O questionário e, por conseguinte, a formação das categorias, é basilar para a construção de um protocolo de acesso à informação aos relatos autorais de pessoas presas ou egressas do sistema prisional, em prol de corroborar não apenas com o acesso dessa tipologia documental, mas também de prover subsídios quanto ao monitoramento, construção e revisão de políticas públicas, tendo como norteador jurídico os direitos e deveres dispostos pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. Em suma, a triangulação de metodologias pode contribuir para alargar o enquadramento, ou seja, ampliar a visão sobre o que versa esta tipologia documental e como esses relatos são vistos em termos de necessidades reais e ou potenciais.

Antes de adentrarmos nas descrições breves sobre as seções da presente pesquisa, é mister um desenvolvimento conceitual sobre tipologia documental, adotada no decorrer da investigação. O conceito é discutido sob várias nuances nos campos de Biblioteconomia, Museologia, Arquivologia, História e afins. Contudo, será aplicado o viés da Ciência da Informação devido a amplitude de discussões sobre o conceito de documento, sua transversalidade – tendo em conta seus aspectos similares discutidos nas outras áreas supracitadas – e o fato de que o documento é, independente das particularidades discutidas nos diversos campos do saber, um “suporte material do saber e da memória da humanidade” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 41).

Segundo Guinchat e Menou (1994), uma tipologia documental pode ser analisada sob dois vieses: as características físicas (material, natureza, tamanho, peso, apresentação, produção, meio de consulta, periodicidade etc.) e as características intelectuais (objetivo, conteúdo, assunto, tipo de autor, fonte, difusão, acessibilidade, originalidade etc.). Cabe defender a importância de um olhar singular para o dossiê pesquisado, pois o mesmo se mostra como uma tipologia documental cujas características demandam uma atenção por parte não só de pesquisadores, mas também da atenção ao próprio conteúdo, o fato de serem transcrições de fala das próprias pessoas sob custódia do Estado, portanto privadas de liberdade e pela importância dessas narrativas também serem úteis na tomada de decisão sobre revisão, construção e monitoramento de políticas públicas afirmativas que atendam a categoria de usuários em questão, mas que também podem ser aplicadas a demais pessoas carentes das necessidades relatadas no próprio documento.

Em termos de características físicas, o dossiê estudado se apresenta da seguinte forma: é textual (transcrição de entrevistas), material é no formato papel e digital, manufaturado (não produzido para fins comerciais, porém realizado por intermédio de pesquisador, colaboradores e a fala das próprias pessoas presas), utilizado por meio de leitura natural ou dispositivos eletrônicos (em caso de consulta a versão digital), periodicidade nula (pois o dossiê é uma composição única e oriunda de um projeto finalizado) além de ser produzido em formato de não publicação comercial (cujo valor se encontra no conteúdo, na atemporalidade das questões registradas, de difusão restrita e, a priori, disponíveis apenas em contato direto com o autor pesquisador ou ao documento registrado na Biblioteca Nacional).

Quanto as características intelectuais o dossiê se mostra: múltiplo (pois possui serventia para além da proposta inicial do pesquisador, ao agregar em investigações de cunho jurídico, informacional, psicológico, sociológico e afins), é uma tipologia cujo grau de elaboração é primário (original construído pelo próprio autor), de conteúdo ímpar (original, de teor atemporal, informação útil a vários segmentos e com dados diversos sobre as pessoas presas), e de origem pública (tendo em vista que o dossiê é resultado de um projeto de pesquisa realizado em âmbito institucional acadêmico com fomento de órgãos públicos). Em suma, as particularidades desse dossiê nos revela a importância de prover discussões, investigações e um tratamento adequado, por ser compreendido como uma tipologia documental singular e pouco recorrente no próprio meio (científico) em que circula.

Após a explicitação das metodologias e do objeto a ser estudado, alinhadas em um procedimento de triangulação, é convidativo que apresentemos as seções e suas discussões. Depois da introdução, a primeira seção tem por ênfase discorrer sobre a estrutura que constitui, legítima, perpetua e viabiliza uma espécie de automanutenção do que chamamos de violência entrópica. Para tal, é mister estabelecer as seguintes subseções: primeiro, discorrer sobre a problemática da pesquisa com a violência; segundo, analisar os atores institucionais – prisão, aparelho judiciário, sociedade e o viés corporativista das ocupações profissionais – e sua política da violência para com a pessoa presa; terceiro, examinar a formação da violência entrópica, vista como um sistema no qual as instituições e as múltiplas tipologias de violências possuem um papel importante na solidificação do Estado Penal, em detrimento do Estado de Bem Estar Social; quarto, compreender as implicações inerentes a restrição informacional, vista como uma particularidade que afeta o acesso à fala das pessoas presas ou egressas por meio de bloqueios quanto as suas demandas, acesso as suas respectivas narrativas, bem como a parca literatura e movimentação do campo científico em prover

discussões quanto ao acesso à informação em seu sentido lato, ou seja, têm-se um espaço para discutir a violência entrópica de viés informacional.

A segunda seção apresenta os relatos de pessoas que cometeram homicídio, com o intuito de afirmar e evocar singularidades no que diz respeito a manutenção da violência entrópica, discorrendo sobre os inúmeros vetores de violência que a promovem, em consonância com o viés da restrição informacional. A partir dessa análise, se cria subsídios para a construção de um protocolo de acesso à informação de uma fonte que, para além de sua singularidade, nos desvela um campo de infindáveis pesquisas e, por conseguinte, possibilidades de revisão, ou criação, de políticas públicas.

Após as seções citadas, desenvolve-se as partes de considerações, referências utilizadas e o anexo, campos essenciais à presente pesquisa.

2 VIOLÊNCIA ENTRÓPICA

“Em a natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”
(LAVOISIER, 1777?, s/p).

Declara-se que o pensamento acima pertence ao chamado “pai da química”, por inúmeros fatos, porém início com o seguinte apontamento: quando o cientista Antoine Laurent de Lavoisier menciona “na natureza nada se cria”, o mesmo provoca o rompimento com a alquimia, ao fundamentar, por intermédio da nomenclatura de elementos, a chamada química moderna, científica ao invés dos pressupostos, em certa medida, obscuros declarados a então alquimia.

O autor da obra intitulada Tratado Elementar de Química, de 1789, nos apresenta suas reflexões, fruto de um trabalho desenvolvido ao longo de sua vida, chamado lei de conservação da massa, ou Lei de Lavoisier, no qual, em síntese, declara que a massa de todas as substâncias, ao sofrer o processo de combustão, permaneciam inalteradas. Sabe-se que há microscópicas alterações na massa, mas o que nos interessa na presente reflexão é entender que independente dos processos, o que temos não é algo novo, mas sim uma transformação, ou seja, algo que pode vir a ser inovador, mas que se irrompe através de inúmeros processos, elementos já existentes.

A premissa de Lavoisier, apesar de ser pertencente a área de conhecimento da química, se mostra fecunda quando pensamos a questão da violência, pois se entende que a mesma é inerente a condição humana tanto quanto a condição da natureza, apesar de haver diferenças em como a ação violenta é promovida. Em suma, não podemos depreender as razões, com exceção das explicações oriundas do campo da Química ou da Física, que corroboram para a violência empregada pela natureza. Essa apenas age. Contudo, a violência de ordem humana implica em uma miríade de fatores, no quais podemos depreender, em sua maioria, que há um estado de consciência, ou seja, uma intencionalidade – voluntária ou involuntária – de promover uma ação de força em relação ao outro, de forma a evocar o caráter de movimentação da violência, ou seja, essa não é estática e migra suas ações de acordo com os objetivos do momento. De qualquer forma, podemos observar a violência como um elemento que atravessa vários campos, espaços, sujeitos, culturas, provocando rupturas, criações e transformações, cujas ações da violência humana sendo resultantes das transformações e vontades do próprio ser.

Assim sendo, iremos discorrer sobre três concepções distintas, porém entrelaçadas: primeiro, adentrar nas implicações sobre a pesquisa com a violência; segundo, analisar o que se entende por violência institucional; terceiro, analisar a construção que chamamos de violência entrópica.

2.1 Reflexões acerca da pesquisa com a violência: construções e efeitos da memória no ordenamento social

Discutir sobre as pesquisas, metodologias e as demais implicações provenientes da temática da violência, sempre nos remete a uma decisão política, que resulta daquilo que se espera responder, ou mesmo que possa nos surpreender. Assim sendo, cabe-nos dedicar algumas palavras sobre uma relação, em certa medida híbrida, que acompanha as pesquisas: o entrelaçamento e as aplicabilidades da memória e da informação.

Partindo de um pressuposto bergsoniano, podemos definir uma das características da memória a partir da sua lógica processual, no qual a mesma é vista como uma ação que ocorre no presente, ao mesmo tempo em que bebe da fonte do passado e se direciona ao vindouro (GONDAR, 2005). Esta noção elementar sobre a memória advém do conceito de duração proferido por Bergson, o qual quebra com a concepção equivocada quanto a memória ser “fruto do passado”, quando na verdade a memória se alimenta do passado, mas surge no agora, sendo uma construção processual, presente e dinâmica, por vezes difusa, haja vista que não se pode dizer que há apenas uma versão da memória a nos circundar, mas sim que há nuances mnésicas, perspectivas ou pontos de vista de uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006).

Logo, as implicações metodológicas, e qualquer relação que apresentemos diante das pesquisas sobre a violência, podem ser vistas como uma escolha que emprega aquilo que nos afeta como um viés motivacional, o que ocasiona em uma pesquisa, estratégias de busca, recuperação de fontes, registros, entrevistas – aqui podemos dizer que nossa motivação se apoia no passado, em ações finalizadas ou em manutenção – em vias de promover mudanças e/ou manutenção das políticas públicas e demais questões pertinentes à violência atual ou no porvir.

Destarte, pode-se afirmar que, provavelmente, toda pesquisa envolve um trabalho de memória, no qual se emprega uma energia para perpetuar e, por conseguinte, atuar em um determinado grupo, pessoa, sociedade e em si mesmo, portanto, o *motus ratio* da memória é a

ação. Em exemplo, podemos citar o próprio trabalho de construção dos relatos de pessoas presas por crimes de homicídio, pois esta tipologia documental surgiu através dos encontros entre pesquisadores e os próprios encarcerados, nos quais as suas narrativas, sendo estas compreendidas como uma ferramenta metodológica da memória, permitem a construção de uma memória que está sendo produzida no agora, e outorga uma força que se transfere para o agir, ao mesmo tempo em que registra a si mesmo por intermédio de vastas tipologias documentais, a saber: documentos eletrônicos, livros, dossiês, transcrições, áudios e demais formatos, independente de se constituírem de forma impressa, eletrônica ou virtual.

Essa tríade conceitual, memória, ação e esquecimento se constitui tal como uma forma intrincada, pois onde há memória, também pode-se verificar a existência dos rastros, vestígios, cuja não evocação os mantêm em estado de esquecimento, entretanto, disponíveis, para que determinadas circunstâncias os tragam em evidência. Pollak (1989, p. 5) ressalta que: “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. Apesar do discurso do autor ser atrelado às concepções de uma memória soterrada por discursos estatais, o conceito de memória subterrânea proposto como um processo no qual uma determinada memória é suplantada de forma intencional por outra, de forma a provocar o apagamento identitário, impor o silêncio e velamento de determinadas categorias, pode ser aplicado quando pensamos nas pesquisas que tratam da violência, cuja noção de memória é tão presente quanto a noção de esquecimento, que se ancora, de forma velada, nas condições de silêncio e demais formas de esquecimento.

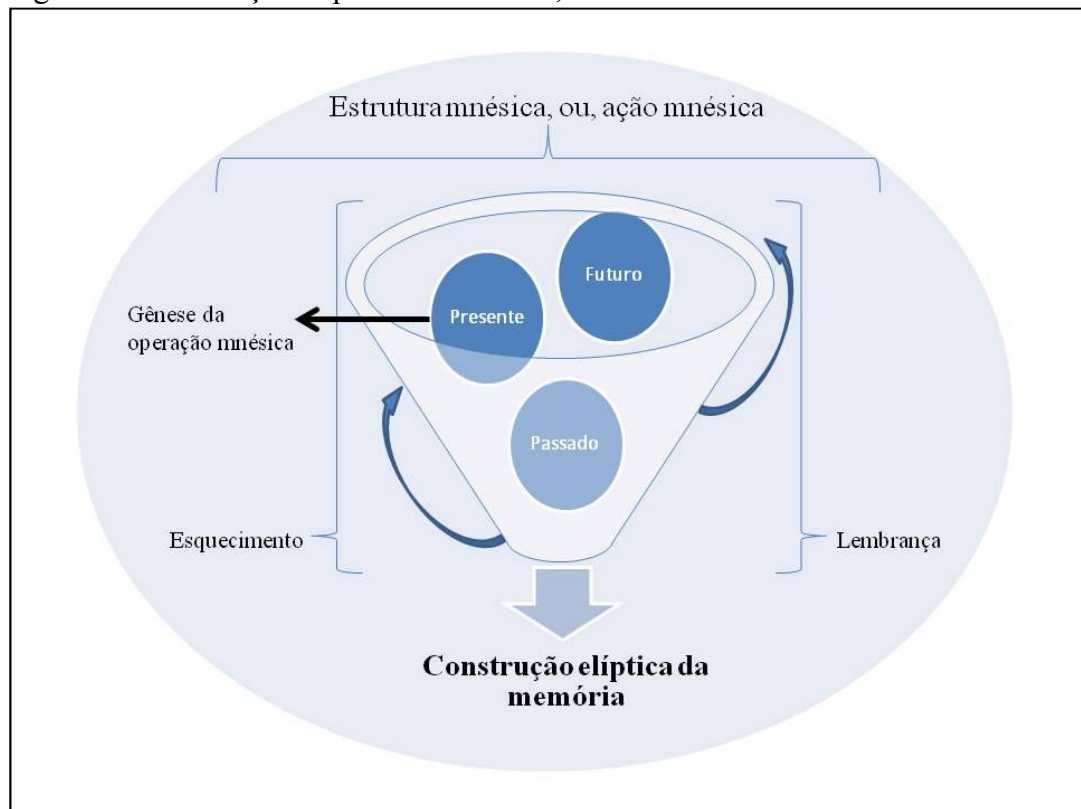
Freud (1974, p. 87) em sua obra intitulada “O mal estar na civilização”, avigora que devemos subjugar “o erro de supor que o esquecimento com que nos achamos familiarizados significava a destruição do resíduo mnêmico”. Tomando como exemplo o projeto de pesquisa cujo dossiê serve de pano de fundo na análise da presente tese, é mister um olhar atento às narrativas feitas por cada encarcerado, pois suas falas ao mesmo tempo em que remete à ação, portanto, abriga o viés mnésico, podem veicular memórias desveladas ou subterrâneas, ao mesmo tempo em que determinados trechos da fala e, por conseguinte, de sua transcrição, apresentam traços ocultos, de forma intencional ou não intencional.

Para além dos traços, também nos instiga pensar se esses fragmentos, ou lacunas, não se constituem no formato de rastros, ou seja, pontos em que o sujeito constrói unicamente de forma involuntária, ou, nas palavras de Gagnebin (2009, p. 113): “quem deixa rastros não o faz com a intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é

marcado por essa não-intencionalidade”. Porém, é pertinente que façamos uma crítica ao decifrar meramente “não intencional” como diz a autora. Por mais que determinados esclarecimentos, provenientes do acesso súbito e inesperado podem acontecer, também se torna exequível o decifrar dos rastros de forma intencional. Não é a toa que inúmeras áreas do conhecimento e respectivas ferramentas metodológicas foram confeccionadas para esta função, tal como áreas de investigação criminal ou metodologias empregadas comumente no campo acadêmico como os instrumentos de análise do discurso, análise do conteúdo, triangulação de métodos, ou de metodologias e afins, que agem em prol de uma ampliação do enquadramento de análise, com vistas a elucidação de casos a partir da busca de seus respectivos rastros.

Com base na exposição acima, é mister um ordenamento do pensamento, cuja exposição consta na ilustração intitulada construção elíptica da memória (figura 1).

Figura 1 – Construção elíptica da memória, 2020.



Fonte: construção do autor.

Cabe iniciar com a explicação de que a figura demonstra um processo que toca não apenas na categoria individual, mas também é observado em diversas dimensões, de ordem institucional, de grupos, sociedade e afins. A imagem permite depreender alguns pontos

discutidos no tocante a memória: entende-se que a mesma se constrói a partir do presente, sendo este momento a gênese da operação mnésica, no qual ocorre o entrelaçamento do passado com as possibilidades de usufruto, ou, o porvir, constituindo assim, a memória. Essa perspectiva utiliza-se de um viés Halbwachiano e Bergsoniano, tendo em vista que essa estrutura mnésica, ou ação mnésica, é fruto da nossa relação com o presente, que implica no lugar em que a pessoa ocupa no momento, a dinâmica desse espaço, do grupo ao qual a pessoa se relaciona, sendo, então, “uma corrente de pensamento contínuo” (HALBWACHS, 2006, p. 102). Em complemento, essa continuidade, ou duração, é reforçada pela lógica bergsoniana no qual a memória é vista como algo que envolve a tríade, passado, presente e futuro de uma forma não linear, mas sim entrecruzada, cujo corpo da pessoa mostra-se mais do que um simples receptáculo de memórias, mas sim como uma fonte com o potencial de escolha para evocar a lembrança útil, ou memória, “que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final” (BERGSON, 2010, p. 209).

Essa dinâmica da construção da memória se dá de forma elíptica, pois sabe-se que a memória é algo em constante construção, transformação, até mesmo pelo fato de que as pessoas, grupos, instituições e afins ao qual a memória se insere também passam por modificações, o que inviabiliza o pensamento linear ou cíclico da memória, pois ela só se perpetua com base naquilo que está vivo nos seres humanos e no corpo social, ao mesmo tempo em que pode se apresentar de diversas formas, ou seja, pode haver várias memórias operando ao mesmo tempo, sendo que em todas as possibilidades mnésicas, a relação entre os dados que serão descartados, ou fadados ao esquecimento, e os que serão evocados, compõem um novo arranjo, portanto, uma nova construção – ou construções – de memória (HALBWACHS, 2006).

O fato de verificarmos a memória como um processo de construção que se dá de forma elíptica, ao mesmo tempo em que pode eclodir de diversas formas ao mesmo tempo, nos remete a problemática do enquadramento, ou seja, qual a moldura que está sendo empregada na construção dessa memória. Quando pensamos na abordagem motivacional das pesquisas que versam sobre a violência, especificamente sobre os relatos de homicídios, temos de lidar com diversos enquadramentos, ou construções mnésicas, que implicam em múltiplas ações sob a mesma pessoa: adoção de políticas públicas de encarceramento, de inserção da pessoa presa no mercado de trabalho, de implementação de novas ações punitivas, revisão das políticas de Segurança Pública entre outros espaços que empregam essas construções mnésicas em prol de ações que muitas das vezes colocam o ser humano apenas

como pano de fundo para planos de esferas maiores com viés político, econômico, punitivo e afins.

O ato de enquadrar, implica em um processo de contenção, transmissão e determinação do que é permitido se tornar visível, sendo uma ação que ocorre em graus temporais distintos (pois varia de acordo com a necessidade daquele que enquadra pessoa, grupos, instituições), sendo essencial o estabelecimento de condições de reprodutibilidade para que ocorra êxito (BUTLER, 2015). Nesse contexto do enquadramento, Butler (2015, p. 25-26) afirma que a reprodutibilidade necessita de "uma constante ruptura com o contexto, uma constante delimitação de novos contextos", o que indica a fragilidade do enquadramento quanto à questão da contenção, haja vista que o "enquadramento se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva seu conteúdo". Em parte, a tese da autora procede, pois nenhum processo de enquadramento – neste caso também podemos dizer, construção de memória – consegue, mesmo que tenha a intenção, de dar conta daquilo que almeja transmitir, perpetuar, tal como vimos no que diz respeito a escolha entre o que será evocado e o que se destinará ao esquecimento, mas ainda sendo útil tal como os restos e vestígios que são vasculhados constantemente de forma intencional ou não intencional pela perícia, jornalistas, pesquisadores e afins. Entretanto, o trecho em que a autora versa sobre a necessidade de uma "constante ruptura" para a manutenção da reprodutibilidade deve ser visto com cuidado, quando não, uma premissa equivocada.

O enquadramento, ou construção mnésica se dá de uma forma elíptica, o que nos faz pensar que é um processo dinâmico, que se movimenta lentamente em um perpetuar que pode depender, muitas das vezes, de dados do passado que morosamente se constituíram como premissas a fundamentar uma ação que se dá no presente. Assim sendo, podemos entender o enquadramento como algo que não se modifica bruscamente, por meio de uma ruptura em busca da manutenção da reprodutibilidade, mas sim como um processo tal como os milhões de frames que compõem um filme, processo este que transmite algo não por cortes bruscos, mas sim como um movimento lentamente modificado, aderindo cada imagem, cada deslocar de enquadramento de uma forma que visualizamos apenas uma ação, mas que aos olhos treinados dos editores de imagem e som, apresenta inúmeros pedaços que se ligam de forma harmoniosa.

Para exemplificar, basta olharmos para o processo de criminalização da pobreza, empregado por diversos Estados, no qual temos um aparelho de poder que apenas "libertou" pessoas negras, outrora escravizadas no Brasil, porém sem condições mínimas de

desenvolvimento, empurrando-os para regiões distantes, posteriormente chamadas de favelas, comunidades – e por que não dizer espaços de segregação ou micro *apartheids* –, além de manter os mesmos em condições de subserviência, devido as baixas remunerações, baixo acesso a instrução escolar, saúde, assistência jurídica e afins, privando-as do amparo social e fornecendo apenas a “contenção repressiva dos pobres [e] o recurso maciço e sistemático à prisão” (WACQUANT, 2007, p. 113). Esse é um processo que ocorre em diversos países, tal como descrito na obra intitulada *Punir os pobres* de Loic Wacquant, e no caso do Brasil podemos dizer que desde a sua formação e desprendimento da qualidade de Colônia de Portugal, portanto, é crível pensar no constante deslocar, mas rompimento, por mais sutil que possa ser, não se aplica aos processos de subjugação, ou de construção de condições precárias, de uma determinada pessoa em um corpo social (BUTLER, 2015).

Contudo o viés histórico apresentado acima pode apresentar outros dados diante de olhares distintos como as narrativas de pessoas que eram escravocratas nesse período ou o olhar dos mercadores, do Estado entre outras pessoas, grupos, instituições e sociedades que podem trazer uma leitura com dados diferentes, porém sem descontextualizar ou desvirtuar os dados históricos em questão.

Quando exercemos uma pesquisa, ou participamos, de um determinado enquadramento no qual o ser humano estudado é aquele que cometeu o homicídio, dificilmente têm-se notícias, grupos ou aparelhos do Estado que priorizem as devidas assistências para este segmento, não como um ser em conflito com a lei, mas sim para o antes, no intuito de promover condições que não corroborem, diminuam, em certa medida, a construção dessa pessoa que é alocada, por intermédio de estigmas, ausência de assistências e afins, como uma sombra e produto do próprio Estado. Antes de direcionarmos o olhar para o crime e para a pessoa criminosa, é mister observar a mesma diante da precariedade e das condições precárias pelas quais a mesma é afligida cotidianamente. Cabe uma breve explanação destes conceitos.

Dizer que a vida é precária, significa compreender que a vida em si apresenta o aspecto de precariedade, sendo que a problemática incorre no fato de que há variações no grau de precariedade de cada vida (BUTLER, 2015). Em suma, deve-se compreender que antes da categorização do sujeito pelo seu crime, é necessária uma consciência que alerte constantemente quanto ao fato de que ali há um ser vivo e que a sua situação orgânica já remete a precariedade, pois as vidas “podem ser eliminadas de maneira proposital ou acidental; sua persistência não está, de modo algum, garantida” (BUTLER, 2015, p. 46).

Essa compreensão, a priori elementar, só é possível a partir de uma consciência que age pelo viés dialógico, ou seja, existir perante um processo no qual os seres humanos voltam-se um-para-o-outro; [...] – e não importa com que medida de atividade ou mesmo consciência de atividade – ter-se voltado um-para-o-outro” (BUBER, 2014, p. 41). Porém, essa relação na qual um não é subjulgado pelo outro, na qual um é compreendido pelo outro, um não se utiliza do outro, um não suplanta o outro, implica em uma complexidade principalmente quando discorreremos sobre pessoas que praticaram justamente atos contra o outro, atos que repercutem no corpo social, o que delimita cada vez mais o espaço em que cada ser humano pode se deslocar, entrecruzar, dialogar, em uma relação cada vez mais distante, ou próxima apenas nos casos em que o diálogo – e não o processo dialógico – são necessários. Assim, é crucial pensarmos os motivos reais e potenciais pelos quais determinadas relações são construídas, pois sabe-se que a relação da pessoa criminosa com o Estado se dá por inúmeros pontos de interseção – aparelho judiciário, privação de liberdade, instituições prisionais – e essas “relações perigosas”, parafraseando a obra de Choderlos de Laclos, são nocivas não apenas à pessoa presa, mas também a outros inúmeros grupos extramuros, ao mesmo tempo em que é benéfico para determinados segmentos, pois sabe-se o quanto essa relação é útil para determinados segmentos sociais, aparelho judiciário e seus “lacaio científicos” que outorgam suas verdades sobre o ser humano criminoso por meio de vastos discursos de saber, de forma que podemos apreender os motivos que levaram a justiça – a promover tão facilmente – uma rápida adoção do sistema prisional, pois Foucault (2011, p. 242) já alertava que mesmo a prisão não sendo “filha de seus pensamentos. Ela [a justiça] lhe era agradecida por isso”.

O paradoxo da questão é o fato de que justamente o Estado com suas assistências, desenvolvimento de pesquisas, aparato médico, psicológico, jurídico e de segurança, a priori, criados em seu cerne para servir ao corpo social, é justamente o que aflige ao próprio corpo social, cujos seres humanos devem constantemente ser protegidos do “Estado mefistotélico” que lhes “fornece” direitos em troca de “contribuições” oriundas do próprio corpo social (BUTLER, 2015).

Diante de algumas elucidções conceituais quanto ao funcionamento da memória e a problemática da pesquisa com a violência apresentadas nesta seção, não podemos negligenciar uma particularidade comumente empregada e perpetuada sobre o ser humano, sombra de seu crime, especificamente quando falamos da questão do homicídio: o discurso do

ser irrecuperável. Em consequência, incorre-se em um processo que busca “estranhar, desnaturalizar e criar novos conceitos” (FACEIRA, 2016, p. 342).

Esta problemática é percebida tantos nos diversos relatos (dossiês, notícias e afins) que se perpetuam em diversas naturezas textuais e não textuais (impressos, virtuais, imagéticos) quanto nas falas diretas de pessoas presas que têm uma espécie de “discernimento” do “grau de tolerância” da sociedade quanto aos seus crimes. Em exemplo, sabe-se que a pessoa egressa do sistema prisional adentra em uma categoria delicada na vida, pois o mesmo já exerceu o cumprimento de sua pena, porém as barreiras sociais são distintas para aquele que é identificado por um crime de furto em comparação com quem praticou o ato de homicídio, latrocínio, estupro e afins. Não é raro vermos o discurso adotado pelos diversos instrumentos de comunicação com esta categoria de pessoas presas, muitas das vezes por crimes que também são julgados em um grau mais degradante dentro das próprias prisões. Em jornais impressos, eletrônicos, livros de autores com suposta *expertise* e, psicopatologia forense, criminologia e afins costumam inclusive se utilizam de termos não técnicos ao citar seres humanos que praticaram atos vistos como ultrajantes chamando-os de “monstros”, “demônios” e demais termos que corroboram com a desnaturalização da pessoa. É um movimento no qual a ciência e o aparelho jurídico delega ao esquecimento a razão e o saber em prol de impulsos emotivos e funestos.

Vale ressaltar que qualquer máxima adotada para uma pessoa criminosa é passível de refutação, afinal não podemos homogeneizar as pessoas pelos crimes que cometeram, da mesma forma que não se pode ignorar os motivos, seja qual for, considerados pelas pessoas criminosas. Da mesma forma que não se deve homogeneizar e anular as singularidades das pessoas, atrelando-as apenas a aspectos sensacionalistas, tais como os disseminados por determinadas mídias, escritores e afins, os métodos científicos de análise dos relatos também devem ser isentos de quaisquer pressupostos emocionais e espetacularizações de qualquer ação violenta (FARIAS et. al., 2014).

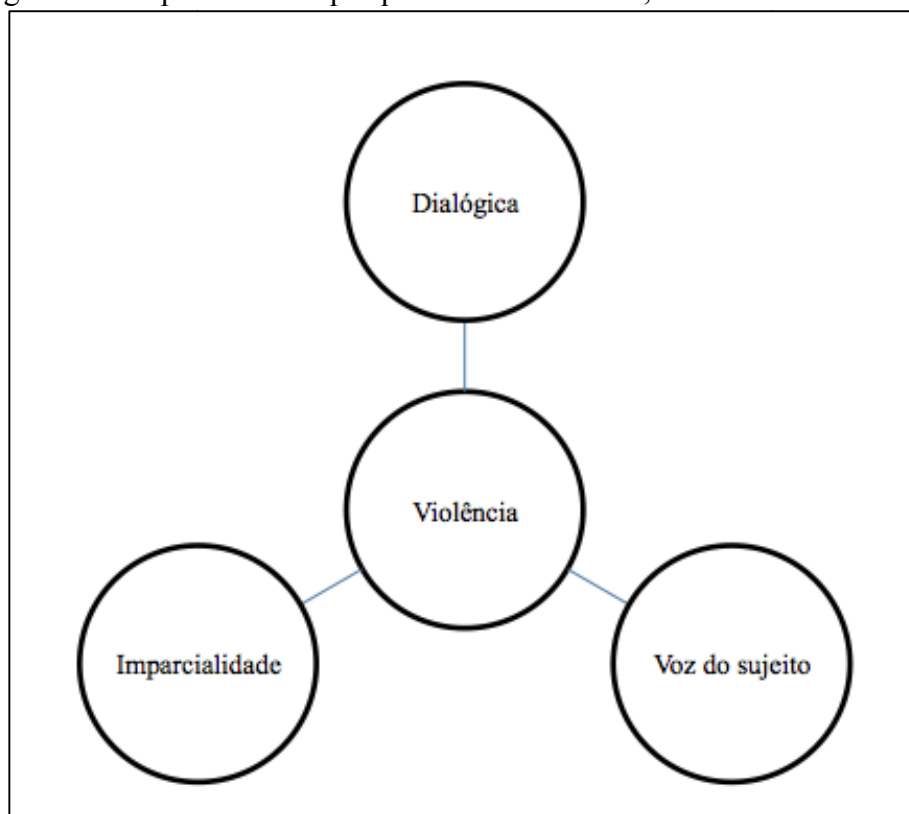
Para fins de organização e exercício didático do que discorreremos há pouco, é salutar uma breve elucidação do que podemos declarar como uma “propedêutica da pesquisa sobre a violência”, apresentada em três pilares fundamentais para o estabelecimento de uma pesquisa comprometida com os preceitos éticos e morais. Primeiro, o desenvolvimento de um processo dialógico, tal como foi discutido, no qual o(a) pesquisador(a) exerce uma relação com a pessoa presa, ou pessoa egressa, não dentro dos moldes de uma empatia, ou identificação, mas sim no entre, ou seja, no espaço aberto pela relação entre o eu e o outro, acontecimento este

em que deve-se acautelar para não haver uma queda para o processo monológico no qual um não “percebe o outro como algo que, ao mesmo tempo, não é ele próprio, mas que com ele, assim mesmo, se comunica” (BUBER, 2014, p. 55). Este pilar da comunicação dialógica atinge o limiar quando se exerce o trabalho de consciência no qual o ser humano consegue observar o outro dentro de dois princípios: a precariedade e as condições precárias que os circundam.

Segundo, é a prática da imparcialidade. Entende-se prática pois a enxurrada de informações que nos atinge de várias formas, vários caminhos de fato tornam este primeiro contato com as discussões sobre a violência algo moroso, de difícil acesso, pois o excesso de dados e de informação disseminados por vários instrumentos e de forma muitas das vezes redundantes, implica em uma barreira inóspita para aquele que almeja enveredar em uma pesquisa aprofundada ou simplesmente se informar sobre questões comuns do dia a dia. Por isso, é mister encarar uma pesquisa aprofundada, com constantes exercícios de construção de estratégias de busca, no intuito de se desvencilhar de informação, ou versões, superficialmente disponíveis, além de adentrar na literatura científica, utilizando-se de pesquisa em base dados, revistas científicas, conversa com os pares, ou seja, esquivar-se da trilha que nos leva a comunicação midiática e adentrar na trilha da comunicação científica.

Terceiro, respeitar o espaço de voz do próprio ser humano que participou do acontecimento, que foi o autor do crime, não por uma questão de anseios, desejos do(a) pesquisador(a) por uma narrativa do ato, mas para que possa expor, para além de sua tipificação criminal, as diversas tipologias de violências que o cercam, suas vontades, carências, culpa, pois o sujeito também possui a vontade, por si só, de querer narrar suas experiências (LEVI, 2013). Os três pilares dessa propedêutica constam na figura abaixo. Vale ressaltar que esta lógica se aplica pela abordagem das pesquisas que empregam a pessoa que praticou o crime, o que não inviabiliza, em certa medida, que seja um caminho adaptado para pensar a violência com foco na vítima.

Figura 2 – Propedêutica da pesquisa sobre violência, 2020.



Fonte: construção do autor.

Após essa etapa de preparação, podemos adentrar nas reflexões sobre a violência propriamente dita, partindo da seguinte tríade: “o plano do agente, no caso o *homo violens*; o plano da ação violenta; e o plano dos efeitos, com seus produtos, incluindo os restos inassimiláveis e as construções da memória” (FARIAS et. al., 2014, p. 60). Com o intuito de destrinchar sobre essa trílice basilar que cerca um acontecimento tipificado no âmbito criminal, é congruente uma breve explicitação por meio de um dos relatos que serão discutidos na presente tese. Nomearemos a pessoa por A, para fins de segurança e confidencialidade dos dados. A citação também considera a data e página do dossiê registrado na Biblioteca Nacional.

A é brasileiro, e no período em que foi feita a pesquisa ele tinha 42 anos e era casado há 8 anos, alocado no presídio Hélio Gomes. O mesmo tem uma família que morava em Macaé, cinco filhos, sendo que o primeiro nasceu em 1982. O mesmo não convivia mais com sua esposa e se encontra em outra relação com uma mulher do Rio de Janeiro. O pai morreu em 1991 e a mãe morreu por volta de 20 anos antes do período em que a pesquisa foi realizada, porém a causa da morte não é conhecida por ele. A tem uma irmã mais velha, entretanto não tinha contato com ela, nem com os demais parentes.

Verifica-se uma miríade de violências: a ausência da família e do Estado para a pessoa que se encontrava em estado de morador de rua antes e, por conseguinte, estar alocada na prisão corrobora com a manutenção das desigualdades sociais, nos quais podemos citar a fome, miséria, inexistência de condições básicas de higiene, falta de amparo emocional. Essa ausência não se dá unicamente pelo descaso da família ou do Estado, ou indiferença, mas também pela morte dos pais, o que demonstra uma inexistência da instituição familiar, além do desconhecimento da *causa mortis* dos pais tornar a situação mais aflitiva.

O plano do *homo violens* pode ser observado quando este é indagado pelos motivos que o levaram à prisão:

A: “121 [...] Matei, prá nunca mais. A coisa mais triste. Não sei o nome de que eu matei, não conhecia. Foi por causa dum colega. Um cara me agrediu. Não esperava aquilo e aconteceu” (A., 2018, p. 25).

O autor do homicídio em questão narra vários pontos que podem ser considerados como uma estrutura que viabilizou o ato violento em questão. O amigo é referido como um motivo, o ser humano que incitou a constituição do crime; segundo o preso A, o acontecimento também foi provocado pela própria vítima, uma vez que iniciou uma briga com aquele que viria a ser o seu algoz. Ao mesmo tempo em que o autor confirma o ato de homicídio, o mesmo apresenta premissas que, em sua perspectiva, ameniza ou lhe isenta quanto ao ato praticado, pois inúmeros aspectos implicaram para o acontecimento do crime em questão. Também pode-se observar o fato de a pessoa apresentar dificuldades para expressar o ato violento, pois ele nem mesmo sabe o nome de quem matou, relata que o acontecimento é “a coisa mais triste”, não esperava cometer tal ação – apesar de, nas suas palavras, considerar que o ato simplesmente aconteceu – porém o autor do crime reconhece o número que categoriza o seu ato: 121, ou homicídio tal como descrito no Código Penal, instituído pelo Decreto-Lei n. 2848 de 7 de dezembro de 1940, em vigor, sem o estabelecimento de revisão plena e ou reformulações, até os dias atuais.

O plano da ação violenta, no caso a prática do homicídio, é algo mais claro, pois basta observarmos no relato que o mesmo se categorizou no artigo 121, o que nos implica a pensar sobre duas questões entrelaçadas: violência e crime. A priori, depreende-se que todo crime é violento, porém nem toda violência é vista como crime. Em exemplo, atina-se o fato de que o homicídio – e suas variantes tais como homicídio qualificado, feminicídio, infanticídio e afins –, são vistas como crime, apesar da morte não ser punida em caso de guerra declarada, tal

como consta no art. 5, inc. XLVII e explicitado no art. 84, inc. XIX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, podendo até mesmo declarar total, ou parcial, mobilização nacional (BRASIL, 1988). Ou seja, da mesma forma que a ação violenta de homicídio é vista como crime pelo Estado, temos esse mesmo Leviatã, ou seja, o Estado formado pelos diversos corpos que o constitui, a incorrer em práticas passíveis de serem isentas de penas e até mesmo com o poder de empregar o homicídio como justificativa baseada na problemática da guerra e na necessidade de mobilização nacional, no qual a própria sociedade se insere e padece constantemente em confrontos, sob alegação de defesa do país ou mesmo em ações conjuntas promovidas fora das fronteiras nacionais.

Outros exemplos dicotômicos da relação violência e crime podem ser vistos com mais proximidade do corpo social, tais como: o grande aprisionamento de pessoas por furto e roubos enquanto outras, em geral provenientes de determinadas classes sociais e econômicas, sofrem penas mais brandas, ou mesmo têm sua pena anulada devido a um documento técnico que alegue sua insanidade, a condição de cleptomaniaco entre outras enfermidades. A questão do tráfico, quanto aos aspectos de cor, condição financeira e geografia em que a pessoa é abordada por um policial também pode variar quanto ao resultado do martelo de um juiz que dirá se aquela pessoa é traficante ou simples usuário, mesmo que a quantidade de drogas encontradas nesses casos dispares apresentem a mesma gramatura. Assim sendo, podemos dizer que o algoz e a vítima são produzidos no ato, seja pelo acontecimento, seja pela categoria em que o ato se enquadra, ou mesmo pelos olhares que são empregados para determinadas pessoas pelos policiais e juízes.

O terceiro plano, que versa sobre os efeitos, implica em um vasto campo de desdobramentos, no qual podemos vislumbrar apontamentos concisos com base no trecho apresentado pelo encarcerado A. Além das múltiplas violências que o circundam, a constituir o plano do *homo violens*, e do plano da ação violenta, é imprescindível que dediquemos algumas palavras sobre os efeitos de toda essa trajetória, pois esses efeitos não ocorrem unicamente com o autor do ato violento, mas também, cercam o ser humano a ponto de interferir na rotina e na vida daqueles que lhes são próximos, tal como podemos ver no trecho a seguir:

Nunca estudei porque minha família não tinha condições de pagar. Meu negócio era trabalhar. Trabalhava com meu pai. Eu era ajudante dele desde 12 anos. Minha família não vem aqui [...] por causa da matança nos presídios, eles acham que já morri. Aí eles não vem me ver. Eu morro de saudades. Eles não vem me ver porque são pobres. Não tem dinheiro. Moram longe (A., 2018, p. 26).

O primeiro efeito demonstrado pelo relato de A é o fato de que se encontra distante de sua família. Além disso, a disposição geográfica das pessoas presas, é vista como necessária para o exercício do controle e segurança, sendo uma estratégia para colocar a pessoa distante da sociedade. Em decorrência disso, a mesma passa pelos obstáculos de manter contato com a família (o que a priori, não é a punição pelo qual o Estado lhe impôs em sua sentença criminal), pois vale ressaltar que a pessoa presa em questão deveria cumprir a pena somente de privação de liberdade e não de privação familiar, privação de estrutura ou mesmo privação de estado psicológico salutar. Em consonância com a ausência da família, a situação do presídio em que o mesmo se encontra não é muito diferente das ocorrências vistas recentemente em outras instituições prisionais; o mesmo é considerado como um morto pela família, apesar de estar vivo no momento do seu relato e cumprindo a sua pena.

A problemática da ausência de familiares ou mesmo o equívoco quanto a situação do encarcerado está vivo ou não na prisão é recorrente, mas vale lembrarmos de questões mais delicadas pelos quais os próprios parentes passam mesmo quando visitam pessoas presas. É comum verificarmos pela fala dos internos, e por vezes em algumas mídias, a questão dos procedimentos invasivos adotados para prover a entrada de visitas nos presídios. A verificação de entradas das mulheres que visitam os internos, por exemplo, deve ser aplicada por máquinas de raios-X, tal como consta na lei nº 15.552, de 12 de agosto de 2014 do Estado de São Paulo, posteriormente reforçada pela lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016 em nível nacional. Contudo, apesar das leis informarem da obrigação de empregar “scanners” corporais, detectores de metais, aparelhos de raios-X e demais tecnologias “que preservem a integridade física, psicológica e moral do visitante revistado” (SÃO PAULO, 2014) e sanções inclusive de ordem financeira, dobrando em caso de reincidência (BRASIL, 2016), o que temos é a descumprimento da lei visto que poucas instituições usam esses aparelhos, quando possuem, e mesmo assim, com a possibilidade dos aparelhos de revista íntima não estarem funcionando, provocando diversos tipos de constrangimentos para aqueles que se apresentam para visitar a pessoa presa e mesmo para o próprio encarcerado que em muitos casos pede para que os familiares não os visitem, para evitar uma possível revista íntima ofensiva em termos corporais, morais, psicológicos e jurídicos.

Destarte, o plano dos efeitos é tão elucidador quanto os planos do *homo violens* e o plano da ação violenta, pois amplia a nossa visão – reajusta o enquadramento – para os estudos pertinentes a problemática da violência, de forma a viabilizar extratos diversificados de pesquisas que versam não apenas para a questão do crime, mas também para as nuances de

violências que a cercam. Restos, ou esquecimentos, são construídos em harmonia com as construções elípticas da memória, em uma constante que nos faz pensar na importância de discorrer sobre a violência atrelando o campo teórico com o campo da prática, no caso, utilizando-se dos próprios relatos das pessoas que praticaram, ao mesmo tempo em que são afligidas, pelos efeitos da violência em uma linha processual que em muitos casos os seguem desde o antes durante ou mesmo depois de sua estada no ambiente prisional.

Tal como discutido na apresentação metodológica da presente tese, independente dos instrumentos metodológicos ou métodos utilizados para se fazer uma análise de uma determinada questão, o papel do(a) pesquisador(a) torna-se nuclear diante das inúmeras implicações sobre a pesquisa, pois o mesmo deve atuar diante de sua pesquisa, do seu objeto, das teorias e metodologias com um olhar amplo e independente, não como um *flâneur* baudelariano, a passear e observar como se estivesse inserido, mas sem fazer parte, do caminho que segue. O(a) pesquisador(a) deve caminhar tal como um poeta, cujo caminho dantesco lhe afeta de forma que o mesmo deve seguir, sem as correntes de suas convicções científicas, mas também, sem acreditar que sua pesquisa se dá de uma forma isenta de efeitos no próprio(a) pesquisador(a), tal como um ser humano dotado da crença na distância do seu objeto. Em suma, o(a) pesquisador(a) deve adentrar no campo da pesquisa, tal qual o *poeta* Dante, que ao principiar sua jornada, observa os seguintes dizeres inscritos nos portões infernais: “deixai toda esperança, ó vós, que entras” (ALIGHIERI, 1984, p. 120), ou, utilizando-se das palavras de Virgílio, guia de Dante, as suspeitas – podemos dizer dogmas, crenças e vieses adquiridos pelos caminhos teóricos e científicos já percorridos – devem ser deixadas de lado sem tibiez, a propiciar uma verdade, ou construção científica, proveniente da experiência do pesquisador (FARIAS, 1996).

Nesse caminho, não apenas a triangulação dos instrumentos de análise de conteúdo, etnografia de arquivo serão utilizadas para discutir os relatos de homicídios, mas também as afecções, o caminho pelo qual o(a) pesquisador(a) trilha, sendo crucial para o desenvolvimento da pesquisa, pois inúmeros avanços e, principalmente, inovações surgem a partir de particularidades inerentes ao ser humano, sendo estas observações oriundas de uma recusa das algemas exteriores, ao mesmo tempo em que solidifica verdades decorrentes das singularidades, das certezas adquiridas pelo(a) pesquisador(a) no decorrer do seu trajeto.

Em um mundo no qual os avanços científicos e a disseminação, ou melhor a construção exacerbada de informação, se prolifera cada vez mais em níveis quase incalculáveis, muitas das vezes, as ferramentas ou metodologias clássicas utilizadas para

exercer uma análise do campo podem ser frustradas pelo fato das mesmas não apresentarem resultados, seja por sua ineficiência, defasagem ou mesmo pelo fato de que novos cenários podem surgir, a impor, por consequência, a necessidade de construirmos novos parâmetros de análise, novas ferramentas, novas metodologias, que viabilizem o estudo, o enquadramento necessário à pesquisa. Portanto, refletir sobre o vasto campo da violência nos delega a função de adentrar na pesquisa, não como um participante - haja vista que não há necessidade de exercer o mesmo papel da pessoa estudada para chegar a conclusões científicas -, e tampouco se deve olhar em distância, na pretensão, quase ilusória, de que o campo é algo que se encontra na frente da janela de casa e que o(a) pesquisador(a), ou a pessoa que observa pela janela, de nada participa, não é observado, não reage ao que observa. É mister o reconhecimento de que a participação do(a) pesquisador(a) faz parte do processo de construção do conhecimento, é um instrumento inerente a produção científica (SAADA-FAVRET, 2005).

Portanto, deixar ser afetado pelo objeto de pesquisa é o início de uma inovação científica, salutar para que não caiamos em precipícios de banalização metodológica, no qual recorreremos a ferramentas, por vezes ultrapassadas, para explicar um cenário atual, ou novo, além de conceder-nos uma porta de saída para que o(a) pesquisador(a) não pereça nas seguintes trilhas: armadilha da confirmação – construção e uso da ciência no qual se busca evidências apenas para confirmar nossas decisões, portanto isento de inovação científica – e maldição do conhecimento – no qual o(a) pesquisador(a) caminha cego no exercício da ciência, ignorante quanto a existência de novos métodos, de empreendimentos científicos, literaturas e demais pesquisadores(as) que podem atualizar sua visão e, por conseguinte, propiciar a construção de conhecimentos ao campo estudado (BAZERMAN, 2004).

A partir desses apontamentos sobre a pesquisa com a violência, podemos adentrar sobre as discussões da violência institucional, no qual vale ressaltar ser uma divisão didática para entendermos os efeitos macrológicos e institucionais sem, portanto, esquecer que dentro dessa sistemática diversas pessoas fazem parte das engrenagens que movem o *apparatus violens*.

2.2 Violência institucional

Eis uma lógica essencial para pensarmos a relação do ser humano com as instituições: o ser humano, sendo em sua essência, um ser violento, portanto, constitui-se como um *homo*

violens, também é a ferramenta que dá alicerce às instituições, haja vista que estas são construídas como “unidades de ação [...] com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas” (SAVIANI, 2005, p. 28). Logo, podemos dizer que as instituições têm um potencial de violência que faz jus as engrenagens humanas que as constituem. A literatura sobre instituições é extensa e discorre sobre os vários vieses pelos quais podemos analisar uma determinada instituição: máquina, organismo, cultura, sistema político, aprisionamento psíquico entre outros caminhos que, apesar das metáforas, discorrem sobre a constituição das instituições e seus efeitos por diretos e indiretos nos corpos (MORGAN, 1996).

Não iremos discorrer sobre esses caminhos, até pelo fato de que inúmeros outros podem ser citados. Contudo, é importante o entendimento de que um caminho de análise não necessariamente diverge do outro, sendo perspectivas que podem ser empregadas em conjunto para entender uma determinada instituição em suas múltiplas matizes. Todavia, uma instituição depende de pessoas para se constituir e as mesmas apresentam, em certa medida, a imagem daquilo que nela habita, ou de quem dela necessita. Hobbes (2015, p. 157, grifo do autor) já dissertava sobre a essência da instituição, sob a ótica do Estado ao dizer que o mesmo é uma “*pessoa única, cujos atos têm o povo – por meio de pactos mútuos de uns com os outros – como autor*”. Para além das implicações monárquicas apresentadas no decorrer da obra, deve-se ressaltar que a visão do Leviatã, ou Estado – e também podemos aplicar as demais instituições – se constituem por intermédio da relação interpessoal e seus respectivos pactos.

Assim, torna-se desaconselhável discutir sobre violência e o crime de homicídio praticado por pessoas, objetos dessa pesquisa, sem, contudo, discorrer sobre as instituições que se entrelaçam e ou abrigam essas pessoas. Portanto, iremos refletir sobre os aspectos violentos, e o potencial de violência, praticado pela prisão e seus entrelaçamentos com a instituição jurídica e demais instituições, declaradas como assistenciais, tal como consta na Lei de Execução Penal (LEP).

As instituições, vistas como uma esfera de organização, ação e constituídas por pessoas, denotam a importância da disciplina, conceito atrelado às ideias de Foucault e que pode ser discutido em quaisquer tipologias institucionais. Não seria diferente ao tratarmos da prisão, haja vista que esta foi largamente analisada por ele, aliando a questão de disciplinar aquele ser humano que se encontra em desvio.

Em termos preliminares, Foucault apresenta uma historiografia na qual evoca que a questão da disciplina, da normatização, advém da transição cultural na qual os leprosos eram excluídos, rejeitados e marginalizados no século XVII até o início do século XVIII, abrigando-os em pestíferos, nos quais se exercia uma constante avaliação “para saber se estavam conforme à regra e os padrões de higiene social da época” (FOUCAULT, 2010, p.). Os leprosos eram vistos como pessoas perigosas e deveriam ser contidos para evitar a contaminação da cidade. Essa linha de pensamento também pode ser vista na literatura, no qual vale citarmos a obra *Decamerão*, de Boccaccio, criada no século XIII e que se constitui por uma composição de cem novelas, que dentre tantas, também descreve em algumas passagens a questão do isolamento induzido pela sociedade ou fuga de pessoas que se isolaram para não serem contaminadas pela peste negra, ou peste bubônica. Os próprios narradores das novelas são jovens que se isolam em uma vida para fugir da doença. A questão é pensar que a doença e, principalmente, a questão do contágio, é o norteador para os princípios da exclusão controlada, normatizada. Prontamente devemos elucubrar sobre a questão da exclusão, ou melhor segregação, antes de nos aprofundarmos sobre a espinha dorsal que a sustenta, ou seja, a disciplina.

Em termos históricos, podemos observar que a lepra, ou antes mesmo, a peste negra, eram as categorizações de perigo incrustada nas pessoas doentes, a iniciar os devidos processos de quarentenas das mesmas que eram alocadas em centros nos quais eram proibidos de circular – para outras cidades, ruas ou mesmo sem sair de suas respectivas casas – criando uma circunstância paradoxal na qual o ser humano desprovido de sua liberdade e circulação, de certa forma excluído, também é o mesmo que se encontrava dentro da cidade, como núcleos fechados dentro do corpo social, o que nos afirma o fato de que a questão não é promover a expulsão dos corpos, mas sim o contrário, de estabelecer critérios, fixar, delimitar o espaço, conter e controlar (FOUCAULT, 2010). Em suma, a segregação é um processo no qual as pessoas se movimentam – de forma induzida ou por convicções próprias – para o caminho da exclusão, sendo logo depois de alocadas em um estado de inclusão controlada, disciplinada.

Os processos de segregação podem ser vistos da mesma forma em outras condições, para além dos exemplos históricos descritos por Foucault e dos relatos oriundos da literatura. Se o ser humano é transferido para um hospital a questão da enfermidade é o fator que o segrega, sendo este ambiente a instituição ideal à reabilitação da saúde; o convento, é a instituição empregada para auxiliar aqueles que estão distantes da fé, sendo um ambiente

adequado para a correção e expiação dos pecados; nos internatos, aloca-se as crianças e jovens cuja educação não é vista como exemplar – portanto, indisciplinados – perante os julgamentos da família; na prisão é alocado a pessoa que se tornou uma contraventora da lei, o que torna este espaço o local adequado para corrigir os desvios de quem feriu as normas de uma determinada sociedade. Verifica-se que todas as instituições têm, na sua política, prerrogativas que moldam a sua estrutura para que possa enquadrar o ser humano em uma categoria dita “anormal”, ou “inadequada”, segundo determinadas predisposições sociais, para que então, este possa ser corrigido e moldado segundo os moldes do que é visto como normal, adequado à sociedade. Em essência, a dúplici “nós” e “eles”, é vista como um desarranjo na balança, pois o “eles” torna-se perigoso, e, principalmente, visto como um “anormal” um ser que não condiz com a realidade do “nós”. Esses ditos “desarranjos binários” podem ser exemplificados pelos discursos que provocam o embate entre pessoas presas x “pessoas de bem”, viés político de “esquerda” x viés político de “direita”, negros x brancos, ricos x pobres, iletrados x doutores e assim por diante.

No que diz respeito à pessoa presa, podemos aplicar a lógica da construção elíptica da memória e verificar que a sua problemática como um ser segregado vai muito além dos muros prisionais. A mesma, em sua maioria, se caracteriza como negro, pobre, morador de regiões desprovidas de condições básicas como saneamento básico, saúde, segurança, educação e demais aportes pelos quais deveria ter direito, tal como consta na Constituição Federal. Esses enquadramentos podem ser vistos como uma solidificação do ser que é segregado desde os tempos da escravidão até os dias atuais, tal como podemos verificar pela presença desse perfil segregado – a lotar cada vez mais as prisões – em consonância com os respectivos relatórios do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2014, 2015, 2016, 2017)⁵. Em aditamento, ressalta-se o fato de que mesmo a pessoa, cumprindo com as suas obrigações, ao ganhar o direito de liberdade, tornando-se egressa do sistema prisional, adquire ao mesmo tempo o estigma de ser alguém que representa um perigo pelo fato de ter sido segregada por uma instituição que, a priori, corrige os desvios, disciplina. Ocorre que a pessoa egressa torna-se, em muitos dos casos, um ser humano “à deriva na busca de um sentido para a vida que, por ser dificilmente encontrado, concorre para a recorrência à prática criminosa, selando assim, mais uma vez o retorno à prisão” (FARIAS, 2015, p. 79).

⁵ Os relatórios do INFOPEN que apresentam como ano base 2015 e 2016 foram publicados em 2017. O relatório que apresenta como ano base o ano de 2017 foi publicado em 2019.

Assim sendo, pode-se verificar que o processo de segregação não se dá apenas com um determinado ser humano ou grupo, mas também com um determinado segmento do corpo social, que pode transitar em vários espaços destinados para ela, a corroborar com a manutenção desses espaços de segregação ao mesmo tempo em que legitima as políticas de segregação a quem de fato se destina, ou seja, pode-se averiguar que o processo de segregação ocorre antes, durante e depois do sujeito habitar o ambiente prisional. Portanto, é minimamente equivocado pensar que a segregação se dá unicamente por uma instituição, mas é correto dizer que ela faz parte da manutenção, alocando estas pessoas, tal como se fossem engrenagens que devem ser mantidas em seus respectivos lugares na máquina, para que o sistema funcione normalmente.

No que diz respeito à instituição prisional, algumas questões começam a se esclarecer, contudo, cabe-nos exercitar os seguintes questionamentos: quais são os critérios utilizados para a construção do processo de segregação? Como funciona este espaço que mantém os “anormais” confinados? Quais são os efeitos dessa máquina chamada prisão? Diante disso, alguns pontos preliminares devem ser revistos, com o intuito de prover uma compreensão sobre a complexidade das instituições e as implicações violentas que as cercam.

O primeiro ponto trata das implicações conceituais que versam sobre a prisão como uma instituição total, ou seja, um ambiente no qual as pessoas vivem em condições semelhantes e “separadas da sociedade mais ampla por considerável período de tempo”, além de levar “uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, E., 2015, p. 11). Sabe-se que a questão das “condições semelhantes” tem uma distensão em graus incalculáveis, pois as singularidades entre as pessoas presas inviabilizam uma homogeneização dos corpos no ambiente prisional. Em síntese, as condições variam de acordo com o crime pelo qual a pessoa se encontra presa, a situação financeira, cor, relações políticas, hierarquia, facção criminosa ao qual pertencem, credo religioso, orientação sexual e afins. Portanto, pensar condições semelhantes empregando um olhar meramente dedicado ao espaço físico da prisão é aplicar uma lente com o foco bem turvo para tentar enxergar a tipologia de instituição citada. A divisão “sociedade ampla” e “sociedade interna”, ou “sociedade intramuros” e “sociedade extramuros” é uma fragmentação meramente didática, inclusive pode nos levar ao equivoco de olhar para o espaço prisional como se de fato essa divisão fosse clara e existente, além de exercer a manutenção do pensamento segregacionista. Em certo sentido, essa divisão trata um determinado grupo como se não fizesse parte da sociedade, por mais que os mesmos cidadãos habitem o mesmo país, Estado, condições de vida e regimento jurídico que as

demais pessoas.. Além disso, estabelecer essa divisão “nós” e “eles” é frágil pelo fato de que as pessoas presas não são seres que ficam ilhados sem contato com o mundo exterior, da mesma forma que o exterior também se comunica com as pessoas presas constantemente. Basta evocarmos os diversos grupos que lá se relacionam com eles: professores, equipe dirigente – polícia penal⁶, diretor -, advogados, amigos e familiares das pessoas presas, pesquisadores(as), assistentes sociais, psicólogos, médicos, dentistas e afins. Pensar que os grupos citados, ao estabelecerem comunicações com as pessoas presas, não se comunicam, é o mesmo que suplantar a teoria geral da comunicação, como se o canal não ligasse o receptor ao emissor. A pessoa que se encontra em privação de liberdade não recebe a punição legal de ficar em silêncio enquanto está no regime de cumprimento de pena, da mesma forma que as demais pessoas que adentram a prisão também não são intimadas a seguir um protocolo de silêncio absoluto. Em complemento, por mais que os encarcerados se encontrem em condições formais de administração, por estarem sob tutela do Estado, diante do que acabamos de discorrer, não há como pensar que a prisão é de fato fechada. Apesar de ser planejada para tal e vista, em termos conceituais, como uma instituição fechada, o fluxo de relações interpessoais aliada as tecnologias atuais inviabilizam o fechamento total da prisão. Dizer que há um grau de fechamento empregado nas instituições é muito diferente e mais sensato, pois considera a existência de fatores políticos, estruturais, tecnológicos, comunicacionais que as tornam mais ou menos fechadas.

O segundo ponto diz respeito a própria disciplina. Foucault (2011, p. 133) a define como: “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”. A questão da sujeição dos corpos faz parte das premissas que edificam as instituições tal como Foucault exemplifica ao colocar a prisão, escola, convento, forças armadas e de segurança entre outros na mesma categorização de espaços cuja disciplina é exercida para os fins citados. Contudo, podemos ver a disciplina não apenas em instituições físicas como as mencionadas, mas também nas “instituições invisíveis” ou nos discursos, tal como podemos observar pelos efeitos das produções discursivas oriundas do viés político, das ferramentas virtuais de mídias sociais e caminhos de disseminação da informação e do conhecimento

⁶ Emenda Constitucional número 104 cria a Polícia Penal aprovada pelo Congresso Nacional em 04 de setembro de 2019 que atuará na segurança em estabelecimentos penais.

Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-e-a-policia-penal-o-novo-orgao-de-seguranca-nos-presidios,70003113414>

Acessado em 10 de março de 2020.

adotados na comunicação científica. Nesses casos, faço luz ao exemplificarmos com os efeitos dessas ferramentas nos corpos, que lhes promove um direcionamento de como proceder no dia a dia, nos discursos que serão adotados com base em uma política do medo impetrada pelas diversas engrenagens da máquina (ZIZEK, 2014). A disciplina se capilariza por meio das instituições e seus aparatos de comunicação, de forma a sustentar frases e discursos superficiais tais como “bandido bom, é bandido morto”, “construção de prisões para segurança” e afins, em detrimento de projetos adequados e necessários à sociedade, de forma que esta adentre em uma transformação ao invés de serem meros peões de um xadrez, movimentando-se no tabuleiro como se fossem “peças de sacrifício”, utilizadas banalmente pelo jogador. Em suma, “a comunicação, ao banalizar a interface, leva a forma social à indiferença” (BAUDRILLARD, 1992, p. 18).

O terceiro ponto pelo qual podemos discorrer é sobre o “controle minucioso” e o “processo de sujeição”, sendo características que apresentam rupturas, haja vista que muitos dos encarcerados residem em um espaço que lhes apresenta o mesmo mecanismo pelo qual já são afligidos antes de sua estada no ambiente prisional, dito de outra forma, as implicações de ordem violenta pelo qual muitos dessas pessoas passam em espaços de segregação como comunidades, ou favelas, cuja ausência de amparo estatal se dá em, praticamente, todas as nuances, não diferem, em certa medida, das condições em que os mesmos encontram nas prisões e, por conseguinte, podem vir a encontrar ao se tornarem pessoas egressas. A sujeição dos corpos não é uma prática exclusiva das “instituições totais”, mas sim de todas as ramificações do Estado que lhes impõe a força do braço penal em detrimento do braço social, ou seja, o Estado, ou esse Leviatã, se irrompe contra aquilo que lhes sustenta – tal como se o Estado fosse uma serpente *Ouroboros*⁷ –, ao mesmo tempo em que os não atingidos por essa potência também são os mesmos que permitem o funcionamento dessa violência sistêmica e institucional (HAN, 2017). Em acréscimo, a fragilidade do controle e sujeição dos corpos também podem ser observadas de forma mais clara quando recebemos notícias que revelam a porosidade dessa instituição dita fechada através de exemplos como a construção de túneis com fugas em massa, interceptação de centenas de celulares, drogas, máquinas de jogos e de azar, comércio paralelo, interceptação de conversas sobre diversos teores com pessoas de fora

⁷ *Ouroboros*, termo de origem grega formada pela junção das palavras *Oura* (cauda) e *boros* (comer, devorar) e representada por uma serpente, ou dragão, que engole a própria cauda. Para além dos significados místicos, cabe-nos pensar na metáfora dentro de sua ação literal que é engolir a si mesmo, ou seja, um ato de violência contra sua própria constituição.

das prisões, muitas das vezes de forma visível dentro do espaço prisional, tal como demonstrado na figura 3, abaixo (RIBEIRO, 2016).

Figura 3 – Presos circulam com celulares livremente.



Fonte: Fernando Ribeiro, 2016.

Após refletirmos sobre os três pontos necessários para contextualizar a instituição prisional, compete discorrermos sobre a ferramenta disciplinar como o cerne do processo de segregação dos corpos, utilizando-se da prisão e demais instituições de assistência, ou auxiliares, aos funcionamentos da instituição citada primeiramente. Dentro das três dimensões (espaço, tempo e vigilância), temos uma reviravolta no que diz respeito ao atual enquadramento de cada um desses parâmetros de estudo.

O espaço, em tese, é a dimensão concreta dos processos de segregação, pois aliada ao suporte oferecido pela equipe dirigente, isolamento geográfico, muros altos e afins, têm-se um instrumento moldado para que se possa exercer o controle das pessoas categorizadas como “anormais”, empregando em segundo plano o papel de torná-los invisíveis à sociedade. A ideia de Goffman, E., (2015) sobre arquitetura prisional como um espaço que segrega pessoas, por meio da limitação máxima de comunicação e o emprego de portas fechadas, muros, arames farpados, fossos, água, florestas, pântanos, mostra-se condizente com os princípios norteadores da política de segurança pública empregada em nível mundial (GOFFMAN, E., 2015; FOUCAULT, 2011; WACQUANT, 2007).

Com base no projeto escrito intitulado *Universidade e prisão: um diálogo crítico e dialético*⁸, pode-se verificar alguns dados que nos apresentam a complexidade inerente a discussão do espaço prisional, especificamente quanto ao processo burocrático de análise do documento em questão. A demora quanto a verificação dos documentos, a perda de cópia da documentação por parte da instituição e demais prerrogativas que afetam a aprovação e o seguimento dos tramites de solicitação de início dos projetos, são constantes que muitas das vezes não só atrasam como também podem ser um impeditivo na entrada das prisões (FACEIRA, 2018).

Contudo, a prisão não deve ser vista apenas pelo seu espaço físico, mas também pelo seu espaço relacional e virtual. Ignorar a existência de relações interpessoais entre as pessoas encarceradas, entre estas e a equipe dirigente, professores(as), assistentes sociais, advogados(as), família, pesquisadores(as) e demais funcionários auxiliares é observar a prisão como um local em que apenas aquele que cometeu algum ato criminoso se movimenta por dentro dos muros. As relações interpessoais tornam o espaço flexível, em certo ponto, pois não apenas as pessoas encarceradas, mas todas as demais que com elas estabelecem alguma comunicação se atualizam quanto as impressões e informação inerente ao que os cerca. Este espaço relacional, também pode ser visto como um lugar de afecção, no qual dois caminhos podem surgir: o ser monológico, visto como uma pessoa que, mesmo ao estabelecer uma comunicação mínima é incapaz de se transformar perante o seu próprio movimento na sociedade; e tem o ser dialógico, em que a pessoa é afetada por uma palavra, problema, indícios corporais, imagens, pensamentos que dizem respeito a essa relação mesmo em que o ser dialógico, em algum momento, encontre-se sozinho, apenas a cogitar sobre suas experiências (BUBER, 2014).

Em exemplo, é comum, no momento de entrada na unidade prisional, as pessoas se dirigirem para um espaço no qual devem passar pelo detector de metais ao mesmo tempo em que direciona os itens – mediante permissão da equipe dirigente – para passar na máquina raios-X. Após isso, é necessário o registro de nome e identidade, deixando a documentação com o responsável pelo guarda-volumes, enquanto aguarda a abertura para o espaço da prisão, no qual os encarcerados circulam ou em suas respectivas galerias, para o caso da unidade ser de regime fechado.

⁸ Projeto coordenado pela pesquisadora Lobélia da Silva Faceira e pelo vice coordenador pesquisador Francisco Ramos de Farias no período de 2017 a 2018.

Do outro lado, também há aqueles que verificam nessa relação um momento de troca, independente de suas motivações, um momento em que o simples conversar com os encarcerados pode trazer afirmações, atualizações e um aumento do enquadramento sobre o que é pensar a violência para além do crime que os marcam dentro e fora da prisão. Falas que discorrem sobre a ausência do Estado e condições de auxílio à pessoa egressa por meio de informação e emprego, são pontos muito discutidos pelos encarcerados que refletem sobre o momento de sua saída. São questões que colocam para pensar além da esfera sensacionalista empregada por autores de obras ficcionais ou que supostamente versam sobre criminologia, direitos humanos, saúde e afins. Em síntese, a relação dialógica pode acontecer por intermédio de afecções diversas que ocorrem durante a experiência, neste caso de verificar o funcionamento de um sistema prisional, de conversar – ou ouvir conversas paralelas – que englobam segmentos como professores(as), policiais penais e os próprios encarcerados, além dos “efeitos dialógicos” surtirem mesmo longe da experiência *in loco*.

Quanto as questões inerentes ao espaço virtual, podemos voltar a figura 3 e a problemática da porosidade institucional, pois constata-se que o acesso à informação por parte da equipe dirigente, encarcerados e afins por aparelhos, tais como *smartphones*, *notebooks*, *pen drives* entre outros, é algo que, em tese, passa por um processo criterioso de entrada, no qual consta, em sua maioria, como algo proibido nas unidades prisionais. Contudo, é comum verificarmos notícias que demonstram a entrada de inúmeros aparelhos que servem de ponte de informação com o ambiente extramuros, além de exercerem comunicações, disponibilizarem fotos, áudios em redes sociais ou mesmo o exercício de outros crimes por meio desses dispositivos eletrônicos (TONETTO, 2015).

Para além das infrações promovidas com mais constância por meio do espaço virtual, também há os meios formais de acesso à informação como as televisões em espaço aberto, para o caso dos encarcerados em regime semiaberto, o que é minimamente salutar, haja vista que devemos ressaltar a condição dos mesmos como pessoas privadas de liberdade, não sendo portanto, admissível privá-los de outras questões tais como condições de estudo, higiene, trabalho, comunicação, informação.

Ao adentrarmos na dimensão do tempo, a questão da rotina de funcionamento da unidade prisional se faz presente, pois cada atividade é marcada para começar e terminar: acordar, arrumação das celas, revista, escola, banho de sol, horário livre para acessar a biblioteca, igreja, projetos socioeducativos, ou seja, nada foge ao horário estabelecido pela unidade, porém vale ressaltar que cada prisão possui suas condições, serviços e horários, pois

todos os dispositivos disciplinares envolvem a prática do exame dos corpos de forma altamente ritualizada (FOUCAULT, 2011).

Todavia, é possível verificar a redução, ou expansão, do tempo empregado em determinadas atividades dentro do ambiente prisional. Em exemplo, a questão da atividade de revista é algo que não segue uma rotina específica, pois pode ocorrer dentro de um período esperado pelos encarcerados, e planejado pela equipe dirigente, como também pode ser realizado de forma inesperada, essa tática é mais convencional, interrompendo com todas as outras atividades, assistências e projetos programados para atender os encarcerados.

Em muitos casos o tempo lhes imputa o problema do ócio. É comum a ocorrência de espaços temporais em que os encarcerados não têm nada para fazer dentro do ambiente prisional, tornando-se pessoas que apenas vagueiam pelos espaços que lhes são permitidos caminhar – quando há espaço –, muitos dos quais também ficam no estado de ócio, pois mesmo na condição de habitarem, por exemplo, uma unidade de regime semiaberto, portanto, passíveis de sair para trabalhar e estudar, não tornam-se estudantes ou trabalhadores pelo simples fato de não haver carta de trabalho e aceite de estudo fora dos muros. Muito se deve ao fato do estigma, mas também pelas condições atuais do país. É comum verificarmos nos relatos dos encarcerados o quão importante eles consideram a questão do emprego, mas questionam o fato de que ao sair, não possuem esse amparo mínimo, o que corrobora, em muitos dos casos, com a questão da reincidência, esta, superestimada em 70% pelo pensamento jurídico e senso comum, apesar de não haver um estudo de abrangência nacional sobre a reincidência criminal (SAPORI; SANTOS; MAAS, 2017). As explicações sobre a questão do tempo podem ser discutidas com mais ênfase, quando atrelamos a terceira dimensão, inerente a disciplina: a vigilância.

Tal como descrito brevemente na introdução, a vigilância compreende minimamente a tríade: olhar hierárquico, sanção normalizadora e o exame. Partindo dessa premissa foucaultiana, ao mesmo tempo uma divisão meramente didática, podemos entender como a dimensão do tempo, e de certa forma, do espaço, são concepções que também dialogam de forma híbrida na manutenção da disciplina – ou violência institucional – promovida pelas instituições.

Olhar hierárquico. Eis a primeira subdivisão que pode ser analisado além dos atos comumente vistos dentro do ambiente prisional. Sabe-se que esse olhar é empregado por determinadas pessoas, grupos, que por sua vez aplicam seus olhares uns aos outros tal como torres de vigilâncias que aplicam suas luzes umas as outras em uma complexa teia de

exposição. Uma pessoa presa é constantemente observada por outras que dividem o espaço da mesma cela, por grupos (facções criminosas, professores(as), policial penal, direção, profissionais de assistências distintas, encarcerados que são monitores de projetos socioeducativos, encarcerados “faxinas”), juiz(a), em outras palavras, “da mesma forma que agem como grandes torres de vigilâncias para a equipe dirigente ou mesmo para os presos, também são observados pelos grupos citados, uma vez que a desconfiança sobre os “faxinas” é natural dentro das prisões” (KORNALEWSKI; FARIAS, 2017, p. 6).

O olhar hierárquico muitas das vezes é empregado para propósitos de benefícios – seja entre os policiais penais e ou encarcerados, segurança. Da mesma forma que alguns encarcerados são categorizados como “faxinas” por exercerem tarefas nas prisões em troca de um dinheiro, espaço e demais benefícios, o senso comum também evoca o termo “carreirista”, para diversos profissionais que aplicam seu olhar para tudo e todos, em prol da elevação do seu status e subida de carreira dentro da gestão prisional. Dessa maneira, verifica-se que a violência institucional é intrínseca a sua instrumentalidade, pois toda violência decorrente dos olhares, provenientes da cultura prisional, são orientados e justificados pelo fim que almejam (ARENDETT, 2016).

A simples existência do olhar hierárquico denota o caráter da violência institucional, pois o cuidado com as palavras, atos e observações são constantes e se aplicam não apenas a equipe dirigente e aos encarcerados como também as demais categorias que atuam nas prisões, seja como professor(a), psicólogo(a) ou grupos externos como advogados(as), pesquisadores(as), além das pessoas egressas que não dificilmente se livram dos estigmas inerentes a prisão.

No que concerne aos demais grupos, este olhar costuma ser forte no intuito de privar, ou pelo menos causar transtornos, aos projetos, serviços e assistências, oferecidos aos encarcerados. É comum que revistas e demais atuações de segurança ocorram dentro das prisões, com o intuito de vasculhar documentos que comprovem a necessidade de estabelecer sanções a determinados encarcerados ou mesmo aos encarcerados em geral de uma determinada unidade. Relatos sobre investigação sem, aviso prévio, nas escolas, igrejas e demais espaços de assistência são decorrentes, bem como proibições de tarefas ou mesmo cancelamento de projetos por questões externas a unidade prisional propriamente dita, tal como, por exemplo, a mudança de secretaria de segurança, diretor da unidade prisional e afins (FARIAS, 2018).

Quanto ao emprego do olhar estigmatizante que fitam as pessoas egressas do sistema penitenciário decorre do fato de pessoas que estabelecem qualquer comunicação com elas descubram a sua ficha criminal, ou fitem suas tornozeleiras eletrônicas e qualquer outra prova que sustente o fato de que, a pessoa egressa seja considerada um risco e por isso denunciado, sob qualquer prerrogativa, como um suspeito em potencial. Logo, acreditar que o olhar hierárquico é algo inerente apenas ao espaço prisional é um reducionismo, haja vista que o mesmo também ocorre fora do ambiente prisional.

A segunda subdivisão trata das sanções normalizadoras, ou seja, é a aplicação de todo ato que promove rupturas com o aparato cultural da pessoa, inserindo-a em outra conjuntura, ou seja, as sanções permitem moldá-la para que possa seguir as regras de sua atual “casa” (GOFFMAN, E., 2015).

Avigorar que a aplicação das sanções não agem totalmente no que diz respeito à integração dos corpos ao novo ambiente, tendo em vista que a maioria dos corpos são de pessoas que já sofrem com as intempéries de um *Leviatã* que ao mesmo tempo em que cresce, em termos discursivos, a partir do seu braço social, também emprega hodiernamente a sua força visível – braço penal –, a subjugar sua própria base, ou seja, corpos jovens, negros, pobres, moradores de regiões sem condições mínimas de trabalho, estudo e até mesmo de saneamento básico, água sendo esta uma porcentagem de 63,6% da população que se encontra no sistema prisional (INFOPEN, 2017)⁹.

As sanções são inúmeras: atraso ou proibição da distribuição de comida, corte do banho de sol, acesso aos demais espaços da prisão, nos casos de presos em regime semiaberto, serviços de esforço excessivo para ser finalizado em tempo mínimo. Entretanto, as sanções normalizadoras, outrora, empregada conceitualmente por Foucault (2011) como um método que prioriza os efeitos de diferenciação, hierarquia, homogeneização e exclusão, não devem ser vistos como uma ferramenta adotada unicamente em uma relação a encarcerados x equipe dirigente, na condição dos servidores(as) que gerenciam a prisão e os encarcerados como aqueles que sofrem as sanções. Não é raro verificarmos notícias que demonstram o tratamento diferenciado, por vezes com regalias não permitidas aos encarcerados, ou mesmo benefícios e sanções concedidos pelos próprios encarcerados aos outros que com eles convivem.

⁹ Dados disponíveis a partir do acesso à informação de 72% das pessoas que apresentaram dados sobre a sua raça, cor ou etnia. Logo, é crível afirmar que a população que se enquadra nos dados mostrados pode ser superior ao número de 63,6%.

Sobre o exame, terceira subdivisão inerente ao conceito de vigilância, tem-se o efeito paradoxal no qual a prisão, instituição que promove uma violência institucional de distanciamento, segregação e homogeneização, também é a mesma que constrói incessantemente singularidades daqueles que se sujeitam ou promovem a sujeição (FOUCAULT, 2011).

Algumas explicações se fazem necessárias: na concepção foucaultiana, a prisão exerce essa singularidade e sujeição dos corpos que passam a ser vistos como objetos e objetivados. Porém, devemos lembrar na porosidade dessa instituição, ou seja, inúmeros fatores e redes de comunicação colaboram para o registro de cada sujeito, mas também implicam em um controle por parte dos próprios encarcerados, haja vista que, por exemplo, os chefes de facção e demais presos que participam de um determinado grau hierárquico em detrimento de outros, são os que ditam as regras, em certa medida, na casa, controlando o fluxo de itens que entram ilegalmente nas prisões, pessoas, sanções, além de benesses que lhes são características, tais como: circular com mais liberdade dentro da prisão, poder utilizar vestimentas que fogem aos uniformes que lhes são entregues – inclusive roupas de marca, anéis, cordões e demais detalhes que denotam uma condição financeira elevada em comparação com outros internos –, além de facilidades para se inscrever e cursos e demais assistências que, em geral, constam para todos segundo a Lei de Execução Penal (LEP) (FARIAS, 2018).

Outra questão é a pluralidade de arquivos que são construídos a partir da singularidade das pessoas que estão encarceradas: arquivo escolar, ficha criminal, relatórios de profissionais assistencialistas, prontuários médicos, notas de campo de pesquisadores(as). Têm-se uma miríade de documentos, que apresentam dados em diversos suportes documentais, que podem ser usados, ou não – depende também das restrições formais ou informais de acesso à informação –, tanto pelos encarcerados quanto por demais pessoas ou grupos que com eles se relacionam (advogados(as), familiares, equipe dirigente, assistencialistas, pesquisadores(as) e afins).

Logo, se compreendemos a prisão como uma instituição meramente penal e, em consonância, com os aspectos que a qualificam no âmbito da violência institucional, instigamos pensar também sobre a sua singularidade documental, seus usos, desusos, ausências e visibilidades, intencionais ou não no que diz respeito ao funcionamento da estrutura prisional, esta, atrelada a outras instituições, tal como uma malha, máquina, ou sistema, a prover constantemente a manutenção de uma violência social. Em suma, é mister questionar, as

relações institucionais da prisão com as demais instituições, em prol do desvelamento dessa malha pernicioso para com a pessoa que antes, durante ou depois da sua estada na prisão, sofre ao se tornar um produto-dejeto da sociedade.

Dessas instituições, cabe-nos apresentar alguns questionamentos sobre a relação, por exemplo, da equipe dirigente, assistencialistas, pesquisadores(as) e até mesmo da instituição familiar.

Ao falarmos da equipe dirigente, estamos a dissertar sobre grupos distintos que atuam diretamente no ambiente prisional, sendo em sua maioria constituído pelos policiais penais e a diretoria da unidade prisional. Verificamos que o lema “ressocializar para o futuro conquistar”, proferido pela Secretária de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), é minimamente falacioso, pois se os próprios agentes não observam essa função na própria instituição em que atuam, também devemos lembrar que o encarcerado, visto como criminoso e passível do cumprimento de pena na prisão, não é um ser que antes não habitava a sociedade externa aos muros, assim como é o mesmo ser que se tornará pessoa egressa do sistema prisional, ou seja, o termo “ressocializar” torna-se um erro grosseiro que qualifica o encarcerado como um ser que não fazia parte do sistema social, e que, ao adentrar nessa máquina de punição, supostamente passará por um processo que o qualificaria para se tornar um ser não mais em estado de anomia. Além do não seguimento do lema da SEAP por parte dos próprios policiais penais e do processo errôneo empregado à palavra “ressocializar”, também devemos lembrar que a prisão faz parte de um sistema que não se aplica para aqueles que possuem meios de garantir a salvaguarda de seus direitos, enquanto outros não possuem instrumentos – financeiros, políticos, educacionais e afins – para acessar ou mesmo exercer os seus direitos (SOUZA, 2015).

Além dos policiais penais e sua íntima relação com o ambiente profissional em que atuam, têm-se uma malha que atrela diversos outros profissionais. Quanto aos(as) professores(as), verifica-se um aparato institucional de grande influência, ou não, de acordo com as relações que os mesmos mentem com a diretoria das unidades prisionais. Entende-se que a ausência de condições de trabalho (material escolar, espaço, métodos de avaliação, projeto político-pedagógico restrito a determinados períodos escolares, disparidade de investimento econômico), atrelado, muitas das vezes, a relação de interesses com os policiais penais e ou encarcerados, são implicações inibidoras para o cumprimento do mínimo estabelecido pela LEP (BRASIL, 1984). Mesmo os recursos disponíveis para o ensino por vezes não são satisfatórios, seja pela morosidade da entrega, defasagem do material didático,

não aplicabilidade em sala de aula por parte de decisões do(a) próprio(a) professor(a) que não utiliza determinados acervos por desinteresse em mudança na rotina de trabalho ou mesmo pelo fato dos alunos encarcerados não se adequarem ao material oferecido, pois vale ressaltar que no relatório mais recente, temos 51,3% dos presos com o nível de escolaridade restrito ao ensino fundamental incompleto (INFOPEN, 2017). Em síntese, a instituição escolar é sufocada pelas condições que lhe são destinadas dentro da cultura prisional, sendo, muitas vezes, uma instituição que apenas se encontra localizada na prisão, porém sem os devidos fins, e condições de atuação tal como lhe convém em termos jurídicos e de missão profissional.

Outra instituição atrelada ao ambiente pedagógico é a biblioteca. Primeiro que ambas as instituições (escolas e bibliotecas) não constam em todas as unidades prisionais, sendo que salas de aula são encontradas em apenas 58% das unidades prisionais (INFOPEN, 2016). Todavia os dados citados acima somados a dados sobre as bibliotecas não constam no relatório mais recente do Infopen (2017). Decerto que em muitos casos a biblioteca é vista como um setor de auxílio escolar, o que implica em não ser contabilizado nos relatórios.

Todavia, os sucessivos relatórios do Infopen (2014, 2015, 2016, 2017) registram as limitadas condições das poucas bibliotecas que existem costumam ser mínimas quanto ao espaço, acervo, tecnologias, meios de disponibilizar a informação e principalmente ausência do profissional bibliotecário, tendo em vista que o mesmo é um profissional que nem mesmo consta no quadro de solicitação de servidores da SEAP ou na própria LEP, tornando quase nula, a adoção do relatório proposta pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA, 2015).

Atualmente a categoria dos bibliotecários e estudantes da área, por intermédio da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), criou a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), com o intuito de atender as diretrizes fornecidas pela IFLA, em prol da promoção de bibliotecas e da “presença do(a) bibliotecário(a) nas unidades penais, a fim de assegurar o direito à educação e ao desenvolvimento humano dos apenados, respeitando e fazendo cumprir a legislação vigente no país” (CBBP, 2017, s/p).

Além das problemáticas inerentes a categoria dos(as) professores(as) nos ambientes prisionais serem semelhantes as encontradas nas bibliotecas, tais como: espaço, estrutura, acervo, ausência de profissionais adequados e afins, os bibliotecários em sua maioria versam sobre a importância de seguir a LEP quanto a construção de bibliotecas, apesar da mesma não

ser enfática pois a lei ressalta que deve seguir as condições locais, além do fato de que se há uma biblioteca, também deve haver um(a) bibliotecário(a), tal como disposto no art. 6 da lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão do(a) bibliotecário(a) e regulamente seu exercício profissional (BRASIL, 1962).

Logo, a situação relatada no âmbito do profissional professor ou bibliotecário demonstra o paradoxo da violência institucional, pois ao mesmo tempo em que discorre e ratifica em leis condições de construção e funcionamento dos ambientes, escola e biblioteca em prisões, também é o mesmo Leviatã que irrompe contra as melhorias e o desenvolvimento desses lugares e dos profissionais capacitados para atuar nesses espaços, pois se verifica uma constante distância entre os pressupostos legais, teoria e discursos com as práticas de melhoria desses locais e as possíveis assistências aos quais as pessoas presas ou egressas demandam e registram em suas narrativas.

Em aditamento, a discussão sobre a constituição das bibliotecas e a inserção do(a) bibliotecário(a) neste nicho de atuação profissional, também é recorrente a discussão sobre a questão do incentivo à leitura, especificamente no que diz respeito ao art. 1, inciso V da recomendação número 44, de 26 de novembro de 2013, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre a remissão pela leitura. Essa recomendação estabelece que o encarcerado tenha entre 21 a 30 dias para realizar a leitura de uma obra literária, apresentando no final deste período uma resenha ou relatório de leitura sobre o conteúdo, que, segundo critérios legais de avaliação, permitirá a remição de 4 dias da pena, em um total de até 12 obras lidas por ano, totalizando uma possível remissão de pena que alcance até 48 dias, em 12 meses (BRASIL, 2013).

Essa tríade de reivindicações por parte da classe bibliotecária é pertinente, pois a edificação de bibliotecas, alocação de profissionais bibliotecários e a execução das atividades de remissão pela leitura, são pontes essenciais não apenas previstas em lei, mas também necessárias para prover os direitos sociais mínimos aqueles que almejam retornar para o espaço fora dos muros prisionais com uma competência informacional e cultural.

Contudo, as exigências de estrutura mínima de atuação e alocação profissional são questionamentos básicos feitos pelas demais categorias que promovem assistência dentro das unidades prisionais, tais como psicólogos(as), dentistas, médicos(as), enfermeiros(as), advogados(as), assistentes sociais e afins. A problemática por trás dessas instituições é o fato de solicitar avanços para suas respectivas áreas, uma constante solicitação de mais espaço de atuação, no qual corrobora, – mesmo que de forma não intencional –, com a manutenção de

um discurso meramente corporativista, em que a missão dos profissionais por vezes, fica em segundo plano, e torna-se visível apenas a luta pelo espaço da profissão, além de transformar a atuação desses profissionais em extensões da polícia, tal como Wacquant (2007, p. 469) afirma ao dizer que esses discursos e práticas são feitas apenas “sob a alegação de uma melhor coordenação do serviço público e da eficiência burocrática”.

De forma crítica, até que ponto determinadas instituições advogam em prol da pessoa presa ou egressa das unidades prisionais? Mesmo que as solicitações corporativistas sejam atendidas, até que ponto há autonomia no exercício profissional dessas instituições dentro das prisões? Por mais que haja uma série de atividades exemplares relatadas por professores(as), bibliotecários(as) e demais profissionais que atuam com pessoas em privação de liberdade, será que essas atividades, que tomam por base a demanda feita pelos encarcerados é o suficiente? Por exemplo, basta o(a) professor(a) atender a demanda de uma pessoa que apenas quer saber ler e escrever? Basta atender a demanda da pessoa que quer ler e, por conseguinte, poder solicitar a remissão de pena por suas respectivas leituras? Basta disponibilizar um assistente social em determinado dia e horário para atender a demanda de inúmeros encarcerados? Até que ponto houve avanços por estes profissionais que representam instituições de assistência ao encarcerado ou não houve reivindicações de cunho meramente egóico e corporativista? São muitas as perguntas, mas ao menos uma certeza e uma cautela se fazem necessárias: primeiro, o encarcerados ainda é visto como um ser diferente e não como um ser em situação diferente. Segundo, todas as ações, das diversas instituições, apresentam efeitos corporais, o que nos faz pensar até que ponto essas ações oriundas dos policiais penais, professores(as), bibliotecários(as), médicos(as), assistentes sociais e afins de fato são benéficos aos encarcerados ou simplesmente tolgem a potencial liberdade de movimento dos mesmos, que pode vir a ser regulados e analisados por múltiplos olhares institucionais que influenciam e afetam o corpo, de tal forma, a que a pessoa presa torne-se apenas um ser afetado por vastas ações. Avigoro que todo ato, independente dos seus efeitos positivos e ou negativos, são atos de violência (SOFSKY, 2006).

Hodiernamente podemos ver notícias, documentos, eventos jornalísticos e acadêmicos, falas de representantes das diversas instituições aplicando termos equivocados ou errôneos, tais como: recuperando, ressocializar, apenado, adjetivo de carcerário as suas respectivas profissões (bibliotecário(a) carcerário(a), médico(a) carcerário(a), dentista carcerário(a)), sendo um modo de categorização do profissional que atua com uma pessoa vista como diferente ou mesmo um distanciamento da relação com o outro por meio de discursos e

demais ações que seguem a lógica do, “nós” e “eles”, a corroborar com a manutenção dos sistemas simbólicos de representação e segregação social (WOODWARD, 2014).

Desse modo, verificamos alguns alertas pertinentes quando se discute sobre a violência e as implicações inerentes ao encarcerado: primeiro, a problemática da pesquisa em si; segundo, as ramificações da violência institucional, dando destaque a prisão – instituição que abriga o ser pesquisado –, além de questionamentos quanto a relação das instituições assistencialistas, por intermédio de algumas ações, ou omissões, que as mesmas exercem de forma intencional ou não intencional quanto a pessoa ao qual seus serviços são dedicados. Têm-se um caminho que demonstra as vastas adversidades inerentes ao campo de estudo da violência, seja em suas questões metodológicas, ou, pelas trilhas construídas a partir dos efeitos institucionais no corpo da pessoa presa. Adiante, iremos discorrer sobre efeitos mais microfísicos da violência, em prol de compreender as várias nuances, os entrelaçamentos e alguns produtos originários da própria violência.

2.3 Estrutura entrópica e o processo de qualificação da pessoa criminoso

A violência segue a humanidade desde o seu surgimento sendo, portanto, inerente à condição humana, edificando em uma dúplici complexidade, macroscópica e microscópica, cujos efeitos podem ser observáveis tanto nos corpos quanto nas instituições, de forma que legitima uma sociedade mais do que disciplinar, mais principalmente do controle, ou do desempenho (HAN, 2017).

Verificamos por meio do que já foi dissertado que, analisar a problemática da violência, implica em entender não apenas o momento atual, as questões que nos movem, nos afetam, mas sim, estabelecer uma relação, de certa forma, atemporal quanto ao objeto que se estuda, no sentido de compreender que as implicações que vemos no presente, se ancoram em inúmeros fragmentos, resíduos, que se alastram desde o outrora, e mais ainda, entender que esse processo advém do pretérito, perpassa o agora e destina-se ao porvir, o que justifica um estudo que não versa unicamente sobre um método de estudo de caso ou reduzir a pesquisa a um recorte temporal, como se este espaço de tempo fosse a verdade absoluta.

Tomando como base a lógica da construção elíptica da memória, a violência deve ser analisada sob a óptica do *continuum* indivisível, ou seja, de uma perspectiva que se desvencilha da separação didática entre passado, presente e futuro, cuja ação implica no ato de absorver ou dispersar, no decorrer do seu processo, lembranças e esquecimentos, que o

compõem naquele exato momento, adquirindo outras conjunturas no decorrer de sua movimentação (HALBWACHS, 2006). Em outras palavras, analisar a violência, especificamente sob o viés de quem praticara o homicídio, é algo que envolve múltiplas questões internas e externas à subjetividade da pessoa, envolve escolhas que agem no porvir, em detrimento de outras conjunturas que são delegadas ao esquecimento.

Essas conjunturas são diversas e podemos olhar a mesma temática, o mesmo objeto, sob vários prismas, aplicando um olhar que agrega pessoas, instituições, de acordo com o enquadramento necessário, neste caso, a pesquisa. Aliás, a própria pesquisa também passa por esse processo de construção elíptica da memória, haja vista que a narrativa apresentada discorre sob a política de uma construção processual da memória, na qual fragmentos são descartados ou utilizados, de forma intencional ou não, com vistas a proposição de uma inovação, tal como se espera, por exemplo, de um projeto ou tese.

Para além da memória, como um caminho de explicação aplicável a questão da violência, também é pertinente entendermos não apenas as implicações que sustentam, agem e perpetuam determinadas ações violentas, mas também, entender a sistemática, ou melhor, o sistema, que rege e é regido pelos corpos e, por conseguinte, as instituições. Assim sendo, iremos focar nos aspectos microfísicos, ou microscópicos, sem se desvencilhar das inúmeras teias que, por meio da violência, interligam o corpo aos aspectos macroscópicos, propiciando a constante manutenção da violência como um sistema, dito de outra forma, discutiremos sobre a violência como uma máquina sistemática, ignorando as constantes que lhes são exteriores, portanto, que lhes fazem fronteira (PRIGOGINE; KONDEPUDI, 1999).

A definição dos autores acima advém de uma perspectiva da física, área de conhecimento que demonstra, em termos gerais, a delimitação conceitual do que é um sistema como um enquadramento de algo que não é o todo, haja vista que faz fronteiras com o que lhe é exterior. Todavia, o que nos interessa é ir mais além e discorrer sobre o processo desse sistema, ou seja, sobre as suas operações à luz da pessoa criminosa. Para tal, cabe-nos refletir sobre a natureza desse sistema violento.

Os sistemas, em linhas gerais, não existem sem “percorrer um ciclo de operações e voltar ao seu estado inicial sem acrescentar entropia ao mundo exterior” (PRIGOGINE; KONDEPUDI, 1999, p. 74). Apesar dos físicos apresentarem essa premissa atrelada as questões pertinentes às leis da termodinâmica, também reforçam que essa operação se aplica aos sistemas, a priori, com independência do caso estudado, de forma que podemos analisar o quanto essa noção se aplica para o sistema da violência.

Dizer que a violência implica em uma sistemática é clara quando pensamos sobre a relação causa e efeito e, em minúcias, se considerarmos que o ser humano ao praticar um crime faz parte de uma construção tríplice: o plano do agente, o plano da ação violenta e o plano dos efeitos (FARIAS et. al., 2014). O autor ao exemplificar o processo da violência em uma tríade que vai do agente aos respectivos efeitos dos seus atos, também torna evidente o quanto a rede, ou sistema, pode imbricar com outros atores (familiares, equipe dirigente da prisão, profissionais de assistências) bem como instituições (prisão, escola, biblioteca, júri) entre outros componentes que, para além das teias, agem na legitimação e manutenção de uma rede que prioriza o braço penal em detrimento do braço social, sendo ambos necessários para o equilíbrio do Estado, porém negligenciados por governos que, em sua maioria, aplicam uma visão neoliberal em sua gestão (WACQUANT, 2007).

A lógica prigogineana, sobre a questão da violência se faz salutar, pois nos permite entender que a violência não é unicamente a essência de uma pessoa, muito menos o é apenas em ações visíveis que o mesmo pratica. Este caminho de análise que considera unicamente o ser humano no papel de criminoso e seu respectivo ato, nada mais é do que um reducionismo da conjuntura que de fato faz parte da cena. A violência, pode ser observada sob o viés do sistema, entendido como um ciclo de operações, cujo produto é mais do que o ato visível, mas também uma ação entrópica no qual se dissipa energia, por intermédio de rastros, vestígios, esquecimentos e efeitos velados, dentre os quais podemos citar as condições psíquicas, sociais, políticas, econômicas, religiosas, emocionais e afins que atravessam constantemente a vítima, o algoz e a própria sociedade. Logo, a violência sob a ótica do sistema é possível graças a sua polivalência. Em aditamento, as inúmeras junções que constituem uma ação violenta, servem para fundamentar a construção do próprio ato violento a partir da ordem ao mesmo tempo em que sua dissipação de energia – portanto, efeito entrópico – é um fator que propicia o caos (SOFKY, 2006). Assim sendo, é correto afirmar que a violência faz parte de uma sistemática indissociável do conceito de ordem e caos, sendo uma tríade a ser investigada em suas minúcias no decorrer da presente explanação.

Destarte, é crível afirmar que o Estado opera, por meios concretos e velados o sistema da violência, no qual a pessoa presa nada mais é do que uma peça preparada desde antes de sua estada no ambiente prisional até mesmo depois que se torna pessoa egressa, a sofrer com as inúmeras intempéries de um ser estigmatizado se não antes por sua condição financeira, cor, localização, moradia, agora também por se tornar um ex-presidiário(a), ou seja, aquele(a)

que carrega a marca do crime, tal como Caim, personagem bíblico que ao matar seu irmão Abel, recebe um sinal na testa que torna o seu crime visível em todo lugar que o mesmo trilha.

Tal como disposto acima, averigua-se mais um efeito que evoca o teor dissipativo do sistema, ou estrutura da violência, construída com o aval das instituições que circundam a pessoa presa, estigmatizada pelo crime, a ser punida de formas múltiplas para além da questão de sua privação de liberdade, tal como consta na esfera penal, além de ser acompanhada pelos inúmeros espectadores da ordem de profissionais que, em muitos dos casos, averiguam apenas o status de sua atuação frente ao objeto, em complemento com o telespectador(a), que à distância, contempla o encarcerado pelo viés superficial das mídias, sendo impossibilitado de adquirir a informação e, por conseguinte, o conhecimento, ou senso crítico, que lhe é necessário e justo, o que nos faz ratificar que a indiferença social é construída através da banalização da interface feita pelos processos comunicacionais atuais (BAUDRILLARD, 1992).

Seguindo a lógica da violência como um aparato sistemático, é mister o aprofundamento da noção de sistema, compreendido segundo a concepção prigogineana, em três níveis: sistema isolado, sistema fechado e sistema aberto. O primeiro, é visto como um sistema que não estabelece trocas de matéria e energia; o segundo, compreende a troca de energia, mas não de matéria; o terceiro implica na troca tanto de matéria quanto de energia, sendo que a “natureza das trocas do sistema com o seu ambiente, [ou, o que lhe é externo], é essencial (PRIGOGINE; KONDEPUDI, 1999, p. 24).

Conforme o já exposto, o encarcerado, alocado em uma instituição prisional, não pode ser enquadrado em um sistema isolado, pois apesar da sua condição de privação de liberdade, o mesmo faz parte da sociedade tanto quanto a instituição, que aliais é uma construção utilizada para que o Estado possa realizar a tutela daqueles que estão cumprindo pena, de acordo com as leis do respectivo Estado. Se aplicarmos a condição física da matéria como uma metáfora as pessoas presas, e ou demais atores que lá circulam, veremos que a prisão não é estanque, isolada do meio social de forma plena, ao mesmo tempo em que a energia é aplicada constantemente em relação com o ambiente externo, por meio das inúmeras ações que ocorrem tanto dentro, quanto fora do espaço prisional, por exemplo, os efeitos decisórios por parte dos juízes(as) ao decretar a prisão, pena alternativa ou soltura de um pessoa, o laudo médico que apresenta variadas aplicações quanto ao procedimento a ser adotado com a pessoa presa, os efeitos positivos ou negativos da relação dos encarcerados com as categorias assistencialistas, policiais penais e afins.

Quanto ao sistema fechado, também seria uma lógica equivocada de aplicarmos na presente tese, pois, mesmo que aplicássemos a noção de matéria, vista como metáfora da pessoa presa, na condição de um ser que não circula dentro e fora do ambiente prisional – salve os que se enquadram em específicos critérios do regime fechado, semiaberto e aberto – não poderíamos negligenciar o fato de que a troca de energia é uma constante, tendo em vista as inúmeras relações do encarcerado com as demais categorias que atuam na prisão, além das relações ilícitas permitidas devido à porosidade das instituições ditas totais, tal como verificasse hodiernamente nas mídias jornalísticas sobre a atuação das facções criminosas e seus diversos atos tomados dentro da prisão, mas que afetam a sociedade externa aos muros prisionais, tais como utilizar-se de dispositivos móveis, comércio ilegal entre outros dispositivos (KORNALEWSKI; FARIAS, 2017).

Torna-se crível afirmar, que a especificação de sistema que devemos adotar a malha que relaciona o(a) encarcerado(a) aos demais profissionais e instituições, se enquadram na categoria de sistema aberto, haja vista que essa malha, ou sistema, se constitui a partir da troca de energia (ações e efeitos oriundos das pessoas e suas relações institucionais) e pessoas (fluxo relacional entre os presos, policiais penais, equipes assistencialistas e afins), constituindo, portanto, uma espécie de sistema também denominado “volum de controle” (CHAUI-BERLINK; MARTINS, 2013, p. 24).

Se o sistema aberto da violência é cíclico, também podemos inferir que o mesmo gera resíduos, restos, construções mnésicas, ou seja, corrobora para um grau de entropia do próprio sistema violento, pois os inúmeros vetores de violência que afetam a pessoa, ou em grau maior a sociedade, proporcionam efeitos perniciosos, por exemplo, disseminação de informações parciais perpetuadas por determinadas mídias, inoperância, ou impedimento, de estruturas de segurança, saúde, educação, ausência de estruturas assistenciais, subjetividade em julgamentos entre outros vetores que elevam o grau de violência contra a pessoa em si e, por conseguinte, se dilui na e com a própria sociedade. Antes de analisarmos as nuances que advém do processo entrópico, cabe-nos discutir sobre o próprio conceito de entropia e como a violência, para além do viés da ação, mas principalmente sob o viés do processo, deve ser vista na condição de uma estrutura entrópica.

De forma sucinta, a entropia pode ser definida como “a soma dos efeitos dos fenômenos irreversíveis” (PRIGOGINE; KONDEPUDI, 1999, p. 79). A entropia é vista como um fenômeno que representa estruturas que dispersam energia, também vistas como estruturas dissipativas. A lógica empregada é o fato de que toda estrutura, ou sistema, exerce inúmeras

ações no decorrer da manutenção do seu processo, o que provoca resultados, vistos como dissipações derivadas de um sistema entrópico. Em síntese, toda ação gera uma reação, a não reação também é derivada de uma ação, e esse processo, em termos de temporalidade, é irreversível. Essa premissa nos incita a discorrer sobre o conceito de irreversibilidade, além dos equívocos comumente adotados ao se discutir o conceito de entropia: desordem, evolução e trabalho útil.

Quanto a irreversibilidade, é crível afirmar que nos apresenta um viés no qual os resultados não podem ser revertidos, em termos temporais. Por exemplo, o ser humano, independente de sua situação como alguém que é uma pessoa egressa do sistema prisional, ou se encontra encarcerado, ou mesmo que não tenha se inserido nessas circunstâncias, podemos dizer que é um corpo que interage no meio social, tal como uma matéria faz parte de um sistema aberto. Contudo, todas as ações passivas ou ativas do corpo causam dissipações irreversíveis: os vastos flagelos sofridos pelo ser humano devido a ausência do Estado, Família, as mudanças subjetivas, as ações praticadas pelo ser – seja passível de responder criminalmente ou não – durante, ou seja, período em que o mesmo cumpre sua pena em uma unidade prisional, a sofrer com as várias nuances concretas e subjetivas ofertadas pelo ambiente, além do próprio período em que o mesmo torna-se uma pessoa egressa, são momentos e, por conseguinte, ações que ocorrem com essa pessoa tornando-a um ser que não será mais o que era antes, além do fato de que as ações não voltam para o estado zero, ou seja, não temos como voltar a vida de uma pessoa ao passado, apagando de sua singularidade, todas as ações, lugares, crimes, atos e demais circunstâncias que ocorreram em seu corpo. Por isso, podemos verificar que todo corpo faz parte de uma estrutura aberta, sendo esta também denominada uma estrutura dissipativa, haja vista que todas as ocorrências nas quais o corpo se situa são ações irreversíveis, sendo que este *continuum* só pode ser quebrado em termos didáticos. Em aditamento, os inúmeros processos que ocorrem com a pessoa presa, sendo esta, por vezes vítima, ou algoz, não podem ser revertidos em suas condições de outrora (não podemos retornar ao antes do crime, antes das implicações da ausência do Estado, família para com a pessoa e afins), o que nos demonstra que a máxima da reversibilidade verdadeira das ações empreendidas por uma estrutura, ou sistema aberto, para com a pessoa é uma premissa minimamente inadequada, para não dizer inexistente (CHAUI-BERLINK; MARTINS, 2013).

Logo, podemos sintetizar que toda ação, sofrida ou afligida, pelo corpo é irreversível, haja vista que não podemos retornar ao passado, ou ponto zero, no qual as ações poderiam ser

vistas como “reversíveis”: o registro criminal não pode ser apagado do sistema, o estigma pelo fato da pessoa ser egressa não pode ser anulado voltando-a em um espaço temporal antes do ato criminoso acontecer, as informações disseminadas e consumidas pela sociedade não podem ser anuladas e demais circunstâncias que são inerentes as múltiplas formas de violência são irreversíveis, tal como a memória também o é, pois se toda memória é uma construção, no qual há o embate entre lembranças e esquecimentos, toda violência também implica em um processo construtivo, que se destina em prol de uma ação não necessariamente negativa ou positiva, apenas o é. Portanto, o conceito de irreversibilidade é salutar para entendermos que não dá para retornarmos ao antes de uma ação com o intuito de revertê-la, mas podemos observar, analisar as mesmas ações para construir novos caminhos, de forma a não prover a manutenção da violência empreendida pelas pessoas, grupos e instituições, além de prover subsídios para construir um novo viés para o ser humano que se encontra ou é um egresso do sistema prisional.

Acreditava-se que o termo entropia, por denominar a ação de uma estrutura dissipativa, portanto, estar associada à questão da sua irreversibilidade, fosse um conceito em sinonímia com “desordem”. O equívoco mencionado se deve ao fato de que muitas teorias que versam sobre a entropia se fazem presente no meio acadêmico, atrelando ao conceito de entropia o grau “desordem”, “bagunça”, fato este que pode ser observado nas propostas de Shannon, Maxuell, Boltzmann entre outros que, embora apliquem “as mesmas propriedades matemáticas requeridas de uma medida, elas não representam necessariamente os mesmos elementos” (CHAUI-BERLINK; MARTINS, 2013, p. 157). Todavia, devemos ter cautela ao utilizarmos determinados conceitos, ainda mais quando os mesmos são apropriados de “n” formas por “n” áreas do conhecimento, o que pode transformar esse equívoco conceitual não apenas em uma mera falha subjetiva, mas sim em “um dispositivo de objetivação” (CASTRO, 2005, p. 154).

Em vista do que apresentamos, cabe-nos especificar a propedêutica que será aplicada quanto ao uso do conceito de entropia: primeiro, não vamos aplicar todas as funções e cálculos que dizem respeito a entropia em sua abordagem originária, ou seja, discorrer sobre a entropia na abordagem das discussões sobre a termodinâmica; segundo, é mister que fique claro a não adoção do discurso equivocado no qual inúmeros pensadores e áreas do conhecimento aplicam o conceito de entropia no reducionismo sinonímico de algo que versa sobre a desordem ou bagunça; terceiro, as implicações do processo entrópico serão aplicadas ao já declarado sistema aberto da violência, no qual a pessoa presa e os demais grupos e

instituições interagem em uma espécie de cadeia ramificada, entrelaçada, a promover a manutenção de uma determinada estrutura denominada de violência entrópica. Essa compreende o arcabouço conceitual sobre a violência e a entropia, utilizando-se tanto das vertentes que versam sobre violência em seus múltiplos olhares, quanto da entropia, de forma a discorrer sobre suas implicações conceituais, sem entrarmos nas leis que a formulam, em prol de não incorrerem no uso de formulações matemáticas que edifiquem as leis como se fossem “axiomas, ou seja, premissas tomadas como verdadeiras e sem que seja necessária sua demonstração” (CHAUI-BERLINK; MARTINS, 2013, p. 27).

A relação das questões pertinentes à violência com a discussão de sua sistemática entrópica, dito de outra forma, a constituição da violência entrópica se dá primeiramente, no fato de que a irreversibilidade da violência não implica em um aumento da desordem (equivocadamente visto como entropia), mas sim, na constituição de um fenômeno irreversível que evoca um importante papel construtivo (PRIGOGINE, 2002). Já discorreremos sobre o caráter construtivo da violência, ao apresentarmos não apenas o conceito de violência estrutural, mas também, os variados exemplos que surgem a partir do viés da violência. Contudo, discorrer sobre a entropia como uma estrutura irreversível que se relaciona conceitualmente com o campo de discussão da violência e ainda denotar um valor não de “desordem”, mas sim de construção, criação e manutenção de um processo cíclico constituído pela tríade violência, ordem e caos é um caminho desafiador, instigante e que merece um detalhamento.

Os incontáveis vetores que afetam os corpos por meio das pessoas, grupos e instituições já citadas, reforçam o quanto a preocupação com a questão da disciplina é inerente ao controle e, por conseguinte, legitimação da violência. Verifica-se que o termo ordem é sinônimo de disciplina, haja vista que tudo aquilo que foge da normalidade é categorizado como fora da ordem, portanto, da normatização em vigor. Sofsky (2006, p. 14, tradução nossa) reforça com a seguinte premissa: “A ordem persegue, sobretudo, a conformidade e a homogeneidade. Tem que cumprir as regras, e o comprimento das regras deve ser controlado e, se necessário, conseguido pela força”. Eis que a violência pode ser qualificada como uma ação entrópica promotora não apenas de processos criativos, como também surge a partir da ordem – ao invés de incitar a desordem –, pois as categorizações aplicadas aos diversos segmentos (encarcerados(as), alunos(as), pecadores(as), soldados e afins) ao mesmo tempo em que disciplina, homogeneiza, também aplica sanções, punições, além do fato de que a própria rigidez disciplinar é um ato violento.

Ao elucidarmos a relação entre a violência e a ordem/disciplina, é basilar que nos dediquemos a refletir sobre a etapa resultante da violência: o caos. Sofsky (2006) apresenta o caos de forma linear, como um efeito gerado a partir da violência, sendo a violência fruto de uma determinada ordem. Contudo, a concepção do caos deve ser observada pelo viés da dinamicidade, pois a mesma opera de forma probabilística e realista (PRIGOGINE, 2002).

O caos pela ausência plena de regras é o *motus operandi* para construção da ordem, por intermédio de leis civis, penais, tributárias, religiosas, morais e afins. Entretanto, o simples fato de um determinado corpo não se enquadrar em uma dessas dimensões de homogeneidade implica em alocá-lo na categoria de ser diferente, anormal, desviante, momento este em que se verifica os prenúncios da violência. A dinâmica inerente ao caos permite com que as singularidades da pessoa, independente dos efeitos provenientes de uma tipologia de violência ou não, é um potencial estopim para que se irrompa com novas demandas, medidas e necessidades de revisão das leis, modo de agir que, caso não sejam revistas, resultará em um princípio de caos, ou seja, torna-se inverossímil a possibilidade de dissociação entre os aspectos provenientes do conceito de violência, ordem e caos. Tal como Sofsky (2006, p. 18) salienta: “não é a própria ordem quem constantemente gera o temor do caos e que produz dentro de si mesmo a imagem do seu inimigo?”. Diante do exposto, é convidativo alguns aprofundamentos sobre a violência e suas vertentes, para ilustrar o entendimento sobre a construção conceitual da violência entrópica.

O próprio conceito de anormalidade exposto no decorrer da presente tese é um dos dispositivos que contribuem para a edificação e manutenção da violência entrópica. Para implementar o conceito em questão, vimos que qualquer categoria a ser enquadrada no perfil de “anormal” envolve uma desconstrução e desumanização, transformando aquele ser humano em objeto, “aquilo”, “algo”, “outro”, “monstro”, “demônio” e uma série de termos utilizados por instituições, grupos e pessoas que de forma voluntária ou involuntária conferem o status de algo a ser tratado com certa distância, devido a periculosidade do ser perante os ditos normais. Verifica-se a construção de inúmeras estruturas que dissipam energia, ao invés de criar equivocadamente a desordem, para então controlar, outrora disciplinar, aplicar um ordenamento à pessoa: tem-se um aparato policial, judiciário, médico, psiquiátrico, midiático e afins que, em uma atuação, a priori, independente, mas com implicações que se direcionam em uma só direção, servem conjuntamente para estabelecer os parâmetros básicos daquilo que deve ser contido, isolado, tratado, exterminado, tal como se fosse um parasita extremamente danoso a sociedade, ao mesmo tempo em que se esquece que este ser segregado faz parte,

quando não é construído assim, pela própria sociedade a qual pertence. Eis que se esvai o ser humano e surge o ser bestial, comumente chamado de bandido.

Muito se estranha a contradição demonstrada ao se tratar o outro como um ser não humano, haja vista que este tratamento é conferido pelos da mesma espécie e por instituições regidas também por humanos, o que confirma o aflorar da essência violenta do ser humano que, por meio de processos egóticos, estigmas, medos, interesses econômicos, edificam a ilusão da prisão como uma instituição que abriga somente o mal, enquanto que constrói a cegueira, ou ilusionismo intencional, quanto aos não encarcerado, tal como uma “anti-imagem”, a inculcar nos “que se encontram fora dos muros, a sensação de serem livres, honestos, limpos e vingados” (GUIDANI, 2001, p. 49).

A construção da diferença perniciososa, no qual o outro, apesar de ser oriundo da mesma raça e pertencer, portanto, aos mesmos amparos legais, demonstra o quão ilógico e contraditório é a edificação dessa violência entrópica, pois sob o viés do conceito de rastros podemos observar as falhas não intencionais, porém em alguns casos bem perceptíveis, desse processo danoso que empreende de forma parcial contra uns em prol da proteção de outros que, nas palavras tanto de diversas pessoas e representantes institucionais quanto dos que se encontram dentro do ambiente prisional na condição de encarcerado, verificamos o comum acordo de que muitas pessoas que deveriam estar sob tutela do Estado, logo, na prisão, continuam isentas de qualquer punição quanto as suas ações tipificadas na letra da lei, ou seja, têm-se inúmeros rastros, aliais bem perceptíveis, a evocar uma diferença que não procede, mas que potencializa uma violência entrópica com determinados segmentos da sociedade.

Em exemplo, verificamos pelas mídias e fontes governamentais o andamento processual de vários parlamentares, empresários, ao mesmo tempo em que uma pessoa, submetida a condição precária proveniente de processos de segregação, estigmatização e afins, é julgada de forma mais rápida para o devido cumprimento de sua pena, enquanto outras conseguem trabalhar a morosidade do processo, até mesmo a prescrição do mesmo, devido ao capital simbólico ou financeiro que lhe é disponível. A própria subjetividade dos julgamentos, a adoção ou não adoção de acórdãos, jurisprudências e demais fontes informacionais jurídicas, a demonstrar que a ética, na qual a autonomia do juiz(a) demonstra uma dispersão, estruturada e intencional, nos julgamentos, apenas resulta em crimes tipificados na mesma condição, porém com tratamentos diferenciados ou tempos de reclusão distintos, o que resulta apenas em um aumento do número de pessoas sem instrução, sem condições financeiras, negros, moradores de regiões sob condições precárias mais elevadas

como a categoria adotada pela máquina estatal, a sugar continuamente esse ser humano para elevar os números do coeficiente que se encontra na prisão, tal como descrito no último relatório do Infopen (2016).

Para além das fontes jurídicas e mídias, outra fonte pertinente para ver os inúmeros rastros do crime e da violência impetrada não apenas pela pessoa, mas também por essa máquina da violência, são as narrativas dos próprios encarcerado. É comum vermos que a questão do tempo depõe contra o sistema prisional e sua proposta de “ressocialização”, haja vista que muitos ficaram um tempo para além do que o registrado nos autos, a progressão de pena é falha e morosa, alguns são encarcerados desde pequenos em instituições com a proposta de ser reclusão ao mesmo tempo em que tem como missão ser uma instituição socioeducativa – exemplo do preso C. que ficou conhecido como “11” pelo fato de que foi encarcerado aos 11 anos, porém o mesmo foi entrevistado com 31 anos de idade dentro da prisão, cumprindo pena por assalto a banco –, outros aguardam a liberdade por cumprimento de pena na própria prisão, porém o fato pode levar dias, meses e anos depois. São problemas que podem ser verificados tanto no arquivo do projeto finalizado no Presídio Hélio Gomes e na Penitenciária Milton Dias Moreira quanto nas inúmeras notícias e mídias que versam sobre a questão da prisão e ou da violência. Os rastros deixados pela máquina, sistema, ou de forma mais aprofundada, por essa violência entrópica, são fragmentos deixados desde o momento de construção da homogeneização da pessoa, até o tramite processual, cumprimento de pena e sua soltura, no qual mesmo a condição de pessoa egressa do sistema continua a promover uma cultura perniciosa no qual o ser humano é visto como um objeto perigoso e oculta, dentro do possível, os vários vestígios que decorrem dessa construção. Os rastros da violência não são feitos “com a intenção de transmissão ou de significação” (GAGNEBIN, 2009, p. 113).

Todavia vale uma breve análise quanto ao conceito de rastros. Gagnebin (2009) afirma que o ato de decifrar os rastros, também são marcados pela não intencionalidade. Porém, há dois equívocos nessa premissa: primeiro, pressupor que o desvelar dos rastros se dá meramente pelo fenômeno do acaso, o que ignora, em certa medida, a motivação de alguém em desvendar os rastros para que possa ocorrer o entendimento sobre determinada questão; segundo, a premissa desconsidera a possibilidade de se empregar metodologias ou junção de metodologias – ou seja, um processo de triangulação – no qual a intenção é justamente “ampliar a lente”, dito de outra forma, aumentar o enquadramento sobre uma determinada problemática, com o intuito de não deixar passar, dentro do possível, determinados rastros, vestígios, que são importantes para aquela pesquisa ou elucidação. Logo, a premissa da não

intencionalidade é demasiadamente equivocada, pois ignora a motivação e as técnicas que são empregadas justamente para captar os rastros.

Da mesma forma que podemos ver claramente no campo da perícia várias ramificações de estudo e aplicações (balística, documentos/cópias, química forense, genética forense, etc.), também se aplica a metodologia no meio acadêmico, para decifrar os vestígios de um determinado objeto, em prol de analisar, entender e promover avanços científicos e tecnológicos quanto ao problema estudado. No caso em questão, podemos exemplificar com a importância teórica para consolidar um conhecimento sobre uma especificidade de violência que se dá de forma entrópica, na qual a metodologia da triangulação se faz necessário para empreendermos sobre o objeto de estudo que são os relatos autorais das pessoas presas. Seria um erro amador, ou mesmo um “tiro no escuro”, estudar o objeto em questão sem o mínimo de pesquisa, construção teórica e enquadramento das nuances e da estrutura violenta que cerca o ser humano que narra, para além dos seus crimes de homicídios, questões que envolvem outras pessoas, grupos e instituições. Em síntese, é mister o desvencilhar das presilhas que prendem o(a) pesquisador(a) dentro do ambiente, ou projeto de estudo, pois “o homem dentro do ambiente, tem visão muito limitada e enxerga um ou outro acontecimento há um tempo. Enquanto que o homem afastado, o homem em voo, enxerga simultaneamente toda a vida de um mundo” (CARVALHO, 2005, p. 41).

Logo, é salutar pensarmos sobre alguns cuidados e, principalmente máximas, que podem surgir ao elaborarmos uma pesquisa que verse sobre o campo da violência e determinadas pessoas que dele fazem parte (encarcerado, vítimas, policiais, juízes(as) e afins). A metodologia, as ferramentas metodológicas, ou de métodos, a triangulação devem ser empregadas com o intuito de prover um enquadramento necessário para aquilo que se deseja pesquisar, não necessariamente há uma ação metodológica melhor ou menos benéfica que a outra, mas sim, a escolha adequada para aquilo que se deseja responder, ou minimamente compreender. Portanto, a questão de uma abordagem qualitativa versus quantitativa, busca bibliográfica ou pesquisa de campo *in loco*, entrevistas ou acompanhamento de rotinas e experiências do cotidiano, enfim, qualquer escolha empregada na pesquisa, não pressupõe uma eficiência, a priori, pela simples abordagem escolhida pelo(a) pesquisador(a), pois de nada adianta a crença de que, por exemplo, pesquisar acompanhando passo a passo a pessoa estudada, será o suficiente para a compreensão do campo, pois muitos fatores, dentre os quais a motivação, inquietação, afetação, experiência, escolha da pessoa a ser pesquisado e afins, podem interferir nas possibilidades reais ou potenciais da pesquisa. Em suma, a escolha do

método além de possibilitar o efeito negativo da pesquisa, pois o(a) pesquisador(a) pode apenas relatar o que vê, apenas entrar no campo para imitar, descobrir, ou confirmar, aquilo que já pressupunha, o que depõe contra a ciência, transformando o processo da pesquisa em mero acontecimento, afinal de contas, é necessário ser encarcerado para estudar o encarceramento? Prostituir-se para estudar o cotidiano da prostituição? Matar-se, para escrever sobre a problemática do suicídio? Ou em escala menor de impacto, usar mil ferramentas metodológicas para perscrutar um determinado campo?

O fenômeno irreversível da desumanização do humano a perpassar um *continuum* que atravessa o antes, o durante e o depois de sua estada em um ambiente prisional é crível ao enxergarmos o processo de segregação do ser, visto como anormal, perigoso, legitimando e promovendo a manutenção de uma diferença vista como perniciosa por intermédio de vários vetores que afetam negativamente quanto a possibilidade de socialização do ser humano em questão (discursos políticos, mídias, grupos, instituições e afins). Todavia, não devemos esquecer de uma malha transparente, por vezes invisível, que permite o funcionamento da violência entrópica em vários quesitos. Discorro sobre a violência subjetiva.

Esse fenômeno não necessariamente é perceptível apenas em pesquisas feitas *in loco*, com o implemento de metodologias qualitativas e afins, pois implica em uma rede que varia de acordo com a problemática estudada. Contudo, Zizek (2014) nos aponta que a violência subjetiva compreende uma relação com a violência dita “simbólica”, por se utilizar da linguagem e suas variantes, ao mesmo tempo em que se harmoniza com o que o autor chama de violência “sistêmica”, que compreende o funcionamento regular de um sistema econômico e político. Não é raro vermos a preocupação de determinados políticos, partidos e, por conseguinte, Estados, que adotam a premissa da segurança pública, aplicando suas engrenagens em prol da defesa da propriedade privada, negligenciando aqueles que a sustentam em sua base: pessoas pobres, que ocupam a grande massa de trabalho e de reserva de mercado. Essas, são vistas como pessoas que seguem o processo já mencionado de construção do ser pernicioso, pois em muitos dos casos ao adentrarem no mundo prisional, narram suas experiências de vida sem dissociar, em certa medida, os efeitos de acontecimentos que lhes ocorreram antes, durante ou depois de saírem da prisão, o que reforça a importância de analisarmos o *continuum*, haja vista que as pessoas não são tuteladas pelos Estados unicamente quando incorrem em desvios descritos no Código Penal. As obrigações quanto aos aspectos da saúde, educação, segurança, emprego, cuidados e assistências com os encarcerado de espaços prisionais e auxílios às pessoas egressas do

sistema prisional são todas tarefas descritas na Constituição e suas respectivas leis complementares, jurisprudências e afins.

Pode-se verificar que a violência subjetiva alcança o limiar quando promove o dúplice risco “do esquecimento e banalização [da] violência pela representação” (BECKER; DEBARY, 2012, p. 6, tradução nossa). Apesar dos autores discutirem sobre essa dúplice problemática a partir do viés reflexivo entre a memória e a história à luz dos casos tipificados como de violência extrema, tal como exemplificam com as destruições provocadas pelas guerras, violências de massa, genocídios, extermínios, catástrofes, é mister aplicarmos essa reflexão de forma atrelada com a concepção da violência subjetiva, pois no caso da pessoa presa, independente do teor de seus crimes, têm-se um constante silenciar, apagamento das necessidades, e por que não dizermos da crescente condição de precariedade de muitos seres humanos, familiares, por parte do Estado, ao mesmo tempo em que ocorre uma profusão cada vez mais constante e massiva de desinformações que ressaltam o caráter exclusivamente do encarcerado(a), do bandido(a), do criminoso(a) de forma a prover uma coesão social a partir da política do medo, sendo esta uma ferramenta, a priori, “despolitizada e socialmente objetiva [...] que se centra na defesa contra o assédio ou a vitimização potenciais” (ZIZEK, 2014, p. 45).

Se atrelarmos o fenômeno da desumanização do humano com o fenômeno da violência subjetiva e seus respectivos pilares, violência simbólica e violência sistêmica, ou objetiva, podemos jogar um pouco de luz no cenário construído para fortalecer a entropia ocasionada pelo sistema aberto que envolve diversos segmentos humanos e instituições. Problematizar esse sistema implica em pensar nas diversas nuances que se constroem ao redor do produto que pode auferir ganhos políticos e econômicos, evidenciados pela minuciosa análise do que se qualifica como violência subjetiva. Têm-se um ciclo de operações que estabelece a manutenção de si mesmo por intermédio dos fenômenos citados, o que nos leva a pensar instantaneamente nas seguintes perguntas: quais são os benefícios oriundos desse ciclo? e quem se beneficia com essa roda da infortuna?

Os malefícios são claramente discutidos, bem como as camadas do corpo social que sofrem as intempéries desse sistema, o que nos incita elucubrações quanto as pessoas e instituições que controlam e são beneficiárias dessa roda. Um exemplo que disserta de forma simples e resumida sobre os questionamentos acima é declarado em 2005 na conferência *Technology, Entertainment, Design* (TED). Uma das conferencistas apenas apresenta duas das instituições que são construídas para atender os jovens oriundos da Philadelphia e

adjacências: a escola e a prisão. A primeira descrita como uma instituição muito cara para o governo, de retorno econômico, a priori, pequeno e de forma morosa, enquanto que a segunda instituição apresentou um aumento no encarceramento de aproximadamente 700% no ano de 2005, no qual se encontrava em sua grande maioria pessoas pobres negras e latinos (GOFFMAN, A., 2005).

Autores como Foucault (2010, 2011) e Wacquant (2007, 2011) já discutiam em seus trabalhos sobre os efeitos dessa balança que pende mais para o lado penal do que para o lado social em diversos países, tais como Estados Unidos, França, Brasil, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália, Espanha entre outros, demonstrando que as classes suplantadas são as mesmas nos lugares estudados. Em contrapartida, as prisões se mostram como instituições político e economicamente viáveis, pois é a instituição dedicada para conter a pessoa vista como anormal, perigosa, ao mesmo tempo em que alicerça o discurso político de segurança pública, além de proteger a propriedade privada e permitir a criação de inúmeros nichos de investimento que vão desde a estrutura arquitetônica da prisão, até os múltiplos segmentos que, ao adentrarem nesse nicho comercial, são financeiramente beneficiados com a política do medo: parlamentares, arquitetos, engenheiros, policiais, juizes, empresas de uniformes, alimentos, higiene, equipe dirigente das unidades prisionais, instituições assistencialistas e demais grupos e instituições formais e informais que surgem, ou expandem, graças a uma política que promove uma invisibilidade para os problemas sociais no qual o Estado é falho, enquanto que segrega determinados corpos para unidades prisionais, a exercer a função “de lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de mercado” (WACQUANT, 2007, p. 21).

Restos, dejetos, esses termos devem ser analisados em consonância com a tríade conceitual de reciclagem, reutilização e reemprego, vistos como perspectivas de um processo de (re)qualificação dos corpos. Não há uma relação linear entre as concepções de resto, dejetos, portanto, variam de acordo com as condições as quais o objeto, e neste caso corpos, são utilizados. Com o surgimento dos ideais iluministas, pode-se distinguir a transição da punição dos corpos que outrora remetiam a concepção de aviso aos demais seres humanos e reforço simbólico do poder soberano, no caso reis e seus séquitos, para um modelo de punição que prioriza a lógica disciplinar e, por conseguinte, estruturação política e econômica do Estado por intermédio da arquitetura de mercado que se cria a partir do sistema aberto, legitimado pelas prisões (FOUCAULT, 2011; WACQUANT, 2007). Têm-se o aprimoramento das técnicas e, principalmente, construções precisas de utilidade aplicadas aos

corpos que deixam de se tornar dejetos e passam a ser vistos como restos passíveis de serem reciclados a partir dos interesses estatais e comerciais. É pertinente que destrinchemos estes encadeamentos conceituais iniciando pelo conceito de resto.

Os objetos, corpos, ou seja, que possuem o status de restos, mesmo que abandonados, implicam a noção de movimento (BENELLI et al., 2017). Podemos exemplificar a premissa por meio do objeto utilizado como fonte principal para a pesquisa: o dossiê que registra as narrativas das pessoas presas. O documento em questão é um resto que possui sua organicidade, movimentando-se de acordo com as circunstâncias que são apresentadas, relacionados a ele, em outras palavras, pode-se dizer que qualquer motivação, afeto, evoca esta tipologia documental à tona, transformando sua função anterior a partir das demandas do agora, ao mesmo tempo em que pode provocar efeitos no porvir. O documento foi criado para analisar, por intermédio das narrativas, as possíveis motivações que levaram os encarcerados, em alguns casos, a cometer o ato de homicídio. Todavia, na presente tese discute-se a problemática da violência e os possíveis caminhos para prover o acesso à informação desta tipologia documental, preocupando-se não com o crime em si, mas principalmente, com uma estrutura violenta verificada nestes documentos e com a possível tomada de decisão que estes registros podem permitir a futuros usuários que deles usufruam. Em suma, as motivações são diversas, os afetos são distintos, mas em todo caso, os documentos, ou restos, podem ser úteis não pela lógica reducionista do que as pessoas narram, do seu conteúdo – e potencialidades de informação –, mas sim, pela preocupação do próprio processo de informação como acontecimento singular (BAUDRILLARD, 1992).

Diante do exposto, podemos observar que para além da questão do movimento, os restos são passíveis de uma “existência harmoniosa que tende a consumir-se atingindo o equilíbrio entre produção e consumo” (BENELLI et al., 2017, p. 14, tradução nossa). As pessoas presas, independente de constarem em arquivos de pesquisas, antes de adentrarem as instituições prisionais já se enquadram como uma reserva de mercado – e por que não restos? – a movimentar-se de acordo com as restritas possibilidades que lhes são apresentadas pela comunhão simbiótica entre um Estado penal e um mercado opressor, que operacionalizou e internacionalizou, a partir das experiências registradas nos Estados Unidos, uma política de criminalização da miséria, trabalho assalariado precário, cuja *mais valia* agressiva e a ausência de programas sociais previstos pela constituição só permitem a manutenção dos restos em uma constante que beneficia poucos em detrimento de muitos (WACQUANT, 2011).

Os direitos previstos aos(às) cidadãos(ãs) são negligenciados pelo simples fato de serem custosos, onerosos demais não apenas para o governo, mas também para um programa empresarial, o que promoveu a seguinte preocupação por parte de representantes políticos e suas respectivas instituições empresariais ou pelo próprio Estado: como controlar essa massa de corpos cada vez mais dispendiosa? Tal como já discutimos, os fenômenos de desumanização e o emprego de processos violentos tais como as tipologias de violência subjetiva, objetiva e simbólica, são ferramentas que aperfeiçoaram o controle dos corpos. Contudo, não devemos negligenciar a transição dos corpos para a condição de “isso”, dejeito, ou seja, de algo que passa a ser visto como anormal, “uma alteridade insustentável que representa um perigo para o equilíbrio e unidade social” (DEBARY, 2016, p. 5, tradução nossa).

Não é necessário alçar o status de perigo para que algo seja enquadrado na categoria de dejeito. O simples fato de uma substância ou objeto incomodar, a ponto de nos desfazermos ou termos “a intenção ou obrigação de se desfazer é considerado como um dejeito” (BENELLI et al., 2017, p. 10, tradução nossa). Não podemos empregar a noção de culpa ou os discursos velados, ou desvelados, que denotam a obrigatoriedade ou intenção de se desfazer de um objeto ou de corpos como algo inerente somente a determinados grupos e instituições que tenham interesses capitalistas com a realocação desses itens em lugares apontados como adequados para o seu descarte. Não é raro vermos pessoas, grupos e sociedades que reforçam, de forma consciente ou inconsciente, a necessidade de se descartar do lixo, torná-lo distante, impondo a determinadas categorias a obrigação de dar conta desse controle de algo que lhes incomoda, seja resíduos químicos, biológicos, hospitalares, plásticos, idosos(as), crianças, prostitutas(os), drogados(as), alcoolizados(as), criminosos(as) e demais categorias que são enquadradas na condição de algo que incomoda, causa repulsa, perturba, desnecessária, danosa e, portanto, devem ser alocadas o mais distante daquilo que é visto como normal, adequado e pertinente para o funcionamento salutar do corpo social.

Se em alguns casos o objeto, ou os corpos, não são categorizados dentro da noção de patrimônio, ao menos cabe exercitarmos essa categoria pelo viés da analogia, haja vista que Gonçalves (2007, p. 214) já apontava que “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público”. É claro que os dejetos não são vistos como patrimônios por um determinado público ou mesmo pelo corpo social pleno, haja vista que causam incômodos que os incitam a prover o distanciamento.

Contudo, temos experiências em diversos países que demonstram uma política na qual não apenas objetos museológicos, mas também pessoas são descartadas da mesma maneira:

lixo orgânico e doméstico, em geral, são descartados em lixões, direto no solo e muitas das vezes sem separação e aterramento adequado; lixo hospitalar, químicos e afins costumam ser alocados em aterros sanitários, com diversas tipologias de tratamento para conter os respectivos resíduos; dejetos hospitalares e industriais também podem ser descartados por intermédio do processo de incineração, transformando de forma rápida o problema em tratamento adequado, além de prover a reciclagem dos resíduos em cerâmica, borracha e artigos artesanais e afins (SAIBA..., 2017).

As prisões fazem o mesmo papel, alocando determinadas categorias de pessoas que, ao serem categorizadas como dejetos – por discursos de segurança pública ineficazes, propagação pernicioso do ser humano por parte das mídias, aversão e medo da sociedade – são distribuídas para unidades prisionais, o que possibilita o controle e afastamento do ser-dejeito, ao mesmo tempo em que promove um giro de capital formal e informal, dito de outra forma, se a prisão não se aplica para a “ressocialização”, ao menos demonstra-se como uma máquina lucrativa. Em aditamento, verifica-se que determinadas substâncias ou objetos, ao serem categorizadas como dejetos, não ressoam junto a sociedade, mas uma questão perturbadora aparece quando aplicamos esse olhar para corpos-dejetos: se esses corpos não ressoam junto a sociedade, a não ser na condição de algo perturbador, perigoso, que incomoda, não é possível dizer que esses mesmos corpos e, especificamente, vidas, não estão sendo consideradas como patrimônio do próprio corpo social? Se as condições de precariedade corroboram com o ampliar da própria precariedade inerente a vida, sendo este ser como algo que não provoca ressonância, podemos afirmar que o patrimônio nuclear da humanidade é justamente o mais negligenciado pela mesma categoria, sendo, portanto, um *continuum* do genocídio patrimonial.

Se o corpo, outrora resto, pode ser enquadrado como dejeito e ser alocado em determinadas instituições, quais são as suas possibilidades de “requalificação”, ou seja, de reciclagem, reutilização ou reemprego? Aqui cabe uma pequena explicação quanto ao uso dos termos. A reciclagem evoca os objetos para a mesma ou diferente função, contudo, alterando suas condições físicas; a reutilização permite o aproveitamento do item tal como ele é, ou adaptando-o minimamente para a sua nova função. Porém, o reemprego se distingue dos anteriores, pois permite “uma reutilização que preserva a integridade dos materiais, o que não consome energia, tornando-o mais durável” (BENELLI et al., 2017, p. 25, tradução nossa).

Após a breve explanação sobre os conceitos, podemos apreender alguns indícios que habilitam o corpo que adentra, ou torna-se uma pessoa egressa do sistema prisional, como um

objeto reciclável. O mesmo não pode ser visto pela lógica do reemprego, menos ainda pela lógica da reutilização, pois mesmo que a integridade física dos corpos permaneça, a priori, idêntica independente do espaço que este corpo transita, não podemos negligenciar o fato de que a pessoa sofre inúmeras mudanças, dentre os quais a ocorrência, por exemplo, de transtornos traumáticos, que inviabilizam a construção simbólica, a narrativa, ocasionando lacunas mnésicas que podem afetar não apenas o encarcerado, mas aqueles que também partilham de forma direta, ou indiretamente, das violências sofridas por um determinado corpo, alçando níveis até mesmo transgeracionais (BOHLEBER, 2007; SELIGMANN-SILVA, 2008; FARIAS, 2011; ASSMANN, 2011; GERLACH, 2011).

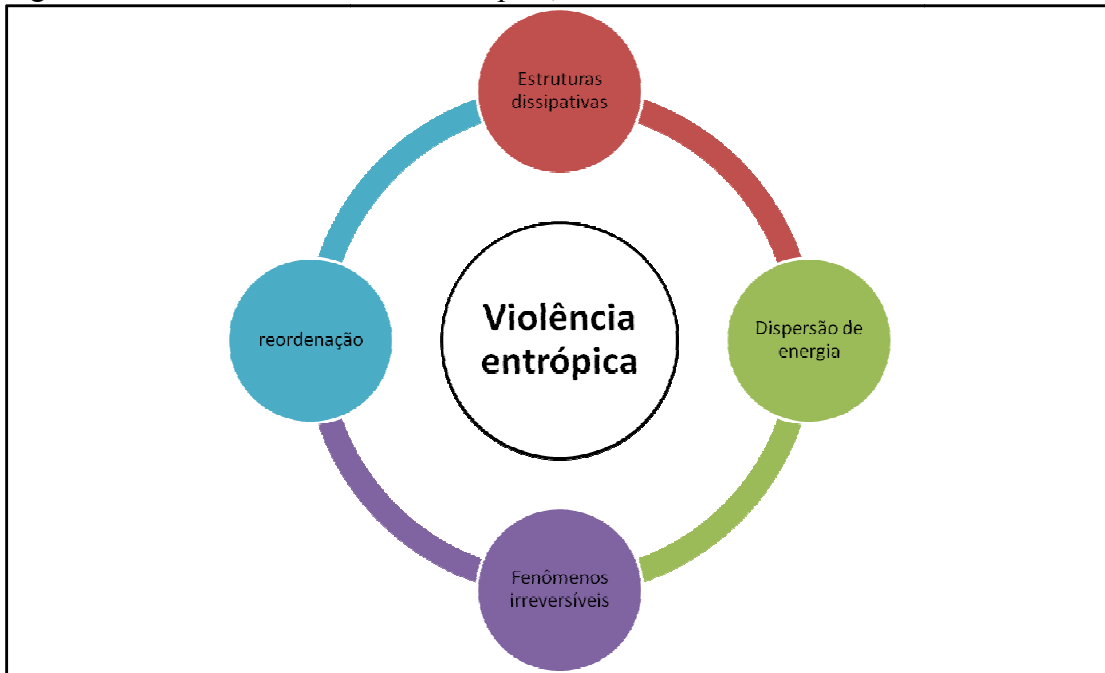
O próprio conceito Foucaultiano de disciplina se pauta na questão da reciclagem dos corpos, haja vista que múltiplas instituições foram criadas para corrigir desvios, colocar o corpo anormal em um estado de normalidade, segundo a lógica do ser recuperável por intermédio de uma política edificada pelos preceitos da “ortopedia social”, já criticado pelo questionamento quanto a verdadeira função das prisões, tendo em vista sua não funcionalidade quanto a questão da “recuperação” dos encarcerado (FOUCAULT, 2011).

Essa espécie de rede prisional apresenta ramificações internas ou com o externo, que se relacionam de forma direta ou indireta com a pessoa presa. Se o corpo alocado na prisão apresenta um custo que varia entre 2.400 a 3.400, com exceção do Estado do Amazonas cujo custo é de aproximadamente R\$ 4.112 de reais (SOUZA, 2016), qual seria o investimento e, por conseguinte, retorno financeiro alcançado pela malha que promove o giro do capital oriundo das macropolíticas e micropolíticas prisionais? Essa análise provavelmente traria um valor incalculável, se considerarmos todas as nuances que faturam com a política do medo e a construção de prisões. Em todo caso, podemos ao menos inferir, que, o valor monetário dos corpos depende de “uma configuração específica provável de variar em função das circunstâncias de troca” (BENELLI et al., 2017, p. 52, tradução nossa). Logo, têm-se um sistema aberto no qual os corpos de pessoas, submetidas a condições de precariedade, presas ou egressas desse sistema pernicioso, são recicladas como moedas de troca.

Diante de todas as categorias de violências analisadas, bem como reflexões sobre as suas estruturas em consonância com os preceitos sobre a entropia, podemos sintetizar a presente elucubração a partir do conceito de violência entrópica. O sistema aberto no qual o ser humano se encontra, constitui-se como uma macroestrutura intitulada de violência entrópica, definida como um fenômeno que envolve inúmeras estruturas dissipativas (desumanização do corpo, violência institucional, violência subjetiva, violência sistêmica,

violência simbólica, processos de qualificação do corpo), no qual o ser, outrora dejetado, transforma-se em algo reciclado, sendo este um processo que dispersa energia, a legitimar fenômenos irreversíveis que por sua vez promovem uma reordenação constante, haja vista que a violência entrópica se mostra como um ciclo de operações de formato elíptico, em prol de sua própria manutenção (figura. 4).

Figura 4 – Estrutura da violência entrópica, 2020.



Fonte: construção do autor.

Tem-se uma estrutura de grau complexo a afetar, por intermédio de uma rede microfísica e macrofísica, os corpos daqueles que desde antes de tornarem-se custodiados pelo Estado em termos de seus respectivos crimes, e que por esse motivo já constam como pessoas condenadas a adentrar nessa máquina danosa. Cabe ressaltar que a estrutura supracitada não é linear, processual, ou seja, não apresenta um ponto de início e um ponto final, apenas demonstra um processo básico que cerca os corpos ao serem afetados por uma violência que se dá por múltiplas circunstâncias, capilar e que se desenvolve por nuances microfísicas ou macrofísicas. Os diversos fenômenos que afetam essas pessoas são irreversíveis, pois não há possibilidade de se considerar reversibilidade de algo que ocorre ou já ocorreu, tendo em vista que as estruturas mencionadas por intermédio de implicações conceituais de violência, são dispersoras de energia, e como tal, inviabiliza práticas ou mesmo premissas quanto ao retorno das condições originais do sistema aberto, neste caso prisão, e

seu entorno. O que pode ser feito não é reverter os fenômenos perniciosos que mantêm e legitima essa violência entrópica, mas sim, exercer um trabalho benéfico para com os corpos a partir desses “novos fenômenos de ordem” (PRIGOGINE, 2002, p. 27).

2.4 Trabalho útil perdido? Violência entrópica e os efeitos de suas estruturas dissipativas

Diante da junção metodológica no qual foi empregada a etnografia de arquivo atrelada à análise de conteúdo, foram organizados dois grupos de análise dessas narrativas com seus respectivos complementos de investigação, em prol de facilitar, tornar mais didático a discussão sobre as inúmeras tipologias de violências evidenciadas nas tabelas supracitadas.

Não obstante, é mister um reforço explicativo quanto a compreensão conceitual da violência entrópica, pois se compreende que este modelo sintetiza em sua estrutura as miríades de violências elencadas por intermédio da fala das dessas pessoas. As pessoas presas ou egressas do sistema prisional são constantemente afetadas por esse sistema, ou macroestrutura, conceitualmente intitulada de violência entrópica (VE), devido aos seguintes aspectos: primeiro, são corpos (C) circundados por inúmeras estruturas dissipativas (Vv), ou vetores de violência; segundo, o processo dessas estruturas implicam em dispersão de energia (De), comumente conceituado como trabalho útil perdido; terceiro, as ações dessas estruturas são compreendidas como fenômenos irreversíveis (Fi), haja vista que não podem retornar ao ponto zero da ação; quarto, a violência entrópica promove um reordenamento constante de formato elíptico; quinto, nesse processo, resulta o corpo reciclado (Cr), no qual as ações das estruturas dissipativas, em sua maioria, infligem uma pressão negativa (-) na reconstrução dessas pessoas, o que, por conseguinte, dificulta, quando não neutraliza, a possibilidade de a pessoa deixar de reincidir criminalmente. Essa fórmula de ação da violência entrópica fica mais evidente na figura 5 abaixo:

Figura 5 – Fórmula representativa da violência entrópica, 2020.

$$\text{VE}^\infty: \text{C} \xleftrightarrow[\text{De}]{\text{Vv}^n(-)} \text{Cr}^{\text{Fi}}$$

Fonte: construção do autor.

A fórmula construída e adaptada a partir das implicações conceituais de Prigogine (1999, 2002) e Chauí-Berlink; Martins (2013) se insere no modelo circular que compreende a

tríade ordem, violência e caos, discutido por Sofsky (2006). Contudo, alguns pontos merecem um espaço de explanação. A violência entrópica é uma macroestrutura que se destina ao infinito enquanto houver corpos sujeitos aos vetores de violência, ou seja, as estruturas dissipativas que o afligem constantemente, independente de os mesmos estarem sob custódia, em um espaço prisional ou outro espaço suscetível aos inúmeros vetores em questão. Sabe-se que a maioria dos corpos afetada por esse processo passa por um processo de reciclagem, no qual os fenômenos que lhe afetaram de forma física, psicológica e afins, não são reversíveis; contudo, não se pode aplicar a máxima de que todo corpo afetado pelos vetores de violência irão se tornar corpos reciclados no sentido unicamente negativo, pernicioso, pois além dessa premissa ser um equívoco que leva a objetivações (CASTRO 2005).

Além das explicações acima, é crucial que dediquemos um espaço para refletir sobre a adoção do termo dispersão de energia, ao invés do conceito popularmente utilizado pelo campo da física de trabalho útil perdido. Chaui-Berlink; Martins (2013, p. 104) descreve a seguinte situação: “os fenômenos dissipativos se tornam o cerne de problemas de otimização de transferências de energia, pois, quanto maior é a dissipação, maior é a quantidade de energia que foi tornada irrecuperável no processo. Portanto, pensar no conceito de trabalho útil perdido, é compreender que todo fenômeno corrobora com a perda de energia, pois toda ação gera efeitos que quanto menos otimizados, mais gera desperdício, desordem, logo, propicia o aumento de entropia. Todavia, essas conceituações descritas, advém do campo da física, especificamente das discussões sobre termodinâmica, o que inviabiliza de aplicarmos a fórmula de uma determinada análise *ipsis litteris* em outras conjunturas. Porém há pesquisadores da área que refutam, em parte, a noção de desperdício, ou de um grau de inutilidade do trabalho, haja vista que constata a possibilidade do trabalho, independente do grau de desperdício, gerar novos fenômenos, ser construtivo, prover novos ordenamentos (PRIGOGINE, 2002).

Aos elementos que não geram dissipação de energia, aplica-se o conceito de estruturas ‘mortas,’ ou seja, que estão em equilíbrio. Logo, não há movimentação, processo “que só existe quando o sistema dissipa energia e permanece em interação com o mundo exterior” (PRIGOGINE, 2002, p. 21). Assim sendo, se estamos falando da violência entrópica como um sistema que se utiliza dos efeitos oriundos de suas estruturas dissipativas, somado ao fato de que é um sistema aberto em constante manutenção, torna-se inviável adotarmos como resultado processual de sua estrutura, as mesmas condições aplicadas em questões exclusivas

aos processos termodinâmicos, ao mesmo tempo em que a noção de “estrutura morta” também seria uma contradição a presente análise.

Por compreender a violência entrópica como uma macroestrutura viva, se constata que os vetores de violência interagem causando afecções nos corpos o que resulta em distintas dispersões de energia, evidenciado pelas desvelar de outras tipologias de violências, a priori, não esperadas ao contemplar uma investigação de narrativas que tem por mote pessoas que cometeram o crime de homicídio. A dúplici metodológica da etnografia de arquivo e análise de conteúdo revelou outras implicações da esfera criminal, tais como: roubo, furto, tráfico de drogas e sequestro, crimes contemplados por um grande contingente consentâneo aos relatórios do Infopen (2014, 2015, 2016, 2017).

É de relevância demonstrar que os relatórios evocam apenas as tipificações criminais das pessoas presas, independente da tipologia de regime que lhe é aplicada: provisória, fechado, semiaberto, disciplinar diferenciado ou internação. Porém, os crimes descritos nos relatórios e endossados pelas narrativas das próprias pessoas presas demonstram o caráter dúbio da criminalidade, pois muitas das práticas criminais também são replicadas, segundo essas pessoas, pelos profissionais que atuam no sistema prisional, em consonância com o acordo de equipes diversas e da própria direção das unidades prisionais. Falas que evocam o problema da ausência de informação e comunicação das pessoas presas com a família “minha família não vem aqui porque por causa da matança nos presídios, eles acham que já morri” (A., 2018, p. 26); a construção e manutenção da categoria de corpo-dejeto, aplicável aos que são compreendidos unicamente pelo viés de algo perigoso, que deve ser segregado, estigmatizado “morto meu corpo já tá. O senhor sabe, eu nem sinto o meu corpo, nem sinto dor, porque quando a gente é preso deixa de sentir dor” (J. C., 2018, p. 39); a restrição informacional como política de punição “o diretor botou um pavilhão inteiro em 121. Houve 21 homicídios. Aqui foi três que morreram. Eles morreram num pavilhão e nós tava noutro. Eles se enforcaram, se suicidaram” (E. L., 2018, p. 56); agressão física e outras práticas de tortura “leveei surra na Água Santa, leveei choque, pancada” (C. R., 2018, p. 192); a prática de morticínio, distribuição de arma branca e alteração da cena de crime provocada pelos policiais penais “espalharam os presos nas celas misturando, depois passou um funcionário, distribuindo facas [...]. Quando eu olhei pra cima eu vi um dos guardas limpando uma faca e aí jogou o papel todo sujo de sangue. Provavelmente, eles também mataram presos” (N. P. S., 2018, p. 83).

Os exemplos acima servem para tornar claro o quantitativo de vetores de violências que cercam os encarcerados de forma hodierna, além de mostrar que o crime de homicídio é a marca que os estigmatiza, mas que em suas próprias narrativas, somadas a metodologia etnográfica e as investigações dos relatórios publicados pelo próprio Estado, há uma máscara que subjaz uma estrutura de violência que envolve não apenas os policiais penais, mas todo o corpo social em um projeto, divulgado de forma rasa por intermédio das mídias de massa, sob o discurso no qual “só as medidas de exceção conseguem combater inimigos sobre os quais a violência do Estado deveria poder desabar, sem qualquer restrição” (MBEMBE, 2017, p. 58). Em síntese, a supressão de direitos é defendida como um meio necessário para que possam ser assegurados os direitos, prática esta que é observada desde uma investigação científica ou solicitação de dados mediante a Lei de Acesso à Informação, até nos pronunciamentos de representantes da sociedade.

A violência entrópica atinge o ápice quando se constata a homogeneização no processo de pensamento quanto ao uso da violência, pois da mesma forma em que se verifica a aceitação da violência que aflige a própria pessoa presa “o DESIPE¹⁰ não bate à toa” (C. R., 2018, p. 192), também têm a aceitação por parte de pessoas egressas do sistema prisional e a sociedade de forma geral que sistematicamente perpetuam premissas como “bandido bom, é bandido morto”, atestadas por meio das interfaces comunicacionais e informacionais vazias, que fragmentam a informação e denigrem os processos comunicacionais por meio da constante repetição e banalização de suas respectivas interfaces (BAUDRILLARD, 1992).

A consequência ocasionada pela ruína das interfaces supracitadas é a ruptura com toda a estrutura de direito que protege os cidadãos “sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p. 2). Em acréscimo, não é apenas a pessoa presa, egressa do sistema prisional ou nichos existentes na sociedade de forma geral que se alinham com essa premissa perniciosa, pois não se pode negligenciar que a própria categoria de policiais se soma a esta problemática, pois em seus próprios relatos¹¹, o enquadramento moral quanto a violência e a prática de tortura, homicídio e afins, realizados pelos policiais sofrem constantes mudanças e transições de categorias

¹⁰ Antigo Departamento de Sistema Penal (DESIPE) atual Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

¹¹ Os relatos em questão fazem parte de uma pesquisa feita pelos autores com 23 policiais brasileiros, nos quais 14 foram desses policiais foram constatados pelos pesquisadores como “perpetradores” diretos de tortura e assassinato no período do regime ditatorial militar que compreende os anos de 1964 até 1985.

morais no qual suas falas em alguns momentos podem trazer a noção da violência como algo “aceitável”, “desculpável, mas não inteiramente aceitável” ou “inaceitável” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 374).

Sem embargo, as narrativas das pessoas presas também reforçam quanto a existência de outros vetores, cuja subjetividade e a própria ausência de discussão quanto a possibilidade de tipificá-los dentro dos parâmetros criminais corrobora com a perpetuação da situação obducta dessas estruturas. Eis os vetores de violência em discussão: porosidade, jurados, testemunhas.

A questão da porosidade merece destaque novamente na presente pesquisa, pois além da parca discussão científica quanto as fragilidades inerentes a política de funcionamento das unidades prisionais, as mídias também não realizam uma cobertura abrangente a ponto de conseguir comunicar e, por conseguinte, informar, sobre os acontecimentos e falhas. Eis que a narrativa das pessoas presas complementam os dados sobre a precariedade do sistema. As transações de bens materiais, ferramentas e afins não são elaboradas unicamente entre as pessoas pertencentes ao grupo dos encarcerados ou ao grupo dos policiais penais. A junção no qual não apenas o “faxina” mas também as pessoas que têm seus singulares contatos também acrescentam mais uma linha nessa tela porosa em que se constitui a prisão. O relato de N.P.S. (2018, p. 83) demonstra o quão natural é a cultura de transação de itens: “eu tinha uns amigos lá que tavam querendo fugir e queriam comprar uma enxada, aí eu fiz uma transação para eles”.

A situação de porosidade e relativismo quanto ao efeito do sistema prisional nas pessoas também é descrito em dossiês recentes como, por exemplo, a publicação de número 70 elaborada pelo Instituto de Estudos da Religião, que contém narrativas de pessoas egressas desse sistema. Além disso, o fato de que a publicação citada se encontra em domínio público também endossa o procedimento de disponibilizar os nomes. Cássio segundo Iser (2016, p. 49) descreve que “a Justiça tá muito lenta, e se você não tem advogado é pior”. A restrição informacional quanto a possibilidade de acesso a assistência jurídica demonstra o quanto há um desequilíbrio entre a custódia promovida pelo Estado e o constante infringir dos pressupostos descritos na LEP. O mesmo também relata que a dosimetria aplicada nas penas é relativa, pois no momento em que estava na prisão, ele viu pessoas que cometeram o mesmo crime que ele sair muito mais rápido, ao mesmo tempo em que outras pessoas sem acesso à assistência jurídica ficaram. Não é uma situação incomum o que foi narrado pelas pessoas presas do dossiê estudado, e realçado por essas narrativas de pessoas egressas da prisão. A

questão da diferença de tratamento também é recorrente, tal como Cássio conforme Iser (2016, p. 49) nos relata: “um dos presos, por ser filho de um ex-funcionário do DESIPE, não teve o cabelo raspado, como os outros”.

A questão dos jurados é outro viés que entra nos relatos como um potencial efeito danoso, pois nas palavras de A. S. (2018, p. 141): “quem condena são os jurados (Tribunal do júri). Em dois destes julgamentos houve a conivência de jurados com o Ministério Público. Um eu fui condenado a 14 anos e 6 meses e o outro a 15 anos”. O campo jurídico se mostra como um espaço de possibilidades no qual a decisão, correta ou não correta, se eleva mediante uma sedução no âmbito do discurso. O júri, o(a) advogado(a), a promotoria, a testemunha, o(a) juiz(a) e os demais atores são papéis que se entrelaçam na investigação e decisão da vida do outro, aquele que se deve, primeiramente, categorizar, distanciar, denegrir, ou bendizer, pois só assim a pessoa apta a ser condenada, ou absolvida, torna-se o outro. Nas palavras de Baudrillard (1992, p. 168): “o outro nunca é naturalmente outro: é preciso torná-lo outro seduzindo-o, tornando-o estranho a si mesmo, até destruindo-o se não houver outro meio. Mas há outros estratagemas mais sutis para conseguir isso.”

Peterson conforme Iser (2016, p. 42), outra pessoa egressa do sistema prisional ressalta que “tinha advogado particular, só por isso consegui sair em tão pouco tempo”. Se constata que mesmo com o direito à defensoria pública, o acesso é um fator que pode prover benefícios ou punição, de forma a ignorar o disposto no art. 15 “a assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado” e art. 16 “as Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais” (BRASIL, 1984, p. 3).

A testemunha também é um tema que se apresenta nas narrativas, pois o grau de percepção, memória e até mesmo a veracidade da pessoa como testemunha sobre um determinado acontecimento é posta em xeque por meio de suas respectivas falas. Contudo, a garantia de prover a isenção de interferência subjetiva dos trâmites processuais é um fator que remete ao juiz. Ao narrar sobre a decisão que lhe foi proferida quanto a um crime de homicídio no tribunal, A. (2018, p. 25) afirma: “a polícia me prendeu. A testemunha é o irmão da vítima. Ele diz que fui eu. Todo mundo diz que fui eu. Ninguém foi lá. Ninguém viu”. A crítica é enfatizada por outras pessoas quando o Tribunal do Júri se utiliza exclusivamente de parentes da família: “família da vítima. Sabe como é, a família da vítima fez uma baderna danada no júri, só tinha testemunha de família” (C. S., 2018, p.).

A problemática acima evoca a possibilidade de um vetor de violência sutil, pois diz respeito aos trâmites processuais de julgamento das pessoas. A Criminologia discorre sobre esse ponto como um potencial direcionamento de exclusão, no qual o esquecimento do(a) autor(a) ratifica uma punição que advém de processos de desumanização ao invés de admiti-lo(a) “como um ator social cujo comportamento não depende apenas, nem necessariamente, da norma penal” (ROBERT, 2011, p. 20-21).

De forma geral, os vastos percalços relatados nos dois grupos de narrativas ratificam a inoperância do Estado em cumprir com o mínimo descrito na própria Carta Magna, bem como a prática de esquecimento diário e integral dos artigos dispostos na LEP. Em outro ponto, se constata a existência exitosa, e perniciososa, dos vetores de violências que em muitos dos casos se repetem infindáveis vezes no mesmo corpo, em diversos corpos e de forma atemporal. As narrativas exibem uma política no qual a negação dos corpos, a reciclagem perniciososa dos mesmos, a ausência das assistências, os discursos corporativistas vazios evidenciam a existência de uma rotina que em nada tem a ver com a possibilidade da violência entrópica gerar um trabalho útil perdido por conta dessas tipologias de violência. Ao contrário, é possível afirmar que há um trabalho útil aplicado na sujeição intencional desses corpos, em prol do exercício de controle, manutenção radical das diferenças, das desigualdades, da profusão maligna do capital que se utiliza da prisão como engrenagem de enriquecimento de poucos ao mesmo tempo em que aplica uma pressão “tóxica” em toda sua possibilidade sîgnica uma determinada categoria que nada tem de minoria: pretos, pobres, moradores de favelas, baixa renda econômica, baixa instrução escolar, ausência à informação, ausência à saneamento básico, ausência à segurança e afins.

A proposta inicial, ao menos em termos retóricos, do funcionamento da prisão como um espaço de prover disciplina e preparar as pessoas para sua volta na sociedade ampla, além de ser utópica, seria uma distopia se não fosse realidade. A prisão em todo o seu viés sîgnico, ideológico, discursivo se desprende da sua suposta finalidade primeva, colocando-a em uma prática de autorreprodução dos vetores de violência ao infinito “as coisas continuam a funcionar ao passo que a ideia delas já desapareceu há muito. Continuam a funcionar numa indiferença total a seu próprio conteúdo. E o paradoxo é que elas funcionam melhor ainda” (BAUDRILLARD, 1992, p. 12).

2.5 Violência entrópica informacional: investigações sobre os efeitos das restrições informacionais à luz das pessoas presas ou egressas do sistema prisional

A banalização da interface comunicacional e informacional se faz clara quando se observa, por intermédio das narrativas, o quanto as pessoas presas ou egressas do sistema prisional são prejudicadas por fatores como desconhecimento dos seus direitos de acordo com o descrito na LEP, prejuízos quanto ao desconhecimento dos tramites processuais por falta de auxílio jurídico, morosidade na comunicação de atualizações ocorridas no processo, ausência de informações quanto aos acontecimentos do mundo exterior, cumprimento de pena que já prescreveu ou mesmo já terminada segundo o registro de suas respectivas condenações entre outros pontos que afetam essas pessoas desde informações elementares até prejuízos derivados de efeitos inconstitucionais e ausência de estrutura do Estado para cumprir com leis que regem o país ou tratados internacionais.

Contudo a própria matéria do acesso à informação é recente não apenas nas esferas políticas, mas também no campo científico, sendo uma discussão inovadora que abrange declarações internacionais elaboradas entre os anos de 2002 a 2005, com o adendo de duas declarações feitas entre os anos de 2008 no Brasil e 2014 pela comunidade científica europeia, ou seja, em termos de literatura, e especificamente científica, o último pensamento sobre o conceito de acesso à informação não tem mais do que 5 anos. Se entrarmos no campo da documentação jurídica, existe a Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação no Brasil. É convidativo uma explanação quanto ao teor desses documentos, em prol do entendimento quanto ao cenário inerente ao conceito de acesso à informação.

A tríade documental que rege a discussão sobre o acesso à informação advém da Declaração de Budapeste de 2002, Declaração de Bethesda e a Declaração de Berlim, ambas de 2003. A Declaração de Budapeste foi a primeira que se utilizou do termo Acesso Aberto (Open Access), para defender a importância de disponibilizar de forma gratuita e online as publicações científicas (RIOS; OLIVEIRA; AMORIM, 2019).

Esse primeiro manifesto apresenta dois caminhos para prover o acesso aberto: o primeiro movimento, diz respeito a construção da cultura do autoarquivamento das publicações científicas, no intuito de que os(as) próprios(as) pesquisadores(as) façam parte do processo de disponibilidade dos seus trabalhos, função outrora restrita aos editores das revistas científicas, bibliotecários e afins; o segundo movimento, versa sobre a construção das

próprias revistas no formato de Acesso Aberto, dito de outra forma, que as instituições de pesquisa e demais instituições possam publicar revistas científicas cujos documentos não sejam disponibilizados somente mediante pagamento de assinaturas do formato impresso, ou eletrônico, além de eliminar qualquer outro encargo para o leitor que almeja acessar o documento (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002). A declaração de Budapeste também ressalta quanto a necessidade da comunidade científica prover apoio para editores e instituições que tenham por interesse aderir ao movimento supracitado.

O segundo manifesto é a Declaração de Bethesda, que tange sobre recomendações necessárias para o provimento do Acesso Aberto aos documentos científicos. Esse documento apresenta algumas especificações para os dois caminhos (autor e editor), a saber: no primeiro caminho, a declaração prega que o autor conceda aos “usuários o direito de acesso gratuito, irrevogável, mundial e perpétuo, bem como uma licença para cópia, uso, distribuição, transmissão e exibição da obra, desde que seja respeitada a citação de autoria do respectivo documento” (BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING, 2003, p. 1-2, tradução nossa). O segundo movimento, prega quanto a necessidade de incentivar professores(as), pesquisadores(as) e afins a publicar no modelo de Acesso Aberto. Todavia, a declaração da comunidade científica europeia reforça que esse processo “pode acarretar em custos aos pesquisadores e por isso, se comprometem a ajudar na resolução quanto aos custos”, além de propor que as próprias instituições de pesquisa e editoras apliquem esforços para prover esse formato aberto de publicação (BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING, 2003, p. 2, tradução nossa).

O terceiro é a Declaração de Berlim que além de ressaltar o já disposto nas declarações anteriores, especifica um espaço de discussão para defender esforços na promoção do Acesso Aberto Eletrônico, por meio dos seguintes pontos: encorajar pesquisadores a publicar seus documentos dentro da filosofia do Acesso Aberto; encorajar os que possuem documentos ligados a área de patrimônio cultural que também possam publicar na internet; recomenda a promoção de meios e formatos para que as publicações científicas possam ser avaliadas no modelo de Acesso Aberto e revistas científicas online; advogar quanto ao reconhecimento das publicações científicas que sejam publicadas no modelo Acesso Aberto e formato eletrônico; prover infraestrutura de Acesso Aberto, construção de softwares, intercâmbio de conteúdos, criação de metadados ou a publicação das publicações científicas (DECLARAÇÃO DE BERLIM SOBRE ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS E HUMANIDADES, 2003).

A tríade de declarações construídas e consolidadas pela comunidade científica endossam quanto a importância de prover mais do que a disponibilidade, mas sim, o acesso aos documentos científicos, com ênfase em publicação de trabalhos e artigos científicos, pressupostos recentes ao mesmo tempo em que apresentam diretrizes irrevogáveis nos dias atuais, apesar dos inúmeros conflitos entre as editoras científicas que possuem alto custo de publicação e as editoras, em sua maioria alocadas em institutos de pesquisa e universidades, que já operam por meio de uma política de acesso aberto.

Ademais, outras declarações reforçam o já dito pelas declarações anteriores, porém trazendo algumas especificações. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), promoveu o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, homologado em 2008. O presente manifesto apresenta alguns pontos singulares como: a necessidade das instituições edificarem repositórios institucionais e temáticos, seguindo a política do Acesso Aberto; recomenda que os pesquisadores contribuam com a publicação de materiais distintos, para além dos habituais documentos publicáveis (trabalhos e artigos científicos), por exemplo, os chamados *preprints*, *postprints*, materiais de aula entre outros; atribui as agências de fomento, recomendações similares para aceitação e publicação em Acesso Aberto de documentos científicos já descritos para a política das editoras (IBICT, 2008).

Quanto a Declaração de Haia, se discute o Acesso Aberto especificamente sobre as características de mineração de dados, *Big Data*, importância da adoção das diretrizes legais e modelos de identificação nas plataformas eletrônicas (ORCID, XML, Creative Commons), e reforço quanto a cultura do *advocacy* que deve ser realizada pelas organizações de pesquisa, universidades, bibliotecas e afins, tomando como foco as evoluções tecnológicas de mineração de dados e aconselhamento jurídico (THE HAGUE DECLARATION, 2014).

Após o breve panorama das declarações que consideram a cultura do Acesso Aberto como algo intrínseco a academia, fica mais evidente que o conceito de acesso à informação, além de recente, é muito engessado a determinadas tipologias documentais, comuns ao campo científico, tais como trabalhos acadêmicos, artigos científicos e materiais de aula. A situação citada acima diverge das concepções que discorrem sobre o acesso aberto ao cidadão, no qual as preocupações são mais abertas além de envolver aspectos do âmbito econômico, político. Outro fator de divergência é o fato de que o acesso aberto ao cidadão não sofre das inúmeras interferências das instituições e empresas de assinaturas das revistas científicas, oligopólio constantemente discutido e combatido na própria literatura científica. Em acréscimo, a

discussão quanto a possibilidade de tornar acessível o *preprint* e *posprint* surge com poucos detalhes no manifesto publicado pelo IBICT. Em menor proporção, é reservado no mesmo manifesto a possibilidade de outros tipos de documentos, porém não cita quais e como proceder.

Além da discussão nula quanto as outras tipologias documentais, também não há discussões quanto a documentos provenientes de parcerias institucionais, infraestrutura e implicações legais para prover o Acesso Aberto como prática institucional. É inegável a importância de elucubrar sobre a “construção de uma ciência mais democrática e que atenda às necessidades da sociedade é fundamental fortalecer” em prol de “uma filosofia aberta, diante da avalanche de informação científica” (RIOS; OLIVEIRA; AMORIM, 2019, p. 167).

Todavia, pensar em fontes singulares, independente de sua relação com o campo acadêmico se faz necessário. Além disso, cabe pensar sobre a construção ou revisão de marcos regulatórios e as estruturas tecnológicas que lhe dão suporte, subdividida em duas esferas: a tecnologia primeira e a tecnologia secundária. A tecnologia primeira é compreendida como o recurso humano capacitado, a base de todo o desenvolvimento teórico e prático que, por conseguinte, afetam nas decisões de trabalho, construção, revisão e monitoramento de políticas públicas e afins. A tecnologia secundária, é todo o investimento que dá suporte as ações empregadas pelas pessoas, ou seja, pela tecnologia primária, dentre os quais podemos citar as plataformas eletrônicas e demais equipamentos de *hardware* e *software* (VIEIRA, 1993).

Com base no problema de se pensar o acesso à informação a tipologias documentais distintas das já adotadas pela academia, o presente estudo segue com a investigação não só da estrutura e do conteúdo perpetuado pelas pessoas presas ou egressas do sistema prisional, mas também de como prover o acesso dessa tipologia documental. Para tal, a trilha metodológica perpassou pelos pressupostos da etnografia de arquivo e da análise de conteúdo, mas também adentra nos caminhos metodológicos do estudo de usuário, ou práticas informacionais (DUARTE, ARAÚJO, PAULA, 2017). Logo, cabe destrinchar alguns apontamentos sobre esse caminho empregado no intuito de dirimir as restrições informacionais, vistas como um viés que se atrela as implicações da violência entrópica.

Apesar da singularidade inerente a essa tipologia documental, constata-se, em sua maioria, que é uma fonte esquecida pelos tomadores de decisão da esfera pública, negligenciada, em certa medida, no campo acadêmico, apesar da possibilidade de se recuperar vários itens de viés científico publicados por pesquisadores(as) ou editores sob a temática da

prisão, pessoas presas e pessoas egressas. O esquecimento, ou melhor, esse processo de restrição informacional, também ocorre nas tomadas de decisão por parte do Estado, cuja operação se mantém em função da gestão punitiva da pobreza, em detrimento do braço social, de forma a sustentar dissonâncias entre classes e, equivocadamente entre “raças”, sob um pretexto, muitas das vezes velado, da construção de um Estado atrelado às questões unicamente neoliberais (WACQUANT, 2014).

Outrossim, a preocupação de construir uma pesquisa de estudo de usuários da informação, ou práticas informacionais, adequada para o atendimento do(a) usuário(a) pesquisador(a), está sujeita a fragilidades quando se aplica a mesma pesquisa ao usuário potencial, ou seja, as pessoas que se encontram sob custódia do Estado, tendo em vista sua condição de privação de liberdade, independente da tipificação criminal: roubo, tráfico, sequestro, homicídio e afins.

Em termos históricos, a primeira aplicação dos estudos de usuários, se iniciou na década de 1930 quando a biblioteca universitária de Chicago, *Graduate Library School of University of Chicago*, verificou a necessidade de informação para um público oriundo de imigração em massa, no intuito de lhes oferecer subsídios à socialização, dirimir diferenças políticas, culturais, sociais, em complemento com a premência de impulsionar melhorias nos serviços de informação por intermédio do estudo dos hábitos de busca de informação (BERTI; ARAÚJO, 2017; ARAÚJO, 2016).

Todavia, esse primeiro marco registra-se como uma aplicabilidade do estudo de usuários voltada para a abordagem tradicional, quantitativo, adotado pelas ciências na época, com uma perspectiva positivista que aplicava, em sua maioria, a instrumento de questionário como meio de coleta de dados sociodemográficas, “acesso físico, fontes e sistemas de informação, indicadores de barreiras e satisfação e, por fim, correlacionar esses dados de forma a se encontrarem os fatores intervenientes no uso de informação” (ARAÚJO, 2016, p. 64).

Esse primeiro momento se mostra ineficiente, pois a coleta de dados contemplava unicamente aspectos externos e básicos de identidade, ação humana e sistemas de informação, tais como: sexo, idade, escolaridade, profissão, acesso físico ao acervo, frequência de uso e sistema utilizado pela instituição (FIGUEIREDO, 1983; ARAÚJO, 2016). Rocha e Gandra (2018, p. 567) endossam que essa abordagem clássica se distanciava dos sujeitos, “aproximando-se mais das bibliotecas e das fontes e sistemas de informação, em uma perspectiva conhecida como orientada ao sistema”. Pereira et al., (2018, p. 110) salienta que

os estudos não eram desenvolvidos para o usuário, pois “o tipo de fonte de informação era mais importante do que a utilidade da informação”.

A segunda abordagem de aplicação dos estudos de usuários surge aproximadamente nos anos de 1970, quando se fixa com a construção do Centro de Pesquisa sobre Estudos dos Usuários, Centre for Research on User Studies (CRUS), na Universidade de Sheffield (ARAÚJO, 2016). Mas o que de fato se constitui nesse momento é uma nova abordagem de estudo de usuários, denominado por Dervin e Nilan (1986) como paradigma alternativo, haja vista que essa nova abordagem saia do viés positivista, que ignorava a subjetividade inerente as pessoas, enquanto a abordagem alternativa busca “conhecer as necessidades individuais dos usuários, denotando a influência do emergente paradigma do cognitivismo, em contraposição ao paradigma behaviorista até então predominante” (RODRIGUES; CARDOSO, 2017, p. 238).

A terceira abordagem de aplicação do estudo de usuários consta desde a década de 1990, quando se legitimou a abordagem social, ou sociocultural, sendo este viés preocupado em compreender os fenômenos informacionais de acordo com seus contextos específicos, no qual as questões interligadas ao conceito de informação, necessidades de informação e critérios de relevância, transpassam a perspectiva de algo externo ao(à) usuário(a), ou unicamente oriundo de sua singularidade, para serem observados como construções sociais (ROCHA; GANDRA, 2018).

Na contemporaneidade, adota-se uma gama de termos que versam sobre a mesma questão: compreender o uso da informação por parte dos usuários. Termos como estudo de usuários, estudos de necessidades de informação, estudos de comportamento informacional, estudo de práticas informacionais. O termo “estudo de práticas informacionais” tem sido regularmente adotado na literatura atual, haja vista que o termo contempla não mais ao usuário da informação, mas sim um sujeito informacional, com base em sua interação e as relações dialógicas entre o ser humano e o contexto, ao invés da relação reducionista entre aquele que se utiliza de uma informação, viés que denota passividade da pessoa que busca uma informação (DUARTE, ARAÚJO, PAULA, 2017).

Apesar das diversas nomenclaturas adotadas pelos pares, bem como a mudança do estudo que, outrora se aplicava ao acervo e ao sistema, passando pelo foco no usuário em razão do que, atualmente, discutem-se as práticas informacionais da própria pessoa, ainda assim, a discussão quanto ao comportamento e, por conseguinte, acesso à informação, ocorre, em sua maioria, em bibliotecas universitárias, atendendo as categorias de alunos(as),

professores(as), pesquisadores(as) e uma parcela pequena de técnicos-administrativos (BAPTISTA; CUNHA, 2007; RODRIGUES, CARDOSO, 2017). Além disso, há uma pequena parcela dos estudos que de fato apresentam análise empírica, sendo que apenas um estudo até o ano de 2017 discute sobre o “comportamento informacional de um grupo de pessoas com necessidades específicas relacionadas às suas vivências cotidianas” (RODRIGUES, CARDOSO, 2017, p. 245).

As práticas informacionais, outrora nomeadas unicamente como estudo de usuários, discorrem, desde a sua fundamentação como uma metodologia de pesquisa até a contemporaneidade, exclusivamente para uma determinada tipologia institucional (biblioteca) e sua subárea (universitária), atendendo a categorias tradicionais de usuários (alunos(as), professores(as), pesquisadores(as) e demais categorias inerentes ao tipo de instituição supracitada). Logo, é imperativo evocar a importância quanto a expansão dos estudos de práticas informacionais para além das fronteiras do acervo, biblioteca ou mesmo das instituições universitárias, visto que o bibliotecário não é um profissional que atende unicamente determinado tipo de gestão de acervo e categorias de usuários, mas sim um profissional da informação, apto a sanar necessidades em um processo dialógico com o outro, seja um público real ou potencial. Assim sendo, é crível que a atuação do(a) bibliotecário(a), aliado às ferramentas e aos pressupostos das práticas informacionais, possa viabilizar um processo de acesso à informação para outras tipologias de bibliotecas, como por exemplo, bibliotecas prisionais, comunitárias e afins, além de priorizar usuários que fogem do escopo comum da literatura, tais como: pessoas presas, pessoas egressas do sistema prisional, moradores e moradoras de favelas, pessoas em condição de rua e demais usuários potenciais, cuja informação e atuação do bibliotecário se mostrem pertinentes.

É substancial que seja feito um aprofundamento quanto ao usuário que se encontra sob custódia nas instituições prisionais. Se constata que priorizar o uso metodológico das práticas informacionais, ou empregar o estudo de usuários a partir de suas entrevistas, narrativas, descritas em arquivos ou coletadas pessoalmente, são meios basilares de contemplar a própria pessoa que faz parte da documentação a ser acessada, ou seja, (da pessoa que consta nos registros, voz que disserta sobre suas próprias experiências de vida). Implementar meios de pesquisa com esse grupo é essencial para a compreensão de suas necessidades, deficiências em prol de uma democracia quanto a promoção da informação, cumprimento dos artigos dispostos na LEP, de forma a incluir cada pessoa presa, ou egressa, na condição de atores(as) contribuintes quanto ao trabalho de tradução, coleta, armazenagem e busca da informação,

premissa básica que defende o processo de “inter-relacionamentos entre o sujeito e a informação” (DUARTE; ARAÚJO; PAULA, 2017, p. 113). As práticas informacionais assentam que essas pessoas possam ser mais do que objetos de um determinado estudo, mas precipuamente, atuantes no que diz respeito ao emprego de sua voz, o que transmitir, como “arquivar” suas narrativas e como torná-las acessíveis, de forma a contribuir para o acesso à informação, em detrimento dos vetores que propiciam a restrição informacional, de forma a iluminar questões que perpassam o antes, durante ou mesmo o depois de suas respectivas passagens pelo sistema prisional.

A narrativa dessas pessoas, registradas no presente dossiê estudado, endossa o fato já observado em senso comum de que as políticas públicas não são aplicadas de forma proveitosa à sociedade, além de que as unidades prisionais demonstram carência quanto ao cumprimento dos preceitos legais elementares, como é o caso da assistência material, saúde, jurídica, educacional, social, religiosa e a extensão das mesmas à pessoa egressa por até um ano após sua saída do estabelecimento prisional (BRASIL, 1984). Pode-se evidenciar que essas carências, bem como as necessidades básicas de informação são problemas que cercam o ser humano na condição de pessoa presa ou egressa, independente da temporalidade de suas narrativas.

O acesso à informação deve ser analisada em seu sentido *lato*, haja vista que há variados efeitos nocivos que podem ocorrer por conta de uma ausência, ou restrição de informação. A própria situação de desconhecimento da família quanto a situação da pessoa presa, aliado as condições do mesmo quanto ao fato de não poder se informar sobre as suas condições legais, comunicação, estudo e demais direitos garantidos pela LEP, são impeditivos que circulam até os dias de hoje, o que reforça o fato de que para além da tradicional preocupação de aplicar o processo de análise das práticas informacionais para acervo e categorias, em sua maioria, no ambiente universitário, também há outras instituições, outros públicos e até mesmo bibliotecários(as) atuantes em instituições não acadêmicas que podem, e devem, prover condições, capacitações, de acordo com à demanda de quem que faz parte da comunidade em que esse profissional atua.

Da mesma forma, quando a pessoa cumpre sua pena e torna-se, portanto, egressa do sistema prisional, a inquietação quanto ao provimento de acesso à informação continua. Muitas das vezes dentro dos muros, a necessidade informacional é clara: como está a tramitação de processos? Onde procurar auxílio de assistência social? Onde se candidatar para vagas de emprego, cursos? Como solicitar um(a) advogado(a) dativo? Todavia, o resultado comum é o

fato de que as pessoas ficam sem resposta durante sua estada na prisão, ou respectiva saída, cujo estigma e a situação de desamparo quanto a problemas simples, porém sem repostas lhes coloca na condição de pessoas à deriva (FARIAS, 2015). O dossiê construído pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), número 70 de 2016, endossa as falas de todas as pessoas presas registradas no dossiê estudado. Esse dossiê supracitado foi realizado por intermédio de pesquisa com pessoas egressas do sistema prisional, em prol de investigar e compreender os inúmeros indícios de violência, ou reviravoltas positivas que lhes ocorreram após suas respectivas saídas da prisão. A pesquisa foi feita com o gênero masculino e feminino e apresentou alguns percalços comuns que já lhes afetavam desde antes das suas entradas no ambiente prisional: ausência de segurança, ausência de emprego, ausência de assistências no tocante a saúde, auxílio jurídico e afins, além dessas problemáticas serem potencializadas pelo estigma de serem pessoas que passaram por unidades prisionais. O estigma de pessoa presa corrobora com novas barreiras ou agrava as dificuldades outrora enfrentadas por essas pessoas. Assim sendo, o dossiê construído com as falas das pessoas egressas ratifica as complexas variantes que constituem a máquina da violência entrópica, que age como uma engrenagem atemporal, a perpetuar dúvidas e restrições informacionais a essas pessoas para questões que lhe são essenciais para seguir na nova e ameaçadora trilha que se apresenta após a prisão.

“Existe muita discriminação”. A fala em questão pertence ao Alcir, 25 anos, criado em favela, ensino médio incompleto (ISER, 2016). Ele enfatiza com a frase o fato de não ter estabilidade nos empregos, além de ser dispensado até mesmo das entrevistas por conta do seu estigma da pessoa egressa da prisão. Após sua saída dos muros prisionais, ele conseguiu trabalhos que duraram entre 6 meses e 1 ano, períodos desempregados, mesmo fazendo parte de um Projeto Especial (ISER, 2016). Muitas das vezes, a pouca informação para questões que lhes são necessárias após a saída da prisão são fornecidas, em sua maioria, por organizações não governamentais (ONG's) que atuam no direcionamento dessas pessoas para tirar documentação, inscrição de cursos, assistência social, psicológica, vagas de empregos e afins. Informação mínima ao qual grande maioria não tem acesso nem mesmo quando se encontra em liberdade.

Edmar também relata o quão problemático foi sua saída da prisão: desempregado e sem fazer nenhuma atividade por 10 anos, por conta do estigma, teve dificuldades para trabalhar com carteira assinada, perdeu a esposa, abandonado pela família, passou a fazer uso de drogas, desenvolveu várias doenças (ISER, 2016). Por mais que a LEP ressalte quanto a

existência de acompanhamento da pessoa egressa como disposto no artigo 26, inciso I da dita lei, essa política ainda é bastante precária ou mesmo sequer é aplicada (BRASIL, 1984).

Eis que a ausência de estrutura, dentre as quais podemos elencar as condições mínimas de acesso à informação, em seu sentido *lato*, mostra como um processo pode proliferar cada vez mais mecanismos de sujeição da pessoa presa, transformando em crime, o fato de a pessoa ser pobre, não ter acesso aos direitos fundamentais e sociais previstos em lei e transferindo-os apenas de um micro *apartheid* chamado favela para o micro *apartheid* prisional, de forma a consolidar o braço penal do Estado em detrimento do braço social (WACQUANT, 2007). Em síntese, os vetores de violência como estigma, ausência de emprego, ausência de educação e afins, agem na constante endossar da macroestrutura de violência entrópica que envolve também em seu cerne o vetor da restrição informacional.

Assim sendo, para que as pessoas presas ou egressas do sistema prisional possam consolidar e fazer o uso de seus direitos, pois cabe ressaltar que os mesmos constam como pessoas que cumprem pena de privação de liberdade e não de saúde, higiene, apoio jurídico, informacional e afins, é crucial o emprego de uma pesquisa com base em suas próprias vozes, ou seja, dar espaço para que essas pessoas que sofrem por questões de estigma, ausência de apoio familiar, estatal possam dar visibilidade as suas necessidades e evidenciar as carências do Estado. Em suma, se deve aplicar um estudo de práticas informacionais, fundamentado em três pilares básicos: primeiro, buscar o desenvolvimento de um processo dialógico, ou seja, perceber o outro em um meio de comunicação que seja salutar para ambos (BUBER, 2014); segundo, prover a prática da imparcialidade, ou seja, não iniciar a pesquisa para resolução de questões egóicas, corporativistas e afins; terceiro, respeitar o espaço de voz da própria pessoa que se encontra sob custódia do Estado, pois muitas das vezes, o simples fato da pessoa ter o direito de narrar suas experiências, necessidades já lhe é benéfica (LEVI, 2013). Os pilares em questão formam a propedêutica da pesquisa sobre violência, já discutido e retratado por meio da figura 2 (p. 40).

3 RELATOS AUTORAIS DE PESSOAS QUE PRATICARAM HOMICÍDIO

“O outro nunca é naturalmente outro: é preciso torná-lo outro seduzindo-o, tornando-o estranho a si mesmo, até destruindo-o se não houver outro meio. Mas há outros estratagemas mais sutis para conseguir isso” (BAUDRILLARD, 1992, p. 168).

A violência pressupõe uma complexa rede emaranhada de vetores que também se entrecruzam através dos corpos. Em suma, eleger um determinado conceito de violência e um segmento de pessoa, grupo, sociedade, são apenas instrumentos pedagógicos, porém não situam o problema em toda a sua heterogeneidade.

Assim sendo, tornou-se provocativo o entendimento, constatado por meio do referencial teórico, fatores empíricos e o uso das metodologias e sua triangulação na presente pesquisa que a violência envolve inúmeros fatores, estruturas, que constituem, legitimam e perpetuam as condições da macroestrutura conceitual intitulada de violência entrópica, pois aplicando essa projeção conceitual para o objeto do estudo, é possível compreender as diversas nuances que os cercam, de forma a desvelar todas as relações interpessoais, interinstitucionais presentes e atuantes, de forma voluntária ou involuntária em relação as pessoas presas ou egressas do sistema prisional.

Falar de violência entrópica é compreender que a mesma se define como uma macroestrutura, um sistema aberto, por razões já explicitadas, em que várias ferramentas promotoras de violência, ou estruturas dissipativas, constroem um estado de reciclagem dos corpos, ou seja, promovem mudanças no aspecto físico, psicológico das pessoas que circulam o espaço prisional, de forma que os efeitos dessa violência entrópica continuam a operar nos corpos mesmo depois de sua saída da prisão. Avigora-se quanto a importância de entender o uso do conceito “estrutura dissipativa”, que em analogia as estruturas estudadas pelas leis da termodinâmica são compreendidas como ferramentas que em sua ação dissipam calor, energia (PRIGOGINE; KONDEPUDI, 1999). As estruturas dissipativas promovem fenômenos irreversíveis e essa energia dissipada por conta desses fenômenos não devem ser vistas, a priori, como um desperdício, outras palavras, um trabalho útil perdido, tendo em vista que pensar a prisão, ou a macroestrutura de violência entrópica que o opera, implica em pensar sobre todas as estruturas dissipativas e seus respectivos fenômenos irreversíveis que afligem constantemente os corpos dessas pessoas e que, por conseguinte, são moldados, incitados a atuar no mundo de formas distintas, porém sob efeitos que nada tem haver com o lema da

SEAP “ressocializar para o futuro conquistar”. Em suma, as consequências oriundas desses fenômenos irreversíveis geram efeitos, portanto, não podem ser encarados como um trabalho útil, mas sim como um trabalho que deve ser pensado sob a perspectiva de quem se beneficia com esses processos, como se beneficia e por quais motivos.

Logo, a violência entrópica não pode ser vista como uma estrutura que de forma simplória e equivocada promove a desordem ou bagunça, pois na verdade a violência entrópica advém da ordem, e permite novas estruturações, prepara o espaço para a constituição de novos fenômenos (PRIGOGINE, 2002). Contudo, é por intermédio da violência entrópica que se compreende a relação caos/ordem como uma questão de grau, pois quanto mais a violência, no sentido *lato*, promove novas conjunturas, mais ela esgota suas estruturas dissipativas e suas possibilidades de eclosão de fenômenos irreversíveis, alcançando os limites estruturais do caos, o que por consequência, aumenta o grau de ordem necessário para conter o caos (SOFISKY, 2006). Em síntese, a violência entrópica age como um medidor da balança ordem/caos.

No intuito de compreender as diversas ferramentas violentas ou fenômenos irreversíveis que atuam nos corpos-dejetos das instituições prisionais, é pertinente uma investigação profunda que, para além das implicações conceituais demonstradas, possa iluminar a pesquisa com o desvelar não apenas desses fenômenos, mas também dos seus efeitos, a partir das narrativas das próprias pessoas. Eis que a etnografia de arquivo, olhar presente no decorrer da pesquisa, se mostra crucial para situar com mais profundidade o contexto e o grupo em questão.

Angrosino (2009, p. 16) afirma que a etnografia é “literalmente a descrição de um povo”. Esse apontamento elementar norteia a pesquisa, pois não apenas é mister o descrever denso sobre o grupo estudado em questão, mas também suas relações interpessoais, interinstitucionais e o vasto campo de efeitos, especificamente de teor violento que lhes aflige, em prol de compreender não apenas as experiências dos mesmos, mas também como estes interagem com o seu meio, seja de forma reativa, com base nas vicissitudes que lhes afetam ou de forma construtiva, por intermédio de ações que quebrem a lógica perniciosa da violência entrópica que os cercam.

Por isso que se adota uma pesquisa sobre um determinado grupo, sua organização, aspectos duradouros, modos de vida, ou seja, sua cultura que não pode ser dissociada do espaço ao qual se situam, no caso o sistema prisional (ANGROSINO, 2009). Contudo não se

negligencia as singularidades que podem ser evocadas pelas pessoas por meio de suas narrativas, que serão discutidas à luz da metodologia de análise de conteúdo mais a frente.

No momento algumas explicações, sob o olhar etnográfico, são pertinentes. Os pesquisadores que fomentaram a pesquisa intitulada *o ato criminoso como modalidade de gozo: subjetividade perversa e ato perverso* e, por conseguinte, o dossiê se constituiu em um grupo de participantes especificamente da área de Psicologia, sendo o coordenador, também orientador da presente pesquisa, um psicólogo. Este primeiro olhar cabe apresentar, pois nos revela o olhar primevo adotado na construção, condução e transcrição das narrativas que serão destrinchadas em análise.

O objetivo do projeto, sob o olhar do pesquisador que construiu o dossiê era o de compreender os atos dos respectivos criminosos por intermédio dos seus discursos e consequentemente dos seus efeitos (FARIAS, 2018). A questão da atividade perversa se mostra como recorte principal, em prol de prover levantamento de dados sobre “as razões pelas quais alguém é levado a confrontar o estatuto das leis sociais” (FARIAS, 2018, p. 8).

Convém mencionar que o projeto, e seu respectivo dossiê, se fundamentam a partir dos pressupostos referenciais adotados em um projeto anterior intitulado *Do contrato de locação à morte*, o qual já apresentava algumas narrativas transcritas, mas compiladas junto ao projeto posterior, o que nos permite trabalhar com uma faixa temporal de narrativas registradas entre o período de 1995 a 1999. Em aditamento, Essa documentação é pertinente para estabelecermos um parâmetro de como a macroestrutura da violência entrópica é pertinente para investigações que considerem a questão da pessoa presa ou mesmo egressa do sistema prisional, o que transpassa o recorte temporal do dossiê, haja vista que a etnografia, aliada ao referencial teórico da presente pesquisa, reforçam o quanto a problemática da violência e seus efeitos são atuais.

Curioso constatar que o propósito da construção do dossiê supracitado é o mesmo adotado na presente pesquisa, pois diante da singularidade e dificuldade de se promover uma aproximação das pessoas presas, o pesquisador que fundamentou o projeto utilizou como metodologia a “psicanálise em extensão”, modelo em que o discurso produzido pelo encarcerado e seus respectivos atos servem de material para o desenvolvimento da pesquisa (FARIAS, 2018).

Assim sendo o dossiê serviu para fundamentar o olhar do psicanalista da mesma forma que está sendo utilizado para investigar a violência entrópica e mais particularmente as implicações quanto a problemática do acesso a informação, ou seja, a importância de se

pensar o acesso a tipologias documentais singulares, tal como o acervo estudado em questão. Eis um passo que reforça o quão importante é empregar métodos inerentes a etnografia de arquivo pois pesquisadores de áreas distintas, em épocas distintas podem fazer uso do mesmo suporte documental para compreender as transformações, comportamentos e demais fatores pertinentes ao longo do tempo, sem desvencilhar dos devidos cuidados congruentes ao grupo que se estuda (ANGROSINO, 2009).

As afecções quanto ao espaço, cultura prisional, entram em comum acordo com o já exposto em termos do referencial teórico adotado, especificamente as discussões sobre o conceito de espaço em instituições que se estabelecem pela política da disciplina por Foucault (2011). Todavia a questão do tempo e do espaço envolve um recurso que se mostra eficaz não apenas para o controle dos corpos custodiados pelo Estado, mas também é empregado, de formas singulares, com os demais, no caso os profissionais professores(as), pesquisadores(as) e afins, pois os mesmos também devem se adequar sob as regras institucionais formais ou informais, sob pena que varia desde o fato dos profissionais não terem o tempo hábil de executar suas respectivas atividades até o próprio risco de segurança dos mesmos(as) e das pessoas presas. A morosidade e a burocracia são condições empregadas de forma hodierna para afetar o andamento das atividades dentro da prisão. É comum que projetos não sejam realizados, que aulas não sejam ministradas, atendimentos assistenciais não sejam praticados por conta de atraso na liberação das pessoas presas, por prolongamento no processo da “revista” ou “geral”, ou seja, da revisão das celas e das pessoas custodiadas para verificar se não possuem o porte de algum item ilícito, além de imprevistos que depõe quanto a estrutura de segurança da unidade prisional (FARIAS, 2018). Em resumo, os preceitos legais descritos na LEP bem como os processos inerentes a rotina prisional, em sua maioria, não são efetuadas em prol da pessoa presa, menos ainda no que diz respeito as questões de inclusão do mesmo quando se tornar uma pessoa egressa do sistema prisional e, por conseguinte, evitar sua reincidência criminal.

As questões inerentes aos relatos, estruturas que se modificam ao longo do tempo e demais acontecimentos incitam a junção do olhar etnográfico com a análise de conteúdo, metodologias que conversam no intuito de construir inferências, desvelar detalhes cruciais a presente pesquisa, acrescentar ou mesmo refutar pontos já discutidos, o que pode demonstrar traços singulares dos efeitos existentes sob a esfera macroestrutural da violência entrópica. Em todo caso, algumas especificações foram adotadas para a realização da análise de conteúdo das narrativas, presentes no dossiê.

Primeiro, o recorte utiliza apenas os relatos autorais de pessoas que cometeram o ato de homicídio. Dentro do total de 56 pessoas que foram entrevistadas no projeto finalizado, 26 relatam que cometeram o crime citado. Contudo, foi selecionado 14 dessas 26 pessoas que cometeram o crime de homicídio, sendo 8 alocadas em um grupo que apresenta dados de violência da esfera pessoal e 6 pessoas foram alocadas em um grupo que apresenta tipologias de violência da esfera social. Cabe ressaltar que as duas divisões são propostas didáticas, no intuito de facilitar a leitura dos dados. Essas pessoas também foram selecionadas por apresentarem uma narrativa original e vasta, no que diz respeito a trazer evidências distintas de violência, por exemplo, violência de ordem física, psicológica institucional, restrição informacional, falhas de assistências previstas na LEP entre outros que remetem um escopo muito maior do que apenas a questão do homicídio em si, pois “o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada por seus semelhantes” (MINAYO, 2016, p. 20).

A importância da presente análise não é discorrer apenas sobre a ótica do homicídio cometido por estas pessoas, mas principalmente, pesquisar e desvelar toda conjuntura que molda e aperfeiçoa constantemente a macroestrutura da violência entrópica. Em aditamento, a escolha dessas pessoas com as suas narrativas transcritas no dossiê utilizado e empregadas na pesquisa, também são fontes documentais, diferente das fontes informacionais (diretórios, guias) que permitem uma análise singular a partir de um objeto social, sendo, portanto, um método de organização dos dados sociais de pesquisa (GOODE; HATT, 1975).

Segundo as narrativas dessas pessoas foram enquadradas dentro dos pressupostos metodológicos da análise de conteúdo, que se utiliza da seguinte tríade de ferramentas para fins de organização, tratamento e construção de parâmetros de análise dos relatos: unidades de registro, sendo esta um segmento do conteúdo utilizado como unidade base para fins de categorização e contagem; regras de enumeração, compreende as diretrizes que serão adotadas para a organização do conteúdo; a categorização, parte em que se aplica as diversas temáticas, no caso da presente tese as inúmeras tipologias de violências, identificadas nos relatos (BARDIN, 2016).

As unidades de registros foram construídas e organizadas da seguinte forma: primeiro, organização dos relatos como um conjunto documental inerente a pessoa, tendo em vista que alguns encarcerados realizaram mais de uma entrevista transcrita para o dossiê; segundo, foi feito a segmentação das sequências existentes em cada entrevista tomando como base a lógica

de pergunta e resposta estabelecidas entre o pesquisador realizador do dossiê e as pessoas entrevistadas.

Quanto as regras de enumeração, foram estabelecidos os seguintes critérios: frequência, direção e ordem. O critério de frequência corresponde a importância que um determinado elemento adquire cada vez em que é localizado nas sequências que compõe a unidade de registro. Com exceção da possível divergência quantitativa de aparição, se “postula que todos os elementos tenham uma importância igual” (BARDIN, 2016, p. 138). O critério de direção diz respeito a ponderação de um elemento pela abordagem da intensidade, sendo esta qualificada como algo favorável, desfavorável ou ambivalente (BARDIN, 2016). No critério supracitado, será utilizado para investigação o olhar das pessoas presas quanto as suas respectivas percepções das tipologias de violência, sob os sinais de “+” (favorável a percepção da violência), “-“ (desfavorável a percepção da violência), “±” (percepção ambivalente da violência) e “n” (percepção neutra). Já no caso do critério de ordem, como a própria palavra diz, se refere a importância dada para determinados elementos de acordo com o seu ordenamento dentro de uma sequência, unidade de registro e ou conjunto de entrevistas (BARDIN, 2016). Os elementos serão destacados nas sequências em negrito, para fins de marcação da análise.

O terceiro quesito, que versa sobre a categorização, cabe um acréscimo. As categorias podem ser empregadas de duas formas: de um lado, são fornecidas previamente as categorias que serão empregadas na investigação dos elementos que constam nos relatos, decorrentes, “diretamente dos funcionamentos teóricos hipotéticos”; de outro lado, o(a) investigador(a) pode iniciar sua trajetória sem as categorizações, sendo estas construídas no decorrer da pesquisa e consolidadas apenas no final da operação (BARDIN, 2016, p. 149). Assim, para a presente pesquisa optou-se por aplicar uma junção, ou seja, um formato híbrido de categorização, pois se compreende que a lista de categorizações (tabela 1) disponíveis para o início da análise, mesmo sendo construída por intermédio do referencial teórico já apresentado, reflexões empíricas e a adoção da metodologia de etnografia de arquivo, podem não ser suficientes para cobrir todas as implicações e afetos que podem surgir no decorrer da investigação. Da mesma forma, o formato híbrido de construção das categorias de análise é salutar, pois permite a atualização das categorias com base na pesquisa, ao mesmo tempo em que não a engessa por conta de um olhar técnico, porém enviesado do que se quer encontrar na perscrutação do dossiê.

Diante das explicações metodológicas da análise de conteúdo, eis que é mister uma apresentação das categorias essenciais que serão empregadas no decorrer do processo de análise (tabela 1). As categorias em questão foram elencadas com base na revisão de literatura sobre a violência e as narrativas feitas pelas pessoas presas, registradas no respectivo dossiê a ser estudado. Cabe ressaltar que as mesmas são flexíveis e podem sofrer alterações (acréscimo, exclusão, modificação) após suas aplicações na presente análise ou serem modificadas de acordo com os critérios de outras investigações e olhares adotados por demais pesquisadores ao presente dossiê.

Tabela 1 – Categorias essenciais sobre violência disponíveis para o início da análise de conteúdo, 2020 (continuação).

1. Assistente social
2. Ausência à bens culturais
3. Ausência à educação
4. Ausência à habitação
5. Ausência à higiene
6. Ausência à informação
7. Ausência à saúde
8. Ausência de segurança
9. Ausência de assistência jurídica
10. Ausência de emprego
11. Ausência de vestimentas
12. Banalização da interface comunicacional
13. Banalização da interface informacional
14. Bibliotecário
15. Deficiência física
16. Deficiência mental
17. Dejeito
18. Disciplina
19. Discursos corporativistas
20. Espaço
21. Estigma

Fonte: construção do autor.

Tabela 1 – Categorias essenciais sobre violência disponíveis para o início da análise de conteúdo, 2020 (conclusão).

22. Exame (vistoria)
23. Família
24. Física
25. Região geográfica
26. Homicídio
27. Policial penal
28. Lacuna jurídica
29. Médico
30. Migração
31. Moral
32. Musical
33. Odontologista
34. Olhar hierárquico
35. Privação de alimentos
36. Privação de lazer
37. Professores
38. Psicológica
39. Reciclagem
40. Abordagem religiosa
41. Restrição informacional
42. Sanção normalizadora
43. Segregação
44. Sexual
45. Sexualidade
46. Silêncio
47. Suicídio
48. Sujeição do eu
49. Tempo
50. Verbal
51. Vícios

Fonte: construção do autor.

Foram adotados cinco critérios de qualidade para o desenvolvimento das categorias presentes: homogeneidade, pertinência, objetividade, produtividade e exclusão mútua. Cabe justificar a adoção por meio da definição e como esses critérios são empregadas na pesquisa. O critério de homogeneidade diz respeito a premissa de que toda categoria deve ser construída e empregada de forma homogênea, sem possibilidades de determinados elementos poderem se encaixar em outras categorias; o critério de pertinência, como o próprio termo diz, reflete a construção de categorias que fazem jus a determinada pesquisa, o que se constata pelo fato de que todas as categorias apresentadas nas tabelas acima são oriundas do referencial teórico, estudos empíricos e das próprias narrativas das pessoas que constam no dossiê; quanto ao critério de objetividade, retrata a importância de se aplicar as categorias da mesma forma independente das diversas análises que o(a) pesquisador(a) possa exercer, sendo um critério complexo e crucial para a presente pesquisa, haja vista que serão analisadas as narrativas de várias pessoas, além das inúmeras entrevistas que cada um concedeu para o presente dossiê; a produtividade indica a necessidade de se aplicar categorias que de fato serão úteis, ou seja, que possam prover dados, de forma a evitar a criação de categorias genéricas, que podem não recuperar resultados para a presente pesquisa (BARDIN, 2016).

Cabe alguns cuidados metodológicos quando adotamos o critério de exclusão mútua. A mesma é definida como a responsabilidade do(a) pesquisador(a) de criar categorias de análise no qual os elementos não possam se encaixar em outras categorias (BARDIN, 2016). No presente estudo, sete categorias de violência podem ser observadas, a priori, como flexíveis, a saber: física, verbal, sexual, psicológica, moral, silêncio e segregação. Contudo, algumas explicações são necessárias: primeiro, as categorias em questão, por mais que sejam apresentadas, em um primeiro olhar, como flexíveis, elas se encaixam em ações distintas, pois há diferenças reconhecidas nas narrativas das pessoas presas, nos referenciais teóricos sobre a questão da violência e na própria tipificação criminal quando se discorre, por exemplo, sobre uma agressão física ocasionada com o outro ou contra si mesmo, da mesma forma para os casos de violência verbal, sexual, psicológica, moral e os casos de silêncio. Em todos os casos, a análise fará distinção detalhada se a violência foi aplicada ao próprio corpo, a outrem e as condições do outro (idoso(a), criança, portador(a) de necessidades especiais e afins), porém apresentando resultados distintos do corolário jurídico ou entendimento do estado psicológico da pessoa que cometeu determinado ato criminoso (BRASIL, 1940).

A categoria silêncio pode ser compreendida de formas distintas, pois o silêncio da pessoa presa sobre algum assunto que diz respeito a sua própria trajetória de vida, se distingue

do silêncio empregado em questões no qual outra pessoa faz parte da mesma narrativa, o que também difere do silêncio praticado por uma determinada categoria profissional, por exemplo, o(a) professor(a) de uma unidade escolar dentro do ambiente prisional pode evitar pronunciamentos quanto a sua liberdade de trabalho na prisão, ausência de determinados materiais, imposições da equipe dirigente entre outros pontos que não tem, a priori, a ver com sua trajetória de vida anterior ou temas ligados a tipificações criminais, haja vista que o(a) mesmo(a) se encontra na prisão como profissional e não como uma pessoa custodiada pelo Estado.

A categoria segregação, bem discutida no presente estudo, também pode apresentar variações, tendo em vista que a pessoa pode narrar processos segregacionistas construídos por agentes diversos, por uma determinada categoria, por questões culturais, por exemplo, a segregação realizada por pessoas distintas a alguém pelo simples fato do mesmo ser *gay*, pobre, não apresentar vestimentas adequadas para determinados espaços entre outros. Em aditamento, a segregação apresenta o contraditório quando é exercida por intermédio de uma violência institucional, pois no caso da prisão, as pessoas estão sob custódia do Estado, o que inviabiliza, em termos jurídicos, mas não necessariamente em termos práticos, o exercício da segregação pelas inúmeras outras privações (água, higiene, educação e afins), restrições, dificuldades que não constam como efeitos para cumprimento de pena dos mesmos. Sua punição, em termos legais é unicamente a privação de liberdade, nada mais (BRASIL, 1984).

Além das duas explicações apresentadas sobre o critério de exclusão mútua no caso da presente pesquisa apresentar categorias que são flexíveis no momento de análise, as mesmas são utilizadas no presente estudo “de maneira a que não existam ambiguidades no momento dos cálculos (multicodificação)”, tal como Bardin (2016, p.150) enfatiza.

Tendo em vista que o processo de junção da metodologia de etnografia de arquivo com a análise de conteúdo apresenta o caráter descritivo e de análise com profundidade de detalhes, muitos pontos investigados no que diz respeito as violências praticadas ou sofridas por cada uma dessas pessoas presas revela o quão repetitivo algumas dessas condições são registradas em suas falas, trajetórias de vida e sua relação com outras pessoas. Contudo, esses relatos autorais apresentam um determinado padrão de violências que lhes são recorrentes, o que foi utilizado para fins de organização, análise e diminuição quanto a repetição de análises no presente estudo. Assim sendo, a composição dos relatos está organizada em duas esferas elementares de análise, a que compreende os índices elevados dos fatores de violência de viés pessoal e os índices elevados dos fatores de violência de viés social. Cabe ressaltar que estas

esferas de organização denotam apenas um conjunto de violências encontradas nas respectivas narrativas, o que não quer dizer que há somente uma particularidade de violência narrada em cada organização. A separação em dois blocos se aplica como um modelo unicamente didático, para fins de organização, compreensão e desenvolvimento da análise, porém a violência descrita em um bloco de análise também pode ser observada, em certa medida, no outro bloco de investigação, pois se deve ratificar que a violência entrópica é plural (devido aos vários vetores que agem em conjunto nos corpos), polissêmica e entrelaça a existência de múltiplos vetores em uma estrutura capilar, que perpassa várias pessoas, grupos, instituições e afins.

De forma concreta, a análise de conteúdo será apresentada no formato de tabelas, com a referida identificação da pessoa de forma abreviada, pois mesmo sendo utilizado um dossiê criado por um projeto finalizado, é pertinente manter as diretrizes éticas da construção de uma pesquisa científica. O mesmo quadro apresenta as seguintes colunas: observações, sequência (seq.), relato, temática (tipologias de violências que serão categorizadas) e ordem. Algumas pessoas apresentam mais de uma narrativa. Da mesma forma, pessoas que concederam somente uma entrevista constam na presente análise, mas não foi considerado os fatores de diferença no que diz respeito a quantidade de entrevistas, pois em alguns casos pode ter sido por falta de tempo, desinteresse de a pessoa presa conceder outras entrevistas e demais motivos não captados no presente dossiê estudado. As falas que não são atribuídas às pessoas presas serão identificadas pela letra “p”, abreviação para pesquisador(a).

3.1 Relatos autorais que apresentam índices elevados dos fatores de violência de viés pessoal.

Aqui constam as narrativas de oito pessoas, a saber: A. (4 narrativas); J. C. (2 narrativas); R. (1 narrativa); A. S. O. (1 narrativa); E. L. (1 narrativa); P. A. (1 narrativa); C. S. (6 narrativas); C. R. (1 narrativa).

Para fins de clareza quanto as diretrizes que moldam a presente análise de conteúdo, a página seguinte apresenta uma legenda simplificada no qual há o item da legenda na coluna esquerda e sua respectiva explicação na coluna direita. A legenda é apenas uma síntese e adaptação dos códigos adotados no decorrer do emprego metodológico citado. Vale ressaltar, que cada parâmetro utilizado tem por respaldo as explanações sobre a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2016), a saber: campo de observação, campo de sequência, campo do relato em si, campo da temática, campo da ordem, codificação por frequência, codificação por

direção das falas, abreviação referente ao pesquisador e abreviação referente as pessoas que compõem o dossiê.

A legenda que consta na tabela 2 é única e se aplica aos dois grupamentos de narrativas que foram analisadas na presente tese, as que compõem o conjunto analisado na subseção 3.1 e as narrativas que compõem a subseção 3.2. Também é pertinente informar que as narrativas descritas e analisadas seguem o mesmo ordenamento das narrativas que constam no dossiê registrado na Biblioteca Nacional.

Tabela 2 – legenda dos critérios adotados na análise de conteúdo, 2020.

Observação	Campo aberto no qual o pesquisador pode acrescentar observações que julgue importante para o desenvolvimento ou complemento da análise.
Sequência	Número da sequência. Cada sequência é composta da interação pergunta / resposta estabelecida pelo pesquisador e a pessoa presa.
Relato ¹²	Trecho do relato correspondente à sequência citada.
Temática	Apresenta a(s) tipologia(s) de violência(s) inerente(s) a cada sequência de relato.
Ordem	Traduz a ordem em que aparece determinada categoria de violência no relato. Pode ser usado para analisar a importância de um tema em determinada sequência, entrevista ou compilado de entrevistas.
Frequência [n]	Número em colchetes que corresponde ao quantitativo de vezes que uma tipologia de violência é identificada na sequência de um relato. Exemplo: [3] física (significa que o trecho apresenta três indícios que remetem a violência física).
Direção (?)	Traduz a percepção da pessoa presa quanto a determinada tipologia de violência. Exemplo: (+) identificação da violência; (-) não identificação da violência; (±) percepção ambivalente; (n) Percepção neutra, no qual não há indícios para definir a direção.
P	Abreviação do termo "pesquisador". Aplicado para identificar as falas do pesquisador no decorrer das entrevistas.
A, B, C e demais abreviações	Iniciais dos nomes das pessoas presas. Aplicado para identificar suas falas no decorrer das entrevistas.

Fonte: construção do autor.

¹² A coluna “relato” apresenta os trechos integrais das falas das pessoas presas. As narrativas em questão fazem parte do dossiê *O ato criminoso como modalidade de gozo: subjetividade perversa e ato perverso*, de autoria do pesquisador Francisco Ramos de Farias.

Tabela 3 - Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Aspectos morais contraditórios (BAZERMAN, 2004)	1	P: Por que está preso? A: 121 P: O que é 121? A: Matei , pra nunca mais. A coisa mais triste . Não sei o nome de que eu matei , não conhecia. Foi por causa dum colega. Um cara me agrediu . Não esperava aquilo e aconteceu .	[2] homicídio (+) [1] moral (+) [1] física (+) [2] moral (-)	Homicídio
Ação de afastamento do crime (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006)	2	P: Como você foi preso? A: Eu ia para o trabalho. Eu sou pedreiro. A polícia me prendeu. A testemunha é o irmão da vítima. Ele diz que fui eu. Todo mundo diz que fui eu. Ninguém foi lá . Ninguém viu .	[4] moral (-)	Moral
Deficiências na comunicação, informação (BAUDRILLARD, 1992) e cumprimento da LEP	3	P: Como aconteceu a morte? A: Foi com uma arma. Fui condenado a 22 anos. To com um recurso. Mas falaram que minha cadeia caiu. Não tenho advogado pra ver pra mim. Trabalho a um tempão mas nunca ganhei benefício. Meu comportamento é bom . O senhor pode perguntar.	[1] banalização da interface comunicacional (-) [1] restrição informacional (+) [1] ausência de assistência jurídica (n) [1] tempo (+) [1] disciplina (+)	Banalização da interface informacional
Segregação como violência institucional (FOUCAULT, 2010)	4	P: Essa foi a primeira vez que o sangue te subiu à cabeça? A: Não, teve uma outra vez. Minhas crianças "tavam" com fome . Minha dona tava com fome . Aí eu entrei numa casa e levei umas coisas . Foi lá em Rio das Ostras. Eu já fui condenado e já fui absorvido. Eu vim de Macaé, comprei um barraco em Rio das Ostras e fui preso.	[2] privação de alimentos (+) [2] moral (+)	Privação de alimentos
	5	P: Por que essas coisas aconteceram na tua vida? A: Não posso nem dizer, eu não estava dentro de mim mesmo . Eu não posso nem falar. Essas coisas acontecem sem agente pensar . Esse negócio da casa foi antes. As pessoas da casa eram conhecidas. Foram lá em casa e encontraram as coisas. Aí eu fui preso. Quando foi no juiz, eu fui embora. O outro crime eu tava na porta de um botequim e aí tinha uma confusão. Um cara me agrediu e aí aconteceu . Isso foi de tarde. Nem sei como aconteceu . Depois eu fui pra casa. As pessoas do botequim não falaram nada e num fizeram nada.	[2] psicológica (+) [1] Física (+) [2] moral (-) [2] silêncio (+)	Psicológica

Fonte: construção do autor.

Tabela 3 - Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Aspectos morais contraditórios (BAZERMAN, 2004)	6	P: Quando chegou em casa o que pensou? A: Arrependido , e aí fui dormir . De manhã me prendeu quando eu ia para o trabalho. Nem falei nada pra ninguém. No juiz, eu assumi porque eu assino o papel . Se não tivesse a briga isso não tinha acontecido. Não sei por que era a briga . Essa briga foi rápida. Eu sempre ia nesse botequim. Foi a primeira vez que aconteceu uma briga. Tinha um amigo perto, era lá do botequim, aí ele me deu a arma e aí aconteceu. Era um 22 de cinco tiros. Foi um tiro só. Depois joguei fora a arma .	[2] moral (+) [3] moral (-) [1] silêncio (+) [1] moral (n) [1] silêncio (-)	Moral
	7	P: O seu amigo não teve complicação? A: Não teve porque ele saiu fora e eu joguei fora a arma com medo da polícia apanhar. Depois nunca mais “vi ele”. Ele sumiu.	[1] moral (+) [1] psicológica (+)	Moral
Aspectos morais contraditórios (BAZERMAN, 2004) Discurso de segregação? (FOUCAULT, 2010)	8	P: Por que ele te deu a arma? A: Num sei . Eu nunca tive arma. Num quis. Se ele não tivesse lá num tinha acontecido nada. Esse amigo era lá do botequim. Me arrependi muito de acontecer isso. Trabalho porque sempre gostei, mais pra passar o tempo . Trabalhando agente não perde o costume da rua. Sempre trabalhei . Eu gosto de trabalhar . Me sinto bem trabalhando , porque eu não me envolvo com os marginais perigosos , porque eu não sou marginal . To aqui, nem sei por que isso me aconteceu. Tem esses marginais de morro .	[7] moral (-) [1] moral (+) [5] disciplina (+) [1] tempo (+)	Moral
Múltiplas tipologias de violência (FARIAS, 2015; FOUCAULT, 2011)	9	A: Nunca estudei porque minha família não tinha condições de pagar . Meu negócio era trabalhar. Trabalhava com meu pai. Eu era ajudante dele desde 12 anos. Minha família não vem aqui porque por causa da matança nos presídios, eles acham que já morri . Aí eles não vêm me ver. Eu morro de saudades . Eles não vêm me ver porque são pobres . Não tem dinheiro . Moram longe .	[1] ausência à educação (+) [1] ausência à informação (-) [2] ausência familiar (+) [1] ausência à informação (+) [1] psicológica (+) [2] segregação (-) [1] Geográfica (n)	Ausência à educação

Fonte: construção do autor.

Tabela 4 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de A., 2020 (continuação)..

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
<p>Violência psicológica: alusões ao trauma de infância? (FARIAS, 2008; ENDO, 2011)</p> <p>Negação da morte do outro? (ARIÈS, 2012)</p>	1	<p>P: Como foi tua infância?</p> <p>A: Minha infância foi só trabalhar, ajudar o coroinha. Meu irmão morreu aos 13 anos, numa virada de carro. Era mais novo, agente jogava num time. Até hoje eu joga, jogo no Flamengo aqui. O jogo é um "entretimento" para passar o tempo. Eu tava junto dele no acidente. Aí viemos embora para casa, ele morreu na hora, trouxemos o corpo pra casa. Tava com 24 jogadores. Era um time e aí o caminhão virou. Esse irmão morava com minha vó, desde pequeno. Ele sempre morou com minha vó. O moleque pequeno levado ia sempre pra casa da minha vó. Meus pais não viviam bem, porque meu pai bebia cachaça. Chegava em casa e queria bater em minha mãe. A gente ficava com medo e corria pra casa da minha vó.</p>	<p>[1] ausência à educação (n)</p> <p>[5] psicológica (-)</p> <p>[2] ausência familiar (+)</p>	Ausência à educação
<p>Violência psicológica: alusões ao trauma de infância? (FARIAS, 2008; ENDO, 2011)</p> <p>Não identificação com outros internos (FOUCAULT, 2011)</p>	2	<p>P: Seu pai chegava a bater?</p> <p>A: Ah, batia, na gente e na minha mãe. A gente corria, minha mãe não. Eles já morreram. Só tenho um irmão que não sei onde tá, nem me lembro mais. Minha mãe dava dinheiro pra gente, ela tirava de meu pai, aí quando ele chegava batia nela e aí agente corria. Ele não dava dinheiro pra agente e aí minha mãe tirava e dava pra gente. Ele chamava a gente quando chegava doidão de cachaça, ele arrancava a "correa" pra bater na gente. A gente corria. Aí ele batia na minha mãe. Teve tempo que ele bateu em mim. Doutor, é to preso, mas não me envolvo em nada. Não falo as gírias que esses bandidos falam. Não tenho "palha" na casa, o meu comportamento é bom. Todos os funcionários gostam de mim.</p>	<p>[3] física (+)</p> <p>[1] ausência familiar (n)</p> <p>[2] psicológica (+)</p> <p>[1] segregação (+)</p>	Física
	3	<p>P: Você disse que têm alguns aqui que são diferentes?</p> <p>A: Ah! Tem uns que roubam lá na rua. É negócio de dono de boca. Eu não me envolvo nisso. Só tenho mesmo Deus e o senhor pra ver minhas condições pra ver uma oportunidade pra sair da cadeia. Nunca ganho uma oportunidade e sou bom. Estou esperando essa oportunidade.</p>	<p>[1] segregação (+)</p>	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 4 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de A., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
<p>Contradição na relação com o pai (BAZERMAN, 2004)</p> <p>Pai como “espelho” de sua formação? (GERLACH, 2011)</p>	4	<p>P: Você tem alguma religião?</p> <p>A: Sempre fui católico, desde pequeno. Eu confio em Deus pra sair daqui porque eu to sofrendo muito, to há muito tempo aqui. Não sei o que aconteceu comigo nesses problemas. Não sei onde tava com a cabeça. Não sei o que passou na minha mente. Isso atrapalhou a minha vida. Por que eu gosto mesmo é de trabalhar. Quero sair daqui e trabalhar porque eu sempre fui trabalhador. Tenho minha profissão que aprendi com meu pai que era pedreiro. Meu pai bebia todo o dia, levava o litro de cachaça pra casa, pra beber de noite, nunca teve problema por causa da cachaça. Ele sempre foi forte.</p>	<p>[1] psicológica (+)</p> <p>[1] tempo (+)</p> <p>[3] família (-)</p>	Psicológica
<p>Ausências de assistência na prisão? (BRASIL, 1984)</p> <p>Silêncio imposto por vigilância (FOUCAULT, 2011)</p>	5	<p>P: E você bebe?</p> <p>A: Não, nunca bebi. Não vou mentir pro senhor. [...]. E distrai a mente. Agente trabalhando, agente “num” ta vendo nada, ta se ocupando. Hoje agente não foi trabalhar porque ta chovendo. Agente trabalha aqui na frente, mas agente não vai na rua (riu). Agente fica só aqui.</p>	<p>[1] silêncio (+)</p> <p>[2] segregação (+)</p>	Silêncio
<p>Contradição na relação com o pai (BAZERMAN, 2004)</p> <p>Pai como “espelho” de sua formação? (GERLACH, 2011)</p> <p>Conflitos morais contraditórios (BAZERMAN, 2004)</p>	6	<p>P: As pessoas que trabalham aqui têm algum direito?</p> <p>A: Ah sim, tem a tranquilidade de trabalhar, mas não é liberdade. O trabalho num tem nada com a liberdade. Eu trabalho porque to aqui dentro. Eu gosto de trabalhar. Se o senhor me der uma obra do chão, eu levanto um telhado. Eu faço uma casa, aprendi com meu pai. Sempre tava do lado dele e aí fui aprendendo tudo. Eu aprendi tudo com ele. Aprendi a levantar casa, a botar azulejo. No dia que aconteceu aquilo eu não sei onde eu tava, não precisava ter me metido naquela briga eu não gosto nem de falar nisso. Quando falo nisso me dói aqui dentro, me dói todo aqui. É uma coisa triste. Não sei por que fiz isso.</p>	<p>[2] moral (-)</p> <p>[1] psicológica (+)</p> <p>[1] moral (+)</p>	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 5 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de A., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Conflitos morais contraditórios (BAZERMAN, 2004)	1	P: Como tem passado? A: Tudo bem, graças a Deus. Só to pensando na minha liberdade pra sair o mais depressa possível. To aguardando a justiça de Deus. Só penso em tudo de bom que é minha liberdade. Não sei por que aquilo me aconteceu. “Num” tava dentro de mim naquele momento. Nem sei por que aconteceu isso comigo. Foi uma coisa sem pensar.	[2] moral (-) [1] moral (+)	Moral
	2	P: Sua família o que acha? A: Eu não tenho contato. Essa senhora que me visita, ela reza, ela vem aqui. Quando sair daqui eu vou ficar com ela. A minha outra família quando chegar a liberdade eu tenho que fazer um contato com eles pra saber como eles estão. Eu vou procurar eles porque família agente nunca esquece. Sinto falta da minha primeira família. Acredito se eles tivessem mais condições, eles me procuravam. Deixei muitas crianças com ela, ela ficou cuidando dessas crianças. Só vi minha filha mais velha em 1982. Tem deles que nunca mais.	[4] ausência familiar (+) [1] restrição informacional (-)	Ausência familiar
Preocupação com ausência de estudo (MBEMBE, 2017) Possível barreira de comunicação com familiares (BAUDRILLARD, 1992) Segregação imposta pelo espaço (FOUCAULT, 2011)	3	P: O senhor vendo esses seus filhos, o senhor vai conhecê-los? A: Ah! Eu vou conhecer. Aqui pela minha mente tem uma coisa que eu vou conhecer. Eu sou analfabeto mas vou conhecer. Eu sei que tem hora que eu falo coisa errada, mas é por falta de estudo. Não tenho contato nenhum com ninguém. Meu único contato é com Maria Helena. Essa sempre vem aqui. Esse tempo, eu tava com um pensamento de escrever para a rádio tupi pra botar nas rádios, pra minhas filhas virem aqui. Mas não escrevi. Carrego muita saudade quando vou me deitar eu penso nos filhos. Agente é pai, o senhor sabe como é.	[2] ausência à educação - (+) [1] ausência familiar (+) [1] restrição informacional (+) [1] segregação (-)	Ausência à educação

Fonte: construção do autor.

Tabela 5 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de A., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Ausência de assistência educacional prevista na LEP (BRASIL, 1984)	4	P: Porque não escreveu? A: Eu to esperando minha liberdade. Por isso não foi preciso escrever. Pensei escrever porque bateu “soldade” das crianças. Quando eu fui me deitar, bateu “soldade” , aí pensando nas crianças eu achei que podia escrever. As pessoas que desaparece bota na rádio e aí a família procura. Eu escuto esse programa, todo dia na hora de deitar. Aí quando escuto o programa eu sinto saudade . Aí eu pensei em escrever e aí eu pedia “prum” amigo escrever. Ele escreve pra mim. Eu pensei em escrever depois que o senhor começou a vim aqui. Tem “abrido” mais a minha mente. Eu to muito mais satisfeito. Isso ta me ajudando muito. Eu vou escrever porque eu to vivo, eu num morri . Eu acho que vou escrever.	[3] ausência à educação (+) [4] ausência familiar (+) [1] restrição informacional (+) [1] segregação (-) [1] dejetos (-) [1] segregação (-)	Ausência à educação

Fonte: construção do autor.

Tabela 6 – Análise de conteúdo do quarto relato autoral de A., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Não cumprimento da LEP quanto ao acesso de familiares (BRASIL, 1984)	1	P: Como tem passado? A: Bem, graças a Deus. A gente ta preso, mas “ta” saúde. Escrevi a carta [...]. Ainda num tive resposta. Não sei se foi lida . Eu trabalho só chego mesmo tarde. Na carta eu disse que eu tava vivo . Disse onde tava no A, Rua Frei Caneca; disse que eu tava vivo. Eles não sabem que eu to aqui. Quando ela veio eu tava noutro presídio . [...] Eu to sofrendo muito.	[3] restrição informacional (+) [3] segregação (-)	Restrição informacional
Não cumprimento da LEP quanto ao acesso à educação e assistência jurídica (BRASIL, 1984)	2	P: Você tem uma ideia como anda teu processo? A: Eu sempre vou na Jurídica. Eles procuram me dar uma força. Só dizem que ta bom . Quinta-feira eu vou na Jurídica de novo. Porque minha cadeia é 22. To tirando 15 . Trabalho desde 82. Tenho bom comportamento. Nunca tive encrenca com nada. Todo mês assino minha folha de classificação. Assino não, boto o dedo, porque não sei ler!	[1] restrição informacional (-) [1] ausência de assistência jurídica (-) [1] segregação (-) [1] ausência à educação (+)	Restrição informacional

Fonte: construção do autor.

Tabela 6 – Análise de conteúdo do quarto relato autoral de A., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
<p>Sujeição constante do sujeito (GOFFMAN, E., 2015)</p> <p>Vigilância constante como modalidade de violência intergrupual: presos, ISAP's etc. (FOUCAULT, 2011; WACQUANT, 2007)</p>	3	<p>P: Como é viver aqui?</p> <p>A: Magoado, preso, saudade da rua, saudade da minha família. Só ta bem porque ta com saúde. Aqui é cadeia agente vê tudo e não vê nada. Agente tem que cuidar da gente para não se meter em confusão. O senhor vê, eu to todos esses anos e não arrumei confusão. A gente tem que viver, tem que trabalhar. Quem trabalha vive só num cubículo. Os que não trabalha “vive” dois num cubículo só. À noite, depois da novela, do repórter agente vai dormir. No dia em que não tem TV agente vai dormir cedo. Os programas que um gosta só vê se a maioria quiser. Tem uns que tem situação e aí compra a televisão. Aqui tem um tratamento maneiro. Os funcionários são prestativos.</p>	<p>[1] psicológica (+)</p> <p>[3] segregação (+)</p> <p>[1] Silêncio (+)</p> <p>[2] olhar hierárquico (+)</p> <p>[2] espaço (+)</p> <p>[1] privação de lazer (+)</p>	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 7 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de J. C., 2020 (continuação)..

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
<p>Situação econômica como “gatilho” do crime (FACEIRA, 2016; FARIAS, 2015)</p>	1	<p>P: Qual o motivo de sua prisão?</p> <p>J: Cometi um delito, trabalhava numa firma de representações, e a firma entrou em crise. Tinha muitas dívidas e a firma faliu. Fiquei apavorado e me deixei levar pelas conversas de amigos. Me deixei levar, cometi um assalto e fui preso.</p>	<p>[1] moral (+)</p> <p>[1] assalto (+)</p>	Moral
	2	<p>P: Como foi esse assalto?</p> <p>J: Não chegamos a cometer esse assalto. Tava com um parceiro que já tava nessa vida há mais tempo. Fomos pegar primeiro um carro. Tinha uma vítima no carro. A gente tinha que levar ele pra um lugar mais ermo, pra dar tempo pra gente. Era pra ele ficar sem comunicação.</p>	<p>[3] moral (+)</p> <p>[1] psicológico (-)</p> <p>[1] sequestro (-)</p>	Moral
<p>Situação econômica como “gatilho” do crime (FACEIRA, 2016; FARIAS, 2015)</p>	3	<p>A vítima se desesperou achando que a gente ia matar. Não era essa a intenção, não houve violência. Mas para polícia houve o sequestro. Não era nossa intenção. Não houve nem o assalto. Só foi o assalto do carro. O camarada conseguiu escapar [...]. Posso dizer pro senhor que tem muita gente que cometeu um crime somente por desespero e que não tem nada a ver com essa vida. É só no momento do desespero.</p>	<p>[1] sequestro (+)</p> <p>[1] sequestro (-)</p> <p>[1] moral (-)</p> <p>[2] ausência de emprego (+)</p>	Sequestro

Fonte: construção do autor.

Tabela 7 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de J. C., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Situação econômica como “gatilho” do crime (FACEIRA, 2016; FARIAS, 2015)	4	P: Esse crime foi no momento de desespero? J: Trabalhava pra duas firmas. Eu vendia e ganhava dinheiro. Vendia e ganhava percentual, mas a firma tava em crise, quando “chegava” os pedidos não saía porque não tinha as peças. Eu cheio de dívidas fui ficando desesperado. A firma faliu, tinha mudado de ramo e quando tomava cerveja, um companheiro me chamou pra fazer um assalto, eu só ia dirigir , só ia participar como motorista. Achei que seria fácil mas aí fui preso.	[2] moral (-)	Moral
	5	P: Houve morte? J: Houve porque tinha duas pessoas no carro e uma tava armada e puxou a arma e aí se atracaram e a arma do companheiro atingiu ele. Aí eu parei o carro e fiquei nervoso, tentei escapar . Corri pra escapar e não dei sorte porque encontrei a polícia. Aí fui preso. Fui responsabilizado por esse crime porque não fui eu quem matou porque eu tava dirigindo. Por isso peguei 17 anos.	[1] psicológico (+) [1] moral (-)	Psicológico
Não identificação com as demais pessoas presas (FOUCAULT, 2010)	6	P: O que isso significou pra você? J: Ah! Isso aí é terrível. Conheci o submundo, o outro lado da vida. O que aprendi eu não posso tirar proveito . Descobri muitas coisas que nunca pensei existir. Meu pensamento é de me recuperar porque eu não sou marginal . Quero sair daqui e arrumar minha vida, aprendi a costurar aqui dentro e aprendi corte de cabelo. Agora eu trabalho como barbeiro aqui dentro.	[1] moral (+) [1] segregação (+)	Moral
Ausência de assistências (psicológica, social) previstas na LEP (BRASIL, 1984)	7	Aqui eu tenho que aprender as coisas pra sentir que minhas carnes não tão podres porque aqui os “ corpo ” das pessoas já morreram. Aqui num se vive . A num ser que se trabalhe, que aprenda alguma coisa. A vida parou e se a vida parou o corpo morreu. A gente tem que tirar o corpo do lugar pra num juntar bicho ou pro bichos num comer . Por isso eu trabalho esperando viver, porque morto meu corpo já ta . O senhor sabe, eu nem sinto o meu corpo, nem sinto dor , porque quando a gente é preso deixa de sentir dor. É tanta porrada que a gente esquece de sentir dor . É isso doutor. Essas coisas que to dizendo não vai me prejudicar?	[8] dejetto (+) [2] reciclagem (+) [1] psicológico (-)	Dejeto

Fonte: construção do autor.

Tabela 8 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de J. C., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Experiência de infância, juventude e fase adulta em instituições “totais” (GOFFMAN, E., 2015)	1	P: Como era tua vida antes do crime? J: Minha mãe morreu eu tinha 8 anos , não lembro do que. Não dá pra lembrar mais. Meu pai morreu depois . Acho que foi de câncer ou de desgosto. Depois fui internado num colégio interno pela minha irmã . Depois ela casou. Quando meus pais morreram, a família se despencou . Fiquei 5/6 anos no colégio interno, já saí de lá meio marginal . O que é que se aprende de bom num colégio interno? Lá se convive com pessoas com problemas de infância , com crianças abandonadas . O colégio interno que eu fui era pra criança desencaminhada . Quando saí de lá, ninguém quis ficar comigo . Ia pra casa de um pra casa de outro, não tinha quem me desse uma boa educação . Aí comecei a não fazer coisas boas. Não tinha quem me quisesse e comecei a fazer pequenos roubos. Quis ir para o quartel, mas não fui aceito . Sobrei por excesso de contingente. Talvez no quartel eu tivesse me encaminhado. Trabalhei também, mas acabei optando pelo lado mais fácil. No quartel eu poderia ter melhorado um pouco. Não digo melhorar porque eu já tava marginalizado, fumava maconha , já roubava talvez eu tivesse melhorado.	[4] ausência familiar (+) [7] segregação (+) [1] ausência à educação (+) [1] roubo (+) [1] vícios (+) [1] psicológico (+)	Ausência familiar
Receio constante quanto a fala - vigilância (FOUCAULT, 2011)	2	Agora eu vou ver se boto minha vida no prumo, porque com 40 anos não dá pra fazer as mesmas “burrice”. Isso não vai me ajudar e nem me atrapalhar? É mais pro seu trabalho, então vamos lá.	[1] silêncio (±)	Silêncio
Experiência de infância, juventude e fase adulta vida em instituições “totais” (GOFFMAN, E., 2015) Violência intergrupala: inspetor, crianças etc. (FOUCAULT, 2011; WACQUANT, 2007)	3	P: Você foi criado longe de sua família? J: Depois que minha mãe morreu a minha família desmoronou . Os irmãos foram cada um pro seu lado. Eu fui “prum” colégio interno onde era maltratado por um inspetor . As crianças mais velhas batiam na gente . Tinha os mais velhos e os mais novinhos pra apanhar. Você ta acostumado com conforto de pai e mãe e depois vai parar num lugar desses. Não é brincadeira. O senhor é psicólogo.	[1] ausência familiar (+) [1] segregação (+) [2] física (+)	Ausência familiar

Fonte: construção do autor.

Tabela 8 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de J. C., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
<p>Situação econômica como “gatilho” do crime (FACEIRA, 2016; FARIAS, 2015)</p> <p>Ausência de assistência médica prevista na LEP (BRASIL, 1984)</p> <p>Indício de violência intergrupual: médico (FOUCAULT, 2011; WACQUANT, 2007)</p>	4	<p>P: Você acha que essa internação no colégio te atrapalhou?</p> <p>J: Claro, se minha mãe não tivesse morrido, eu não teria me perdido, porque eu não sou um assassino, não sou um perverso, só entrei nessa porque não tinha com viver. O senhor não entende isso, eu vivia até a madrugada na rua. Aí “vinha” uns colegas e chamava pra roubar e como não tinha um pai pra aguentar, eu roubava. Roubava porque precisava. Se tivesse uma formação não seria isso não, seria uma pessoa normal. Eu não sou assassino. Quando sair daqui, eu vou trabalhar como barbeiro, porque é uma profissão mais fácil. É o que me resta, é trabalhar nessa profissão que aprendi aqui. Vê o que posso fazer com o que me resta. É só o que me resta. Pretendo construir uma família se conseguir encontrar uma mulher que queira viver comigo. Já tive mulher, mas não fui casado, não deu certo aí nós nos separamos. Na prisão “surge” os problemas e aí eu me separei. Acabou. Agora eu recebo uma visita de uma moça que é evangélica, já parei com a droga. Eu nunca fui viciado. Já usei. A maconha cai muito minha pressão e por isso eu deixei. A cocaína aumenta a pressão, eu fico suando, passando mal. Aí tive que parar não tava me fazendo bem. Eu tava vendo que podia precisar desses médicos. E aí quando vão não voltam mais. Tenho o maior medo desses médicos. O perigo é ir andando e voltar deitado.</p>	<p>[3] segregação (+)</p> <p>[1] ausência de habitação (+)</p> <p>[2] ausência de emprego (+)</p> <p>[1] ausência à educação (+)</p> <p>[1] segregação (-)</p> <p>[3] dejetos (±)</p> <p>[3] reciclagem (±)</p> <p>[2] vícios (+)</p> <p>[1] psicológico (+)</p> <p>[2] médicos (+)</p>	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 9 – Análise de conteúdo do relato autoral de R., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Contradição sobre a reação da vítima (FARIAS, 2012)	1	P: Por qual motivo você está aqui? R: 157. Assalto. Foi um assalto a prédio e teve morte também. Peguei 20 anos de cadeia porque teve morte. Na perseguição, eu baleei que a vítima reagiu. Eu não queria matar ninguém. Na perseguição, eu meti a mão no revólver e dei um tiro. Nisso uma mulher morreu, uma transeunte. Atiraram em mim também mas não pegou. Os parceiros que “tavam” comigo, um morreu, o outro tá aleijado. Por ironia do destino, foram roubar a moto dele, ele reagiu e atiraram nele, ele tá aleijado com um tiro na espinha, o outro tá solto. No desespero, cada um saiu pra cada lado. Eu tava dirigindo e aí me pegaram. Eu já dirigia, mas não tinha carteira, já tava tudo certo pra tirar a carteira de motorista. Dirigia sem carteira, isso é tão normal. Aqui é normal todo adolescente dirigir carro. Ainda mais que sou da Zona Sul (Botafogo). Meu pai é do Amazonas e minha mãe é daqui.	[1] assalto (+) [1] homicídio (+) [3] moral (-) [4] moral (+) [1] geográfica (+)	Assalto
Naturalização de crimes de furto/roubo (ARENDR, 2016). Conflitos morais contraditórios (BAZERMAN, 2004)	2	P: Como é que você chegou ao mundo do crime? R: Aos 14/15 anos consegui um emprego de office boy. Eu trabalhei. Eu não tinha necessidade de estar no crime. Antes agente já roubava carro, toca-fita. Isso era normal. Comecei a me envolver com isso. Não sei se gostava ou se a coisa era fácil. Aí agente vai conhecendo outras pessoas, assaltantes. É muita doideira, eu não precisava disso. Pedi demissão do banco, mas não me impedia nada na minha atividade. Mas ganhando um salário mínimo. Lá fora agente ganhava muito mais.	[1] roubo (+) [1] moral (-) [1] segregação (+)	Roubo
Violência de viés econômico e ausência de assistências previstas na LEP (ZIZEK, 2014; BRASIL, 1984) Silêncio imposto pela vigilância (FOUCAULT, 2011)	3	R: O senhor é religioso? P: Não sigo religiões. R: Antes eu era assim. Não acreditava em nada. Mas cadeia não é brincadeira, a gente vai vendo as coisas e a gente tem que mudar. Aqui a gente só ouve falar que as coisas acontecem sem poder fazer nada. Minha mulher tá grávida de três meses. Aí eu não tenho mais 18 anos, o moleque vai nascer e aí. As coisas vão acabando, vão se desgastando. O senhor sabe, eu tinha um patrimônio, mas aqui as coisas estão acabando. Tinha apartamento, moto, uma loja alugada. Disso só resta o apartamento.	[1] silêncio (+) [2] privação de bens (+)	Silêncio

Fonte: construção do autor.

Tabela 9 – Análise de conteúdo do relato autoral de R., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Conflitos morais (BAZERMAN, 2004)	4	P: Isso então foi uma fatalidade na tua vida? R: Eu sei que não foi por necessidade. Hoje eu não faria. Não pegava mais uma arma e atirava. Hoje eu acredito muito nas coisas da Bíblia “o que você planta, você colhe”. Tem pessoas que acreditam na minha reabilitação. Quando eu tava na rua, minha família é de classe média. Tenho boas amizades. Quando eu tava nesse mundo de assalto, eu conheci pessoas influentes . Quando eu ia gastar o dinheiro era pela zona sul. Tinha um círculo de amigos, pessoas de bem, que não sabiam de nada. Ficaram chocadas quando viram minha foto nos jornais. Vieram me visitar. Com essas pessoas eu era o normal. Eu não precisava. Eu não precisava incorporar nada, eu não precisava representar nada. Nessas situações de assalto, eu era outro. Ficava diferente lá na roda dos parceiros. Não se pode dar vacilo. São hábitos diferentes. Tem que saber o que vai fazer, se não morre, lá a pessoa ganha posição e tem as limitações: não desce pro asfalto, não vai pro restaurante.	[2] moral (+) [1] psicológico (-) [4] dejetivo (+)	Moral
Conflitos morais (BAZERMAN, 2004)	5	P: Você vivia em dois mundos? R: Até hoje eu vivo em dois mundos. A cadeia é um outro mundo. Lá fora tinha meu mundo e o mundo do crime. Isso funcionava, quando havia o assalto, era rápido. Entrava rápido e saía rápido. Era só um contato e acabou. Combinava uma hora e naquela hora tinha que tá lá, a não ser que o cara morresse. Eu já perdi parceiros em assalto, já vi os parceiros morrerem, serem baleados do meu lado. No bando, não pode vacilar, não pode ter erro, tudo funciona de forma precisa. Lá na rua a “rapazeada” tá toda reformulada. Morreu muita gente e também tem o desgaste.	[2] segregação (+) [3] homicídio (+) [3] vigilância (+)	Segregação
Ausência de assistência à saúde prevista na LEP (BRASIL, 1984)	6	P: Essa parada na tua vida como é que foi? R: O primeiro mês que se é preso, na madrugada, debaixo de um cobertor, a depressão é grande. É muito ruim e não tem por quem chamar [...]. Antes eu fui pego e contei uma história pra ela e ela acreditou. Meu pai é separado da minha mãe desde 1981. Eu tinha 9 anos.	[1] psicológico (+) [2] ausência familiar (+) [1] psicólogo (+)	Psicológico

Fonte: construção do autor.

Tabela 9 – Análise de conteúdo do relato autoral de R., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Violência interpessoal com familiares (TOLEDO; SABROZA, 2013)	7	R: Minha mãe é ótima. Sempre teve presente na minha vida. Só lamento que ela nunca se preocupou por esse lado da minha vida . Ela nunca se preocupou em saber como eu arrumava dinheiro . Ela não via isso . Ela ficou muito chocada quando me viu preso. O senhor sabe quem tem um filho, tem que andar atrás dele. Minha mãe tem um comércio. No momento tá acontecendo muita injustiça com ela. Preso se aproveita . Eu só consegui pensar nisso depois que tô aqui. Isso aqui muda a vida da gente. Minha mãe vem aqui me visitar, ela é ótima, eu e ela nos damos muito bem. Sempre nos demos muito bem. Mas não sei porque ela não se preocupou em saber como eu me virava, como eu arrumava dinheiro. Eu não sei...	[2] Ausência familiar (+) [2] segregação (-)	Ausência familiar

Fonte: construção do autor.

Tabela 10 – Análise de conteúdo do relato autoral de A. S. O., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Conflitos morais (BAZERMAN, 2004)	1	P: Por que você tá preso? A: Eu tô aqui mais por causa de mim mesmo. Não tenho vergonha de dizer . Tô preso há seis anos. Foi 157 combinado com parágrafo terceiro . Eu morava aqui no Rio e fui pra Cabo Frio. Lá encontrei dois amigos que me chamou pra fazer algo. E aí eu disse “vamos lá”. Foi a primeira vez [...]. Isso aí vai me ajudar em que por que já fiz tudo? Já fiz cursos e nada adiantou . Eu quero ir embora. Tem minha mãe. Já estudei aqui e nada de ir embora . Por que tem gente que vem aqui pra entreter o preso , pra ficar aqui e não faz nada pra soltar a gente .	[6] moral (+) [1] roubo (+) [1] homicídio (+) [1] discursos corporativistas (-)	Moral
Violência institucional de ordem jurídica (ZIZEK, 2014)	2	P: Qual a situação que aconteceu em Cabo Frio? A: Foi assalto à residência. Depois de um mês acharam. Eles “mesmo” mataram o dono da casa. Eu fui só porque eu era motorista [...]. Eles falaram que era eu que tinha matado. A própria mulher que eles fizeram a merda falou que tinha sido eles. Todos nós pegamos 30 anos e 15 dias. O juiz botou tudo junto .	[1] moral (-) [1] lacuna jurídica (n)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 10 – Análise de conteúdo do relato autoral de A. S. O., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	3	A: Meu pai é separado da minha mãe vive lá pra Bahia. Vendeu o que era nosso e foi pra Bahia há seis anos. Meu pai era serralheiro. Trabalhava com madeira. Minha mãe não tem profissão. Vende negócio de favor pra viver, não vem aqui porque não tem dinheiro. Eu quero sair daqui trabalhar pra ajudar minha mãe, porque pra cá eu não volto mais.	[1] ausência familiar (+) [2] ausência de emprego (+) [1] geográfico (+)	Ausência familiar

Fonte: construção do autor.

Tabela 11 – Análise de conteúdo do relato autoral de E. L., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Perspectiva da pessoa presa sobre a banalização da violência - incremento de homicídio por motivações fúteis (ARENDR, 2016)	1	P: Por que você está aqui? E: Tô no 121(crime, homicídio - 1975) e 157(assalto - 1986). Tenho 24 anos de prisão. Fiquei 14 anos direto. Recebi a condicional e fiquei 6 meses na rua. Aí voltei nessa 157. Em 121 eu quase nem me lembro mais. É quando eu morava, moro ainda no Vigário. Tinha uns 21 anos. Essa aí eu tô pagando mas não fui eu. Foi o dono da boca. Eu tava junto e aí tive que segurar. Eu fui preso e condenado a 16 anos. Nessa época eles procuravam na favela quem trabalhava e quem não trabalhava [...]. Naquela época era preciso ter muitos motivos para matar alguém. Não é como hoje. Hoje se mata mais fácil [...]. No segundo crime, eu saí e com 15 dias que eu tava na favela teve um blitz e o Dr. Marinho me reconheceu. Aí ele disse “já na rua de novo!” . Toda vez que ele ia na favela ele me perturbava. Aí fizemos um assalto no recreio. Lá na favela o que tem mais é reunião pra assalto. Nesse assalto ficou um companheiro preso na hora. Aí o Dr. Marinho foi na favela e me botou nesse assalto em oito artigos. Fui condenado por 23 anos, independente da outra prisão. Eu não participei, mas devido ao conhecimento ele me botou. Ele disse que me botou nessa pra eu perder a condicional. Eu não quis nem apelar. Já tem 10 anos que isso aconteceu..	[1] homicídio (+) [1] roubo (+) [1] silêncio (+) [1] ausência de emprego (+) [2] moral (-) [1] moral (+) [3] segregação (+) [1] psicológico (+) [1] banalização da interface comunicacional (+) [1] ISAP's (+) [1] restrição informacional (+)	Homicídio

Fonte: construção do autor.

Tabela 11 – Análise de conteúdo do relato autoral de E. L., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Segregação interna - conflitos entre facções (FOUCAULT, 2010)	2	No momento eu to fazendo exame pra prisão semi-aberta. Já tinha feito exames antes, mas eu tinha processos pendentes. Mas é administrativo. Crime de cadeia. É negócio de facção. Na época, aqui mesmo, em 1989, o diretor botou um pavilhão inteiro em 121. Houve 21 homicídios. Aqui foi três que morreram. Eles morreram num pavilhão e nós tava noutra. Eles se enforcaram, se suicidaram. Foi no pavilhão Seabra. Na época eu morava no Fleury.	[3] segregação (+) [1] ISAP's (+) [1] psicológico (+) [1] banalização da interface comunicacional (+) [1] restrição informacional (+)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 12 – Análise de conteúdo do relato autoral de P. A., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Relato de sistemática perniciososa de punição (FOUCAULT, 2011)	1	P: Por que tá preso? P: 121. Tenho dois artigos 121. Um deles me deram de presente. São 14 anos. Foi um crime que não cometi. Foram “os juiz”, os policiais lá. Eu nem morava mais lá. Sem advogado, sem nada. Em 1994, perdi minha família toda na rua, caiu uma barreira. Na tragédia eu perdi toda a minha família. Minha mulher, dois filhos, meus três irmãos e minha mãe. Lá em casa “era” cinco homens. Só tem eu vivo. Minha irmã tá viva. Às vezes, ela me manda carta. É muito difícil ela vir aqui. Tô querendo sair desse lugar. Vê se arrumo uma faxina.	[2] homicídio (+) [4] ISAP's (+) [1] ausência à assistência jurídica (+) [2] ausência familiar (+)	Homicídio
	2	P: Qual foi o teu crime? P: O primeiro é de 1983. Fui preso em 1992. Quando tava preso aconteceu um crime lá e botaram meu nome. Esse crime de 1983 foi um crime de meu cunhado. Meu irmão matou e eu ajudei a dispensar meu cunhado. Meu irmão morreu assassinado e jogaram tudo pra cima de mim. Meu irmão matou ele por vingança. Meu cunhado queria matar minha família pra tomar conta de tudo e aí o meu irmão foi e matou ele. [...]. Meu irmão pediu para eu ajudar ele a dispensar o cadáver e ajudei [...]. Aí a polícia ficou sabendo que foi a gente. O cara que emprestou o carro foi preso e aí entregou a gente. Peguei 18 anos e uns meses.	[1] tempo (n) [1] banalização da interface informacional (+) [2] moral (-) [1] ocultação de cadáver (+)	Ausência familiar

Fonte: construção do autor.

Tabela 12 – Análise de conteúdo do relato autoral de P. A., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	3	P: E o outro crime? P: O outro era um segurança de clube em Petrópolis. O cara levou um tiro no coração. Esse segurança botou um rapaz pra fora do baile. Aí ele foi em casa, pegou um revólver e matou o segurança. Ele foi preso. Quando chegou na delegacia a polícia apertou ele e aí ele disse que fui eu . A polícia acreditou nele, esse crime aconteceu em 1986.	[2] moral (-) [1] falso testemunho (+)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 13 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de C. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: A quanto tempo você esta preso? C: A 2a no B e 1a e meio em delegacia.		
	2	P: E por que você foi preso? C: Caso de morte , art. 121. Homicídio de estuprador , não gostei do modo, nunca fui da vida do crime. Peguei 19 anos de cadeia. Acabou com a minha vida , pois eu sou casado, tenho dois filhos. O homem que se presa passa por aqui uma vez só, é a primeira vez que eu passo pela vida do crime. E hoje sabe o que eu penso? Se eu ver outro estupro eu vou ter que deixar pra lá .	[2] homicídio (+) [1] dejetos (+) [1] silêncio (+)	Homicídio
Motivação moral para o crime - punição de ordem pessoal e não criminal (ARENDR, 2016)	3	P: Como aconteceu? C: Eu me senti mal, eu vi ele tentando arrombar a porta, a senhora gritando, aí o que veio na minha cabeça foi isso: Se eu pego ele e conduzo até uma DP ele estaria fazendo novamente . A senhora estava sozinha, o marido dela tava trabalhando e eu sabia...A gente sabe que o crime existe, mas, esse é o crime mais sujo ... Eu não aceito o modo da justiça agir .	[3] moral (+) [2] silêncio (n)	Silêncio
	4	P: Que modo a justiça age? C: Eu fiquei 9m preso na DP, por falta de provas o delegado me mandou embora. Sempre me apresentei, toda vez que eu fui chamado, eu fiquei 2a trabalhando e me apresentando.	[1] lacuna jurídica (+)	Lacuna jurídica

Fonte: construção do autor.

Tabela 13 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de C. S., 2020 (continuação)..

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	5	P: Me fale mais sobre como aconteceu o crime? C: Eu tava vendo TV, ouvi um barulho, fui ver e vi ele na porta da frente e porta de trás, aí quando eu peguei ele, ele tava na cozinha e confirmou o que ele ia fazer... Eles botam o processo como flagrante e eu fui preso uma semana após, mas, a verdade na justiça...o juiz ia me absolver pelo modo do acontecimento...	[1] silêncio (n) [1] restrição informacional (+)	Silêncio
Punição de perspectiva moral vista como adequada (ARENDR, 2016)	6	P: Qual foi o modo do acontecimento? C: Quer dizer, uma vida é uma vida, mas, um estuprador pode ficar vivo? Tem crimes aqui dentro que perto do meu não é nada o meu crime perto da justiça é simples.	[1] moral (-)	Moral
Punição de perspectiva moral vista como adequada (ARENDR, 2016)	7	P: Como que o seu crime não é nada? C: Eu já não aceitava o estupro , não admito que a pessoa que faça isso tenha problemas de cabeça . E quando chega lá na frente da justiça eles vão para o hospital . Ultimamente estes crimes estão sendo mais apoiado que os outros. A senhora pode sair aí dentro que a senhora vai ver que todos os estupradores tem pena menor que a minha . Eu não aceito o que eu fiz porque não é certo, mas, aqui tá me deixando de uma forma que se eu ver amanhã a mesma coisa eu vou fazer de novo .	[3] moral (+) [2] estigma (±) [1] moral (-)	Moral
	8	P: Como assim? C: Aqui eu só aprendo crime, a gente que comete estes tipos de crime não é bem aceito.	[1] segregação (-) [1] estigma (+)	Segregação
Descrição de “lei paralela” ao Código Penal (KORNALEWSKI; FARIAS, 2017)	9	P: Que tipo de crime? C: De extermínio . P: Como assim? C: Quem mata bandido não é aceito na cadeia, a cidade não pode ficar limpa, tem que ficar suja .	[1] homicídio (+) [2] segregação (+)	Homicídio
Punição de perspectiva moral vista como adequada (ARENDR, 2016)	10	P: Me explique o que você sentiu quando você cometeu o crime. C: Eu senti como se tivesse fazendo covardia com uma criança, não tem necessidade de sair estuprando ninguém, hoje em dia não é difícil sair conquistando uma parceira. O cara que comete esse crime é que nem bicho e bicho a gente tem que se livrar dele .	[3] moral (±)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 13 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de C. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Punição de perspectiva moral vista como adequada (ARENDR, 2016)	11	P: E como você se livrou dele? C: Eu dei quatro tiros nele. Depois que ele confessou como ele queria agir, minha reação foi essa. Condenado não tem que ficar aqui, porque a justiça só sabe condenar, liberar, a justiça não sabe.	[2] segregação (+)	Segregação
	12	I: Me fale um pouco sobre esta de condenar? C: Se eu levo ele pra DP eu fico preso e ele volta pra casa, porque quem vai defender ele tem medo dele. Eu vou ser sincero com a senhora, depois desse acontecimento... por outro lado eu tava me sentindo bem com o que eu fiz, porque o bandido podia fazer com a minha esposa o que tava fazendo com a vizinha, podia fazer com a minha esposa . Eu sei que não é modo de agir mas, se eu ver de novo eu não sei . Eu só penso em tá na rua e tá acontecendo uma coisa dessa (estupro) com a filha desse juiz.	[5] moral (±) [1] silêncio (+)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 14 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de C. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Conflitos morais (BAUDRILLARD, 1992)	1	P: Fale-me sobre suas relações familiares? C: Meu pai e minha mãe são vivos, eu tenho 11 irmãos, 8 homens, 1 é falecido. E 3 meninas. Eu sou o terceiro filho. Eu nunca fui da vida do crime e agindo da forma que eu agi... hoje eu acho que agi errado , hoje eu me sinto mal aqui dentro. Eu acho que eu merecia uma oportunidade, porque eu cometi um homicídio mas não foi uma coisa barbara.	[2] moral (±) [1] silêncio (+)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 14 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de C. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Perspectiva do sistema jurídico inadequada para crimes cuja vítima seja mulher (TOLEDO; SABROZA, 2013)	2	P: O que foi então? C: Na boca da justiça a gente vira extermínio, se eu fosse julgado por uma juíza eu tinha certeza que eu seria absolvido. O crime não compensa, não compensa não. Morre um estupro hoje, aparece dez. A justiça apoia o estupro, estupro é protegido.	[1] moral (+) [2] lacuna jurídica (+)	Moral
	3	P: Qual a sua atividade, seu trabalho na época do crime? C: Estava trabalhando como coordenador geral da prefeitura de Nova Iguaçu, mas, já fui motorista da Coca-cola e segurança da Slopper.		
	4	P: Me fale sobre o cara que você matou. C: Eu já tinha visto ele umas duas ou três vezes num bar, já tinha notado que não era boa gente. E o que mais me incomodou foi que uma semana antes (do crime) a casa da minha cunhada tinha sido roubada, eles chegaram antes (do meu irmão) e ainda fizeram ele correr.	[1] moral (+)	Moral
Conflito moral (BAZERMNA, 2004)	5	P: O que o roubo na casa da sua cunhada tem a ver com o crime que você cometeu? C: Não tinha nada a ver uma coisa com a outra, mas eu me revoltei , acredito que tem a ver com o cara.	[1] moral (+)	Moral
Punição de perspectiva moral vista como adequada (ARENDR, 2016)	6	P: Como assim, tem a ver ou não tem a ver? C: Quando nós fomos dar queixa do assalto na delegacia eles perguntaram: ‘O que que nós podemos fazer?’ , ai eu falei ‘Tá certo, justiça tem que ser feita com as próprias mãos ’.	[2] moral (-)	Moral
Noção de estigma reconhecido (FARIAS, 2015, 2017)	7	P: Como assim? C: A gente aqui é tratado como vagabundo , tem muita gente aqui que conta mentira, mas também tem muita gente que conta a verdade. Ao pegar ele (o estupro) investiguei ele primeiro.	[1] resto (+)	Resto

Fonte: construção do autor.

Tabela 14 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de C. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	8	P: Investigou como? C: Eu perguntei: "Qual a sua intenção aqui? Eu tô te vendo aqui a um tempão", ai ele falou, "Eu tô aqui pra estuprar a mulher", e fez o gesto. "Eu tô de olho nela faz um tempão", disse ele. Ai eu fui perguntando, perguntei umas três vezes, parece que eu fui perguntando para ter a certeza para fazer o que eu fiz. Agora, para o esturador tem que ser a mulher que ele quer, ontem vendo um filme a mulher pedia para o homem para estuprar ela, ai volta tudo na minha mente. Esturador é um bicho . Ha vinte anos atrás, para namorar uma moça tinha que pedir o consentimento dos pais, agora o que mais tem na rua é mulher. Acabou o tempo da mulher, tem fazer isso tem que fazer aquilo. Agora eu provei pro juiz que eu tava errado, mas que eu não tinha nada a ver com a vida do crime.	[1] moral (±) [1] dejetivo (+)	Moral
	9	P: Como assim? C: O meu caso eu não queria nem ser absolvido, eu queria que me desse para ficar aqui uns três anos, agora dezenove anos. O esturador leva menor tempo que eu de cadeia, quer dizer, ele estupra a mulher mas não mata, então tá bom . Eles não querem saber o que a mulher sente , daqui a pouco ela vai ver ele de novo . Eu cheguei aqui com fama de exterminio .	[4] moral (±) [1] estigma (+)	Moral
Noção de estigma a partir das mídias (BAUDRILLA RD, 1992)	10	P: O que é ter fama de exterminio? C: Quer dizer, mata bandido. Bandido é um PC . P: PC? C: PC Farias , vagabundo é um ladrão de relóginho . O jornal é que faz isso com a gente , mas o que a gente conta eles não coloca , o que a polícia faz eles não coloca . No meu caso o juiz aceitou testemunha de família.	[4] estigma (+) [2] restrição informacional (+) [1] banalização da interface informacional (+)	Estigma
	11	P: De que família? C: Família da vítima. Sabe como é, a família da vítima fez uma baderna danada no júri, só tinha testemunha de família, eles é que eram testemunha, falaram que viram eu passar com ele numa kombi, eu não tenho kombi e nem nunca tive , eu nunca levei ele pra lugar nenhum , um réu não tem defesa , não tem direito a falar o que sente .	[3] testemunha (+) [2] resto (+)	testemunha

Fonte: construção do autor.

Tabela 15 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de C. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Não identificação com os demais presos (FOUCAULT, 2010)	1	P: Pra você, o que é crime? C: Eu definiria como sujeira , eu penso em mim. Quem tem poder dentro do crime não vai a lugar nenhum . Eu não me considero nada dentro do crime. Eu acho que crime é um meio de sobreviver sem fazer nada , sem um trabalho, para mim é isso.	[3] moral (+)	Moral
Noção de “Código Penal” pessoal (BAZERMAN, 2004)	2	P: Fale mais sobre isso? C: Em primeiro lugar o assalto, primeiro o que a pessoa faz, tira de quem tá trabalhando . Segundo, crime de morte. No meu caso, eu não considero o pior , eu podia ter evitado . Se tivesse sido pago. Eu fiz por livre e espontânea vontade . Eu fiz o crime em cima de outro crime que estava sendo cometido.	[5] moral (±)	Moral
	3	P: Como assim? C: Eu considero uma burrice, eu podia ter agido de outra forma, da minha parte foi burrice, eu podia ter agido de outra forma , da minha parte foi burrice. Foi o momento . O que podia tá acontecendo ali podia tá acontecendo aqui (em casa). Ele escolheu aquela casa, mas, podia ter escolhido a minha, igual ao bandido, ele tá assaltando o banco, tá vendo a polícia e continua ali.	[2] moral (±)	Moral
Ausência de assistências previstas na LEP (BRASIL, 1984)	4	P: Como assim? C: O povo não aceita a morte, eles acha que aqui tem conserto . Não existe isso, ninguém vem pra aqui e sai com instinto de bonzinho. Nós não temos apoio de ninguém aqui , eles quer que a gente ajude eles toda hora .	[2] segregação (+) [1] reciclagem (+)	Segregação
Violência institucional e intergruppal: polícia, juiz, presos etc. (FOUCAULT, 2011; WACQUANT, 2007).	5	P: Eles quem? C: A justiça em geral, já que eles prenderam a gente com intuito de melhorar...Eu já tenho direito de semi-aberta, eles não me dão... eles querem a gente aqui . Eu não vou sair daqui para fazer besteira, eu nunca fiz isso. Não vai ser agora . O crime é uma sujeira, no crime não existe confiança da parte de ninguém. Isso aqui (a pesquisa) é bom pra gente, faz bem falar. Hoje, a gente fez comentário, é dia das psicólogas! É preciso encontrar pessoas que acreditem na gente. Porque aqui dentro se a gente falar que fez ou que não fez é a mesma coisa. Passou daquele portão pra dentro é criminoso . Uma pessoa não consegue mentir três vezes.	[4] reciclagem (+) [1] estigma (+)	Reciclagem

Fonte: construção do autor.

Tabela 15 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de C. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	6	P: Por que uma pessoa não consegue mentir três vezes? C: Porque ele não vai enfrentar um juiz com um papel na mão . Porque eu não consigo falar a mesma coisa três vezesTem gente que reage ao assalto. Uma vez eu saí atrás de três caras, eu até ia matar eles também , eu vi eles tomarem o carro do meu vizinho no portão. Eu fui atrás dos caras mas não achamos. Ninguém quer perder o que tem, o que conseguiu suado. O que não é suado não tem valor.	[3] moral (±)	Moral
Noção de reciclagem negativa da pessoa presa (DEBARY, 2016; BENELLI et al., 2017)	7	P: Como, suado? C: Eu tenho 3 ou 4 firmas que se eu saísse daqui hoje eu tava trabalhando e eles não leva em consideração. Se eu passar para esse lado (o que não liga pra nada) ...O pior criminoso é o que sai daqui . A primeira coisa que a gente aprende aqui é lei.	[2] segregação (+)	Segregação
Noção do Código Penal como um sistema inviabilizador de socialização da pessoa egressa do sistema prisional (FOUCAULT, 2011; VIANNA; FARIAS, 2015; MBEMBE, 2018) Noção do crime como algo que gera resíduos, efeitos no porvir (BERGSON, 2009, 2010).	8	P: Como, lei? C: A senhora pode sair perguntando aí que a senhora vai ver, todo mundo conhece lei. Se a gente fizesse o crime desse jeito não tava aqui, os direitos que a gente temos . Aí, a gente sabe como vai agir lá fora. Aprendi aqui dentro. A gente temos como aprender com a lei, a senhora imagina... o crime hediondo, o sequestro aqui não existe sequestro, aqui é extorsão, aqui não tem terrorista...é trocar a vítima por dinheiro, não ta querendo mudar uma lei...um sequestro é sequestrar um avião, querendo que a lei mude, aí o presidente muda porque vai morrer 200 pessoas. Agora, pegar uma pessoa, dar comida, não é sequestro, é extorsão. Essa opinião é de uma meia dúzia que não é do crime, até sequestrador mesmo acha assim. Aí eu caio em mim porque o juiz acha o meu crime, um crime bárbaro, me dá 19 anos de cadeia. O cara vem pra cá como sequestrador, como crime hediondo, paga como crime hediondo, quando sair daqui vai querer punir a vítima porque pagou por um crime que não cometeu. Não existe crime perfeito, só imperfeito.	[1] segregação (+) [1] psicológico (+) [1] sujeição do eu (+)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 15 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de C. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	9	P:? C: Vou explicar o porque. Sai três cabeças para fazer o sequestro, só um conduz a vítima ao local de esconder e os outros dois não sabem onde fica porque se um for preso os outros não sabe onde tá a vítima. Quer dizer, ninguém sabe do paradeiro do outro. Eles não ficam juntos. Por isso que eu falei para senhora que o crime não compensa. O crime para mim não existe. O negócio é trabalhar, casar, ter filhos, viver normal.		

Fonte: construção do autor.

Tabela 16 – Análise de conteúdo do quarto relato autoral de C. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: Você pode falar sobre sua infância? C: A minha infância foi boa, eu comecei a trabalhar cedo, com 14 anos eu já trabalhava, aí fui pro quartel. Saí do quartel e também fui logo para um emprego. Dois anos depois eu casei, com 22 anos. A minha família somos em 11., 8 homens e 3 mulheres, eu sou o terceiro, tem um casal na minha frente. Meu pai era funcionário da rede ferroviária, são dois irmãos que são militar, um do exército e outro do bombeiro. O meu pai era brabo, rude, só cumpridor dos deveres dele, mas, aquele pai, sabe? 10 horas dentro de casa. Mas um pai ótimo, para quem veio da roça com 13 anos e formar o que ele formou. Veio e trabalhou até uma certa idade e depois entrou pra rede.		
	2	P: Como era o seu relacionamento com o seu pai? C: Comigo o meu relacionamento era muito bom, porque o meu gênio era parecido com o dele, a gente conversava muito. Hoje tamos distante porque ele não vem aqui de jeito nenhum, ele não suporta isso . Não tenho nada a reclamar dele. Eu sinto a falta dele , por ele estar aqui, ele nunca entrou nesse lugar e não vai ser agora, ele não conhece esse mundo. Sempre me ajudou financeiramente. Tudo o que precisei, a primeira casa que morei quando eu casei, foi ele quem me deu. Ele é muito tranquilo.	[2] ausência familiar (+)	Ausência familiar

Fonte: construção do autor.

Tabela 16 – Análise de conteúdo do quarto relato autoral de C. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Violência interpessoal à familiares por conta da situação da pessoa presa (TOLEDO; SABROZA, 2013)	3	P: E sua mãe? C: Minha mãe é boa, sofre muito , inclusive eu até peço para ela não vir aqui sabe? Hoje em dia ela é crente. Só para me ajudar, tudo o que ela faz é para me ajudar, só não me tira daqui porque não tem como mesmo. O dinheiro do pobre não é igual ao do rico . Eu sempre fui muito agarrado com a minha mãe, sempre ajudei muito ela, tem sempre um xodó, na época de jovem, trabalhando, eu ajudei muito ela. Ela sofre muito com isso .	[2] psicológico (+) [1] segregação (+)	Psicológico
Noção do Código Penal como inadequado para a definição das penas (ROBERT, 2011) Sistema jurídico e prisional compreendido como estrutura de violência (FOUCAULT, 2011; SOFSKY, 2006)	4	P: E você? C: Ultimamente eu tenho me sentido péssimo, aqui no HG eu nunca tive uma CTC, mas ultimamente eu tô desgostando, pelo jeito que tem tratado a gente, porque se quiserem eles tratam a minha semiaberta só que eles não querem . Mas, ultimamente eu não tô satisfeito não. Eu tenho até pensado em sair da faxina pra mostrar pra eles que os bons tão saindo. A gente fica nervoso e vai falando o que sente , a direção não tem culpa, a justiça é que é ruim mesmo . Eu tenho um filho de 8 anos que me quer dia 25/12 em casa, olha que situação! Aqui tem preso que pra mim, não ia embora, são monstros, são criminosos . Eu não preciso sair daqui para me regenerar, eu sou regenerado aqui dentro, aqui é a máquina de fazer criminoso . Aqui, não digo no meu caso, o preso perde logo a esposa, sai daqui e encontra ela com outro cara. Ela vem, vem vindo, vindo e acaba que cansa, cansa de ouvir nosso desabafo. O parlatório, tem que pedir, tem que fazer exame, um check up, a mulher tem que fazer exame lá fora, o parlatório é de 15 em 15 dias , e é só 2 horas. Existe o ratão , mas a mulher que nem a minha eu não vou levar para deitar num lugar sujo . Mas 2 horas de parlatório não satisfaz uma mulher. O parlatório só pode ser a mulher, ou casada ou se provar que é companheira.	[2] ausência de assistência jurídica (+) [3] segregação (+) [1] ausência familiar (+) [2] resto (+) [1] ausência de higiene (+)	Ausência de assistência jurídica

Fonte: construção do autor.

Tabela 17 – Análise de conteúdo do quinto relato autoral de C. S., 2020.

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: C., fale-me sobre o que você quiser. C: Eu tenho uma promessa com o meu filho de dia 25/12 tá em casa, por isso eu tou torcendo para a semi-aberta sair. Eu tenho o meu emprego na prefeitura de Nova Iguaçu. Eu tenho dois amigos que já saíram daqui e eles mesmos é que arrumaram emprego para eles lá na CEASA. Mas eu não tou importando, eu quero é sair daqui. Aqui não é mole não , quando a gente vê um colega indo embora, dá agonia . O homem não nasceu pra ficar preso.	[2] tempo (+)	Tempo
Sujeição do eu (GOFFMAN, E., 2015) Perda de noção da liberdade (GOFFMAN, E., 2015)	2	P: O que você pretende fazer quando sair? C: Em primeiro lugar, é sair e ir direto pro meu emprego, nunca fez parte da minha vida ficar na rua. Dá mais valor a minha mulher e acabar de criar meus filhos. Antes eu não valorizava como eu devia, quem sofre é ela, eu não, hoje em dia eu penso aquelas farras, as noitadas, ela não merece não. Eu pretendo frequentar a igreja porque ela já frequenta. Porque a igreja torna o homem mais responsável. Eu sempre fui um bom pai, eu tenho dois filhos, um de 15 e um de 8 anos, o mais velho já trabalha, vem sempre aqui. O meu relacionamento com eles é muito bom, não mudou nada. O meu filho não gosta nem que fale na rua que eu tô aqui. Eu pretendo ajudar ele porque nas horas vagas ele treina computador, então a primeira coisa que eu quero fazer, quando sair daqui é comprar um computador, e ver se mais tarde ele quer ingressar na vida militar, porque eu passei pela carreira militar e é um regime mais sério , é coisa pra homem mesmo , eu tive oportunidade e saí. Quer dizer, é minha vontade, pode não ser a dele. Tanto faz, o exército é bom, mas para seguir carreira a marinha e a aeronáutica é melhor. O que eu tô mais empolgado é com a minha liberdade, com a semiaberta. É uma liberdade provisória, mas eu tô contando. Hoje eu tive uma notícia boa, já tá na mão do juiz, ele despacha em 5 dias, só falta ele assinar. Meu sonho é esse, não tô nem sonhando com a minha liberdade direto, só com meia , eu quero provar que isso aqui não me afetou. As quinta-feira só vem minha esposa pra gente conversar sozinho, aí reveza, traz um filho, traz outro. A portaria é o inferno da cadeia , por ali entra, por ali sai. Eles julgam as mulheres da gente mal , pela nossa revista a gente julga as da mulher, e ali tem homens, eu não confio nesses caras, a gente ouve muita coisa.	[2] disciplina (+) [1] tempo (+) [2] segregação (+) [1] estigma (+)	Disciplina

Fonte: construção do autor.

Tabela 18 – Análise de conteúdo do sexto relato autoral de C. S., 2020.

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Discernimento quanto a ausência de direitos previstos na LEP (BRASIL, 1984) Perda de noção da liberdade (GOFFMAN, E., 2015)	1	C: Eu tô triste porque essa semana termina o prazo para a semiaberta , agora só em março, aí a esperança só volta em março. Uma coisa que já conquistamos, cumprindo as ordens dele, sem problema, sem nada. É tipo o salário que a pessoa tem direito e não recebe . Eu pretendo continuar da mesma forma, pretendo, o tempo também é quem vai dizer, a gente tenta, faz tudo certinho para conseguir, parece que certo eles não gosta . Mas eu vou continuar na expectativa, a gente fica esperando um ano, dois, três ano e...a senhora viu o que aconteceu lá no Esmeraldino? Eles saíram, 3 ou 4, eles queriam pegar o diretor mas viram a brecha para sair, aí saíram. O meu problema não é a questão toda da liberdade, eu tô vendo isso como uma coisa que eu nunca ganhei, como um presente. Tô me sentindo acuado, no mato , isso pra mim é um prêmio. Depois que a gente tá aqui dentro é que a gente dá valor a liberdade. Eu não fiz nenhuma coisa bárbara lá fora, essa liberdade pra mim vai significar tudo. Vai começar tudo de novo, meu casamento vai começar de novo, meus filhos já falaram que eu vou ter que entrar no ritmo deles. O meu relacionamento é bom com a minha família, com os funcionários, com os colegas eu não posso me queixar, a única queixa é a grade mesmo.	[1] tempo (+) [2] segregação (±) [3] resto (-)	Tempo
Noção do Código Penal como inadequado para a definição das penas (ROBERT, 2011)	2	C: Ontem no jornal A Notícia, a senhora viu o estupro, aí o delegado disse que não era estupro porque tinha uma camisinha do lado, quer dizer, defendeu o estuprador . Agora vê, eu que não estupro ninguém...tipo eu fiz, matei esse cara e tomei 20 anos de cadeia, agora esse cara tá ai. O estupro tinha que ser de outra forma, não liberar para sair matando, mas arrumar outra forma. Ou mudar a pena por isso, né? Eu não fui o último... O advogado pega essa nota no jornal, aí junta no processo, a revolta é essa, aí amanhã eu tô em liberdade, encontro um cara desse e tenho que virar as costas , senão vão dizer que eu matei um cara que não tava fazendo nada, tava trabalhando . O estuprador toma 12 anos de cadeia e um 121 toma 30 anos, quer dizer, o certo pode combater o errado, quer dizer, não é certo matar ninguém. Tem sequestrador que toma 12 anos de cadeia, aqui tem latrocínio que toma 14 anos. Esse caso da candelária, 200 anos, tudo bem que eram crianças, mas eu via, porque eu trabalhava ali do lado, o que aquelas crianças faziam...agora uma coisa eu vou ser realista, eu tenho direito a essa lei, o juiz pode negar, agora eu vou ser honesto, eu não sei se ele negar como é que eu vou agir .	[2] moral (+) [1] silêncio (+) [1] moral (±)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 19 – Análise de conteúdo do relato autoral de C. R., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Noção do Código Penal como inadequado para a definição das penas (ROBERT, 2011)	1	P: Você está aqui por qual motivo? C: Sou culpado, sim. Eu matei. Duplo homicídio mas, não é hediondo . Encontrei amigo meu com minha mulher. Matei . Falei com minha mãe e falei pra ela falar na delegacia. Só pedi pra não dizer que eu fiz por causa de negócio de mulher . Não queria que soubessem que era por causa de mulher. Foi o borracheiro e o pedreiro. Eu tinha uma “borracharia” e fazia serviço de pedreiro. Não é hediondo. É duplo homicídio.	[3] homicídio (+) [3] moral (-)	Homicídio
	2	P: Você matou os dois? C: Matei os dois . Eu tinha carrocinha de cachorro quente, dois amigos, casa de bicicleta. Eles eram empregados meus.	[1] homicídio (+)	Homicídio
	3	P: Fale como aconteceu o duplo homicídio. C: Ela me traiu .	[1] moral (+)	Moral
	4	P: Quem? C: A primeira companheira.		
	5	P: É a mãe dos seus filhos? C: A mãe dos 8. Só que são 4 agora.		
	6	P: Como assim? C: L. e L., os gêmeos, morreram. Eu não queria acreditar.		
	7	P: Então agora são 6? C: ...	[1] silêncio (+)	Silêncio
	8	P: Sim? C: Agora gosto dela. Sou cristão. Me arrependi. Ela tinha, tem problemas. Está internada em Paracambi, Engenho de Dentro. Ela sempre teve problemas.		
	9	P: Ela soube do que aconteceu? C: Eu falei pra minha mãe. Minha irmã, L., é que falou na delegacia. Ela apanhou. A gente mora junto.	[1] física (+)	Física
Conflito moral (BAZERMAN, 2004)	10	P: Apanhou de quem? C: O negócio de mulher. Os policiais tiraram dela . Ela não teve má intenção. Eu fugi pra Costa Barros. Parecia “tatu”, cavava buraco e escondia. Eu era pedreiro em Olinda, RJ, e em Nilópolis. Eu fugi pra Costa Barros. Eu tava com o J. no terreno grande fazendo serviço de pedreiro. Eu larguei e fui pra casa de um primo. Larguei, não sou como um montão de gente. Não queria que soubessem que era negócio de mulher . Não queria matar eles. Fiquei assustado . Entrei na “borracharia” de noite, estava tudo escuro, ele pulou com uma 32 e ... foi um tiro na cabeça .	[1] física (+) [1] polícia (+) [3] moral (-) [2] psicológico (+) [1] homicídio (+)	Física

Fonte: construção do autor.

Tabela 19 – Análise de conteúdo do relato autoral de C. R., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Conflito moral (BAZERMAN, 2004)	11	P: Foi em defesa própria? C: Não sei . Tava sabendo que a mulher andava com muitos homens. Não queria que soubessem que é negócio de mulher . Tava “despencado”. Eu trabalhava de pedreiro na Sulacap. Não era criminoso de asfalto. Não queria dizer que era traído. Os dois. Não foi o pior. Tava “ esculachado ”, traído . Eu que matei mesmo, graças a Deus . Tou na rua da cura. Sou cristão. Sou pregador mesmo sendo preso.	[6] moral (±)	Moral
	12	P: Qual a sua pena? C: 26 anos. Não é hediondo, não. Vou cumprir.		
	13	P: Há quanto tempo você está cumprindo pena? C: Não sei o dia. Faz 3 anos em novembro. Fiquei internado no hospital. Tuberculose .	[1] restrição informacional (-) [1] ausência de saúde (+) [1] tempo (-)	Restrição informacional
Conflito moral (BAZERMAN, 2004)	14	P: Aonde você ficou nesses 3 anos? C: Foi na casa do meu primo em Belfort Roxo. Fui pra 54ª DP. Tava dormindo e me pegaram. Não escondia, não . Não podia é falar que era mulher . Passei a morar com ela de novo. Não adiantou. Sempre perdoei ela. Na hora, vieram pra cima de mim. Não deu pra mim. Fui pra Defesa Pública e falei a verdade.	[2] moral (-)	Moral
	15	P: Qual hospital que você ficou? C: É do pulmão. Fui pro Sanatório Penal. Foi lá que eu me batizei. Faz 1 ano, 6 meses e 2 semanas. Aqui, tou na “espera”.		
	16	P: Você está recebendo tratamento? C: Cuspo sangue até hoje . Aqui não falei nada . Tou na “espera”. Não sei a delegacia.	[1] ausência de saúde (+) [1] silêncio (+)	Ausência de saúde
	17	P: Na delegacia você vai falar? C: Tou na “ espera ” e o DESIPE faz o serviço deles. Tou levando.	[1] silêncio (+)	Silêncio
	18	P: Levando o quê? C: O DESIPE bate . Tem que fazer. Muitos são bandidos, mas ... Não ... Bater no DESIPE. “Botar o terra”, a gente que convive com eles sabe que têm família. Têm que fazer o serviço deles.	[1] físico (+) [2] silêncio (+)	Física

Fonte: construção do autor.

Tabela 19 – Análise de conteúdo do relato autoral de C. R., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Aceitação da violência institucional e intergruppal violência física pelos ISAP's – (GOFFMAN, E., 2015)	19	P: Qual o serviço? C: Levei surra na Água Santa, levei choque, pancada . Aí o pastor pregou. O Diretor de lá é muito bom. Tá fazendo o serviço . O DESIPE tem família. Não é bandidagem. Tão fazendo o serviço deles , se não, são suspensos . É muito bem feito, mesmo, que alguns paguem que não devem. Falar, morro mas, não quis falar .	[3] Física (+) [2] polícia (-) [1] segregação (-) [1] silêncio (+)	Física
	20	P: Por que o silêncio? C: Não sei . Desde pequeno, menino, vim do nordeste e meu pai sempre no hospital . Com 16 anos queria fazer carreira militar. Fui pro 25 Belog - trabalhava na Logística. Ainda tava no quartel, meu pai morreu. Tive que sustentar, assumir, sumir. Não tenho visita, não tenho condições . Minha mãe não tem ninguém pra deixar os 6 filhos. Os vizinhos, meus irmãos, meu padrasto é que ajuda. Meu filho tá com problema de pulmão. Escrevi carta pra lá.	[1] moral (±) [2] ausência familiar (*) [1] ausência de emprego (+)	Moral
	21	P: Então eles sabem que você está aqui? C: Não. Não tive resposta .	[1] restrição informacional	Restrição informacional
Aceitação da violência institucional e intergruppal violência física pelos ISAP's - (GOFFMAN, E., 2015)	22	P: Como é aqui? C: Aqui é muito melhor. Na 26ª DP tomaram tudo, cobertor ... Era mais pra 26ª. Não tem nada. Delegacia do Sr. Gil. Do “Gil da Pá” Matou rapaz lá . Matou. Batia com a pá . Aqui é mais tranquilo. O DESIPE não bate à toa . Eu tou tranquilo. Me sinto livre. Sinto liberdade . Tou mais feliz aqui do que na rua. Não tinha tempo pra respirar. Sustentando mãe, obrigação. Trabalhava doente mas, trabalhava. Quando saía na rua, trabalhava.	[1] silêncio (+) [2] homicídio (+) [2] polícia (±) [2] psicológico (-) [2] física (+)	Silêncio
	23	P: Quanto tempo você vai ficar na “espera”? C: Vim de Água Santa. Agora tou aqui. Tou na “espera”. Eram 20 e poucos, agora são 13. Tudo no chão. Aqui é tranquilo. Na Água Santa me deram remédio. No hospital na Água Santa me deram remédio.		
	24	P: Aqui tem remédio? C: Aqui tem Diretor . Não sei, não senhora, se tem remédio.	[1] disciplina (-)	Disciplina

Fonte: construção do autor.

A primeira vista se constata, considerando a análise realizada a impossibilidade de síntese quanto as inúmeras implicações sobre a violência que podem ser observadas e analisadas nas narrativas. Contudo, alguns pontos cabem um destaque, tendo em visto que são questões existentes nos relatos feitos por todas essas pessoas e em todas as suas respectivas entrevistas.

No presente quadro o trabalho envolve 8 pessoas com um total de 17 relatos. Em todos os casos, a questão mais recorrente registrada em suas narrativas é a problemática de ordem moral. Segue um parâmetro elementar de análise com 2 dados: primeiro, o número de sequências analisadas; segundo, o número de categorias registradas. A narrativa de A. consta de 22 sequências e 75 categorias de violências no total; em J.C. são 8 sequências com 34 categorias de violência no total; em R. são 7 sequências para 21 categorias de violência; em A.S.O. são 3 sequências com 9 registros de categorias de violência; em E.L. há uma sequência única em sua narrativa com 10 registros de categorias de violência; em P.A. também há apenas uma sequência em sua narrativa com 10 registros de categorias de violência; em C.S. há 40 sequências com o total de 68 registros de categorias de violência e C.R. apresenta 24 sequências de narrativas com 35 registros de categorias de violência no total. Cabe ressaltar que esses dados apenas apresentam um quantitativo de categorias de violências analisadas em cada conjunto de narrativas feitas por essas pessoas, porém, sem considerar a frequência registrada para cada uma dessas categorias.

Dessa análise é comum verificarmos implicações de ordem moral quanto ao crime praticado pelas próprias pessoas encarceradas e por suas visões quanto aos demais crimes e ações das demais pessoas, independente dessas serem pessoas que se encontram sob a custódia do Estado, dentro das prisões, ou externa aos muros prisionais. A proeminência da violência de ordem moral demonstra que os conflitos, contradições quanto a determinado ato ser compreendido como um desvio ou são registradas nos relatos de todos aqui investigados. Grande parte desses registros são verificadas sob uma direção positiva (+), ou seja, a maioria dos trechos demonstram percepção da pessoa presa quanto ao que afirmam como algo que dialoga com a problemática da violência moral. Em alguns pontos houve falas ambivalentes, tal como consta no primeiro relato de C.S. (tabela 13, sequência 10), em que o mesmo critica o ato ilícito de estupro como algo covarde, proferindo termos no sentido depreciativo comparando o estuprador a animais “o cara que comete esse crime é que nem bicho” ao mesmo tempo em que discorre quanto a necessidade da resolução de um crime feito pelo estuprador cometendo outro crime contra o próprio algoz em questão: “bicho a gente tem que

se livrar dele” (C.S., 2018, p. 158). O ato de homicídio é visto a partir de uma perspectiva moral ambivalente, pois ao mesmo tempo em que C. S. narra de forma a assumir que matar um estuprador é um erro, também ressalta que não considera o crime em questão como algo bárbaro (C. S., 2018, p. 159). A questão da ambivalência também é discutida quando o mesmo critica a dosimetria aplicada nos processos penais, pois nas palavras de C. S. (2018, p. 160): “O estuprador leva menor tempo que eu de cadeia, quer dizer, ele estupra a mulher mas não mata, então tá bom”.

A constância das contradições morais se repete no relato de A (tabela 3, sequência 8), haja vista que toda sua narrativa é permeada pela não percepção, não compreensão dos motivos que o levaram a praticar o homicídio. Ao mesmo tempo, a menção ao ato de laborar é presente como uma ação necessária para mantê-lo disciplinado, todavia, se constata que tal prática lhe ocupa o tempo, lhe mantém nos moldes da ortopedia social, tal como descrita por Foucault (2011), sem, contudo, lhe prover o senso crítico não apenas do trabalho em si, mas também das implicações morais e, por conseguinte, legal, que o levou ao sistema prisional.

Implicações morais como precursor de atos violentos também são observados quando a natureza do crime envolver o teor passional, especificamente de “honra”. Quando C. R. (tabela 19, sequência 11) narra que a motivação do seu crime remete a “negócio de mulher”, o mesmo registra que têm consciência do ato praticado, mas reforça quanto a sua necessidade por conta de traição: “tava ‘esculachado’, traído. Eu que matei mesmo, graças a Deus” (C. R., 2018, p. 191).

A noção de que tanto o estupro quanto o homicídio, passional ou não passional, são tipificados criminalmente nos remete a dois parâmetros que se constituíram como ofensivo aos padrões sociais, portanto, passível de punição, salve exceções como é o caso da exclusão de ilicitude e legítima defesa, respaldado no art. 23, inciso II e art. 25 respectivamente (BRASIL, 1940). Assim, os crimes mencionados configuram a evocação de algo que é passível de punição, ou seja, todo “crime traz à lembrança o ápice da ordem social, mas, por outro, seus precipícios” (ROBERT, 2011, p. 7).

Cabe adicionar o fato de que o processo de construção mnésica implica em convergências, dissonâncias, dinamismo e atua em constante construção, tal como registrado no modelo elíptico da memória, o que permite o surgimento de mudanças no modo de pensar e observar uma determinada violência e o modo como estas podem ser categorizadas no âmbito criminal. Em suma, não apenas a pessoa presa, mas grupos, instituições e mídias de comunicação se utilizam do ato de evocar uma memória ou promover o esquecimento quanto

a “noção de equilíbrio” entre o que é mais crítico para a sociedade em termos de violência e como estas devem ser criminalizadas.

Quanto ao critério de ordem, se constata que a maioria das tipologias de violências categorizadas logo no início das sequencias de cada relato não representam unicamente as inúmeras afecções sofridas ou praticadas pelas pessoas presas. Além disso, a ordem também não representa, em sua maioria, o problema que mais aparece nas sequencias, tendo em vista que muita das vezes um trecho remete a outros problemas que não necessariamente tem ligação com a violência proveniente de questões morais, além da frequência também ser visível muita das vezes para registros de violências que surgem no decorrer da fala. Com base na multiplicidade de violências localizadas para além das implicações oriundas da esfera moral, é mister uma dedicação aprofundada para um pequeno conjunto de narrativas feitas pelo interno A, haja vista que sua miríades de violências retratadas também podem ser encontradas nas narrativas das outras pessoas que pertencem ao presente grupo de narrativas estudadas.

Apesar do foco aplicado nas narrativas supracitadas agruparem pessoas que apresentam índices elevados de fatores de violência de viés moral, também houve uma quantidade elevada de registros de violência de ordem psicológica e de viés segregacionista, além das violências de ordem física, restrição informacional, banalização das interfaces comunicacionais, ausência de assistência jurídica, efeitos do tempo, privação de alimentos, imposição de silêncio, ausência familiar, barreira geográfica, ausência à educação, qualificação do sujeito como dejetivo, implicações do espaço, vícios e afins.

Também se verifica conflitos internos quanto ao ato de homicídio sem significação para a pessoa, pois ao mesmo tempo em que A (tabela 3, sequência 5) assume o crime, também explicita não entender os motivos que o levaram a tal prática, em um desalinho quanto a compreensão do real motivo (agressão física sofrida pelo algoz da então vítima) ao mesmo tempo em que não compreende seu feito, endossando que simplesmente aconteceu. Há de se verificar a existência de uma dissonância quanto aos atos realizados pela própria pessoa tanto no aspecto ético, quanto nas possíveis consequências do seu “ato no campo das relações sociais” (FARIAS, 2010, p. 22). A dissonância se mantém no primeiro relato (tabela 3, sequência 2), momento em que o mesmo contesta, se afasta, da possibilidade de ter cometido o ato de homicídio já assumido, porém ao mesmo tempo narra que ninguém pode confirmar pois acredita que a polícia o incrimina, todos dizem que foi ele, mas “ninguém foi lá. Ninguém viu”.

As implicações oriundas da violência institucional também são visíveis, pois a comunicação sobre o cumprimento da pena não é repassada da forma exata, o que impossibilita a pessoa encarcerada obter informação para a tomada de decisão sobre sua sentença. A restrição informacional endossa a problemática anterior, tendo em vista que o desconhecimento e o acesso ao advogado dativo, descrito como um direito previsto na LEP (BRASIL, 1984), não é ofertado à pessoa presa, problema que se amplia para além da esfera informacional, mas também afeta a gestão penitenciária que abriga pessoas presas que muitas das vezes, em termos legais, já poderia estar fora do cumprimento de privação de liberdade.

De forma indireta, se verifica os efeitos da violência institucional, pois o ser humano, na condição de precariedade, afetado pela ausência do Estado social, em muitos casos pode ser coagido a cometer um ato tipificado criminalmente como furto e invasão domiciliar. Por mais que a ilicitude do ser humano não seja justificável, em termos legais, se constata que a prioridade da punição dos corpos por efeitos invasivos ao direito privado é fortemente empregada, em prol do que é endossado pelos incisos XI, XXII e demais pontos que versam sobre a propriedade privada, moradia, bens pessoais, marcas e afins, em detrimento do cumprimento das premissas fundamentais do art. 5 da constituição, por exemplo, direito à vida, à igualdade, que versam sobre o bem estar de todos os cidadãos brasileiros (BRASIL, 1988).

A perspectiva da violência autoinfligida é recorrente quando dissecamos a narrativa de A (tabela 3, sequência 6). O mesmo mantém as contradições morais quanto ao ato de homicídio, tendo em vista que equilibra em sua fala tanto o incômodo pelo crime praticado, quanto a indiferença, uma vez que não reagiu no intuito de resolver, informar o acontecido, dialogar com a família, polícia ou qualquer atitude que pudesse surtir efeitos de resolução pós o homicídio. A questão do silêncio aparece de forma distinta na fala, pois ao mesmo tempo em que afirma ao dizer “assumi por que eu assino o papel” diante do juiz, também termina a sua narrativa nessa sequência ao dizer que após o homicídio, seu conhecimento quanto a arma utilizada, e a quantidade de tiros aplicados, resolveu jogar “fora a arma”, em prol de silenciar o ato e seus possíveis efeitos. Em síntese, têm-se uma ruptura que advém da violência do ato de homicídio finalizado, por conseguinte, pela quebra dos laços, pelo silêncio, construído de forma real e simbólica com o sumiço da ferramenta utilizada para o crime (FARIAS, 2010).

A questão da alienação se mostra presente também quando A (tabela 3, sequência 8) se distancia e segrega os demais que se encontram na mesma condição que a sua, ou seja, pessoas custodiadas pelo Estado no sistema prisional. O encarcerado A estabelece uma

narrativa de não pertencimento ao grupo em que se situa, além de aplicar uma violência cultural de ordem geográfica em sua fala ao afirmar que não é próximo desses “marginais de morro” (A., 2018, p. 26). A lógica do anormal, do homem-dejeto, como um ser perigoso, necessário de se afastar, portanto segregar, é praticada inclusive pelas pessoas que são categorizadas como pertencentes a essa mesma categoria, também reforçada quando se amplia o olhar para fora dos muros prisionais, independente da classe social, condições financeiras e demais particularidades dos grupos externos a prisão, porém que os marcam sob o estigma (FOUCAULT, 2010; DEBARY, 2016).

Prioritariamente, o descumprimento dos direitos de assistências, que constam na LEP, são narradas novamente: ausência à educação, a compreensão do estudo como algo disponível somente para quem tem condições financeiras, ausência familiar (ocasionada pela ausência de informação, obrigatória pelo o que consta na LEP e na Constituição), somado a implicação geográfica, demonstram uma estrutura altamente punitiva, que nada evoca os aspectos sociais de possibilidade de inclusão dessa pessoa quando se tornar egressa do sistema prisional. A ausência de informação quanto a própria saúde e vida da pessoa presa evoca o descumprimento mínimo quanto a necessidade de amparo social não apenas à pessoa encarcerada mas também a própria família do mesmo, tal como disposto no art. 23, inciso VII da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

O segundo relato de A apresenta detalhes pertinentes quando se analisa os trechos que abordam sua infância, no qual se reforça a inexistência de estímulos à assistência educacional, ainda mais pelo fato de se iniciar no trabalho desde jovem. Contudo, sua fala se desvirtua de forma brusca na medida em que passa a dar foco a outros impactos que lhe atingiram de forma violenta: a morte do seu irmão. Não só a questão da perda, mas também o fato de ter presenciado *in loco* o acidente que demonstra o quanto essa memória ficou guardada, soterrada a espera de condições voluntárias, ou não voluntárias, de evocação, o que denota a condição do trauma como algo que abala o psiquismo e que se constitui no “a posteriori”, de forma a impor sucessivos momentos de angústia, distorção temporal “da organização consciente e impõem um passado perpétuo, que não passa” (ENDO, 2011, p. 44).

Tanto na sequência 1 quanto na sequência 2 do segundo relato a questão da violência física se mostra presente em sua fala. A instituição familiar é ausente, pois a violência interpessoal sofrida por A é representada pela agressão física que sofria e presenciava ao ver sua mãe apanhar do seu próprio pai. A fala “batia na gente, e na minha mãe”, “batia nela” (mãe), uso da correia para “bater na gente”, “batia na minha mãe” evoca por meio da

repetição o quanto esse passado lhe é intenso, latente, a corroborar com um processo de “armazenamento inconsciente e sob pressão da violência” (ASSMANN, 2011, p. 260).

Na tabela 4, sequência 2 e 3, A ressalta sua condição de normal ao se diferenciar dos demais na unidade prisional. Todavia, o mesmo reconhece sua condição atual de duas formas distintas: de um lado, A apresenta uma fala que o distancia das outras pessoas presas ao dizer que não fala “as gírias que esses bandidos falam”, de forma a consolidar categorias distintas de encarcerados em que uns devem receber o viés punitivo da prisão enquanto outros merecem ser retirados da privação de liberdade; de outro lado, o mesmo se enquadra como alguém que é segregado ao proferir “nunca ganho uma oportunidade” seguido da afirmação de que é uma pessoa boa. A tipificação criminal é negligenciada em sua fala, bem como as consequências do ato, ao mesmo tempo em que se tem uma narrativa idêntica dos que se encontram fora dos muros prisionais, em uma espécie paradoxal de anti-imagem, no qual não apenas a pessoa não presa, como também a pessoa em privação de liberdade discorrem sob a sensação de serem “honestos, limpos e vingados” (GUINDANI, 2001, p. 49). Em aditamento, a singularidade entre o grupo extramuros e o grupo intramuros se dá pelo fato de que alguns encarcerados não se sentem livres devido a sua clara condição, mas justificam, em certa medida, a sua fala como a de uma pessoa que sofre injustiça, ao mesmo tempo em que aponta essa condição como adequada para os outros.

Na sequência 4 do segundo relato (tabela 4), o mesmo apresenta uma contradição. Os inúmeros pontos anteriores que demonstram os problemas familiares, ausência dos pais, violência interpessoal sofrida por A que apanhava do pai e o observava bater na sua mãe, é colocada de lado quando o mesmo passa a reverenciar o pai como exemplo, mesmo ao se contradizer ao falar que o “pai bebia todo o dia, levava o litro de cachaça pra casa”, mas “nunca teve problema por causa de cachaça”, além de reforçar que considera o pai alguém que “sempre foi forte”. Ao mesmo tempo em que A identifica o pai como um agressor da sua infância, que também batia na mãe e que por conta da bebida era uma pessoa violenta, também o defende refutando a possibilidade do mesmo ser violento menos ainda por conta da bebida. Eis que as construções mnésicas da pessoa presa podem evidenciar condições de precariedade “devido à dificuldade de reunir e significar os relatos de suas vivências” (FARIAS, 2008, p. 109). Em suma, suas experiências traumáticas somadas à condição de uma pessoa presa se mostram como dispositivos atuantes, a dissipar efeitos violentos nos corpos.

A sequência 5 e 6 do segundo relato (tabela 4) evoca a sensação de A como alguém que se na condição de pessoa segregada, ao ponto de rir da própria fala quando diz “a gente

(as pessoas presas) não vai na rua”. A noção de trabalho aparece constantemente em alguns padrões de perguntas que acabam sendo ignoradas ou respondidas de forma evasiva, sucintas. Seus conflitos morais quanto ao ato de homicídio, bem como as contradições de seus arranjos mnésicos quanto a identificação de sua relação com o seu pai reaparece, associando o traço mnésico positivo do pai como ideal de referência por conta do trabalho.

No terceiro relato (tabela 5), as sequências 1, 2 e 3 reforçam a compreensão de A quanto ao aspecto moral inerente ao ato de homicídio, a ausência familiar e de acesso à educação, além de apresentar indícios não reconhecidos pelo mesmo quanto a restrição informacional que o impede de saber as condições em que vivem a sua família e o processo de segregação atrelado ao fato do sistema prisional não prover condições de comunicação e informação adequadas para a pessoa presa, tornando-a um ser afastado de tal forma que nem as pessoas que lhe são próximas tomam conhecimento de sua existência, condições de saúde, higiene ou mesmo se está viva. Os problemas supracitados são enfatizados de forma indireta quando A confirma que vai escrever uma carta à família: “Eu vou escrever porque eu to vivo, eu num morri”. A noção do homem-dejeto retorna quando a instituição promove a condição de invisibilidade e esquecimento daquilo que considera um ser perigoso para a sociedade ampla (DEBARY, 2016; BENELLI et al., 2017).

O quarto relato (tabela 6, sequência 1) apresenta diversas implicações que dizem respeito a lógica da restrição informacional. A afirma que escreveu sua carta, contudo, não tem subsídios para saber se a mesma foi ou será lida, sendo que o teor da carta, segundo entende, é o simples fato de informar que se encontra vivo. A restrição informacional é realçada quando nos relata que sua mudança para outro presídio pode ter ocasionado nessa perda de comunicação e, por conseguinte, informação, quanto a sua condição dentro da prisão e sua relação com os familiares.

É por intermédio dessa banalização das interfaces comunicacionais e informacionais que não apenas as pessoas próximas da pessoa presa, ou mesmo egressa do sistema prisional, mas também a sociedade de forma geral, se direciona ao exercício da indiferença quanto a compreensão do que ocorre ao seu redor, tornando o homem-dejeto cada vez mais distante e invisível (BAUDRILLARD, 1992). Em suma, não é a toa que A frisa mais de uma vez nessa sequência do relato a seguinte frase escrita na carta: “disse que eu tava vivo”.

A restrição informacional segue em sua narrativa (tabela 6, sequência 2). A ausência de assistência jurídica adequada, somada com a nebulosidade dos dados informados ao encarcerado A quanto ao andamento do processo, condição atual do mesmo, recursos,

acordos, possíveis mudanças na sentença e afins, implica no distanciamento do mesmo compreender sua real condição, sendo, portanto, uma estrutura danosa que apenas inflige o disposto na LEP. A questão da remissão de pena pelo trabalho é um cálculo que deve apresentar transparência, pois dos 22 anos descritos para o cumprimento da pena de A, 15 anos foram cumpridos, sendo que 14 anos foram contabilizados pelo encarcerado em ambiente de trabalho, haja vista que diz trabalhar desde 1982, sendo que a entrevista no dossiê consta de 1996. Logo, é necessário que o encarcerado saiba o cálculo exato da sua remissão por tempo de trabalho, tal como consta no art. 126 inciso II que diz: “1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho” (BRASIL, 1984, p. 23).

Outrossim, as sequências 2 e 3 do quarto relato (tabela 6) se complementam quando A discorrem quanto as implicações da segregação e do próprio silêncio que os encarcerados são obrigados e exercer dentro da cadeia: “a gente vê tudo e não vê nada. A gente tem que cuidar da gente para não se meter em confusão”. Esse trecho da sequencia 3 reforça a situação de vigilância ao qual as pessoas presas se encontram, problema que atravessa múltiplos olhares a ponto de serem exercícios não apenas pela equipe dirigente como pelas outras categorias de profissionais que atuam dentro do sistema prisional, entre os familiares, pesquisadores e os próprios encarcerados, o que nos faz pensar em uma rede que legitima e permite a constante atuação de uma política panóptica de observação, violência a ser exercida pelo fato dos mesmos não terem um espaço físico e psicológico de suporte, dito de outra forma, a tensão adentra os corpos que são submetidos por uma situação de violência constante, disciplina que lhes impõe condições para sobreviver desde que de acordo com as regras perniciosas da casa (FOUCAULT, 2011. GOFFMAN, E., 2015).

Ademais, a questão do espaço se mostra como uma seção extrapunitiva praticada pelo sistema prisional, pois os poucos encarcerados que podem adquirir a condição de trabalhar e, por conseguinte, angariar a remição de sua respectiva pena, lutam para ter um espaço um pouco mais adequado. As condições de superlotação e metragem disponível por pessoa presa em sua maioria é uma das recorrentes falas dessas pessoas que entram em acordo com os números de superlotação descritos no último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de junho de 2016, o que incita a solicitação de novos dados e relatórios atualizados quanto à problemática em questão. Em tese, a superlotação está sendo calculada entre 50% (TEIXEIRA, 2019) e 70% (VELASCO et. al., 2019), porém há uma concordância quanto a 40% dessas pessoas presas ainda não terem sido julgadas.

A privação de lazer também é mais um detalhe do viés punitivo do sistema prisional, pois contribui para o ócio e ausência de atividades para inclusão social, assistência preconizada pela própria LEP. Além disso, o próprio encarcerado A comunica que os poucos pontos de lazer envolvem relações de disputa, pois em exemplo, no caso do uso de um aparelho de televisão, “os programas que um gosta só vê se a maioria quiser”. A desigualdade social também é verificada no ambiente intramuros, pois A relata que alguns possuem condições de alocarem uma televisão para si.

3.2 Relatos autorais que apresentam índices elevados dos fatores de violência de viés social.

Aqui constam as narrativas de seis pessoas, a saber: C. A. F. (1 narrativa); E. M. S. (4 narrativas); N. P. S. (5 narrativas); A. S. (4 narrativas); S. S. (3 narrativas); A. C. S. (2 narrativas). Após, segue uma análise do conjunto de narrativas em questão.

Tabela 20 – Análise de conteúdo do relato autoral de C. A. F., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	<p>P: Por que você tá preso? C: Por causa de crime de morte. Homicídio, artigo 121. Há 14 anos. Tô preso há 14 anos. Isso foi embriaguez de idade. Achando que não podia dar mole, via constantemente cadáveres deixados lá de pessoas que morriam por rixas. Meu pai morreu eu tinha 3 anos de idade [...]. O crime aconteceu em Nova Iguaçu. Era uma família. Eles me "juntaram", me pegaram uma vez e me deram uma surra. A Vera e o Vavá queriam me juntar. Depois que eles me juntaram eu dei uma facada no Cocotá. Aí eu fui preso porque o Vavá me “cagoetou”. Fiquei 15 dias preso e aí fui expulso de Nova Iguaçu. Eu tomava “bolinha” (entorpecente). Minha mãe era alcoólatra de berço. Eu automaticamente me tornei alcoólatra, dependente químico. Quando aconteceu esse problema comigo, eu passei a noite “pancado” de bolinha. Na segunda-feira eu fiz essa merda. Vavá me chamou na casa dele e quando cheguei lá D. Isabel disse: “Aí Vavá dá um jeito nele”. Eu vi que ele ia investir.</p>	<p>[2] homicídio (+) [1] psicológico (-) [1] ausência familiar (+) [3] física (+) [1] vícios (+) [1] família (+)</p>	Homicídio

Fonte: construção do autor.

Tabela 20 – Análise de conteúdo do relato autoral de C. A. F., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Discernimento quanto a multiplicidade de violências (DODUN, 1998)	2	Tava com outro amigo. Morreu o sobrinho do Vavá, a mãe dele e a irmã dele a Vera. O Vavá ficou cheio de facadas, porque ele segurou a faca com a mão. Pegou 70 anos. Depois dessa chacina eu fui pra Volta Redonda. Quando cheguei meus parentes viram que a coisa era grave e eu fiquei rodando na rua . Os homens tava me procurando e aí me prenderam. As pessoas da família, o Vavá o irmão o pai dele e mais outros dois irmãos todos testemunharam contra eu. Fui preso em Nova Iguaçu , depois fui pra Água Santa e fiquei nove meses lá. Fui pro Galpão, Bangu I, Muniz Sodré . Já rodei um monte de cadeias. É a rotina. A droga , o comprimido , o álcool , 18 anos é época de embriaguez. Naquela hora eu achei que podia resolver. Eu tava armado com uma faca, meu amigo tava com uma faca e com um revólver. Na perseguição esse meu amigo morreu num tiroteio com os policiais. Eu não. Fui preso três dias depois. Na época com 18 anos eu era moleque. Se eu não tivesse usado nada eu não tinha feito nada disso. Eu não estudei por causa disso . Tinha tudo só tinha minha mãe embriagada. Via ela caída na rua. Via meu irmão mais velho bater na minha mãe quando tava alcoolizado . Ele batia nela porque queria sair pra beber, porque era ela quem bancava ele [...] .	[3] ausência familiar (+) [3] física (+) [4] vícios (+) [1] família (+) [5] segregação (+) [1] ausência à educação (+) [1] moral (+) [2] estigma (+)	Homicídio
	3	Ele não quer estudar porque na escola os outros diz: “teu pai tá preso” . Era o mesmo problema que eu passava . Eu fui crescendo e via a minha casa naquela situação. Eu não tinha pai . No mês de agosto eu não ia pra escola porque tinha que fazer coisas pro pai e eu não tinha pai. Meu filho também não quer ir. A casa era no acampamento central. Essa história ficou gravada na mente. Eu não me lembro, alguma coisa do meu pai passa na minha cabeça. Na minha casa as coisas chegaram primeiro, televisão, geladeira. O corpo do meu pai foi encontrado depois de sete dias . A única lembrança que tenho do meu pai é ele abrindo a geladeira de pijama e ele me ensinando a assobiar. O resto que eu me lembro é o que as pessoas contam.	[1] psicológico (+) [4] ausência familiar (+)	Homicídio

Fonte: construção do autor.

Tabela 21 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de E. M. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: E. qual o motivo de você estar cumprindo pena? E: Eu fui condenado por 121 combinado com 157. P: O que é 121 e 157? E: Assassinato combinado com latrocínio .	[1] homicídio (+) [1] roubo (+)	Homicídio
Noção de impunidade (FARIAS, 2010)	2	P: Qual é a sua pena? E: 40 anos e 8 meses. Eu já estive preso em São Paulo, por bater carteira , só que ficava preso pouco tempo .	[1] furto (+) [1] moral (+)	Furto
	3	P: Me fala do assassinato. E: Um foi em legítima defesa e eu peguei 18 anos, o outro eu fui réu confesso e peguei 6 anos. No total dos meus crimes eu peguei entre Rio e São Paulo, 53 anos, na apelação reduziu para 40 anos e 8 meses.		
	4	P: Quanto tempo você está preso? E: Estou cumprindo 13 anos 2 meses e 29 dias. Minha advogada já deu entrada e eu estou aguardando o semiaberto. Sabe doutor, eu tenho profissão, eu era fotógrafo, era caçador de modelos, me envolvi com certos elementos e me viciiei em drogas , fui preso pelo artigo 16, consumo, passei dois dias na delegacia e fui liberado e respondi processo.	[1] vícios (+)	Vícios
	5	P: E depois disso, o que aconteceu com você? E: Eu iniciei os furtos , eu batia carteira , fiz muita bobagem. Hoje eu sei que na cadeia a gente escolhe o caminho certo e o errado, eu escolhi o caminho certo. Eu tive problema de epilepsia e aí eu pedi um tratamento no hospital psiquiátrico Henrique Roxo.	[1] furto (+) [1] psicológico (+)	Furto
	6	P: E a sua família, por onde anda? E: Meu pai faleceu , minha mãe mora em Porto Alegre , eu sou gaúcho. Minha mãe não é culpada de eu estar aqui, foi uma escolha minha. Eu dava dinheiro para a polícia para não ir preso. Eu já sofri muito, no hospital o tratamento que os presos tinham era muito ruim, eles davam remédios e a gente ficava dopado o tempo todo.	[2] ausência familiar (+) [1] geográfico (+)	Ausência familiar

Fonte: construção do autor.

Tabela 21 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de E. M. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Não percepção das transferências prisionais como manutenção do processo de segregação (FOUCAULT, 2011; GOFFMAN, E., 2015)	7	P: Por onde você andou nesse tempo em que esteve preso? E: Saí do hospital na Ilha Grande para o Roberto Medeiros , de lá voltei para a Ilha Grande e vim para o Milton Dias , daqui fui para São Paulo no Carandiru , fiquei quase três anos. Do Carandiru vim para o Milton Dias em 92, primeiro fui para Água Santa durante 6 meses.	[7] segregação (-)	Segregação
Discernimento quanto a multiplicidade de violências (DODUN, 1998) Processo de manutenção do corpo da pessoa presa como dejetos não verificada (BENELLI et al., 2017)	8	P: Como é estar aqui no Milton Dias? E: Aqui até que não é dos piores, antes eu estava em Água Santa e no meio da gente tem todo tipo de gente , eu fui acusado de tirar fotos e é proibido, aí eu fui enquadrado, no dia que o guarda veio me buscar, eu havia achado um maço de cigarro e havia uma “bagana” (porção) de maconha, joguei fora e fugi , depois eu voltei e me apresentei ao guarda, fui punido e fiquei quinze dias no castigo , aí inauguraram o Bangu II e eu fui pra lá, em menos de um mês eu tive que pedir medida de segurança , me encaminharam para o Ary Franco, ala A/E, na facção do Terceiro Comando, e aí eu vi que o lema deles é cada um por si e Deus por todos. Eles matam, estupram os próprios companheiros e exploram as famílias. Fui ameaçado, pedi segurança . De Água Santa fui novamente para Bangu II só que o diretor não me aceitou. Apanhei do pessoal do SOE (Serviço de Operações Especiais – Agentes Penitenciários) e fui parar no hospital, passei pelo Ary Franco novamente e de lá vim para cá, e me liguei ao Comando Vermelho [...]	[2] segregação (+) [1] Olhar hierárquico (+) [1] sanção normalizadora (-) [6] ausência de segurança (+) [1] psicológico (+) [1] físico (+) [1] ISAP's (+) [1] dejetos (-)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 21 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de E. M. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Miríade de violências de ordem física interpessoal (familiares) e psicológica (TOLEDO; SABROZA, 2013)	9	P: Me fala do assassinato em legítima defesa. O que aconteceu? E: Estupraram minha namorada , ela estava grávida de três meses, morreu ela e o neném . Eu tinha ido para Santos e quando cheguei, ela estava no hospital toda machucada, tinha perdido o neném e logo morreu. Eu fiquei um mês na captura dele. Um dia eu estava num “inferninho”, o senhor desculpa a expressão, ele também estava lá, eu já sabia da história que a minha namorada tinha me contado, que ele foi no meu apartamento pegar drogas e disse para ela que eu estava preso, ela disse que não havia drogas lá e que se eu tivesse preso eu avisaria, ela pediu para ele sair e aí ele abusou dela. No “inferninho” eu sentei ao lado dele, perguntei como estava, ele disse que estava bem e eu falei do que havia acontecido com a minha garota e ele desmentiu, eu tinha certeza que era ele, aí nós saímos para conversar, ele ia botar a mão no bolso, aí eu saquei uma 22 e dei cinco tiros nele, ele chegou a fugir. Eu fugi do flagrante, aí recarreguei o revólver para o caso de precisar. Na hora eu fiquei chocado de ter matado ele, só que eu não me arrependi.	[5] psicológico (+) [1] vícios (+) [1] moral (-)	Psicológico

Fonte: construção do autor.

Tabela 22 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de E. M. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: Como vai E? Vamos começar falando da sua pena. Qual é mesmo? E: Eu fui preso por 129 combinado com 157 parágrafo terceiro e 121 .	[1] físico (+) [1] roubo (+) [1] homicídio (+)	Físico
	2	P: Traduzindo, o que é 129 e 157 parágrafo terceiro? E: 129 é agressão, 157 parágrafo terceiro é latrocínio e 121 é homicídio.		
	3	P: Me fala dessa história de assassinato com agressão e latrocínio. E: Fui acusado inocentemente, eu não tinha matado, eu só assisti . Na verdade houveram duas mortes, um eu matei e já contei a história, ele estuprou minha namorada e ela morreu e perdeu o bebê. A outra morte foi quando eu estava na captura dele, mas eu não matei, quem matou foi um amigo meu, eu só assisti . Na realidade só houve um crime, eu só matei aquele cara do estupro.	[2] moral (-)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 22 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de E. M. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	4	<p>P - E depois disso você foi preso?</p> <p>E - Não, eu vim para o Rio no dia 22 de junho de 1983, me hospedei no hotel Estrada de Ferro, saí para passear. Eu esperava uma tranquilidade e me decepcionei, fui pra boate no dia 24 de junho, nós estávamos “sentado”, eu e um amigo, fomos tirar umas fotos e eu falei pra ele que ali era um bom lugar para conseguir umas garotas para fotos. [...] Saímos da boate e quando já íamos embora, apareceu um negão armado e foi logo tomando satisfação. [...] Eu mostrei meus documentos e ele me chamou para ir a um lugar para conversarmos, fomos, quando chegamos lá vi que era uma sala na delegacia e aí eu soube que ele era um PM a paisano. Nessa sala havia um pau-de-arara. Eu olhei pra ele e ele insistia em brigar, eu tentava conversar, num momento ele abaixou a arma e eu consegui tomar a arma dele, dominamos ele, ele disse que era do primeiro ou segundo batalhão, eu não lembro bem. Devolvemos a carteira dele, eu joguei a arma pela janela e as balas fora, não quisemos nada, pois estávamos resolvidos a mudar de vida. O dia já estava clareando, resolvemos ir embora, quando estávamos descendo a Rio Branco, pois a boate era a Cowboy na Praça Mauá, eles apareceram, o negão e um outro PM, atiraram na gente, [...] pedimos ajuda num camburão e aí os policiais ajudou a gente, questionaram o PM, o que ele estava fazendo aquela hora 6:30 h, naquele lugar.</p>	[2] polícia (+)	Polícia
	5	<p>O PM se explicou, mas o Sargento que estava no camburão não aceitou as explicações que ele deu. Nesse tempo eu tive uma crise epiléptica e fomos parar no hospital Souza Aguiar. Quando eu acordei o PM disse que tinha um acerto. [...].</p>	[1] psicológico (+) [1] tentativa de homicídio (+)	Psicológico
	6	<p>P: Como foi a tua infância?</p> <p>E: Eu sou de uma família pobre.</p>	[1] segregação (-)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 22 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de E. M. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Noção de estigma reconhecido quanto a experiência de vida de parentes (GOFFMAN, E., 2015; FARIAS, 2015)	7	P: Quantos irmãos? E: Eu sou filho único, mas tenho uma irmã e um irmão de criação. Eu fui adotado pela tia da minha mãe, fiquei com meus pais até os 7 anos. Eu soube aos 13 anos que minha mãe era uma prostituta e que havia morrido num acidente de carro . Eu não sabia de nada eu ouvia conversa dos dois atrás da porta, ouvi eles falando da morte da minha mãe. Eles eram bons pais pra mim. Meu pai era carpinteiro. Ele me falou que ela havia bebido e foi atropelada. Da minha família, o irmão do meu pai de criação era o W. D'Á. Quando eu soube da minha mãe, eu fiquei chateado, eu queria saber quem era o meu pai , meu tio que me criava disse que não conhecia ele, que só a minha avó sabia, eu fui passar uma semana na casa da minha avó, cheguei lá e aí fiquei sabendo que a minha prima B. era minha irmã verdadeira, era irmã por parte de mãe. Ela sabia do pai dela e eu queria saber do meu. Eu sempre tive a esperança de conhecer meu pai de verdade, eu soube que ele era advogado em Novo Hamburgo, eu fui para Novo Hamburgo tentar localizá-lo e não consegui localizar ele até hoje, eu não conheço ele.	[1] segregação (-) [2] ausência familiar (+)	Segregação
	8	P: OK E, por hoje é só. E: Quando o senhor volta? Eu posso gravar um depoimento numa fita e o senhor vai querer ouvir?		
	9	P: Claro que vou. Eu volto daqui a 15 dias e te chamo está bem? E: Sim senhor, é muito bom falar com o senhor, eu não tenho visita e há 13 anos que estou aqui. É muito bom falar com alguém e melhor ainda com o senhor que é um psicólogo. Eu lhe espero daqui a 15 dias.	[2] ausência familiar (+) [1] tempo	Ausência familiar

Fonte: construção do autor.

Tabela 23 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de E. M. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: E. como está sua saída no semiaberto? E: A gente tem sempre que agradecer a Deus. Tá demorando a sair minha semiaberta , mas eu to acreditando mais na defensora pública do que na advogada particular.	[1] tempo (+)	Tempo
Fragilidade quanto a comunicação entre familiares e a pessoa presa (BAUDRILLA RD, 1992)	2	P: Como estão as coisas de um modo geral, com você por aqui? E: Eu estou com muitos problemas aqui, já mandei várias cartas para minha família e até agora só recebi uma de volta. Nesse lugar a gente só conhece o verdadeiro sorriso quem convive aqui. Eu sou analfabeto, mas aprendi muitas coisas aqui dentro, que eu nunca pensei aprender. O senhor sabe que eu tomo dois Diazepam 10mg todas as noites para dormir?	[2] ausência familiar (+) [1] vícios (+)	Ausência
	3	P: E por quê? E: Cortaram minha ocupação e eu gosto de trabalhar e aí eu fico muito chateado . Eu não tenho visita , eu ajudo os colegas na ligação.	[1] tempo (+) [1] psicológico (+) [1] ausência familiar (+)	Tempo
	4	P: O que é ligação? E: A visita chega, se identifica e aí eu chamo o colega. Eu tenho uma filha.		
Noção de estigma reconhecido quanto a experiência de vida de parentes (GOFFMAN, E., 2015; FARIAS, 2015)	5	P: Me fala da sua filha? E: É de criação, o pai dela era envolvido com drogas, foi preso, fugiu e foi morto num assalto, a mãe era prostituta e também viciada em drogas , eu fiquei ajudando a mãe dela durante 2 anos e meio, daí um dia ela morreu de overdose , eu fiquei com a menina aí eu fui preso e ela, ficou com uma tia, irmã da mãe. Ela já está com quase 20 anos. Eu antes de ser preso comprei um apartamento e coloquei no nome dela.	[1] segregação (+) [2] vícios (+)	Segregação
	6	P: Ela sabe que você está preso? E: Eu fui preso e não tive coragem de dizer . Ela pensa que eu estou trabalhando em Brasília com um contrato de 15 anos, mas quando eu sair vou contar tudo a ela. Doutor. eu vou dizer uma coisa pro senhor, o mundo do cárcere é totalmente desenganado por causa das drogas . Hoje mesmo foram 4 para o seguro.	[1] silêncio (+) [1] vícios (+)	Silêncio
Multiplicidade de violência subjetiva no cotidiano do cárcere (ZIZEK, 2014)	7	P: Por quê? O que é ir para o seguro? E: Ameaçados de morte. A gente sabe de tudo, mas o que existe é a lei do silêncio . Eu ando meio perturbado, se eu pudesse sair daqui hoje e ir para o Roberto Medeiros se eu pudesse ficar quieto até eu sair daqui, eu iria, mas não tenho como. A cadeia está me deixando um pouco confuso . Eu não recebo ninguém , conversar com o senhor é muito bom.	[1] silêncio (+) [1] psicológico (+) [1] ausência familiar (+)	Silêncio

Fonte: construção do autor.

Tabela 23 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de E. M. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	8	P: Como é para você os dias de visita? E: Dia de visita é uma alegria para os companheiros, mas me dói porque eu não recebo ninguém . O que a gente vê aqui dentro, se eu contar pro senhor, o senhor não vai acreditar. Aqui é o mundo do cão.	[1] psicológico (+) [1] ausência familiar (+)	Psicológico
Multiplicidade de violência subjetiva no cotidiano do cárcere (ZIZEK, 2014)	9	P: Você está ligado aqui dentro a algum movimento religioso? E: Eu não tenho ido, de vez em quando eu ia à Igreja Católica, agora não vou mais, mas eu acredito em Deus, ele está me castigando, mas eu mereço , eu também não fui nenhum santinho. Eu tenho aturado muita coisa pensando em sair daqui. Se eu tivesse no regime semiaberto eu estaria trabalhando . Eu confesso uma coisa ao senhor, eu me arrependi das coisas que eu fiz, esse mundo do crime não leva a lugar nenhum a não ser a sete palmos de terra.	[2] psicológico (+) [1] segregação (+) [1] ausência de emprego (+)	Psicológico
Noção quanto a ausência de assistências previstas na LEP (BRASIL, 1984)	10	P: O que você acha que poderia ser feito para ajudar o interno ao sair daqui e poder levar uma vida sem envolvimento com o crime? E: Na minha opinião, o interno ao sair se daria uma oportunidade, dava um emprego fixo , caso ele cometesse um erro, aí ele seria preso sem regalia nenhuma. A sociedade deveria abrir as portas e dar uma oportunidade aos presos que já estão recuperados.	[1] ausência de emprego (+) [1] estigma (+) [1] segregação (+)	Ausência de emprego
	11	P: Você se considera recuperado? E: Sim, no começo eu pensava em sair no semiaberto para fugir, só que com o passar dos anos eu vi que não adianta, porque a gente fica sem sossego, sempre em fuga , hoje eu já não penso nisso, penso somente em trabalhar e reconstruir minha vida e até em ter um filho.	[2] psicológico (+)	Psicológico

Fonte: construção do autor.

Tabela 24 – Análise de conteúdo do quarto relato autoral de E. M. S., 2020.

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: Como você vê o crime hoje em dia, depois de tanto tempo preso? E: No meu ponto de vista, o crime aumenta por falta de apoio da família . Hoje em dia o “playboy” na rua, vai para festinhas e nessas festinhas rola de tudo, se o pai descobre, ele para de dar dinheiro e aí o rapaz começa a cair no mundo do crime.	[1] ausência familiar (+)	Ausência familiar
	2	P: O que você acha que pode ajudar o criminoso a se recuperar? E: O preso tem que ter uma oportunidade, mas a justiça é cega mesmo .	[1] ausência de emprego (+) [1] lacuna jurídica (+)	Ausência de emprego
Compreensão da violência subjetividade e estigma aplicada pela sociedade externa aos muros prisionais (ZIZEK, 2014; GOFFMAN, E., 2015; FARIAS, 2015)	3	P: Você acha que no seu caso, um dia você poderá voltar para a prisão? E: Deus me livre, se eu tiver que voltar pra cá, eu prefiro dar um tiro na cabeça. O mal da nossa sociedade é que ela não dá oportunidade . Há 11 anos que eu não tenho castigo, significa que eu tenho um bom comportamento, só que a justiça não pensa assim, o juiz acha que o cara que passa anos sem castigo é perigoso , é frio e calculista. No final da pena sempre aparece os espinhos para atrapalhar . Sabe doutor, eu sempre quis ter uma mulher, uma companheira sincera, que me desse carinho e eu nunca tive isso.	[2] segregação (+) [1] estigma (+) [2] dejetivo (-)	Segregação
	4	P: Você acredita que o amor de uma mulher pode recuperar um criminoso? E: Acho que sim, com certeza eu acredito que uma mulher que te dar apoio, aí você tem por que lutar .	[1] psicológico (+)	Psicológico
	5	P: O que você pensa do sistema penitenciário? E: O sistema é ruim, mas ao mesmo tempo é bom , quem entra aqui só tem duas opções, ou você se recupera ou continua no mundo do crime. O sistema precisa cuidar do preso como se ele fosse gente e não como eles tratam a gente, feito bicho . A gente aqui fica abandonado , tinha que ter uma equipe de psicólogos , assim como o senhor, para nos ajudar, para nos ouvir.	[4] segregação (±) [1] ausência à saúde (+) [1] dejetivo (+)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 25 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de N. P. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: Então vamos começar. Qual a razão de você estar aqui preso? N: Eu fui condenado por dois homicídios , art. 121. Primeiro por ser primário, eu peguei 6 anos e o segundo 17 anos e 4 meses.	[1] homicídio (+)	Homicídio
	2	P: Os dois na mesma época? N: É, eu tinha 18 anos.		
	3	P: E quantos anos você tem agora? N: 33 anos.	[1] segregação (-) [2] tempo (n)	Segregação
	4	P: Me conta a história desses assassinatos. N: Eu fui nascido e criado no Estácio, tinha envolvimento com amigos. Eu estava junto com uma turma. Fui preso com mais dois amigos. Na delegacia o delegado pediu pra eu assinar uns papéis, para eu poder ir embora. Eu assinei, sem ler e quando me dei conta do que era, eu tinha assinado a confissão dos assassinatos que eu não cometi. O delegado pediu minha prisão preventiva . Fui acusado por briga de quadrilha, onde morreram duas pessoas , só que eu não estava nem presente na hora da briga. No primeiro julgamento fui absolvido, depois o advogado das famílias das vítimas recorreu, e eu fui condenado a 6 anos e fui beneficiado pela lei 441 que com 3 anos e 8 meses tive direito a prisão albergue. Fui para a rua com um mês fui chamado para novo julgamento e aí não compareci. Fugi e fiquei foragido durante 3 anos e 6 meses, viajando de um lugar para o outro. No final desse tempo, voltei ao Rio para ver minha família e fui preso. Tive novo julgamento e peguei 8 anos e 2 meses. Tive na Milton Dias, Hélio Gomes, Galpão da Quinta, Ilha Grande e Hélio Gomes .	[1] ausência à educação (+) [8] segregação (±) [1] fuga (+)	Ausência à educação
	5	P: Como a polícia te acusou de um crime que você nem estava no local? De que maneira você foi envolvido nesses assassinatos? N: Na verdade eles já queriam me pegar há muito tempo. Eu tinha uma turma envolvida em assaltos a mansões e prédios. Desde os 15 anos que eu fazia assaltos .	[2] moral (±) [1] ausência familiar (+)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 25 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de N. P. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	6	P: Como e por que você começou com isso? N: Eu comecei a usar drogas com 9 anos , com 9 anos eu comecei a fumar maconha e com 13 eu comecei a usar cocaína . O vício é caro e pra bancar eu comecei a assaltar .	[5] vícios (+) [1] ausência familiar (-)	Vícios
Noções morais ambivalentes (BAZERMAN, 2004)	7	P: Como eram os assaltos? N: Eu me preocupava em não machucar ninguém quando assaltava . Eu tenho família e sabia que estava fazendo besteira , por isso eu pensava que aquelas pessoas também tinham família e procurava não machucar ninguém.	[1] moral (±) [2] moral (+)	Moral
Conflito moral (BAZERMAN, 2004)	8	P: Como você se sentia no momento do assalto? N: Geralmente era tranquilo , até que um dia eu fui preso.	[1] moral (-)	Moral
	9	P: A polícia já conhecia vocês e estava tentando capturá-los, não é isso? N: É, só que onde a gente vivia nós não fazíamos nada com o pessoal do local .	[1] moral (+)	Moral
	10	P: Onde vocês faziam os assaltos? N: Na Tijuca e na Zona Sul , depois comecei a assaltar bancos , só que quando comecei os assaltos a banco fui preso pelos assassinatos.	[2] geográfica (+) [1] assalto (+)	Geográfica
Conflito moral (BAZERMAN, 2004)	11	P: Como era assaltar banco, o que você sentia? N: Era mais emocionante , não dá para descrever o que eu sentia.	[1] moral (-)	Moral
	12	P: Como você se sente agora? N: Eu acho que estou pagando . Eu não cometi os assassinatos, mas eu fiz umas besteiras e estou pagando por elas . se eu soubesse tudo o que eu passei na vida e eu pudesse voltar à traz eu iria estudar e trabalhar .	[2] moral (+) [1] ausência à educação (+) [1] ausência de emprego (+)	Moral
	13	P: Você nunca pensou nisso? N: Não pensava na vida, geralmente estava drogado e ia drogado para os assaltos .	[2] vícios (+)	Vícios
Dupla segregação: condição de pessoa presa e condição de pertencimento a determinada facção (FOUCAULT, 2010)	14	P: E a sua vida, você não tinha medo de morrer? N: Não, drogado a gente não tem medo de nada . E eu não tinha medo de morrer . Aqui dentro a gente corre o risco de morrer , ainda mais que eu vim de outra facção . Quando se está drogado , a pessoa se acha imortal .	[2] vícios (+) [3] psicológico (+) [2] ausência de segurança	Vícios

Fonte: construção do autor.

Tabela 26 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de N. P. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Noção de desigualdade quanto a ação do sistema jurídico (WACQUANT, 2019)	1	P: Como está a sua pena, quando você sai daqui? N: Eu estou trabalhando vai fazer 8 anos e 3 meses, falta nada, já tirei 4 anos e somam 12, estou aguardando a condicional. Devo sair no meio do ano que vem. Sabe como é, pra prender é rápido, pra sair é lento.	[1] segregação (+) [1] tempo (+)	Segregação
	2	P: Como é a vida aqui no presídio? N: Só Deus sabe, eu não sei se vou estar vivo amanhã.	[1] ausência de segurança (+)	Ausência de segurança
	3	P: Me fale como foi tua infância? N: Fui criado pela minha avó, minha mãe se suicidou eu tinha um ano. Tenho pai, ele constituiu outra família , tenho dois irmãos por parte de pai.	[2] ausência familiar (+)	Ausência familiar
	4	P: E a sua avó, como foi com você? N: Aquele jeito que vó é... (sorriu).		
Problemática do tráfico de drogas em escola (WACQUANT, 2019)	5	P: Como você se iniciou com as drogas? N: Na escola , íamos curtir aquela onda, aos 9 anos, ganhava maconha , sempre tive acesso.	[1] silêncio (-) [1] vícios (+)	Silêncio
	6	P: Como era esse acesso? N: Eu morava no Estácio e frequentava o morro de São Carlos e o desconhecimento. Eu chegava na boca sem saber que era a boca e sempre ganhava maconha.	[2] vícios (+)	Vícios
	7	P: E a cocaína, como foi? N: A cocaína começou num Natal. Eu tava na esquina doidão de vinho , caído Já no chão, passaram uns amigos e eles me encontraram, me botaram dentro de um carro e me deram um saco com um canudo para eu cheirar, aí fui melhorando , ia segurando o saco e não queria mais largar , fiquei 3 dias cheirando direto.	[5] vícios (+) [1] moral (-)	Vícios
	8	P: Como você se sentiu? N: Sensação boa. Fomos para um apartamento em Botafogo, na casa de um amigo.	[1] vícios (+)	Vícios

Fonte: construção do autor.

Tabela 26 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de N. P. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	9	P: E a sua família, o que achou desse seu desaparecimento por 3 dias? N: Quando eu apareci, tomei uma surra . Daí gostei da cocaína e continuei, no começo era só final de semana , depois todo dia . A partir daí, os amigos eram de boca de fumo , foram criados comigo, eu não ia mais pra escola , ia pro morro. Não me preocupava com nada, tinha várias namoradas. A partir dos 13 anos, comecei a roubar carros , depois assalto a mansão , depois prédios e bancos e aí com 18 anos fui preso.	[1] físico (+) [5] vícios (+) [4] moral (+)	Físico
Conflito moral (BAZERMAN, 2004)	10	P: Como você se sentia fazendo esses delitos? N: Eu só me interessava na atividade e fazia tudo para que não desse nada errado , sempre contando em dar tudo certo .	[3] moral (-)	Moral
	11	P: Você assaltava junto com outros ou sozinho? N: Eu fazia parte de uma quadrilha, todos amigos de infância, todos estão mortos , alguns foram presos, dois morreram dentro do sistema e os outros foram mortos na rua .	[1] moral (-) [3] ausência de segurança (+)	Moral
Noção quanto a ausência de assistências previstas na LEP (BRASIL, 1984) Noção de dejetos observado pela condição de pessoa presa (BENELLI et al., 2017)	12	P: E quanto a você? N: Enquanto estou aqui, estou esperando a morte chegar. Basta estar preso para se estar morto. O sistema não trás benefício nenhum, nós não temos um trabalho remunerado . Fora da cadeia estudei até a quinta série. Aqui dentro do Hélio Gomes, só tem alfabetização . Os outros ficam na ociosidade . Só pensam em fazer mal um ao outro . Aqui só se recupera quem quiser se recuperar. Eu estive na rua com 23 anos, com 1 mês na rua eles pediram a minha prisão preventiva. Nesse tempo eu estava feito bicho , todo armado, fui baleado . [...]. Fui baleado, levei 4 tiros, fui para o Souza Aguiar, a PM tentou me matar, a civil tentou me matar , eu estava com uma refém. A civil não atirou em mim, quem atirou foi a PM, aí eu caí, aí a civil atirou na PM. Me espancaram e me levaram para o Souza Aguiar [...]. No dia seguinte, a PM invadiu lá, com farda mas sem identificação, meu advogado entrou na hora, chegou o médico e eu disse que se ficasse ali ia morrer . Aí eu fui para décima oitava DP e fiquei lá e me recuperei lá. De lá me mandaram pra Água Santa.	[2] segregação (+) [1] psicológico (+) [1] ausência de emprego (+) [1] ausência à educação (+) [1] tempo (+) [1] reciclagem (-) [3] tentativa de homicídio (+) [1] dejetos (+) [6] polícia (+)	Segregação

Fonte: construção do autor

Tabela 27 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de N. P. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: Bem, da última vez você me disse que foi parar em Água Santa, quer continuar a me contar essa história? N: Em 1988, fui parar em Água Santa retornando como reincidente . Água Santa estava toda faccionada .	[1] segregação (+)	Segregação
	2	P: Você era de alguma facção? N: Eu era da Ilha Grande que era do C.V. Em Água Santa fui pra galeria A que era do C.V. Quando cheguei lá o guarda perguntou da onde eu vinha e eu disse que da Ilha Grande e ele me separou. Eu estava acautelado.	[2] segregação (+)	Segregação
	3	P: O que é estar acautelado? N: Por conta do juiz, aguardando julgamento. Nessa época houve transferência de preso da Milton Dias para morrer lá em Água Santa.	[1] segregação (-) [1] ausência de segurança (+)	Segregação
Noção de violência institucional aplicada pelo sistema prisional (FOUCAULT, 2011) Noção quanto a ausência de assistências previstas na LEP (BRASIL, 1984)	4	P: Como é isso? N: Quando algum preso está criando muitos problemas nas outras unidades, eles mandam para Água Santa para que seja dado um fim nele . Aí chegaram do Milton Dias uns 200 presos, eles colocaram os caras no Maracanã, Maracanã é um lugar onde o preso fica até ir para as alas. Eu estava na ala de baixo, na época o governo queria acabar com as facções, espalharam os presos nas celas misturando , depois passou um funcionário, distribuindo facas dentro das celas, a partir daí o batalhão de choque da PM montou um corredor polonês e começaram a distribuição, nós da ala de baixo gritávamos para eles não entrarem , nós éramos acautelados mas os caras acabaram entrando, nas primeiras 5 celas que eles entraram, os caras que estavam dentro começaram a pegar os que entravam e tentavam matar. Só dois morreram e vários ficaram feridos . Assim, quando fecharam as celas e começou a briga , o COI invadiu e jogaram granadas de efeito moral, arrebutaram os cadeados , retirando os presos que estavam lá dentro. Quando eu olhei pra cima eu vi um dos guardas limpando uma faca e aí jogou o papel todo sujo de sangue. Provavelmente, eles também mataram presos. Eu estava ali em baixo esperando qualquer coisa. Começamos a tacar fogo nos cobertores para chamar atenção [...].	[5] segregação (+) [2] ISAP's (+) [1] psicológico (+) [6] ausência de segurança (+) [1] restrição informacional (+)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 27 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de N. P. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	5	P: Como foi sua estada lá? N: Eu nunca me envolvi diretamente com o problema de cadeia . Meu negócio é tirar minha cadeia.	[1] moral (-)	Moral
Noção das várias instâncias de vigilância (FOUCAULT, 2011)	6	P: Lá você trabalhava também? N: Trabalhava, fui faxina na educacional , no correio , na cozinha , no campo . Foi bom até ninguém mexer comigo.	[4] olhar hierárquico (+)	Olhar hierárquico
Noção das várias instâncias de vigilância (FOUCAULT, 2011) Ausência de assistências prévias na LEP (BRASIL, 1984) Noção ambivalente quanto a segurança dentro do sistema prisional (GOFFMAN, E., 2015)	7	P: E se mexer? N: Foi discussão com o cara que era presidente da cadeia. O cubículo que eu morava era ligação para o PO, esse cara tinha botado um cara pra tomar conta de mim . Eu tinha uns amigos lá que tavam querendo fugir e queriam comprar uma enxada, aí eu fiz uma transação para eles mas o cara ficou sabendo e veio em cima de mim, ele era anti-fuga , ele fazia o jogo da administração da casa. Ele veio com uns 20 caras pra cima de mim, aí ele me afrontou para eu agredir ele, e eu não fiz nada, entrei no meu cubículo juntei minhas coisas todas e fui lá pra frente, eu falei que tava saindo dali. Eles ficaram na escada me esperando. Aí eu fui chamado pela direção, eles queriam saber o que eu tava fazendo que não tava me dando bem com o coletivo. Aí ele me colocou no Riacho Doce (ali em frente a sala do doutor Jarbas). Fiquei 6 meses, eu e mais 5 presos. Daí voltei para Água Santa e fiquei 3 meses. Cheguei lá, o DESIPE queria me colocar no seguro, na galeria E, eu falei que queria ir para A. Eu encontrei um preso conhecido que era do terceiro comando , eu falei pra ele quem eu era, ele falou que não tinha problema, aí eu fui bem recebido . Me perguntaram se eu tinha algum problema, se eu tinha dado facada em alguém , eu disse que meu lema é “Viver e deixar viver”, fiquei 3 meses lá e depois vim para cá.	[2] verbal (+) [2] olhar hierárquico (+) [1] porosidade (+) [4] segregação (-) [1] ausência de segurança (±)	Verbal

Fonte: construção do autor.

Tabela 28 – Análise de conteúdo do quarto relato autoral de N. P. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: Como são as coisas por aqui para você? N: No começo meio tenso , eu estava vindo de outra facção . Eu cheguei, o subdiretor, o Sr R. me tirou do leva, ele já me conhecia da Milton Dias, ele foi chefe da segurança lá, me trouxe aqui pra cima, ligou pra Água Santa e deu um esporro , que eles estavam mandando gente do C.V. para cá , aí eu expliquei pra ele, a minha situação era sair livre e que não tinha nada a ver. Eu pedi uma faxina, esperei 3 meses na tranca, na pior galeria que tem aqui, na C, aí um dia eu subi e fui pedir ao senhor R. para atravessar daqui, aí ele falou: Ué você não pediu uma faxina? Eu disse que tava demorando e aí ele perguntou se eu não queria trabalhar na panela, eu topei e fui de distribuidor de alimentos, fiquei uns 2 meses, depois pintou uma vaga na custódia, eu pedi para vir para cá, eu tenho problema de saúde e pegar aquelas panelas cheias me fazia muito mal.	[1] psicológico (+) [3] segregação (+) [2] tempo (+) [1] ausência à saúde (+)	Psicológica
	2	P: E como é na custódia? N: Passa o tempo , pelo menos não penso muito nos problemas.	[1] tempo (+)	Tempo
	3	P: E a liberdade? N: Parece que a gente nunca sabe se vai chegar, eu não gosto de fazer planos .	[1] dejetto (-) [1] sujeição do eu (-)	Dejeto
Ausência de assistências previstas em LEP (BRASIL, 1984)	4	P: Você não pensa em nada? N: Não, não tenho objetivo do que vou fazer, só quando eu sair é que vou saber o que fazer. Quando sair a primeira coisa que vou fazer é viajar, sair daqui.	[1] dejetto (-)	Dejeto
	5	P: E os filhos? N: Já estou sem eles mesmo . Tirar eles da onde estão com a avó tenho que estar muito bem.	[1] dejetto (±)	Dejeto
	6	P: Você tem outra companheira agora? N: Antes só do que mal acompanhado, eu sozinho já estou cheio de cabelo branco, já tenho muito com o que me preocupar		
	7	P: Tem alguma expectativa em relação a sua liberdade? N: Não sei, eu tenho receio , a família da mãe dos meus filhos, eles estão me massacrando e tudo tem um preço. A consciência deles mesmo está acusando, pesando . Meus filhos, eu vi o mais velho que está com 10 anos, umas 6 vezes e o mais novo com 4 anos, eu só vi umas 4 vezes .	[1] psicológico (+) [3] família (+) [2] ausência familiar (+)	Psicológico

Fonte: construção do autor.

Tabela 28 – Análise de conteúdo do quarto relato autoral de N. P. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	8	P: Você deve sentir saudades? N: Eu tinha até foto deles, mandei minha tia levar, para eu não sofrer mais , “O que os olhos não vê, o coração não sente”.	[1] ausência familiar (+)	Ausência familiar
	9	P: Só a sua tia que te visita? N: Não, tenho uma outra tia e meu pai, minha avó é muito velhinha, eu não quero que ela venha aqui.		
Implicações morais ambivalentes (BAZERMAN; 2004)	10	P: Como foi para sua família descobrir que você era um criminoso? N: Eu tinha que ter dupla personalidade , para viver em casa eu era um santinho , na rua, um capeta . Tanto é que a primeira vez que eu fui preso ninguém acreditava, fui preso na décima DP em Botafogo, até que eu não tava fazendo nada não, eu estava dentro de um carro de uns suspeitos , me pegaram para averiguação, mas um amigo quebrou tudo na delegacia. O delegado era amigo da minha prima, telefonou para minha tia, ela chegou lá com a minha avó, aí o delegado quis me agredir , eu joguei uma cadeira em cima dele . Elas concordaram comigo.	[5] moral (±) [2] física (+)	Moral
	11	P: E como você saiu disso? N: O delegado era amigo da minha prima e eu era menor .	[2] silêncio (+)	Silêncio
	12	P: Como foi para família? N: Falaram com meu pai e me mandaram para Vitória, eu tenho um tio da Polícia Federal, aí ele me colocou para morar com uns federais e me arranjaram um emprego de garçom, eu não trabalhei nem 5 minutos, quando me vi com aquela gravatinha e aquela roupa, me achei um palhaço. Eu estava tentado a pegar as armas dos federais e ir embora , antes que isso acontecesse, eu vim embora para o Rio.	[1] moral (-)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 29 – Análise de conteúdo do quinto relato autoral de N. P. S., 2020.

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: Quando você retornou ao Rio o que aconteceu? N: Meu negócio era servir o quartel, mas sobrei, aí eu me envolvi mais e mais nos assaltos e acabei sendo preso aos 18 anos.	[1] assalto (+)	Assalto
Processo de reciclagem pernicioso da pessoa presa (BENELLI et al., 2017)	2	P: Qual foi a sensação? N: Me senti um animal . Fui adquirindo a experiência do outro lado da vida, onde só sobrevivem os fortes . Há 16 anos atrás a cadeia era outra coisa, agora a cadeia é mais sociável .	[1] dejetos (+) [3] reciclagem (-)	Dejetos
Violência institucional e ausência de assistência prevista na LEP (FOUCAULT, 2011; BRASIL, 1984)	3	P: Como era a cadeia? N: Aos 19 anos eu fui para a Ilha Grande e dos 21 que foram comigo, em 1 ano, só tinham dois vivos . Não tinha lugar pra morrer , a morte estava presente a todo instante .	[3] ausência de segurança (+)	Ausência de segurança
Violência institucional e ausência de assistência prevista na LEP (FOUCAULT, 2011; BRASIL, 1984)	4	P: Como você sobreviveu a tudo isso? N: Deus, a gente só vai quando ele quer. Na época que eu passei em Água Santa aquilo era um inferno . Os guardas passaram um dia e disseram que ia acontecer uma coisa e que não tinha nada com o pessoal da galeria B, que era onde eu estava. Depois de um tempo, os faxinas começaram a contar que havia um incêndio e que morreram uns 30 . Foi o episódio do churrasquinho, saiu em todos os jornais, os guardas tacaram fogo em uma cela com 30 homens, eu não sabia o que estava acontecendo, mas sentia um cheiro de carne queimando . Foi horrível . nesse dia houve algo inédito, o C.V. pediu um minuto de silêncio na galeria em respeito aos companheiros mortos e eram inimigos .	[1] ausência de segurança (+) [3] psicológica (-) [3] ISAP's (+) [1] silêncio (+) [1] moral (+)	Ausência de segurança
Violência institucional e reciclagem pernicioso praticada pelo Estado as pessoas presas (FOUCAULT, 2011; BENELLI et al., 2017)	5	P: Por que os presos são tão desunidos? N: Preso se se unir não fica ninguém preso. A desunião é articulada pelo próprio sistema, é interesse deles também. Os presídios tinham que ser privatizados, todos os presos teriam trabalho remunerado e não seria essa fábrica de marginal. O preso sai daqui e quando chega lá fora é pior ainda.	[2] segregação (+) [1] restrição informacional (-) [1] ausência de emprego (+) [2] dejetos (+)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 30 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: A., por que você foi preso? A: Porque eu sou acusado de vários homicídios, tráfico de drogas , envolvimento com a auditoria do exército no qual me encontro condenado a 3 anos de reclusão pelo código penal militar.	[1] homicídio (+) [1] tráfico (+) [1] auditoria (+)	Homicídio
	2	P: Porque esta pena? A: Foi com material militar, no caso explosivos, granadas. No caso, seria a lei de segurança nacional que foi infringida.	[1] apreensão de material militar (+)	Apreensão de material militar
Crítica quanto a subjetividade dos critérios de punição (ROBERT, 2011)	3	P: E no que se refere aos homicídios? A: Foi atribuído a mim uma série de crimes na época, no qual fui absolvido de vários e condenado em dois. Artigo 121. E quem condena são os jurados (Tribunal do júri). Em dois destes julgamentos houve a convivência de jurados com o Ministério Público. Um eu fui condenado a 14a e 6m e o outro a 15a. E o resto, mais de 10, absolvido. Eu tenho a certeza que nenhum destes crimes eu participei. Tem crimes que de vítima eu passei a réu e no plenário eu fui absolvido.	[1] jurados (+)	Jurados
	4	P: E quanto ao tráfico? A: ... Eles alegam, vinculados ao tóxico , ao tráfico . Os processos que eu tenho por tráfico são forjados em delegacia . A senhora já ouviu falar de CPI em vários lugares mas não viu no judiciário. Neste último processo, o promotor disse que nunca tinha me visto... Ele fez todas aquelas afirmativas e eu perguntei a ele se ele realmente não tinha me visto. Ele disse, não. Aí eu disse que ele foi meu diretor em duas instituições penitenciárias.	[2] tráfico (+) [2] ISAP's (+) [1] banalização da interface informacional (n).	Tráfico
Noção quanto a ausência de assistência psicológica prevista na LEP (BRASIL, 1984)	5	P: ? A: Eu acho que pelo lado da psicologia também seria bom um grupo de psicólogos irem ver. Porque o abalo não é só do réu. Eu até compreendo que o trabalho do promotor seja acusar, mas não da forma como foi feito. Imagina se tivesse pena de morte no país. Aqui tem muito pai de família, que as vezes até cometeu um crime pra defender a honra. É diferente .	[2] moral (±)	Moral
	6	P: E quanto ao tráfico? A: Só tenho uma condenação.		

Fonte: construção do autor.

Tabela 30 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	7	A: A primeira se resume no fato de um serventário da justiça ter sido flagrado com maconha ou cocaína . Dias depois eu fui chamado para responder um processo, no final do julgamento, cerca de uns 3 meses depois, eu fui inocentado. O 2º artigo 12 eu acho que foi dentro do ônibus que acharam a maconha , não pegaram ninguém, neste eu também fui absolvido. No 3º, uma família foi presa com tóxico , aí eu chego na delegacia tem uma acusação por tráfico . Neste eu apelei e na apelação subiu de 5 para 6a , eu não entendi porque. E nisso eu vou fazer 9 anos preso. O total da minha pena soma 38a de reclusão.	[4] segregação (-) [1] lacuna jurídica (+)	Segregação
	8	P: E quem foi flagrado com tóxico na primeira acusação? A: Eu conhecia, ele é oriundo do mesmo município (Nilópolis) que eu. Um rapaz lutador, trabalhador. Creio até que tenha sido tudo forjado pela polícia .	[1] ISAP's (n)	ISAP's
	9	P: Mas porque acusaram a você e não a ele? A: É porque, na época, era aqueles carros Carmanguia, tínhamos carro da mesma marca , cor. Eu não vou dizer que eu nunca tenha usado drogas, seria até ridículo . Então ficava aqueles jovens reunidos e a polícia aparecia pra tirar vantagem . Eu acredito que ele tenha intercedido por alguém que foi acharcado por um policial e pegou a inimizade destes policiais .	[1] restrição informacional (-) [1] vícios (+) [2] ISAP's (+)	Restrição informacional
	10	P: Mas porque você foi acusado e não ele? Isto eu ainda não entendi. A: Nós tínhamos carros idênticos e outros jovens também ... Saíamos, tipo em caravana. Nós éramos praticamente vizinhos . E logo a seguir eu sai do exército, soldado do exército , com aquele orgulho, aí os policiais ficavam encarnando na gente . No período da ditadura nós trabalhávamos no serviço secreto do batalhão e aquilo foi criando uma antipatia deles e aqueles que foram dando baixa era aquilo né?	[2] restrição informacional (+) [3] ISAP's (+)	Restrição informacional

Fonte: construção do autor.

Tabela 30 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	11	P: Você é casado? A: Não senhora, mas eu vivia com uma pessoa, na qual nós temos um casal de filhos. Depois da minha separação é que vim a me casar. Fui preso em 1976, aí separamos. Aí, fui embora em 1979, conheci alguém em 1980, casamos em 1981. Em 1982 sequestraram ela na porta da cadeia e esquartejaram a mulher e eu fiquei viúvo. Hoje eu vivo com uma pessoa, foi em 1983 que eu conheci, nós tínhamos sido criados no mesmo bairro. É a pessoa que depois de Deus e minha mãe tem me ajudado a enfrentar está luta. Ela tem um casal de filhos, mas não é meu não, não é biológico, mas é como se fosse. Eu levei até um susto daquela vez que a senhora me chamou, a senhora parece com ela quando era jovem.	[1] sequestro (+) [1] homicídio (+)	Sequestro
	12	P: Você levou um susto porque? A: Eu pensei que fosse uma parente dela, porque a mãe dela morreu a pouco tempo e podia ser uma notícia ruim. Quando é pra dar notícia sempre chamam aqui ou na segurança.		
Violência institucional à familiares (FACEIRA, 2016)	13	M: E a sua mãe? A: Sempre que ela pode ela vem aqui, ela tá sofrendo também mas tá lutando com muita força, muita resignação, ela é evangélica. Ela vem de mês em mês.	[1] psicológica (+)	Psicológica
	14	P: E seu pai? A: Meu pai é falecido, a cerca de 32 anos. Eu tinha a base de uns 15 anos. faleceu de morte natural mesmo.		
	15	P: E como era a sua relação com ele? A: Era maravilhosa. Era um bom pai, um bom amigo, como pessoa era uma excelente pessoa, se preocupava muito com a nossa formação.		
	16	P: Então você tem irmãos? A: Nós éramos sete irmãos, somos cinco hoje em dia. (Na ordem de nascimento): M., Eu, A., A., J., A., A.. O nome do meu pai era J. de S. P. e da minha mãe é T. F. de S. Meu nome é A. de S., aqui houve uma falha de cartório , meu nome e o de dois irmãos não entrou o P. em nosso nome.	[1] restrição informacional (+)	Restrição informacional

Fonte: construção do autor.

Tabela 31 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de A. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: O que havia em comum nestas acusações? A: A única coisa que eu acho que tinha em comum, eu acho que era o processo. Os mesmos policiais, escrivão, detetive de rotina , menos os delegados.	[3] banalização da interface informacional (-)	Banalização da interface informacional
	2	P: Os processos se deram na mesma delegacia? A: É.	[1] banalização da interface informacional (-)	Banalização da interface informacional
	3	P: E por que você acha que foi envolvido nisso tudo? A: Aquilo que eu expliquei, na época dos militares teve muita antipatia de muitos policiais.	[1] ISAP's (+)	ISAP's
	4	P: ? A: Tinha um processo, dois processos. Eu cheguei a fazer uma solicitação. Pedi uma acareação.		
Noção de ambivalência quanto as práticas policiais (GOFFMAN, E., 2015; ZIZEK, 2014)	5	P: O que é isso? A: Tipo um reconhecimento, eu sou um réu no caso, aí as vítimas tem que vir pra reconhecer. Eu solicitei uma acareação minha com os policiais. Para eles dizerem em juízo. Eu não tenho interesse em denegrir a instituição policial. Tem policiais bons. Mas também tem outros... tem pessoas sequestradas a um tempão , tem uns que eles acharam e ficaram com o resgate .	[1] silêncio (+) [2] ISAP's (+)	Silêncio
	6	P: E os policiais que estavam envolvidos no seu processo? A: São moradores do local, são oriundos da mesma região, na maioria.		
	7	P: ? A: Esse, o primeiro, que fui condenado a 14a e 6m. O rapaz foi morto com vários tiros, nós éramos amigos de infância. Eu tinha 26a na época, ele tinha a mesma faixa etária que eu. Mataram ele a noite, mas invadiram a casa dele a tarde e avisaram a família dele que daquela noite ele não passava. Ele tava fazendo umas bobagens. Esse último agora, a própria mãe do rapaz me inocentou, mas na delegacia fizeram aquela montagem toda e eu peguei 15a.	[1] banalização da interface informacional (+)	Banalização da interface informacional

Fonte: construção do autor.

Tabela 31 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de A. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Noção de corrupção e efeitos de homicídio por meio de violência institucional (ZIZEK, 2014; WACQUANT, 2007, 2019)	8	P: Que bobagens o rapaz estava fazendo? A: Era coisa corriqueira, a maior parte do pessoal fazia isso. Nilópolis antigamente era muita fazenda. Ele pegava uns cavalos pra passear, umas batatas doces em época de São João, pegava nos sítios dos outros. Mas como estas pessoas sustentavam a delegacia , isto custou a vida deste rapaz.	[2] ISAP's (+)	ISAP's
	9	P: ? A: Eu vinha da praia com duas sobrinhas e minha filha, vínhamos de Muriqui. Aí, quando eu fui chegando perto da casa da minha mãe, tinha um camburão, eu passei no espaço que tinha, aí, eles metralharam o carro. Os mesmos policiais . Isto aconteceu depois que eu tinha feito a carta pedindo a acareação minha contra eles.	[2] ISAP's (+)	ISAP's
	10	P: E a vida na prisão? A: Isso não ensina nada a ninguém. A formação que eu tenho veio da rua. A única formação que se proveito é a ausência dos familiares . Isso faz com que quando eu saia daqui eu procure não bobear lá fora, senão eu volto pra cá ou morro . Por mim eu não estaria nem aqui, porque se a pessoa vem para um lugar desse por um fato que ele praticou tem que se conformar, mas vir para encobrir as coisas dos outros, ainda mais sendo autoridades!	[1] segregação (+) [1] ausência familiar (+) [1] ausência à segurança (+) [1] silêncio (+) [1] ISAP's (+)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 32 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de A. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Noção quanto a violência institucional de viés físico (WACQUANT, 2007, 2019) Ausência de assistências previstas na LEP (BRASIL, 1984)	1	P: ? A: A senhora pode observar que em outros estados o que tá havendo, rebelião em cadeia... Eu abomino aquele tipo de ação, eles acharam aquilo como último recurso para chamar a atenção das autoridades. Eu como preso sou suspeito para falar. Mas geralmente o preso é réu confesso em delegacia, quando é preso diz que é réu confesso sob tortura . Eu venho negando sempre. Eles procuram sempre ver pelo lado da farsa . Eu acho que a solução seria uma assistência mais ampla . Não digo em relação a lazer...mas uma parte social mais eficaz.	[5] segregação (+) [1] física (+) [1] ISAP's (+) [1] restrição informacional (+)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 32 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de A. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Compreensão quanto a estrutura capitalista paralela inerente ao sistema prisional (WACQUANT, 2007) Discursos de segurança como mote para arrecadação financeira (WACQUANT, 2007)	2	Não digo em termos de administração local, porque as vezes o diretor dá uma oportunidade ao preso, mas não pode ir em frente, porque tem todo o sistema . Essa semana quase ouvi uma situação que ia abalar o sistema penitenciário. As autoridades não querem ressocialização . Quanto mais violência melhor pra eles , pra pedir aumento pra eles . Essa disciplina pra gente é boa , pra eles é péssima , porque se tiver um movimento que justifique uma greve... Em São Paulo já tem quatro instituições em rebelião. Aqui no Rio nós não vamos fazer este tipo de movimento porque é insano.	[4] segregação (+)	Segregação
Tolhimento da atuação de equipes profissionais (WACQUANT, 2007)	3	P: O que você quer dizer com "social" ? A: Lazer pro preso é só banho de sol . Eu digo social assim, o serviço social está tolhido também de fazer alguma coisa por nós. As vezes o preso quer fazer alguma ligação com a família, as vezes a assistente social consegue, as vezes não... e a constituição permite. Mas isto tudo não é a instituição Milton Dias, é maior. É uma série de coisas que se a funcionária insistir pode até ser demitida .	[1] privação de lazer (+) [1] assistência social (+) [1] ausência familiar (+) [1] silêncio (+) [2] restrição informacional (+)	Privação de lazer
	4	P: ? A: A senhora tem um familiar, ele é honesto a vida toda...a partir do momento em que ele for autuado, fichado, ele fica marginalizado . Eu vejo quanto chefe de família tem, que alguém ofendeu a família dele e ele cometeu um delito . Ao invés de ser jogado ali, no meio de preso que tem 200, 300 anos. Eu acho que as autoridades podiam evitar isto .	[1] estigma (+) [1] moral (±) [1] segregação (+)	Estigma
	5	P: O que é crime pra você? A: A meu ver, tudo aquilo que fere a lei, as normas do país. Tem qualquer item daqueles que é crime, roubar uma bolsa, um carro, um banco. Mas também é crime as autoridades não cumprir o que tem que cumprir. Tem a delinquência corriqueira , a parte comum. E tem o crime das autoridades. É crime eles se recusarem a dar nossos direitos constitucionais de cidadania .	[3] segregação (-)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 33 – Análise de conteúdo do quarto relato autoral de A. S., 2020.

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: E então A., como vão as coisas? A: A família não tem vindo, isto vai dando um desgaste. Não é nem a presença física, é mais a notícia . Eu tentei ligar, mas o telefone só dava ocupado . Eu escrevo e não tenho resposta . A minha companheira eu também não tenho tido notícias . O meu pessoal quando acontece alguma coisa eles se afastam. Porque já aconteceu de outras vezes.	[1] ausência familiar (+) [3] restrição informacional (+)	Ausência familiar
Noção quanto a ausência de assistência prevista em LEP para o egresso do sistema prisional (BRASIL, 1984)	2	P: E quanto a liberdade, já foi resolvida sua questão? A: Eu tô enquadrado pra condicional. Mas provavelmente eu vou pro semiaberto. Já é alguma coisa. Eu tenho que ir pra Bangú e lá tem um horário pra regressar. Quem não consegue emprego fica mais difícil de sair. Aí, só finais de semana. Tá faltando o juiz dar o parecer dele. Um mandato de prisão que deram baixa na Polinter me atrapalhou .	[1] ausência de emprego (+) [1] restrição informacional (-)	Ausência de emprego
	3	P: Que mandato é este? A: Era da auditoria militar. De armamento. Isso foi em 1988, vai fazer 9a em janeiro.		

Fonte: construção do autor.

Tabela 34 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de S. S., 2020.

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: Porque você foi preso? S: Eu tô cumprindo pena de 14a, no artigo 121, que é homicídio . Por enquanto eu tô preso a 1a e 11m. Eu não me considero criminoso, a princípio . Eu fui agredido , pelo o que seria a vítima, com uma faca. Eu fui a corpo delito e tenho provas de que fui agredido . E nessa ocasião eu tomei a faca da pessoa e me defendi, ocasionando a morte dela . Isso foi em 1987, num local de serviço, a vítima nesse caso era uma pessoa que trabalhava comigo. Que eu acredito que tinha algum problema.	[2] homicídio (+) [2] física (+) [1] moral (±)	Homicídio

Fonte: construção do autor.

Tabela 35 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de S. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: Você se lembra de como ocorreu o incidente? S: Pra mim a coisa tava como se fosse pesadelo. Na hora eu não tava acreditando que de fato tava acontecendo aquilo. Quando eu fui agredido, primeiro a vítima quebrou um jarro na minha cabeça e depois partiu para cima de mim com uma faca, provocando ferimentos graves na barriga, braços . Até que eu consegui tomar a faca e parti pra cima no intuito de me defender. Aí, de repente a visão acabou de escurecer e acordei no hospital.	[3] física (+)	Física
	2	P: Qual o seu nível de escolaridade? S: Eu tava cursando o 2º grau e tive que trancar matrícula , porque eu era militar da aeronáutica. Depois eu comecei a fazer cursos que eram ligados a atual profissão (supervisor de segurança). Fiz vários cursos, mas o 2º grau eu não completei. Eu tô tentando terminar agora através do supletivo.	[1] Ausência à educação (n)	Ausência à educação
	3	P: E seus pais são vivos? S: Só a mãe. Meu pai faleceu quando eu tinha 5 anos. Eu me lembro pouco dele, eu tinha 5a e devido ao trabalho dele, despachante em empresa de ônibus. Ele morreu de problema cardíaco. A ideia que eu tenho dele é que ele era um bom pai, muito trabalhador. E também bom marido, porque a minha mãe nunca falou nada negativo dele. Minha mãe não se casou mais, mas ela tem um companheiro. Ela ficou um bom tempo sem ninguém e depois arrumou um companheiro, a uns 10 anos.		
	4	P: ? S: Eu agora tou com 34a. Na cadeia a gente perde um pouco um pouco a assim a noção do tempo .	[1] tempo (+)	Tempo
Constante importunação por parte dos demais presos (FOUCAULT, 2011) Ausência de assistências previstas pela LEP (BRASIL, 1984)	5	P: E como é a vida na cadeia? S: Monótona . A gente tem que se esforçar para não cometer nenhuma infração , devido os companheiros provocar . Tem que ser muito calmo pra tolerar estas provocações . A gente vive com pessoas de vários temperamentos, cada um com seus problemas e as vezes a gente se defronta com uns que provocam para a briga, sem motivo , ou, com motivo fútil . Um exemplo, quando alguém tá ouvindo um rádio alto, um som alto e quando a gente pede pra diminuir o volume do rádio já é o início pra uma discussão.	[1] tempo (+) [1] moral (±) [6] presos (+)	Tempo

Fonte: construção do autor.

Tabela 35 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de S. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Violência interpessoal entre as pessoas presas por motivo torpe (FOUCAULT, 2011)	6	Eu já estive nessa situação e evitei o confronto. Ele continuou com o rádio alto e eu não falei mais. Tem outros motivos que também considero fútil. Como alguém sujando a cela, quebrando alguma coisa, jogando lixo no chão . E quando a gente vai orientar, normalmente o mesmo não aceita. Na cela a gente tenta arrumar as coisas. Eu e outros amigos e tem outros pra desarrumar.	[3] presos (+)	Presos
	7	P: O que você pensa sobre a cadeia? S: É difícil dizer ao certo . Eu pensava que era uma coisa e na realidade não é o que eu pensava. Eu passei na vida militar e aprendi a viver dessa maneira.	[1] sujeição do eu (-)	Sujeição do eu
Noção quanto a prisão ser um sistema de não aplicação de inclusão social afirmativa para as pessoas presas (WACQUANT, 2007) Não identificação quanto as demais pessoas presas (FOUCAULT, 2010; WOODWARD, 2007)	8	P: Como assim? S: No quartel a gente se tiver de prontidão é como se tivesse preso também . Pra mim aqui está sendo um gasto desnecessário do governo , eu não tô aprendendo nada , eu acho que eu não tenho que modificar em nada. A única coisa que me faz sofrer é a falta dos familiares . Filhos principalmente. A falta da família e saber que a família tá sofrendo muito. A cadeia é bem diferente do que eu imaginava. Primeiro que eu não sabia que a gente podia trabalhar , que a gente teria que ficar trancado juntamente com bandidos, marginais . Depois eu fui ver que nesse caso, eu trabalhando, eu vi que nem todos os que estão aqui são mau-caráter.	[4] segregação (+) [2] ausência familiar (+) [2] segregação (-) [1] restrição informacional (+) [2] estigma (-)	Segregação
	9	P: E qual a diferença entre o que você chama de bandido e o que não é? S: A diferença é que aquele que quer continuar nesta vida errada é o bandido . E os outros ao contrário, pensam em trabalhar, em sair daqui. Eu vi aqui, além de mim, eu vi que tem outros que num dá perigo, não oferece perigo a sociedade. E vi que aqui dentro não recupera ninguém .	[1] moral (+) [1] discurso corporativista (+)	Moral

Fonte: construção do autor.

Tabela 36 – Análise de conteúdo do terceiro relato autoral de S. S., 2020.

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Crítica quanto a aplicação do Código Processual Penal (WACQUANT, 2007)	1	P: ? S: Tem muita coisa que é errada, que não é considerada crime e que para mim deveria ser . O principal é até o próprio governo deixar de fazer suas obrigações pelo povo, essa é uma delas. Tem outras. Um exemplo de uma coisa que eu não acho crime, apesar de não usar o tóxico, eu acho que as pessoas que usam, eu acho que é a mesma coisa que tivesse fumando um cigarro, bebendo cachaça, que é permitido. O meu caso mesmo, eu não acho que foi crime. Se caso eu tivesse morrido a vítima é que estaria no meu lugar aqui . Com certeza ia acontecer isso. O meu eu não considero crime, porque eu fui só me defender.	[3] lacuna jurídica (+)	Lacuna jurídica
	2	P: O que você achou do trabalho do nosso grupo aqui? S: Foi bom, porque de uma certa forma foi até um desabafo. Eu achei bom que tem pessoas que se preocupam com a gente. Eu sei que a visão da sociedade lá fora vê a gente como se fosse um bicho . É aquele exemplo, vamos que eu tivesse o pensamento de fugir e conseguisse. No mínimo iam taxar de perigoso e isso eu não sou com certeza. E acredito que tem muitos aqui que não são perigosos. Agora eu vejo assim dessa forma. E antes eu pensava diferente. Pensava que aqui só tinha mesmo pessoas perigosas . Eu pensava da mesma forma que eu acredito que a maioria da sociedade pensa ... uma coisa assim de não ter feito nenhuma besteira até hoje.	[1] estigma (+) [3] dejetivo (-) [1] silêncio	Estigma
	3	P: Como assim? S: Suicídio , foi o fato de minha família e amigos acreditarem em mim e me darem apoio. Se perder a confiança da família pronto .	[1] suicídio (+) [1] psicológico (+)	Suicídio
	4	P: Você já viu algum caso assim? S: Eu vi não tem muito tempo. De um interno que tava sem apoio da família e por este motivo se matou . Amanheceu enforcado na cela...O meu chefe é que é incumbido de comunicar a este setor que faz transferência de pessoal, ele comunicou, fez de tudo, mas não conseguiu evitar. Eu fiquei assim, triste . [...].	[1] ausência familiar (+) [1] suicídio (+) [1] psicológico (+)	Ausência familiar

Fonte: construção do autor.

Tabela 37 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A. C. S., 2020 (continuação).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	1	P: A quanto tempo você está preso? AC: 20 anos, estou preso desde 1976. Por assalto a um posto de gasolina.	[1] assalto (+)	Assalto
	2	P: ? AC: Crime, morte com arma de fogo. Morte na cadeia com faca.	[2] homicídio (+)	homicídio
	3	P: ? AC: Com 10 anos, sai de casa e comecei a usar tóxico, Optolidon, pó com a rapaziada na rua. Com essa idade comecei a praticar tudo que não presta, roubo de praia... Fui pra Funabem, ficava em recolhimento provisório aí me levavam pra casa e eu fugia novamente.	[3] vícios (+) [1] roubo (+) [1] moral (n)	Vícios
	4	P: Fugia por que? AC: Por costume. Apanhava porque mexia no que era dos outros, roubava.	[1] moral (+) [1] roubo (+)	Moral
	5	P: Você disse que usava arma de fogo ... AC: Consegui um revólver que roubei em uma casa de veraneio.	[1] roubo (+)	Roubo
	6	P: ? AC: Sempre que eu praticava os assaltos estava sob efeito de tóxico.	[1] assalto (+) [1] vícios (+)	Assalto
Aceitação como tática de adaptação (GOFFMAN, E., 2015)	7	P: ? AC: Gosto de ficar em presídio, gosto de ficar na tranca, só saio para banho de sol e visita.	[2] sujeição do eu (-)	Sujeição do eu
	8	P: De quanto é a sua pena? AC: Estou cumprindo pena de 130 anos.		
Revolta como tática de adaptação (GOFFMAN, E., 2015) Noção de dupla segregação: como pessoa presa e pertencente a determinada facção (FOUCAULT, 2010)	9	P: ? AC: Na penitenciária ... muitos problemas, começam a me caguetar...eu sou um cara de muito problema, esse negócio de guerra de cadeia...Eu sou ligado ao 3º Comando, e o 3º Comando é inimigo do Comando Vermelho. Dentro da cadeia tem muitos problemas, com o comando, com a família, com a administração, então, quando sai pra rua sai cheio de ódio, aí sai matando. Já tentei fugir mas não consegui. Não tenho trabalho, e nem quero, pretendo ir embora. Com 15 anos tenho direito a requerer a liberdade condicional, fiz exames com psicólogos e não consegui.	[4] moral (-) [3] segregação (-) [1] família (+) [2] psicológico (+)	Moral
	10	P: Você lembra do seu 1º crime? AC: Deixa isso pra lá. Tem um cara agora, o último, tem um ano agora, o cara me deu um soco na boca, aí eu dei uma porção de facada nele, mas ele não morreu.	[1] silêncio (+) [1] física (+) [1] moral (-)	Silêncio

Fonte: construção do autor.

Tabela 37 – Análise de conteúdo do primeiro relato autoral de A. C. S., 2020 (conclusão).

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
	11	P: Como foi isso? AC: Houve uma discussão, o cara deu um soco em mim, na boca, uma porção de gente me segurou... aí eu vim pra cá , depois eu voltei pra Água Santa , aí o cara na hora que foi pro banho de sol eu peguei ele na galeria, fiquei um ano esperando por isso .	[2] segregação (-) [1] psicológico (-) [1] moral (-)	Segregação
	12	P: Aí você acha que resolveu o problema? AC: Ainda não me vinguei não , ele ainda não morreu, tô aguardando pra encontrar com ele de novo. Tô querendo matar ele . Eu nunca levei soco na cara, de ninguém.	[4] psicológico (±)	Psicológico
	13	P: Todos morreram, ou além desse tem mais algum vivo? AC: Esse foi o primeiro que ficou vivo.		
Conflito moral não reconhecido (BAZERMAN, 2004)	14	P: Você já matou mais, dentro ou fora da cadeia? AC: Muitos poucos tem disposição para matar na cadeia .	[1] moral (-)	
	15	P: E fora, por que você matava? AC: Guerra de boca de fumo, briga de bar...muitos problemas .	[2] segregação (-) [1] física (n) [1] tráfico (+)	Segregação
	16	P: Quantos crimes você cometeu? AC: Deve ter um total de 10 crimes	[1] moral (-)	Moral
	17	P: E por que? AC: Eles ficam procurando e aí morrem, ninguém faz nada com ninguém, principalmente eu .	[2] moral (-)	Moral
	18	P: Seus pais são vivos? AC: Não, morreram logo assim que eu vim preso. Meu pai por problema do coração e minha mãe por problema do pulmão.	[1] ausência familiar (+)	Ausência familiar
	19	P: E irmãos, você tem muitos? AC: Já morreu quase tudo, mataram . Só tenho dois irmãos vivos. Irmãs não sei a conta, meu pai tinha duas mulheres.	[1] ausência familiar (+) [1] segregação	Ausência familiar
	20	P: Os seus irmãos vem te visitar? AC: Eu mesmo peço pra não vir .	[1] segregação (+)	Segregação

Fonte: construção do autor.

Tabela 38 – Análise de conteúdo do segundo relato autoral de A. C. S., 2020.

Observações	Seq.	Relato	Temática (tipologia de violência)	Ordem
Tática reativa de adaptação (GOFFMAN, E., 2015)	1	AC: Tenho muito inimigo oculto, que não gosta de mim. P: Por que? AC: Do meu modo de ser na cadeia, porque não sou mandado por ninguém, não rendo homenagem a ninguém.	[3] psicológico (+)	Psicológico
Tática reativa de adaptação (GOFFMAN, E., 2015)	2	P: Como assim? AC: Briga de cadeia, porque não sou robô de ninguém, eles querem me controlar mas eu não aceito. Os amigos me respeitam, me dão um bom tratamento.	[1] segregação (-)	Segregação
	3	P: Eles tem medo de você? AC: Não! Um homem não pode ter medo do outro, é por consideração .	[1] moral (+)	Moral
	4	P: E quanto a sua cantina? AC: Dá pra se defender .	[1] moral (-)	Moral
Conflito moral (BAZERMAN, E., 2004)	5	P: E quanto ao crime? AC: Eu cometo crime na cadeia quando eles se metem comigo.	[1] moral (-) [1] reciclagem (-) [1] dejetos (-)	Moral
	6	P: E fora da cadeia? AC: Deixa pra lá , isso já faz quase um século, não gosto nem te tá lembrando .	[2] silêncio (+)	Silêncio
	7	P: Por que? AC: Às vezes eu fiz crime que não era nem pra fazer .	[1] moral (+)	Moral

Fonte: construção do autor.

Neste segundo quadro exposto o trabalho evidencia 6 pessoas com um total de 19 relatos. De fato, em todos os relatos a questão mais recorrente é a problemática de ordem segregacionista. Vale repetir o mesmo procedimento elementar de análise adotado no primeiro quadro de narrativas, que aplica como parâmetro dois dados: primeiro, o número de sequências analisadas, seguido do número de categorias de violências registradas. A narrativa de C. A. F. consta de 1 sequência com 9 categorias de violências no total; em E. M. S. são 33 sequências com 58 categorias de violências registradas; em N. P. S. há 50 sequências com 89 categorias de violências no total; Em A. S. contém 36 sequências com 49 categorias de violências registradas; S. S. há 15 sequências com um total de 21 categorias de violências e A. C. S. figura 27 sequências com 37 categorias de violências no total.

Em todos os relatos registrados na presente pesquisa, a questão da segregação é descrita como se fosse o *modus operandi* não apenas das ações que levaram as pessoas presas supracitadas a realizarem atos tipificados como crime, mas também dissertam sobre os efeitos decorrentes das práticas de instituições como propulsoras de políticas segregacionistas. É importante ressaltar que nem toda violência deve ser pensada como uma prática unicamente

oriunda da pessoa que pratica um determinado crime, pois o próprio Estado em sua questionável posição de instituição promotora da custódia dessas pessoas, também promove o morticínio ao realizar atitudes como incitação ao ódio, distribuir facas, misturar pessoas de facções distintas entre outros pontos que levam a política reversa prevista na LEP, tal como N.P.S. (2018, p. 83) nos revela em sua narrativa o desfecho de dois desses episódios promovidos pelos policiais penais: “dois morreram e vários ficaram feridos” (tabela 27, sequência 4) e o resultado de um incêndio no qual os “guardas tacaram fogo em uma cela com 30 homens” (tabela 29, sequência 4). Em aditamento, o mesmo afirma que a própria escolha das unidades prisionais, também se aplica como política e sentença de morte para determinadas pessoas que “dão trabalho” para a equipe dirigente, pois tal como N. P. S. (2018, p. 82) relata: “Quando algum preso está criando muitos problemas nas outras unidades, eles mandam para Água Santa para que seja dado um fim nele” (tabela 27, sequência 4).

Se associarmos aos fatos descritos nos relatórios do Infopen em que a grande maioria da população carcerária se constitui de negros e pobres, é crível afirmar que as unidades prisionais são máquinas que atuam em prol de uma ordem soberana no intuito “de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2018 p. 41). Todavia, têm-se uma estrutura no qual a prisão age apenas como um ferramenta, uma engrenagem institucional a prover tanto as dissipações de ordem limítrofe, no que diz respeito a ação da política de morte, ou melhor da manutenção da necropolítica, das pessoas encarceradas, quanto a reciclagem de viés pernicioso daqueles que não são condenados a esta pena informal, em termos legais.

Para além do Estado, a instituição familiar é descrita como um projeto que permite tanto o apoio quanto a segregação das próprias pessoas presas. Em algumas circunstâncias o fator econômico, geográfico e a restrição informacional quanto a possibilidade da própria família saber se a pessoa presa se encontra em condições adequadas de saúde, segurança ou mesmo viva, são categorias de violências praticadas pela ausência de estrutura, intencional ou não intencional, por parte do Estado de prover as devidas assistências aos respectivos familiares e as pessoas presas em questão.

Ademais, em muitos casos, o afastamento intencional, o tempo, o desinteresse dos próprios familiares em dar suporte as pessoas que se encontram sob custódia do Estado também aplica um vetor de violência, em certa medida de ordem psicológica, a ponto dos encarcerados não suportarem sua condição dentro dos muros prisionais ou mesmo na condição de pessoa egressa do sistema prisional. Em exemplo, e segundo a narrativa dessas

peças, alguns fatores são vistos como problemas de ordem familiar em suas experiências de vida. No caso de C. A. F. (2018, p. 57) ele diz: “Minha família mudava muito e eu fui conhecendo pessoas que não prestavam”. O mesmo considera que as constantes mudanças dentro do núcleo familiar ocasionam problemas de viés violento além de terem sido gatilhos que justificam sua inserção na situação de pessoa presa. A política de segregação também aprisiona não só os que se encontram dentro do sistema prisional, mas também os seus familiares, haja vista que a violência irrompe as fronteiras do muro e afeta os familiares junto dos seus parentes que se encontram, de forma paradoxal, custodiados, porém não amparados, pelo próprio Estado. A fala de E. M. S. (2018, p. 63) endossa esse revés: “eles [os encarcerados] matam, estupram os próprios companheiros e exploram as famílias” (tabela 21, sequência 8). Nesse caso, a prisão, as pessoas, os grupos, as lacunas jurídicas, o poder paralelo, em síntese, essa construção que fomenta uma violência entrópica devido as suas inúmeras ramificações e dissipações na tessitura social permitem a visualização de uma representação complexa de um sistema no qual há intrincados setores “nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a minoria nem a maioria, pode ser tomado como responsável e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de ninguém.” (ARENDDT, 2016, p. 54-55). Em suma, a violência entrópica não tem uma face única, mas múltiplos rostos que atuam em proveito da sua própria manutenção.

A relação entre o lugar e o não lugar também é discutido de forma indireta a partir das falas dessas pessoas. A questão da prisão como um espaço de inúmeros e constantes efeitos físicos e psicológicos é descrito nas narrativas, porém em alguns casos se verifica que a malha inerente diretamente ao viés punitivo da prisão não necessariamente é o grande problema que lhes aflige, mas sim a ausência, ou mesmo indiferença, dos familiares quanto a suas respectivas existências. Eis um trecho da narrativa feita por E. M. S. (2018, p. 68): “no meu ponto de vista, o crime aumenta por falta de apoio da família” (tabela 24, sequência 1). Além do mesmo trazer a perspectiva de que não necessariamente a prisão, mas a ausência da família pode ser o fator de incidência criminal, a família que não assiste a pessoa presa também é encarada como um fator que além de não prover o suporte visto como essencial para essas pessoas, pode até propiciar fins trágicos. Em exemplo, S. S. (2018, p. 151) revela que graças à existência do apoio familiar que o mesmo não cometeu o ato de suicídio, pois nas palavras dele “se perder a confiança da família pronto” (tabela 36, sequência 3). A mesma pessoa também confirma que viu o resultado dessa ausência familiar na prisão: “eu vi não tem muito tempo. De um interno que tava sem apoio da família e por este motivo se matou. Amanheceu

enforcado na cela...” (tabela 36, sequência 4). Em outras palavras, se verifica que a complexidade, a obscuridade da violência entrópica, age de forma cada vez “mais internalizada, psicologizada e, assim, acaba se tornando invisível” (HAN, 2017, p. 10-11).

Diante da exposição do vetor segregacionista, se constata que é uma problemática que aflige não apenas dentro de uma lógica linear entre as pessoas externas aos muros prisionais e as pessoas presas, mas também há processos de segregação entre as próprias pessoas presas, entre a equipe dirigente, policiais penais em relação a essas pessoas, além da própria família para com seus respectivos parentes. Essas circunstâncias se somam com as diversas categorias de violências registradas na análise de conteúdo e que comprovam, também nesse grupo e relatos autorais, que o critério de ordem não traduz a violência existente em maior ênfase nos trechos narrados por essas pessoas, mas apenas situa sua organização, pois a grande maioria das sequências apresentadas em suas falas evidencia a existência de vastas tipologias de violência.

Quanto ao critério de direção, novamente as pessoas que se prontificaram a narrar suas experiências de vida certificam, em sua maioria, que há discernimento quanto à existência das categorias de violência. Porém alguns direcionamentos registrados como ambivalentes são pertinentes para investigar na presente análise.

Para E. M. S. (2018, p. 69): “o sistema é ruim, mas ao mesmo tempo é bom” (tabela 24, sequência 5). A noção de segregação é compreendida, apesar de o mesmo considerar necessário, sob a justificativa de que o mesmo sistema que pune é o sistema que permite a “recuperação”. Contudo, a fala seguinte reforça o quão contraditório é a missão, em termos discursivos, e, por conseguinte, praticado pelo sistema prisional, pois “o sistema precisa cuidar do preso como se ele fosse gente e não como eles tratam a gente, feito bicho. A gente aqui fica abandonado, tinha que ter uma equipe de psicólogos” (E. M. S., 2018, p. 69). O descumprimento do art. 11, elementar no que diz respeito aos direitos de assistência à pessoa presa ou egressa do sistema prisional, se mostra como uma questão recorrente, pois além da narrativa recriminar a ausência de acesso à saúde, também se consta a existência da ausência e tratamento quanto a integridade humana, além de prover condições do mesmo não ser punido com a ausência de acesso à trabalho, assistência, jurídica, educacional, lazer e afins (BRASIL, 1984).

A ausência de assistências dentre as quais a condição de segurança é uma recorrência danosa para essas pessoas, pois é comum os relatos apresentarem a necessidade de transferência das pessoas não apenas por conta de punições informais praticadas pela direção

penitenciária, mas também por necessidade de incluir a pessoa em uma unidade prisional que seja dominada pela facção criminosa a qual, em tese, a pessoa a ser transferida pertence. Outrossim, a inconstitucionalidade desse ato de transferência é o modelo hodiernamente praticado entre as direções penitenciárias, apesar de ser um critério distante do descrito no art. 5 que enfatiza: “os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal” (BRASIL, 1984, p. 1). Em um cenário de superlotação do cárcere somada aos critérios informais utilizados para a transferência entre unidades prisionais, a lógica da individuação é praticamente extinta.

Se não há individuação, eis que se concretiza a segregação, que promove a homogeneização dos corpos em trânsito dentro da instituição muita das vezes de forma rotineira para a própria pessoa, tal como N. P. S. (2018, p. 79): “tive na Milton Dias, Hélio Gomes, Galpão da Quinta, Ilha Grande e Hélio Gomes” (tabela 25, sequência 4). As diversas passagens de cada uma dessas instituições também é um relato de ineficiência do funcionamento das unidades prisionais, que priorizam a manutenção de práticas segregacionistas em detrimento de uma composição estrutural que se aplique unicamente para os fins previstos em lei que é a questão da privação de liberdade. Em aditamento, quando a pessoa não é “jogado para morrer”, tal como consta nos relatos, têm-se uma declaração constante de falha, velada sob a máscara da normatização, especificamente do discurso de segurança, que “traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção” (FOUCAULT, 2010, p. 43).

Em segundo plano, se constata que a segregação não é uma estrutura que age de forma isolada, unívoca, pois no segundo grupo de narrativas a tríade de categorias ligadas a questão do vício, problemas de ordem psicológica e ausência familiar são frequentes, além das outras categorias, a saber: agressão física, ausência à educação, implicações de viés moral, roubos, furtos, implicações de viés geográfico, olhar hierárquico, sanções normalizadoras, homicídios, sujeição dos corpos, tempo, morosidade nos tramites processuais, silêncio, lacunas jurídicas, ausência à saúde, ausência de segurança, restrições informacionais e afins são alguns dos múltiplos vetores de violência que circundam os encarcerados que narram suas experiências de vida. Essa macroestrutura, lhes perscruta de forma atemporal, pois muitas dessas ações os perseguem nas regiões muitas das vezes distantes, desprovidas de amparo do Estado, sem saneamento básico e demais cuidados mínimos previstos pela Constituição; no durante, quando esses encarcerados são alocados dentro da instituição prisional; e depois, quando se tornam pessoas egressas do sistema prisional, mas adentram em uma nova conjuntura de

estigma que se soma aos estigmas já batizados em suas trilhas de vida que são os estigmas de viés econômico, geográfico, social, racial. Em essência, se aplica a política de transferência de seres humanos entre o micro “*apartheid*”¹³ favela, depois para o micro “*apartheid*” prisional e, por conseguinte, para o “*apartheid*” das ruas, quando não novamente para o “*apartheid*” da favela ou da prisão, de forma a legitimar o braço penal do Leviatã imposto com labor constante na e pela própria malha social (WACQUANT, 2007).

Ademais, o processo de análise de conteúdo dos dois grupos de narrativas, atrelado a investigação complementar após a disposição das tabelas, demonstra que as categorias iniciais dispostas para o desenvolvimento da análise foram suficientes, não revelando novas categoriais de violência que já não tenham sido registrados pelas palavras das pessoas presas e da literatura utilizada na presente tese.

3.3 Protocolo de acesso à informação aos relatos autorais das pessoas presas ou egressas do sistema prisional

Dentre os métodos comumente utilizados na formação de um estudo de práticas informacionais, dispõe-se das seguintes ferramentas: observação direta, entrevista e o questionário. Todavia, foi formulado unicamente a construção de um questionário, tendo em vista que a pesquisa bibliográfica, atrelada ao método da etnografia de arquivo e análise de conteúdo, foram suficientes para investigar as demandas por parte das pessoas presas, as falhas no que diz respeito ao disposto na LEP, bem como questões gerais pertinentes a necessidade geral dos cidadãos como saúde, emprego, educação e afins. Nesse sentido, a formulação do questionário foi introdutório para prover uma construção de um protocolo com base em categorias mais abrangentes, em prol da diminuição de influência do(a) pesquisador(a) no momento das respostas das pessoas, além de prover custos mínimos a pesquisa (ANGROSINO, 2009).

Em aditamento, o protocolo ao consolidar em seu cerne o uso de categorias ao invés de perguntas, seja por elaboração de questões fechadas ou abertas, é eficaz para manter um modelo neutro, que possa ser aplicado de acordo com as demandas inerentes a cada unidade

¹³ O termo *Apartheid*, diz respeito a um regime de segregação racial implementado na África do Sul entre os anos de 1948 até 1994, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram suplantados pela minoria branca que exercia o poder. Loic Wacquant se utiliza do conceito em questão de forma a evidenciar, por intermédio de analogia, que a estrutura que forma, legitima e se perpetua nas prisões, favelas, ruas são as mesmas empregadas no regime citado, afetando as mesmas categorias: pessoas em sua maioria negras e pobres.

prisional, pois formular e aplicar um protocolo apenas por intermédio de um conjunto de perguntas, implica em uma análise fechada, singular e setorizada, cuja aplicação pode não ser realizada da mesma forma em outras unidades. Por exemplo, perguntas que dizem respeito a questão da higiene feminina, gravidez, não são pertinentes ao estado das pessoas presas do sexo masculino, portanto, perguntas ineficazes em determinadas unidades prisionais.

O protocolo no formato de categorias também se mostra eficaz para processos de monitoramento, prover futuras investigações quanto as transformações do ambiente, além de ser uma fonte “valiosa no estudo de assuntos que possam ser considerados difíceis ou delicados demais para serem diretamente observados ou questionados” (ANGROSINO, 2009, p. 71).

O estudo foi realizado em quatro etapas: primeiro, utilizamos a linguagem natural para iniciar buscas por intermédio da lógica da “pérola de citação” no qual “a primeira citação é considerada como uma pérola que vai conduzir a outras citações permitindo o crescimento do resultado de busca”. (LOPES, 2002, p. 66). Essa etapa da “pérola de citação” foi empregada na base de dados BRAPCI, o qual engloba os periódicos da área da informação em nível nacional; segundo, a construção de vocabulários básicos de busca; terceiro, a elaboração de estratégias de busca para efetivar a pesquisa na base supracitada utilizando-se dos operadores booleanos (AND, OR, NOT) para realizar uma adequada recuperação da informação que concilie o controle entre a precisão, ou seja, o índice que recupera unicamente itens relevantes, e a revocação, no qual se recupera itens relevantes e não relevantes mediante o grau adotado de especificidade na busca (LAAN; ALVORCEM, 2007). Em quarto, efetua-se a análise do resultado disponível a partir da estratégia de busca e os dossiês consultados, em prol de compreender como a literatura científica aborda a relação da informação com as pessoas presas ou egressas do sistema prisional.

Ao seguir os passos supracitados, a pesquisa resultou nos seguintes termos: biblioteca prisional, reinserção social, inclusão social, acesso à informação, usuário apenado e presídio feminino. Contudo, o número máximo de documentos recuperados na segunda etapa foram 13 artigos, utilizando-se o termo biblioteca prisional, enquanto que nos outros casos foram recuperados apenas 1 documento, sendo que nesses casos são os mesmos documentos que constam na pesquisa mais ampla, o que demonstra a ausência de literatura científica sobre as questões pertinentes ao acesso à informação para pessoas presas ou egressas do sistema prisional brasileiro (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018). Os autores constatam essa parca literatura em 2018, mas cabe reforçar que a presente pesquisa elenca um portal que apresenta

documentos em uma faixa que compreende desde o ano de 1972 até o ano vigente. Em suma, ainda não há grandes modificações no cenário científico, relativas à discussão do campo informacional em termos da categoria de usuário mencionada. Não houve necessidade de estabelecer grandes cruzamentos de termos ligados por operadores booleanos, pois a recuperação ficava entre 1 e 0 itens.

Assim sendo, algumas questões se mostram pertinentes na estruturação do questionário para prover um estudo de práticas informacionais que contemple as necessidades diretas das pessoas presas ou egressas da prisão. A primeira questão diz respeito a assistência para o estabelecimento de vínculo empregatício, tendo em vista que muitos relatam sua situação de desempregado como situação quase inevitável por conta da fragilidade econômica, inoperância do Estado ou estigma, no caso de pessoas egressas.

A segunda questão versa sobre a questão da transparência, tendo em vista que em muitos relatos as pessoas presas narram experiências que lhes foram danosas no que diz respeito a ausência de dados sobre o acompanhamento de seus processos, ausência de instruções jurídicas, ausência de defensor público nas respectivas ações, consultas com o advogado dativo, alegações quanto a manipulação dos dados processuais, ou seja, uma miríades de vetores de violências que prove a manutenção da violência entrópica.

A terceira questão diz respeito a problemática dos vícios, em sua maioria drogas, pois a mesma foi citada 43 vezes no dossiê sobre o *ato criminoso*, enquanto que o dossiê do ISER apresenta 14 citações sobre esse tema. Ausência de tratamentos e até o diagnóstico dos respectivos vícios são uma constante, segundo os relatos estudados.

A quarta questão constantemente narrada versa sobre a ausência de cursos em geral para as pessoas presas ou mesmo para os policiais penais. O encarcerado R. (2018, p. 119, grifo do autor) afirma: “não há reeducação, curso profissionalizante, uma escola, não tem ofício para todo mundo (dos 900 só 100 trabalham) e a ociosidade é a mãe de todos os vícios”. Em complemento, o encarcerado H. (entre 2018, p. 148) ressalta: “Minha opinião sobre o agente penitenciário é que eles são tipo cão de guarda, eles não têm um curso de relações humanas. Eles não são preparados para lidar com as pessoas”. Em síntese, os relatos discutem o quão necessário é o provimento de cursos para inclusão social dos mesmos e dos próprios profissionais atuantes nas unidades prisionais, sendo que essa defasagem também é verificada nas falas das pessoas egressas que demonstram suas primeiras possibilidades de entrada em um curso apenas após os seus respectivos cumprimentos de pena (ISER, 2016).

Além das questões oriundas das narrativas autorais dessas pessoas, cabe adentrarmos

em outros pontos que convergem para uma elaboração de um estudo de práticas informacionais que possam contemplar tomada de decisão quanto ao acesso à informação. Em complemento, é mister a construção de um questionário que evidencie características básicas, tais como: gênero, faixa etária, formação.

Quanto as tipologias documentais, cabe questionar o uso, a prática de acesso à informação: quanto aos instrumentos de pesquisa utilizados (internet, livros, televisão, comunicação informal etc.); qual o uso da informação adquirida; se há algum treinamento para que possam realizar pesquisas e obter demais informações básicas de forma rápida e eficiente; caso exista algum tipo de treinamento, dizer se o apoio advém da instituição pública, privada ou organizações não governamentais (ONGS), sendo questões mínimas necessárias para o entendimento quanto ao acervo e as práticas informacionais inerente à instituição e ao grupo estudado (PEREZ; MENEZES, 2007).

É salutar que dediquemos algumas questões abertas, com o intuito de endossar a importância do estudo de usuários(as) com base nas narrativas dessas pessoas, além de propiciar, reflexões e novas questões que possam surgir como demandas não previstas no próprio questionário: grau de conhecimento que o encarcerado ou a pessoa egressa tenha sobre o funcionamento da unidade prisional e seus setores (escola, biblioteca, centro médico, assistência social, igreja e afins); grau de informação sobre o que pretende empreender uma busca; grau de conhecimento quanto aos meios de localizar informação (mídias eletrônicas, comunicações oficiais, informais etc.); existe alguma restrição formal de acesso à informação? Caso sim, quais? As questões apresentadas são compreendidas como a etapa inicial para que o pesquisador possa traçar o perfil de uma determinada categoria e sua compreensão, bem como investigação da existência e cumprimento de seus direitos à informação (PEREZ; MENEZES, 2007; COSTA, 2016).

Cabe ressaltar que a proposta de questionário semiestruturado se aplica a pessoas que estão sob custódia do Estado nas prisões e as pessoas egressas do respectivo sistema. Todavia, por ser uma construção que se baseia nos fundamentos metodológicos das práticas informacionais em prol de suprir as demandas das categorias supracitadas, é mister uma promoção do modelo de questionário, a ser revisado constantemente pelos pares e a própria pessoa, objeto da pesquisa, no intuito de estabelecer melhorias, recortes, acréscimos e demais adaptações salutares para o bom desenvolvimento da pesquisa e o exercício do direito de cidadania (VARELA, 2007).

O protocolo de acesso à informação aos relatos das pessoas presas ou egressas do sistema prisional é um produto auxiliar, que tem por objetivo prover economia informacional (ao atender questionamentos de ordem quantitativa, de viés operacional e demandas por parte dos usuários entrevistados); servir para tomadas de decisão quanto a necessidade de construção, legitimação e manutenção de políticas públicas adequadas as pessoas que são objeto da pesquisa; atualiza o cenário de aplicação do estudo de práticas informacionais, haja vista que não há literatura que aplique a metodologia em questão com usuários que não pesquisadores(as), alunos(as), professores(as) e bibliotecários(as); é um protocolo que prioriza sua constante atualização por conta de dois fatores: primeiro, por ser um produto piloto; segundo, por compreender que as unidades prisionais possuem singularidades, portanto, adaptações no protocolo são adequadas para o exercício da investigação e atendimento adequado as pessoas da respectiva unidade.

O protocolo viabiliza um novo ciclo no qual o caos construído, sob efeito da macroestrutura da violência entrópica e suas vastas categorias de vetores de violência, cedem a um novo ordenamento (SOFISKY, 2006), ou melhor, reordenamento, haja vista que o protocolo tem em sua essência o olhar para si, para aspectos legais, humanos e sociais já previstos em leis, documentos científicos e no marginalizado documento produzido a partir da fala dessas pessoas. De forma paradoxal, o protocolo permite a aplicação da ordem, compreendido como uma violência sistemática, não aos seres humanos que sofrem com os inúmeros vetores de violência, mas ao próprio sistema e suas ramificações perniciosas, ou seja, se aplica uma força contra aquilo que subjuga hodiernamente as pessoas (SOFISKY, 2006).

Outra conquista vislumbrada com a presente investigação e a possibilidade de aplicação do protocolo é o retorno a prática de pensar a informação não mais sob a lógica do conteúdo, do acontecimento, mas sim sob a lógica do processo, um revisar constante das práticas inerentes a cultura, ao corpo social, as instituições e aos diversos entrelaçamentos que promovem os vetores de violência que resultam, em certa medida, a corpos reciclados, porém não em prol de si mesmo, mas sim da manutenção de uma construção mnésica, portanto prática, de um processo elíptico de violência que se irrompe ao infinito. Em outras palavras, a interrogação que se propõe é: “e se toda [...] informação remetesse não a um acontecimento mas à promoção da própria informação como acontecimento?” (BRAUDRILLARD, 1992, p. 57).

Figura 6 – Protocolo sobre acesso à informação para pessoas presas ou egressas do sistema prisional, 2020.

Dados básicos	Gênero.
	Faixa etária.
	Formação escolar.
Lei de Execução Penal	Assistência à inserção no mercado de trabalho.
	Tipos de assistência ao mercado de trabalho.
	Ausência de assistências previstas pela Lei de Execução Penal.
	Dependência de drogas lícitas.
	Dependência de drogas ilícitas.
	Realização de cursos.
	Instituição que fomenta cursos as pessoas presas/egressas do sistema prisional.
	Tipos de cursos.
	Conhecimento das pessoas presas/egressas sobre a Lei de Execução Penal.
Tipologia documental / Acesso à informação	Conhecimento das pessoas presas/egressas sobre a Lei de Acesso à Informação.
	Instrumentos utilizados pela pessoa presa/egressa para buscar informação.
	Restrição informacional.
	Tipos de restrições informacionais.
	Grau de conhecimento quanto aos meios de utilizar ou buscar informação (mídias eletrônicas, comunicações oficiais, informais etc.).
	Demanda informacional.
	Utilização da informação.
	Treinamento para competência em informação.
	Instituição que fomenta treinamento para competência em informação.
Aspectos gerais	Tipos de setores existentes na unidade prisional.
	Tipos de setores em funcionamento na unidade prisional.
	Grau de conhecimento quanto ao funcionamento da escola.
	Grau de conhecimento quanto ao funcionamento da biblioteca.
	Grau de conhecimento quanto ao funcionamento do centro médico.
	Grau de conhecimento quanto ao funcionamento da assistência social.
	Grau de conhecimento quanto ao funcionamento da assistência religiosa.
	Grau de conhecimento quanto ao funcionamento de outros setores na unidade prisional.
	Observações, sugestões, críticas.

Fonte: construção do autor.

Além dos pressupostos teóricos e do aporte documental e metodológico aplicado na confecção do questionário e, por conseguinte, protocolo sobre acesso à informação acima, algumas diretrizes também são pertinentes à futura aplicação dessa investigação: as perguntas que serão construídas a partir das categorias devem ser claras, objetivas com possibilidade de resposta simples (sim ou não); no caso de perguntas mais elaboradas, é pertinente que a

mesma também apresente um trecho explicativo sobre o que está sendo perguntado ou que o pesquisador(a) esteja presente e apto para sanar as possíveis dúvidas inerentes ao processo de aplicação e questões do estudo; o instrumento, caso não seja adotado pelas instituições, deve ser informado para os gestores das unidades prisionais, haja vista a necessidade de solicitação para oficializar o pedido de aplicação do mesmo; o instrumento deve ser facultativo quanto ao interesse das pessoas presas, ou no caso das pessoas egressas do sistema prisional, de participarem da pesquisa; em termos metodológicos, propõe-se a realização de um grupo focal para saber como adequar as categorias que serão utilizadas para formalizar perguntas que serão feitas em cada instituição/unidade. Sugere-se um grupo focal com as pessoas presas e um grupo focal com a equipe dirigente, por exemplo.

No caso das pessoas egressas do sistema prisional, é recomendável aplicar o presente protocolo por intermédio das instituições de assistência, haja vista que é um caminho mais eficaz de contato com essas pessoas. A flexibilidade das categorias são essenciais para que a unidade prisional ou instituição de assistência a pessoa egressa possa formular e aplicar questões com um retorno de dados. Em ressalva, a definição de pressupostos éticos na construção do protocolo é essencial, pois é a partir dessas diretrizes que se pode “diferenciar, ou mesmo inviabilizar, a escolha de uma determinada metodologia” em prol de outro protocolo ou revisão do modelo já disposto com base nas singularidades das unidades prisionais (KORNALEWSKI; FARIAS, 2017, p. 11).

Ademais, a possibilidade de alguém não ter interesse de participar deve ser respeitada sempre; aplicar os pressupostos propedêuticos da pesquisa sobre violência, ou seja, é crucial a promoção do processo dialógico, da imparcialidade e da prioridade a voz da pessoa, haja vista que é o(a) usuário(a) ao qual o instrumento se aplica não se destina apenas aos(as) pesquisadores(as), mas também as pessoas que são objeto do estudo; crucial o respeito as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, homologada na Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012, o qual prevê orientações quanto ao aspecto ético da pesquisa, bem como dados para orientar a construção e divulgação do termo de consentimento livre e esclarecido (BRASIL, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES

Após caminhar por esta inóspita trilha de discussões sobre a violência, algumas certezas, porém muito mais questionamentos, se manifestam e incita-nos a desbravar novos caminhos, novas investigações. De toda forma, cabe sintetizar alguns pontos significativos.

Em primeiro lugar, compreender que toda investigação que versa sobre a violência, de uma forma explícita ou sutil, envolve em seu cerne as trilhas mnésicas que a compõem, ou seja, falar de violência é falar da memória. Discorrer sobre uma determinada pessoa, grupo, instituições, tipologias documentais, atos é tecer uma camada harmoniosa, justaposta, que se solidifica de forma sincrônica e diacrônica, incluindo em sua tessitura, em seu núcleo, o viés social, indispensável para se compreender a formação, legitimação, perpetuação e todos os remendos que permitem a existência da própria violência. Em suma, a violência é plural, polissêmica, polivalente, social.

Logo, a noção primeva da violência exposta por seus aspectos basilares supracitados, permite o entendimento do seu processo, da sua mecânica, por intermédio do mesmo processo que nos permite entender o funcionamento da memória, pois toda narrativa exposta pelas pessoas, objeto do presente estudo, são fundamentos para endossar ou refutar questões que circulam na formação do psiquimo, na sociedade em longos tempos. A noção de punição, anormalidade, ser perigoso, segregação, estigma e afins, se constituem como técnicas empregadas de formas distintas. Além disso, essas técnicas da violência podem ser observadas na história da civilização humana, de forma praticamente independente do período e região geográfica.

Não é a toa que o processo de construção da memória é elíptica, pois ao mesmo tempo em que bebe do passado, se constitui no presente e se direciona ao vindouro, o que corrobora para que inúmeras práticas violentas, perniciosas se mantenham até os dias atuais e provavelmente às próximas gerações. Mudam-se os meios, mas mantém os propósitos: segregação do outro, manutenção dos processos de desigualdades sociais, imposição do Estado punitivo ao invés do Estado de braço social.

Em segundo lugar, outra premissa necessária para iniciar o caminho nas pesquisas sobre a violência é a noção de enquadramento. Não se pode trilhar um caminho por meio de conjecturas ilusórias, no qual o(a) pesquisador(a) aplica sua crença em um objeto que explica e soluciona todo o campo disponível para se pensar sobre a temática da violência. Por mais que a preocupação aplicada na presente tese de não apenas se utilizar da triangulação de

métodos, mas sim de um processo de triangulação de metodologias, é mister um somatório de outras pesquisas que contemple olhares variantes em arranjo com outras aplicações metodológicas, ou não, pois em analogia, tanto o(a) pesquisador(a) quanto o(a) fotógrafo(a) precisam se utilizar de enquadramentos distintos, planos distintos e ferramentas distintas, para cobrir o campo de visão estudado, sempre acompanhado da noção de que não existe enquadramento pleno. A premissa de uma pesquisa 100% profunda ou defesa de uma metodologia perfeita em comparação com outras se mostra ineficaz, além de perpetuar o amadorismo científico.

Aplicar a propedêutica que se constitui na tríade da dialogia, imparcialidade e acesso à voz do outro, são princípios que permitem o desenvolvimento do trabalho científico, empreende o protagonismo necessário às pessoas que compõem o estudo e outras tipologias documentais que se mostram mais do que pertinentes, essenciais para discorrer sobre a violência, pois negligenciar o documento, a narrativa que versa sobre o crime e a violência, negligenciar as pessoas envolvidas nas informações que se almeja pesquisar é promover pesquisas que estão sempre distantes do núcleo a ser discutido. Em outras palavras, prover o espaço de fala a pessoas, que muitas das vezes não são nem especialistas no assunto, sem ouvir os envolvidos, é utilizar no máximo como fonte de pesquisa somente o olhar do etnógrafo em detrimento do nativo, enveredar somente em fontes secundárias, ignorando a existência das fontes primárias.

A junção da etnografia de arquivo com a metodologia de análise de conteúdo é um meio de ampliar o enquadramento para prover uma análise clara, abrangente quanto as inúmeras implicações que afligem as pessoas presas ou egressas do sistema prisional. Contudo, também houve a preocupação de demonstrar por intermédio do conceito de violência entrópica o fato de que a problemática inerente a essas pessoas não se restringem a elas, muito pelo contrário, envolve todas as pessoas, todos os segmentos, grupos, instituições, de forma a prover uma malha perniciosa em que todos são afetados pela violência, porém cada um com suas respectivas, e por vezes singulares, afecções.

Em terceiro lugar, pensar na violência como uma relação simplesmente linear, tal como o modelo dual emissor/receptor, além de ser equivocado, negligencia todas os vetores de violência, todas as consequências oriundas dessas estruturas dissipativas. A presente tese promove uma atenção não apenas para essas pessoas como seres marcados por seus respectivos crimes, mas expande o entendimento de que a violência tem, em seu cerne, fatores que moldam conceitualmente a noção de entropia, dito de outra forma, além do homicídio

entre outros crimes registrados no histórico dessas pessoas, também há vetores de violência que afetam seus familiares, os familiares da vítima – em termos de tipificação criminal – a equipe dirigente, os inúmeros grupos de profissionais que circulam no sistema aberto chamado prisão, a sociedade extramuros de forma geral.

Aspectos de ordem econômica, política, financeira, psicológica, jurídica, corporativista, discursiva, fragilizações quanto as interfaces de comunicação e de informação entre outros vetores, são indícios descritos, mas que perpetuam um modelo opressor, no qual historicamente, e hodiernamente, afeta cada ser humano que reage de forma reativa a toda essa malha, tal como sinapses em que cada uma reage de forma singular a cada efeito que lhe é imposto. Tem-se a legitimação constante das estruturas por meio de expressões de ódio, de superficialidade nas discussões, ausência de debates, estímulos a agressões físicas, endurecimento penal em detrimento de políticas públicas afirmativas, negação de dados e pesquisas científicas entre outras condições que implica na necessidade de se prover luz, pois são efeitos, práticas que, em sua maioria, não nos permite distinguir se a pessoa inserida nessas circunstâncias é alguém que se encontra na prisão, egressa ou que nunca passou por uma unidade prisional. Em suma, A violência entrópica afeta a todos, sem distinção.

O percorrer da pesquisa também evoca questionamentos, ou mesmo deficiências, no que diz respeito ao esquecimento do *pathos*, inerente ao campo científico. O ato de ler, pesquisar inúmeros textos, vídeos, bibliotecas, bases de dados, eventos científicos e constatar que, não de forma geral, mas ainda assim em grande escala há uma produção científica que promove vetores de violência por meio de banalizações informacionais, tais como: publicações que endossam apenas o viés neoliberal em detrimento das necessidades sociais das pessoas, publicações falsas, desprovidas de fontes ou financiadas por pessoas e instituições com interesses próprios, eventos científicos que promovem falas mais rebuscadas a endossar máximas que na verdade prosperam o senso comum quanto a importância de endurecer penas - mesmo que privando as pessoas de seus respectivos direitos - no ato constante de esquecer os tramites metodológicos mínimos para o desenvolvimento de uma pesquisa, além de perpetuar o esquecimento quanto a lógica do retorno científico que não deve ser para fins egóticos ou perniciosos, mas sim em prol de aspectos sociais.

A constatação supracitada se dá não apenas *in loco*, mas na própria pesquisa, na própria fala das pessoas presas, na própria literatura consultada que reforça essa problemática como algo que atinge a esfera mundial. A ciência está em um constante xeque nesse tabuleiro de interesses estranhos à sociedade e benéficos a minorias. Eis o primeiro questionamento para

que não apenas a presente tese e o pesquisador, mas que outras pessoas consigam irromper com esses portões ainda muito obscuros.

Os estudos de usuários, ou práticas informacionais, foram pontos apresentados como base teórica para pensar os seguintes fatores: compreender as inúmeras problemáticas de ordem informacional que envolve o campo de discussão do crime e da violência, os descumprimentos constantes do que consta na lei e do que é praticado de fato com as pessoas presas ou egressas do sistema prisional, suas demandas e os já ditos efeitos que envolvem não apenas essas pessoas, mas sim a toda camada social. As narrativas demonstram alguns apontamentos: necessidade de dar voz ao usuário, sendo essa pessoa presa ou egressa da prisão; priorizar cuidados e acesso no que diz respeito as tipologias documentais, disponíveis ou não, em bibliotecas prisionais ou outros modelos cuja prática informacional possa ocorrer de forma salutar; constante revisão quanto aos pontos positivos, desafios e principalmente atenção as necessidades reais e potenciais descritas por essas pessoas.

Verifica-se que os processos mnésicos são pontos que homologam a violência entrópica. Todavia, muitos dos pontos citados e constatados por meio da construção do questionário, evocam a existência de uma violência entrópica de viés informacional, haja vista que muitas das solicitações denunciadas pelos dossiês, referencial teórico adotado e comunicações com pesquisadores, evidenciam a ausência de conhecimento dos encarcerados quanto aos seus direitos, como solicitar seus direitos, lacunas jurídicas, acompanhamento dos seus respectivos processos e, principalmente, o esquecimento dos pressupostos assistenciais descritos na própria Lei de Execução Penal. O questionamento citado a pouco urge por mudanças, pois a partir de uma estruturação eficaz das interfaces informacionais, é possível pensar nas modificações das outras estruturas dissipativas ou vetores de violência.

O protocolo é uma proposta, um modelo, que tem por intuito prover um meio de investigação básico de acesso á informação as pessoas presas ou egressas do sistema prisional. Todavia, esse protocolo é um meio de monitorar, prover dados quanto ao atendimento e funcionamento das unidades prisionais como base na voz das pessoas que lá estão custodiadas em consonância com o disposto na LEP. A singularidade de cada unidade prisional pode impor o acréscimo, anulação de questões para uma implementação adequada do protocolo citado. Em aditamento, o protocolo de acesso à informação não tem por intuito se impor como documento único de monitoramento, mas como uma possibilidade de facilitar na melhoria e cumprimento de solicitações e demandas oriundas dos pressupostos legais, mas também prover transparência, problemática tão discutida em questões que envolvem a

administração pública. Eis os pressupostos mínimos para gerir o projeto de implementação do protocolo: análise de viabilidade, interesse dos participantes no grupo de decisões, e foco na transparência dos dados que serão recuperados por meio da implementação desse protocolo.

Em quarto lugar, o estudo evoca uma problemática histórica, por intermédio do arcabouço teórico, sobre a atuação dos profissionais ligados de forma direta ou indiretamente com as pessoas custodiadas pelo Estado nas prisões ou os respectivos egressos desse ambiente. Cabe uma atenção particular por parte dos profissionais para que os mesmos não naturalizem e, por conseguinte, ampliem a função de polícia já delegada oficialmente a determinadas categorias de policiais que atuam no controle e segurança dos espaços prisionais. Os bibliotecários, professores, médicos, assistentes sociais, dentistas, defensores públicos e afins, são profissionais que têm funções distintas entre si e na relação com os policiais, porém não só na teoria como nos relatos, é comum verificar a existência de um trabalho pouco efetivo, ou mesmo nulo, no tocante as suas funções, mas o desvio de função que age, em certa medida, na fiscalização, vigilância, disseminação de informação quanto aos passos das pessoas presas no intuito de informar outros funcionários, ou mesmo presos, que exercem o poder na prisão. Essas categorias de profissionais devem almejar por mais espaço - não apenas quanto a solicitações de cunho corporativistas como alocação de profissionais, rigor na fiscalização de empregabilidade dos mesmos nas prisões, plano de carreira e recomendação salarial - mas também solicitar um espaço de autonomia quanto ao exercício inerente as suas respectivas categorias, de forma que as interferências oriundas da cultura prisional sejam diminuídas, dentro do possível, ao máximo, em prol de uma cultura dialógica que seja pertinente não apenas aos profissionais, mas de fato, as próprias pessoas que possuem suas necessidades e garantias legais de assistência dentro das prisões.

Em termos de atuação desses profissionais no ambiente extramuros, é mister a promoção de discursos que apresentem o viés empírico, propostas de soluções com embasamento teórico, parcerias, construção de projetos de extensão, publicações e comunicação com segmentos da sociedade em prol de edificar novas ações, prover informação, tomadas de decisões de forma que essas atitudes não fiquem apenas no âmbito da comunicação informal ou caia na armadilha - já mencionada pelas pessoas presas ou referenciais metodológicos do campo etnográfico - que alertam sobre a relação vampírica do profissional, pesquisador que consulta determinadas pessoas, ou objeto de estudo, e depois se utilizada dos dados apenas para fins de autopromoção.

Em quinto lugar, e complementa o disposto acima, a pesquisa reforça quanto a necessidade de revisão dos processos comunicacionais e informacionais disponíveis ao alcance da sociedade. Em tempos de discussão quanto ao mau uso de ferramentas de mídia de massa, redes sociais e reflexões quanto a problemática histórica, porém só recentemente definida, como “fake news”, é crucial que não apenas as pessoas tomadoras de decisão (supervisores, diretores de mídias, influenciadores, pesquisadores e afins), mas que as próprias ferramentas públicas (mídias do Estado, ONG’s entre outros) solidifiquem uma revisão cultural quanto a disseminação da informação, dirimindo fatores como: excesso informacional, relativismo de informação oficial, ou constatada por meios científicos, restrição informacional e perpetuação de informações fragmentadas ou de fontes não oficiais. Eis uma demanda que perpassa por uma revisão, mas se mostra eficaz: refletir sobre a construção de uma educação informacional – por que não competência informacional? – espaço do saber tão pertinente a profissionais da área da informação, por exemplo, os bibliotecários, cuja missão de prover a disseminação da informação e possibilitar que as pessoas possam alcançá-la de forma independente, adequada, rápida e verídica é imprescindível para todos, independente da pessoa estar presa, ser egressa de um ambiente prisional ou mesmo nunca ter passado pela experiência perniciosa ofertada por estes muros que edificam, com grandiloquência, efeitos segregacionistas.

Em sexto lugar, a proposta é que a presente tese permita aplicar um olhar para o outro, não apenas como objeto de estudo, mas principalmente como ser humano. Ouvir suas necessidades, feitos, problemas, permite ao investigador, as pessoas, compreender que muitas das questões apresentadas são efeitos que advém de vetores de violência, mas que poderiam ser tratadas como questões não de ordem punitiva, mas sim pela esfera escolar, assistencial, governamental, Saúde Pública entre outros campos que se aplicam como potências na diminuição dos efeitos, ou mesmo anulação, dos vetores mencionados no decorrer da pesquisa. Pensar meios não punitivos por si só, permite a diminuição da violência entrópica e propicia ganhos sociais ao invés de ganhos unicamente de viés capitalista, egóico ou individual. Em síntese, a pesquisa incita o olhar para dentro de si e o pensar no outro.

REFERÊNCIAS

- ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1984. v. 1.
- ANGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudo de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Inf. Pauta**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/2970>>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Unicamp, 2011.
- BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a11.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2018.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRENECHEA, Miguel Angel. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a11.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2018.
- BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1992.
- BAZERMAN, Max. **Processo decisório: para cursos de administração, economia e MBA's**. São Paulo: Elsevier, 2004.
- BECKER, Annette; DEBARY, Octave. **Montrer les violences extrêmes**. Grane, France: Créaphis, 2012.
- BENELLI, Natalie; CORTEEL, Delphine; DEBARY, Octave et. al. **Que faire des restes?** Le réemploi, dans les sociétés d'accumulation. Paris, France: Presses des

Sciences, 2017.

BERGSON, Henri. **A energia espiritual**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
_____. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.
4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BERTI, Ilemar Christina Lanson Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudo de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Inf. Inf.**, v. 22, n. 2, p. 389 – 401, maio/ago., 2017. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31462/22020>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. Estados Unidos, 2003.
Disponível em: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BOHLEBER, Werner. Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, vol. 41, n. 1, p. 154-175, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Institui o Código Penal. Presidência da República, Brasília, DF, 1940. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Presidência da República, Brasília, DF, 1962. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República, Brasília, DF, 1984. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210compilado.htm>. Acesso em: 31 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>. Acesso em: 31 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016**. Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais. Presidência da República, Brasília, DF, 2016. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13271-15-abril-2016-782899-publicacaooriginal-150109-pl.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição de pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. **Conselho Nacional de Justiça**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/recomendao-n44-26-11-2013-presidencia.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Institui as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Ministério de Estado da Saúde, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Hungria, 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/translations/portuguese-translation>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Flavio de Rezende. As ruínas do mundo. In: _____. **Os ossos do mundo**. São Paulo: Antiqua, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Equívocos da identidade. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

CHAU-BERLINK, José Guilherme; MARTINS, Ricardo Alves. **As duas primeiras leis: uma introdução a termodinâmica**. São Paulo: UNESP, 2013.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS PRISIONAIS. **Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições**. São Paulo, SP, 2017. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/cbbp/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

COSTA, Amabile; PIZARRO, Daniella Camara; BARROS, Camila Monteiro. Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 372-387, ago./nov., 2018. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1516/pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

COSTA, Maria de Fátima Oliveira. **Estudos de usuários da informação: ensino e aprendizagem no Brasil**. Fortaleza: UFC, 2016.

DEBARY, Octave. Déchets et mémoires: que faire des restes de l'histoire? De la poubelle au musée. **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 1-12, ago./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/6159/pdf>>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

DECLARAÇÃO DE BERLIM SOBRE ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS E HUMANIDADES. Alemanha, 2003. Disponível em: https://openaccess.mpg.de/67693/BerlinDeclaration_pt.pdf. Acesso em: 28 dez. 2019.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília, DF, dez. 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília, DF, dez. 2015. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2015_dezembro.pdf. Acesso em: 27 set. 2017.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília, DF, jun. 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (INFOPEN). Brasília, DF, jun. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

DODOUN, Roger. **A violência**: ensaio acerca do “homo violens”. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; PAULA, Claudio Paixão Anastácio de. Práticas informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Inf. Pauta**, v. 2, número especial, out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20650>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ENDO, Paulo. Elaboração onírica e representação na literatura de testemunho pós-ditadura no Brasil. In: PERDOMO, Maria Cristina; CERRUTI, Marta (Org.). **Memória, trauma e transmissão**: a incidência da política na clínica psicanalítica. 1. Ed. São Paulo: Primavera Editorial, 2011.

FACEIRA, Lobélia da Silva. **Universidade e prisão**: um diálogo crítico e dialético [projeto de extensão]. Unirio; SEAP, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Por mais longa que seja a noite, o sol volta sempre a brilha! A memória rompendo o silêncio entre paredes do cárcere. DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô (org.). **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, v. 9, n. 15, p. 323-344, 2016. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929>. Acesso em: 15 out. 2018.

FARIAS, Francisco Ramos de. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, Miguel Angel de. **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

_____. A pesquisa em psicanálise: o cogito cartesiano e o inconsciente freudiano. In: _____. (org.). **Freud: o interesse científico de uma filosofia inquieta**. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. p. 19-39.

_____. Homens à deriva In: _____.; FACEIRA, Lobelia da Silva (Org.). **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

_____. **Porque, afinal, matamos?** Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

_____. **O ato criminoso como modalidade de gozo: subjetividade perversa e ato perverso** [certidão de registro ou averbação]. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional - Escritório de Direitos Autorais, 2018. p. 445. Nº registro: 757.783; Livro: 1469; Folha: 274.

_____.; et al. **Quatro questionamentos sobre a violência**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

_____. Rastros e escombros da violência: memórias do assassinato. **Cad. Psicanál.- CPRJ**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 26, p. 103-124, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v34n26/a08.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.

_____. Trauma, sedução e memória. In: _____. (Org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. P. 15-28.

FAVRET-SAADA, J. Être affecté. In: _____. **Désorceler**. França: L'Olivier, 2009. P. 145-161.

_____. “ser afetado”. **Cadernos de campo**, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50263/54376>. Acesso em: 15 out. 2018.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 43-57, jul./dez. 1983. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/184/184>. Acesso em: 04 mai. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. P. 27-46.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: 34, 2009.

GERLACH, Alf. The transgenerational impact of collective trauma: a psychotherapeutic view. **Topique**, Paris, n. 117, p. 197-204, jan. 2011.

GOFFMAN, Alice. How we're priming some kids for college – and others for prison. **TED**, United States, 2015. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/alice_goffman_college_or_prison_two_destinies_one_blatant_injustice#t-905788>. Acesso em: 19 nov. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONDAR, JÔ. Cinco proposições sobre Memória Social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, JÔ. **Por que memória social?**. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 19-40.

GOODE, William; HATT, Paul. O estudo do caso. In: _____. **Métodos em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1975. p. 420-423.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e comunicação**. Brasília: IBICT, 1994.

GUINDANI, Miriam Krenzinger. Tratamento penal: a dialética do instituído e do instituinte. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez. n. 67, 2001.

HAGUE DECLARATION. Holanda, 2014. Disponível em: https://wayback.archive-it.org/12503/20190730165740/https://thehaguedeclaration.com/wp-content/uploads/sites/2/2015/04/Liber_Declaration_A4_2015.pdf. Acesso em: 28 dez. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Edipro, 2015.

HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip. **Operários da violência: Policiais Torturadores e Assassinos Reconstróem as Atrocidades Brasileiras**. Brasília, DF: UNB, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). **Imparcialidade ou cegueira: um ensaio sobre prisões provisórias e penas alternativas**. Ano 35, n. 70, Rio de Janeiro, 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Orientações para serviços de biblioteca para reclusos. 3. ed. Reino Unido, n. 92, 2015. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

KORNALEWSKI, Alex Medeiros; FARIAS, Francisco Ramos de. Metodologia de pesquisa qualitativa sobre violência: memória e informação na perspectiva de relatos autorais de homicídio. **Espacio Abierto**, Venezuela, v. 26, n.4, p. 97-108, out./dez., 2017. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/espacio/article/view/23422/23606>. Acesso em: 9 jan. 2020.

_____; FARIAS, Francisco Ramos de. Porosity of prisional institutions: effects on bodies and tactics of adaptation. **US-China Education Review B**, Estados Unidos, v. 7, n. 2, p. 79-84, feb. 2017. Disponível em: <http://www.davidpublisher.org/Public/uploads/Contribute/591bfdddc7516.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2020.

_____; FARIAS, Francisco Ramos de. A relação dialógica na instituição prisional: por uma revisão dos processos disciplinares e naturalização das diferenças. **LinkSciencePlace**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p. 59-75, jul./set., 2017. Disponível em: <http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/377>. Acesso em: 9 jan. 2020.

LAAN, Regina Helena Van Der; ALVORCEM, Rochelle Martins. A terminologia expressa no discurso dos especialistas da área da Ciência da Informação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p.107-115, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/53/54>. Acesso em: 31 ago. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LOPES, Ilza Leite. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 60-71, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12909.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis Fernando et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. P. 9-22.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1, 2018.

_____. **Políticas da inimizade**. Lisboa, Portugal: Antígona, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

_____. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PEREIRA, Frederico Cesar Mafra. et al. Estudo de usuários: necessidades informacionais de empresas contratantes de pesquisas de mercado. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 51, p. 108-122, jan./abr., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p108/35514>>. Acesso em: 1 set. 2019.

PEREZ, Carlos Blaya; MENEZES, Priscila Lopes. O usuário e o direito à informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 49-69, jul./dez. 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PRIGOGINE, Ilya; KONDEPUDI, Dilip. **Termodinâmica: dos motores térmicos às estruturas dissipativas**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1999.

_____. **As leis do caos**. São Paulo: UNESP, 2002.

RIBEIRO, Fernando. Presos usam celulares livremente dentro de presídios cearenses. **Varjota em Alerta**, Ceará, 9 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.varjotaemalerta.com/2016/07/presos-usam-celulares-livremente-dentro.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

RIOS, Fahima Pinto; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; AMORIM, Igor Soares. Manifestos do movimento de Acesso Aberto: Análise de Domínio a partir de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1152/1103>. Acesso em: 28 dez. 2019.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do crime**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; GANDRA, Tatiane Krempser. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Inf. Inf.**, v. 23, n. 2, p. 566–595, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28857/24217>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

RODRIGUES, Virginia Lucia; CARDOSO, Ana Maria Pereira. O campo de estudos de usuários na ciência da informação brasileira: uma revisão sistemática da literatura. **Em**

Questão, v. 23, n. 2, p. 234-251, maio/ago. 2017. Disponível em:
<<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/67205/40682>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SAIBA quais os tipos de descarte de lixo praticados no Brasil. **Pensamento verde**, São Paulo, 13 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/saiba-quais-os-tipos-de-descarte-de-lixo-praticados-no-brasil/>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 15.552, de 12 de agosto de 2014**. Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências. São Paulo, ago. 2014. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2014/lei-15552-12.08.2014.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SAPORI, Luis Flávio; SANTOS, Roberta Fernandes; MAAS, Lucas Wan Der. Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no Brasil: o caso de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294092017.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da educação**. Uberlândia, MG., n. 4, jan./dez. 2005. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 2, p. 65-82, 2008.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBY, Beatris Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. rurais agroind**, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p. 70-81. 2005.

SOFISKY, Wolfgang. **Tratado sobre la violencia**. Madrid: Abada, 2006.

SOUZA, Isabela. Quanto custa um preso no Brasil? **JusBrasil**, [s.l.], 2016. Disponível em:
<<https://politize.jusbrasil.com.br/artigos/431281471/quanto-custa-um-presno-brasil>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

SOUZA, José Paulo de Moraes. O sistema penitenciário sob a ótica do trabalho. In: FARIAS, Francisco Ramos de; FACEIRA, Lobelia da Silva (Org.). **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

TEIXEIRA, José Carlos. País tem superlotação e falta de controle dos presídios. **Senado**, Brasília, DF, 24 jan. 2019. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/24/pais-tem-superlotacao-e-falta-de-controle-dos-presidios>. Acesso em: 28 dez. 2019.

TOLEDO, Luciano Medeiros de; SABROZA, Paulo Chagastelles (org.). **Violência: orientações para profissionais da atenção básica de saúde**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2013.

TONETTO, Mauricio. Presos mandam matar pelo celular de dentro da PASC e mais 2

cadeias. **Zero Hora**, Rio Grande do Sul, 9 fev. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/presos-mandam-matar-pelo-celular-de-dentro-da-pasc-e-mais-2-cadeias-4696899.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VELASCO, Clara et. al. Superlotação aumenta e número de presos provisórios volta a crescer no Brasil. **G1**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/superlotacao-aumenta-e-numero-de-presos-provisorios-volta-a-crescer-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2019.

VIANNA, Gláucia Regina; FARIAS, Francisco Ramos de. **Trauma, memória e violência**. Curitiba: Juruá, 2015.

VIEIRA, Ana da Soledade. Conhecimento como recurso estratégico empresarial. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v.22, n.2, p. 99-101, mai./ago. 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1172/815>>. Acesso em: 26 set. 2013.

WACQUANT, Loic. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-164, Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a09.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2019.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais** São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXO 1 – REGISTRO DO ARQUIVO O ATO CRIMINOSO COMO MODALIDADE DE GOZO: SUBJETIVIDADE PERVERSA E ATO PERVERSO PELA BIBLIOTECA NACIONAL



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL
Escritório de Direitos Autorais

Certidão de Registro ou Averbação

Nº Registro: 757.783 Livro: 1.469 Folha: 274


O ATO CRIMINOSO COM MODALIDADE DE GOZO: SUBJETIVIDADE (...)

Protocolo do Requerimento: 2017RJ14823,
445 páginas(s)
Obra não publicada.

Dados do Requerente

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS (Autor(a))
CPF - 259.107.447-04

Para constar lavra-se o presente termo nesta cidade do Rio de Janeiro,
em 7 de Fevereiro de 2018, que vai por mim assinado.


O referido é verdade e dou fé,
Igor Calça Martins
Coordenador Substituto
Mat. SIAPE: 2062005

ÍNDICE REMISSIVO

Aparelho	p. 35, 42, 43, 44, 45, 50, 61, 156
Biblioteca	p. 27, 32, 35, 47, 61, 67, 68, 72, 101, 103, 118, 193, 195, 197
Consciência	p. 23, 24, 37, 43, 44, 46, 149, 172
Contenção	p. 42, 43
Controle	p. 18, 19, 20, 21, 50, 57, 58, 59, 65, 70, 74, 77, 86, 87, 96, 110, 193, 203
Criminalização	p. 42, 85
Criminoso	44, 60, 66, 72, 76, 83, 86, 109, 115, 118, 139, 140, 142, 146, 165, 173, 181, 194,
Desumanização	p. 77, 78, 82, 83, 86, 88, 96
Dialógico	p. 30, 44, 45, 60, 61, 103, 106, 198
Disciplina	p. 18, 19, 20, 21, 27, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 70, 77, 78, 84, 88, 92, 96, 110, 113, 119, 120, 143, 147, 149, 155, 180
Dispositivos	p. 22, 23, 35, 61, 62, 74, 77
Dissipativas	p. 74, 88, 90, 91, 107, 108
Energia	p. 6, 21, 23, 38, 72, 73, 74, 78, 87, 89, 90, 91, 92, 107, 191
Enquadramento	p. 15, 27, 28, 34, 40, 41, 42, 43, 50, 52, 55, 59, 61, 71, 80, 81, 93, 133, 199, 200
Entropia	p. 23, 24, 26, 27, 71, 74, 75, 76, 77, 83, 88, 91, 200
Esquecimento	p. 16, 24, 39, 41, 42, 45, 51, 70, 71, 72, 76, 83, 96, 101, 149, 154, 201, 202
Estigma	p. 21, 27, 43, 55, 62, 63, 64, 72, 73, 76, 79, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 135, 137, 138, 139, 143, 152, 157, 162, 163, 164, 165, 180, 183, 184, 192, 194, 199
Extramuros	p. 44, 56, 61, 153, 201, 203
Infopen	p. 55, 64, 67, 80, 92, 155, 188
Instituição	p. 6, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 43, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 70, 73, 79, 80, 84, 101, 103, 152, 154, 178, 180, 188, 191, 195, 197, 198, 211
Intramuros	p. 24, 56, 92, 153
Irreversibilidade	p. 23, 75, 76, 77

ISAP	p. 125, 132, 133, 147, 159, 170, 174, 175, 176, 178, 179
Máquina	p. 17, 23, 50, 53, 56, 58, 60, 65, 66, 71, 80, 87, 89, 105, 142, 188
Memória	p. 14, 16, 17, 22, 23, 24, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 51, 55, 70, 71, 76, 83, 95, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 199
Mídias	p. 13, 15, 18, 23, 45, 50, 57, 73, 74, 79, 80, 82, 87, 93, 94, 138, 149, 195
Mnésico	p. 39, 154, 202
Monológico	p. 46, 60
Passado	p. 23, 38, 39, 41, 42, 70, 75, 123, 124, 152, 153, 199, 204
Precariedade	p. 22, 27, 43, 46, 83, 87, 88, 94, 151, 153
Privação	p. 30, 44, 50, 57, 69, 73, 101, 106, 114, 116, 119, 125, 129, 150, 151, 153, 156, 180, 191
Punição	p. 79, 84, 92, 95, 96, 116, 133, 134, 135, 136, 137, 149, 151, 175, 199
Rastros	p. 72, 79, 80, 81
Reciclagem	p. 28, 84, 87, 88, 91, 96, 107, 114, 126, 128, 139, 140, 169, 174, 187
Reemprego	p. 84, 87, 88
Reincidência	p. 50, 62, 110
Relatos autorais	p. 26, 27, 34, 81, 107, 111, 116, 117, 156, 190, 192
Reprodutibilidade	p. 42
Reutilização	p. 84, 87, 88, 195
Ruptura	p. 37, 42, 58, 64, 93, 151
Segregação	p. 18, 43, 54, 56, 58, 58, 65, 70, 79, 82, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 154, 155, 157, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 179, 180, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 199
Singularidade	p. 21, 25, 36, 45, 51, 56, 65, 75, 78, 100, 102, 109, 153, 196, 196, 198, 202
Sistema aberto	p. 73, 74, 75, 76, 83, 84, 88, 89, 91, 107, 154, 201

Sistema prisional	p. 21, 22, 27, 34, 44, 45, 55, 61, 64, 66, 75, 76, 80, 83, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 140, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 170, 171, 180, 181, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 200, 202
Sujeição	p. 18, 19, 21, 57, 58, 65, 96, 106, 114, 125, 140, 143, 172, 183, 185,
Tipologia documental	p. 14, 25, 26, 29, 32, 33, 34, 35, 39, 85, 100, 197
Triangulação	p. 28, 32, 34, 35, 40, 51, 80, 81, 107, 200
Vestígios	p. 39, 42, 72, 80, 81
Violência entrópica	p. 35, 36, 37, 38, 77, 78, 79, 80, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 117, 189, 190, 194, 196, 200, 201, 202, 204

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ALIGHIERI, Dante	p. 51
ALVORCEM, Rochelle Martins	p. 193
AMORIM, Igor Soares	p. 97, 100
ANGROSINO, Michel	p. 30, 31, 108, 110, 192, 193
ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila	p. 100, 101, 102, 104
ARENDT, Hannah	p. 63, 129, 132, 134, 135, 136, 137, 189
ASSMANN, Aleida	p. 88, 153
BAPTISTA, Sofia Galvão	p. 33, 103
BARDIN, Lawrence	p. 28, 29, 111, 112, 115, 116, 117
BARRENECHEA, Miguel Angel	p. 16
BARROS, Camila Monteiro	p. 193
BAUDRILLARD, Jean	p. 13, 22, 23, 27, 58, 73, 85, 93, 95, 96, 107, 154
BAZERMAN, Max	p. 52, 119, 120, 122, 123, 129, 130, 131, 139, 145, 146, 167, 169, 173, 186, 187
BECKER, Annette	p. 83
BENELLI, Natalie	p. 14, 15, 16, 28, 85, 86, 87, 88, 140, 154, 159, 169, 174
BERGSON, Henri	p. 23, 24, 27, 38, 41, 140
BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey	p. 101
BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING	p. 25, 97, 98
BOHLEBER, Werner	p. 88
BRASIL	p. 22, 27, 49, 50, 66, 68, 93, 95, 104, 106, 115, 116, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 139, 144, 149, 151, 152, 155, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 179, 181, 182, 190, 191, 198
BUBER, Martin	p. 44, 46, 60, 106
BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE	p. 25, 97, 98
BUTLER, Judith	p. 22, 27, 42, 43, 44

CARDOSO, Ana Maria Pereira	p. 102, 103
CARVALHO, Flavio de Rezende	p. 81
CASTRO, Eduardo Viveiros de	p. 76, 91
CHAUI-BERLINK, José Guilherme	p. 74, 75, 76, 77, 90, 91
COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS PRISIONAIS	p. 67
COSTA, Amabile	p. 193
COSTA, Maria de Fátima Oliveira	p. 195
CUNHA, Murilo Bastos da	p. 33, 103
DEBARY, Octave	p. 18, 28, 83, 86, 140, 152, 154
DECLARAÇÃO DE BERLIM SOBRE ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS E HUMANIDADES	p. 25, 97, 98
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (INFOPEN)	p. 55, 64, 67, 80, 98, 155, 188
DODOUN, Roger	p. 14
DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal	p. 100, 102, 104
ENDO, Paulo	p. 121, 152,
FACEIRA, Lobélia da Ssilva	p. 45, 60, 125, 126, 128, 177
FARIAS, Francisco Ramos de	p. 16, 17, 26, 28, 32, 45, 47, 51, 55, 60, 63, 65, 72, 74, 88, 105, 109, 110, 118, 120, 121, 125, 126, 128, 129, 135, 137, 140, 150, 151, 153, 158, 162, 163, 165
FAVRET-SAADA, Jeanne	p. 30
FIGUEIREDO, Nice Menezes de	p. 32, 33, 101
FOUCAULT, Michel	p. 17, 18, 19, 20, 21, 27, 44, 53, 54, 57, 59, 62, 64, 65, 84, 88, 101, 110, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 139, 140, 142, 149, 152, 155, 159, 167, 170, 171, 174, 182, 183, 185, 191
GAGNEBIN, Jeanne Marie	p. 38, 80
GANDRA, Tatiane Krempser	p. 101, 102

GERLACH, Alf	p. 88, 122
GOBBY, Beatris Christo	p. 29
GOFFMAN, Alice	p. 84
GOFFMAN, Erving	p. 19, 56, 59, 64, 125, 127, 143, 144, 147, 155, 159, 162, 163, 165, 171, 178, 185, 187
GONDAR, Jô	p. 32, 38
GOODE, William	p. 111
GUINCHAT, Claire	p. 34
GUINDANI, Miriam Krenzinger	p. 153
HAGUE DECLARATION	p. 99
HALBWACHS, Maurice	p. 31, 38, 41, 71
HAN, Byung-Chul	p. 58, 70, 190
HARITOS-FATOUROS, Mika	p. 94, 119
HATT, Paul	p. 111
HOBBS, Thomas	p. 53
HUGGINS, Martha	p. 94, 119
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	p. 25, 99
INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO	p. 99, 105
INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS	p. 67
KONDEPUDI, Dilip	p. 71, 73, 74, 107
KORNALEWSKI, Alex Medeiros	p. 63, 74, 198
LAAN, Regina Helena Van Der	p. 193
LE GOFF, Jacques	p. 21
LEVI, Primo	p. 46, 106
MAAS, Lucas Wan Der	p. 62
MACHADO, Roberto	p. 19, 20
MARCONDES, Carlos Henrique	p. 25

MARTINS, Ricardo Alves	p. 74, 75, 76, 77, 90, 91
MBEMBE, Achille	p. 93, 123, 140, 188
MENEZES, Priscila Lopes	p. 195
MENOU, Michel	p. 34
MINAYO, Maria Cecília de Souza	p. 27, 28, 111
MORGAN, Gareth	p. 53
NIETZSCHE, Friedrich	p. 16
PAULA, Claudio Paixão Anastácio de	p. 100, 102, 104
PEREIRA, Frederico Cesar Mafra	p. 101
PEREZ, Carlos Blaya	p. 195
PIZARRO, Daniella Camara	p. 193
PRIGOGINE, Ilya	p. 23, 27, 71, 73, 74, 77, 78, 90, 91, 107, 108
RIBEIRO, Fernando	p. 59
RIOS, Fahima Pinto	p. 97, 100
ROBERT, Philippe	p. 96, 142, 144, 145, 149, 175
ROCHA, Janicy Aparecida Pereira	p. 101, 102
RODRIGUES, Virginia Lucia	p. 102, 103
SABROZA, Paulo Chagastelles	p. 15, 131, 137, 142, 160
SANTOS, Roberta Fernandes	p. 62
SÃO PAULO	p. 50
SAPORI, Luis Flávio	p. 62
SAVIANI, Dermeval	p. 53
SAYÃO, Luis Fernando	p. 25
SELIGMANN-SILVA, Márcio	p. 88
SILVA, Cristiane Rocha	p. 29
SIMÃO, Ana Adalgisa	p. 29
SOFSKY, Wolfgang	p. 15, 28, 69, 72, 77, 78, 91, 108, 142, 196
SOUZA, Edinilsa Ramos de	p. 66, 88
SOUZA, Isabela	p. 66, 88
TEIXEIRA, José Carlos	p. 155
TOLEDO, Luciano Medeiros de	p. 15, 131, 137, 142, 160
TONETTO, Mauricio	p. 61

VARELA, Aida	p. 24, 27, 195
VELASCO, Clara	p. 155
VIANNA, Glaucia Regina	p. 17, 140
VIEIRA, Ana da Soledade	p. 100
WACQUANT, Loic	p. 21, 43, 59, 69, 72, 84, 85, 101, 106, 125, 127, 128, 139, 168, 179, 180, 183, 184, 192
WOODWARD, Kathryn	p. 70, 183
ZIMBARDO, Philip	p. 94, 119
ZIZEK, Slavoj	p. 14, 28, 58, 82, 83, 129, 131, 163, 164, 165, 178, 179